

Marcelino Santos de Moraes

A REALIDADE SOCIOAMBIENTAL IMPOSTA ÀS
COMUNIDADES LOCAIS PELA CRIAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS
DO BIRIBIRI E RIO PRETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte

Departamento de Geografia da UFMG

Março- 2014

M827r
2014

Morais, Marcelino Santos de.

A realidade socioambiental imposta às comunidades locais pela criação e implementação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto [manuscrito] / Marcelino Santos de Moraes. – 2014.

xiv, 230 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Bernardo Machado Gontijo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2014.

Área de concentração: Análise Ambiental.

Bibliografia: f. 185-199.

Inclui apêndices.

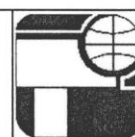
1. Áreas de conservação de recursos naturais – Minas Gerais – Teses.
 2. Solos – Uso – Teses.
 3. Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) – Teses.
- I. Gontijo, Bernardo Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 577.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



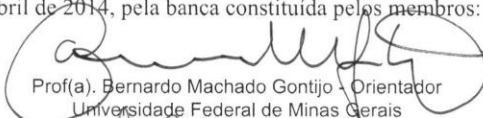
FOLHA DE APROVAÇÃO

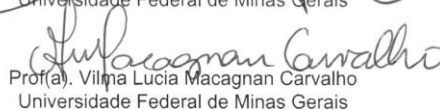
**A REALIDADE SOCIAL E AMBIENTAL IMPOSTA ÀS
COMUNIDADES LOCAIS PELA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS
PARQUES ESTADUAIS DO BIRIBIRI E RIO PRETO**

MARCELINO SANTOS DE MORAIS

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ANÁLISE AMBIENTAL.

Aprovada em 30 de abril de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Bernardo Machado Gontijo - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Vilma Lucia Macagnan Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Ursula Ruchkys de Azevedo
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Hernando Baggio Filho
UFVJM


Prof(a). Marcelo Fagundes
UFVJM

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014.

Para:
Danielle, João Rosa e Francisco Rosa

Agradecimentos

Ao Prof. Bernardo Gontijo, que de forma singular me orientou e principalmente me apoiou ao longo deste processo;

A FAPEMIG, pelo auxílio financeiro dado a esse trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG pela oportunidade;

Aos Profs. Unaí Tupinambás e Vilma Macagnan pelas enriquecedoras observações e sugestões feitas no momento da qualificação;

A minha Mãe pelo carinho, ombro e pelas velas;

Ao Cap. Bento, Zé Rosa, Dr. Peri, D^a Neusa e Seu Geraldo Samburá pela sempre lembrança;

Ao Dão que no meio do caminho me apresentou novas latitudes num novo Mapa Mundi;

Ao Getúlio pelo sempre bom humor e otimismo;

Ao Paulo e Luiz pela presença de espírito;

Ao Rommel Machado pelas prosas e auxílios bibliográficos;

Aos colegas do GIPE que direta ou indiretamente auxiliaram nessa empreita;

Aos Gestores do IEF pela disponibilidade;

A todas as comunidades de entorno do PEBI e PERP pela acolhida e paciência nos momentos das entrevistas e convivências;

Aos amigos do Parque Estadual do Rio Preto;

Ao Tonhão e Lúgia pela amizade e sempre acolhida no Rio Preto;

Aos amigos do Santo Antônio;

Ao Deco, Cleusa, Tita e Ramon, pessoas queridas, e que de forma muito peculiar sempre me apoiaram em tudo;

Ao João e Francisco pela paciência. Tudo ficou para depois da Tese....

A Dani, sem palavras.....Obrigado.

Não tem problema não, sô seguro das coisas que falo.

**José Hermínio Inácio, Morador da
comunidade do Santo Antônio**

**A gente não gostava de explicar as imagens porque
explicar afasta as falas da imaginação.**

Manoel de Barros

SUMÁRIO

Apresentação	1
Capítulo 1 –Considerações Iniciais	3
Capítulo 2 - O Cenário da Pesquisa: A Serra, Pedras, Vegetação e o Homem	6
2.1 As Pedras e Suas Paisagens	12
2.2- A Vegetação	19
2.3 - O Homem no espaço pesquisado	20
2.3.1 – Um olhar socioeconômico sobre a região	25
2.4 Unidades de Conservação e conflitos socioambientais: implicações deste Doutorado	27
2.5 - Objetivos	31
Capítulo 3 - Caminhos Metodológicos	33
3.1 – Da Revisão Bibliográfica	33
3.2 - Reconhecimento da área de Pesquisa	34
3.3 - Das Entrevistas	34
3.4 - Etapas de campo e realização de entrevistas	38
3.5 - Das entrevistas e tratamento das informações	40
3.5.1 – Análise das entrevistas	40
3.6 - Elaboração Cartográfica	43
3.6.1 – Mapas de localização das UC's, ZA's e comunidades de entorno	43
3.6.2 – Mapas de formações vegetais, Unidades Pedológicas, Modelagem de terreno e de Análise Temporal de Uso e Ocupação de Terreno	44
Capítulo 4 -Unidades de Conservação, comunidades tradicionais e os conflitos socioambientais	50
4.1 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação	51
4.1.1 - O histórico do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	51
4.1.2-Da Criação de Unidades de Conservação	53
4.1.3 - De Seus Instrumentos de Gestão	55
4.1.3.1 - Conselho Gestor	56
4.1.3.2 - Plano de Manejo	58
4.1.3.3 - Zona de Amortecimento	59
4.2 - Populações Tradicionais	61

4.2.1 – Características do Campesinato	61
4.2.2 – Conceito de população tradicional no SNUC	65
4.2.3 – Neotradicionalismo	69
4.3 – Conflitos	72
4.3.1 – Conceito	72
4.3.2 – Conflitos Socioambientais	74
4.3.3 – Conflitos Socioambientais e as UC's	76
Capítulo 5- Caracterização dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto	79
5.1 - Aspectos Fisiográficos dos Parques	81
5.1.1- Clima	81
5.1.2- Vegetação e Solos	81
5.2 - Da gestão e criação das UC's	99
5.3 - O Parque Estadual do Biribiri:	100
5.3.1 – Participação no Processo de Criação e Implementação	101
5.3.2 - Aspectos fundiários	109
5.3.3 – Convivência Comunidades do Entorno/ UC	113
5.3.4 – Considerações sobre a Restrição à Utilização de Recursos Naturais, Especulação Imobiliária e Geração de Emprego	117
5.4 - O Parque Estadual do Rio Preto	121
5.4.1 – Participação no Processo de Criação e Implementação	121
5.4.1.1.- Gestão do Parque	128
5.4.2 - Aspectos fundiários	130
5.4.3 – Convivência Comunidades do Entorno/ UC	135
5.4.3.1 - Comunidades do município de Couto de Magalhães de Minas	135
5.4.3.2 - Comunidades do município de Felício dos Santos	136
5.4.3.3 - Comunidades do município de São Gonçalo do Rio Preto	142
5.4.4 – Considerações sobre a Restrição à Utilização de Recursos Naturais, Especulação Imobiliária e Geração de Emprego	146
Capítulo 6 - Análise temporal do uso e ocupação do terreno nos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto	154
6.1. - Análise temporal do uso e ocupação do terreno no Parque Estadual do Biribiri e ZA	156
6.1.1 - Análise temporal da classe Solo Exposto	160

6.1.2 - Análise temporal da classe Afloramento Rochoso	166
6.1.3 - Análise temporal da classe Formação Campestre	166
6.1.4 - Análise temporal da classe Formação Savânica/Florestal associada	167
6.2. - Análise temporal do uso e ocupação do terreno no Parque Estadual do Rio Preto e ZA	169
6.2.1 - Análise temporal da classe Solo Exposto	172
6.2.2 - Análise temporal da classe Afloramento Rochoso	172
6.2.3 - Análise temporal da classe Formação Campestre	179
6.2.4 - Análise temporal da classe Formação Savânica/Florestal associada	179
Capítulo 7 – Conclusões	171
Referências Bibliográficas	185
Apêndice 1	200
Apêndice 2	207
Apêndice 3	216

Resumo

Os parques estaduais do Biribiri (PEBI) e Rio Preto (PERP), situados no Alto Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais caracterizam-se por aspectos geológicos, morfológicos e geoambientais conferem à área atributos de grandes potencialidades econômicas, mas também de extrema fragilidade que justificou a criação dos parques. A diversidade biológica e geológica da região condicionou a construção de uma singular realidade sociocultural a qual se expressa pela tradição do extrativismo mineral e florístico sustentável. Devido às relações modernas de trabalho e consumo houve um declínio do extrativismo tradicional em virtude do aumento do extrativismo predatório que gerou uma brusca modificação na realidade sociocultural das comunidades que habitam as áreas rurais. Tal realidade justificou ainda mais a criação de Unidades de Conservação (UC's) e a imposição de limites ao uso do espaço natural pelas comunidades rurais. Tendo por base o cenário exposto o objetivo geral desta tese é analisar a relação entre os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e as comunidades que habitam os seus entornos, tendo como categoria de análise o conflito que interfere direta ou indiretamente na dinâmica social da comunidade e na forma de gestão das UC's de Proteção Integral. Para fins de organização, a pesquisa dividiu-se em etapas, cujos procedimentos metodológicos foram, além de revisão bibliográfica, o reconhecimento de campo da área (parques e comunidades de entorno) por meio de observação participante; realização de entrevistas semiestruturadas com moradores de comunidades no entorno dos parques assim como com seus gestores e, por fim, uma cartografia das comunidades do entorno, reconhecimento dos limites dos Parques e de suas zonas de amortecimento; distribuição de uso e ocupação do terreno dos parques e Zonas de Amortecimento no período entre 1991 e 2011. É nítido o esvaziamento demográfico em quase todas as nove comunidades analisadas, fato este deflagrado não apenas no momento de criação das UC's, mas evidenciada regionalmente a partir da década de 1970. As realidades fundiárias do PEBI e PERP são distintas o que, por consequência, gera realidades de infraestrutura física e humana completamente diferentes. O PERP, resolvido em termos fundiários, praticamente não possui o sentimento de incerteza entre comunidade e UC e permitiu a elaboração e condução de projetos visando a implementação de infraestrutura e aproximação com a sociedade. A partir dos mapas de uso e ocupação, comparando resultados para o período entre 1991/1994 a 2011, foi possível traçar tendências para a dinâmica das classes analisadas. Nas áreas dos Parques há uma tendência de estabilização da Formação Campestre e um decréscimo da classe Formação Savânica/Florestal Associada. Esta diminuição está condicionada ao tempo necessário à sua regeneração uma vez que as imagens analisadas foram obtidas nas estações mais secas aliadas à recorrência de incêndios florestais. Os mapas temporais evidenciaram uma tendência de estabilização para a classe Solo Exposto. Mesmo em período anterior à criação dos parques essa classe apresentou menos de 1% de área nos limites dos dois parques. Na ZA do PERP chegou a apresentar um pico de 5% decorrente da expansão da Silvicultura. A realidade exposta pela análise temporal do uso e ocupação do terreno discorda das informações desta natureza contida nos Planos de Manejo de ambas UC's que afirmam que atividades de cunho tradicional foram fatores determinantes para a perda de qualidade ambiental nas áreas dos parques.

Palavras Chave: Unidades de Conservação. Uso do Terreno. Zonas de Amortecimento. Tradição.

Abstract

Biribiri and Rio Pretostate parks, located in the Upper Valley Jequitinhonha, Minas Gerais state, characterized by global geological, geo-environmental aspects and morphopedological aspects attributes that confer great economic potential, but also extreme fragility, that justified the creation of parks. The biological and geological diversity of the region conditioned the construction of a natural sociocultural reality, which is expressed by the tradition of floristic and sustainable mineral extraction. Because the modern labor relations and consumption has been a decline in traditional extractive due to the increase of predatory extraction generating a sudden change in the sociocultural reality of the communities who inhabit rural areas. . This reality further justified the creation of Conservation Units and imposing limits on the use of the countryside by rural communities. Based on the presented scenario the main objective of this thesis is to analyze the relationship between the Biribiri the Rio Pretostate parks and the local communities and as a category of analysis, the conflict, that interferes directly or indirectly in dynamic social and community on management integral protection areas. For organizational purposes, the survey was divided into steps, which were methodological procedures: literature review, field reconnaissance of the area (parks and local communities) through participant observation, conducting semi-structured interviews, with residents of local communities as well as the managers of the conservation unit and, finally, a map of the local communities, recognizing the limits of Parks and their buffer zones, distribution of land use and occupation of Parks and buffer zones between 1991 and 2011 .Clearly the demographic deflation in almost all nine communities studied, a fact not only triggered at the time of creation of the UC ` s , but regionally evidenced from the 1970's . The realities of land on Biribiri and Rio Preto parks are distinct and which consequently generates realities of physical infrastructure and human completely different. The Rio Preto State Park, settled in land terms, hardly has the feeling of uncertainty among community and UC and allowed the preparation and conduct projects aimed at the implementation of infrastructure and approach to society.From maps for use and occupation, comparing results for the period 1991/1994 to 2011, it was possible to track trends of dynamic classes analyzed. In parks areas there is a tendency to stabilize the Grassland Formation and a decrease in Class Savanna/ associated Forest Formation. This decrease is conditioned to the time required for its regeneration since the images analyzed were obtained in drier seasons allied recurrence of wildfires. The temporal maps showed a trend of stabilization for the class Bare Soil. Even in the period before the creation of the parks the Bare Soil class showed less than 1% of the area within the limits of the two parks. In the Buffer Zone of Rio Preto Park there was a peak of 5% due to the expansion of Forestry . The reality exposed by temporal analysis of the use and occupation of the land disagrees with information contained in the Management Plans of both parks who claim traditional slant activities are crucial to the loss of environmental quality in the areas of parks factors.

Key words: Conservation Units. Use of Land. Buffer Zones. Traditionalism.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 2

Figura 2.1: Esboço da área da Serra do Espinhaço	6
Figura 2.2: Mapa de municípios que compõem a Serra do Espinhaço Meridional	7
Figura 2.3 - Mapa do Antigo Distrito Diamantino, delimitado pela linha tracejada	9
Figura 2.4: Esboço cartográfico da delimitação do Planalto Diamantina com delimitação em amarelo dos municípios da região	11
Figura 2.5 – Mapa do Setor Meridional da Serra do Espinhaço	13
Figura 2.6: Relevos residuais <i>inselbergs</i> ou <i>monadnocks</i>	15
Figura 2.7: Relevos residuais <i>inselbergs</i> ou <i>monadnocks</i>	16
Figura 2.8: Superfície de Aplainamento, indicada pela seta. Região por onde passa a estrada vicinal que liga Diamantina ao Vau e São Gonçalo do Rio das Pedras	16
Figura 2.9: Localização dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri no âmbito da Mesorregião do Jequitinhonha	22
Figura 2.10: Fotografia representativa do Sistema Grota-Chapada, área rural do município de Turmalina	23
Figura 2.11: Fotografia representativa de detalhe da unidade de produção campesina, o quintal, área rural do município de Turmalina	24
Figura 2.12: Área de abrangência do Mosaico de UC's do Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral	28

Capítulo 3

Figura 3.1: Quadrantes e sub-quadrantes de uma imagem Landsat.	45
Figura 3.2: Abordagem metodológica e principais fases de execução.	46
Figura 3.3: Exemplo da Amostras para a Classificação	47
Figura 3.4: Índice Kappa obtido na classificação Multiespectral	49

Capítulo 5

Figura 5.1 : Mapa de delimitação de municípios no estado de Minas Gerais que possuem parques estaduais	79
Figura 5.2 – Modelagem altimétricas do PEBI (delimitado de vermelho) e seu entorno	83
Figura 5.3- Modelagem altimétricas do PERP (delimitado de vermelho) e seu entorno.	84
Figura 5.4 – Mapa das fitofisionomias do PEBI (delimitado de vermelho).	85
Figura 5.5- Mapa das fitofisionomias do PERP (delimitado de vermelho)	86
Figura 5.6 Mapa de unidades pedológicas do PEBI	88
Figura 5.7- Mapa de unidades pedológicas do PERP.	89
Figura 5.8- Pico Dois Irmãos, marco geográfico da parte sul do PERP.	90
Figura 5.9 -. PEBI – Serra da Apolônia, visada para Noroeste	90
Figura 5.10: Área do PEBI próximo ao campus da UFVJM no qual observa-se intercalação de Neossolo Quartzarênico (com sempre-vivas) e a Unidade AR	92
Figura 5.11: Área de ocorrência de Neossolo Litólico no PERP. Visada para Norte, a partir do Mirante da Lapa.	93
Figura 5.12. Foto com visada Sudeste para Pico dos Irmãos ao fundo e em segundo plano apresentando a Chapada do Couto	94
Figura 5.13: Visada para Noroeste do Mirante da Lapa (PERP)	95
Figura 5.14: Fotografia do Rio Pinheiro, trecho degradado por garimpo de diamante. Visada NE, limite Noroeste do PEBI	96
Figura 5.15: Floresta estacional semidecidual vista do domínio de rochas quartzíticas da Cachoeira dos Crioulos no PERP. Visada para Sudoeste	97
Figura 5.16: área de empréstimo para pavimentação de parte da BR-367 e de vias de acesso do campus da UFVJM	98

Figura 5.17: Estrada de acesso interna do PEBI próximo ao campus da UFVJM onde observa-se associação do Latossolo Acriférico e Plintossolo Pétrico. Visada para Sudoeste.	99
Figura 5.18 – Delimitação da Área de Entorno do Parque Estadual do Biribiri segundo Resolução CONAMA N. 13/90 que inclui as Sedes municipais de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas	103
Figura 5.19: – Delimitação da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Biribiri segundo o STCP (2004a) que exclui as Sedes municipais de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas	104
Figura 5.20: Figura esquemática contida no Plano Diretor de Diamantina com Macrozonas Municipais referentes a possibilidades de uso	105
Figura 5.21: Localização de algumas propriedades rurais na área interna do PEBI	111
Figura 5.22: Delimitação da Área de Entorno do Parque Estadual do Rio Preto segundo Resolução CONAMA N. 13/90 que inclui as Sedes municipais de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos e comunidades de entorno da UC	122
Figura 5.23: Delimitação da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Rio Preto segundo STCP (2004c) que inclui as Sedes municipais de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos e comunidades de entorno da UC	123

Capítulo 6

Figura 6.1: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PEBI entre 1994 e 2011	159
Figura 6.2: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno na ZA do PEBI entre 1994 e 2011.	159
Figura 6.3: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 1994.	161
Figura 6.4: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 1999	162
Figura 6.5: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2003.	163
Figura 6.6: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2009.	164
Figura 6.7: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2011.	165
Figura 6.8: Localização de categorias de análise no Mapa de Uso e Ocupação de 2011, exemplificadas com imagens do Google Earth. Canto esquerdo superior - área de pastagem degradada em vertente e garimpo no leito do rio Caeté Mirim. Canto superior direito: garimpo ao longo do rio Jequitinhonha, próximo a Comunidade de Maria Nunes. Canto Inferior direito: imagem do ano de 2005 da cascalheira (área do PEBI) e Campus da UFVJM	168
Figura 6.9: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PERP entre 1991 e 2011.	171
Figura 6.10: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PERP entre 1991 e 2011.	171
Figura 6.11: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1991	173
Figura 6.12: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1994	174
Figura 6.13: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1999.	175
Figura 6.14: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2004	176
Figura 6.15: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2009.	177
Figura 6.16: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2011.	178
Figura 6.17: Localização de categorias de análise no Mapa de Uso e Ocupação do PERP de 2011, exemplificadas com imagens do Google Earth. Canto esquerdo superior - áreas de uso para agricultura e de pastagem próximas às comunidades de Água Espalhada, Amendoim e Abóbora. Canto superior direito: Silvicultura em chapada na ZA do PERP. Canto Inferior direito: Antigos solos expostos, reconstituídos, na Chapada do Couto	180

LISTA DE TABELAS

Capítulo 3

Tabela 3.1 – Datas de obtencao das imagens LANDSAT entre os anos de 1991 e 2011, paa o PERP e entre 1994 e 2011 para o PEBI	46
---	----

Capítulo 5

Tabela 5.1: Parques Estaduais de Minas Gerais.	80
Tabela 5.2: Trechos de entrevistas realizadas com moradores de áreas de entorno e do parque quanto ao processo de Criação e delimitação do PEBI	106
Tabela 5.3 Trechos de entrevistas realizadas com gestor do PEBI e pessoas diversas quanto ao processo de criação e delimitação da UC	107
Tabela 5.4: Classes de Análise da Comunidade do Pinheiro	115
Tabela 5.5: Classes de Análise da Comunidade de Maria Nunes	117
Tabela 5.6: Localização municipal de comunidades rurais do entorno do PERP	124
Tabela 5.7: Trechos de entrevistas com moradores de áreas de entorno quanto ao processo de Criação e delimitação do PERP	126
Tabela 5.8 :Valores Mensais ICMS por Município em 2012 tendo por critério UC's. Dados retirados da Fundação João Pinheiro (2014).	134
Tabela 5.9: Classes de Análise da Comunidade de Loronha, município de Felício dos Santos	138
Tabela 5.10: Classes de Análise da Comunidade de Canela, município de Felício dos Santos	139
Tabela 5.11: Classes de Análise da Comunidade de Cabeças, município de Felício dos Santos	140
Tabela 5.12: Classes de Análise da Comunidade de Cotó, município de Felício dos Santos	142
Tabela 5.13: Classes de Análise da Comunidade de Alecrim, município de são Gonçalo do Rio Preto	143
Tabela 5.14: Classes de Análise da Comunidade de Santo Antônio, município de são Gonçalo do Rio Preto	145

Capítulo 6

Tabela 6.1: Distribuição de Fitofisionomias Vegetais do Parque Estadual do Rio Preto para o ano de 2004	156
Tabela 6.2: Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Biribiri	158
Tabela 6.3: Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Rio Preto e de sua Zona de Amortecimento	170

LISTA DE SIGLAS

APA –Área de Proteção Ambiental
APP –Área de Proteção Permanente
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPEMIG - Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Minas Gerais
FUNADESP - Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular
GIPE - Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Florestas
ICMBIO –Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF – Instituto Estadual de Florestas
ISA - Instituto Sócio-Ambiental
IUCN - International Union for Conservation of Nature
PEBI – Parque Estadual do Biribiri
PERP – Parque Estadual do Rio Preto
PRODETUR-NE Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RPPN –Reserva Particular do Patrimônio Natural
SdEM – Serra do Espinhaço Meridional
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UC's – Unidades de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ZA – Zona de Amortecimento

Apresentação

O texto submetido à defesa de doutoramento apresenta quatro temáticas que o norteiam: Aspectos Fisiográficos do Planalto Diamantina, Unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais e Conflitos. A primeira parte é dedicada a uma revisão bibliográfica sobre aspectos naturais do Planalto Diamantina. As demais temáticas são abordadas em um mesmo capítulo, e os conflitos socioambientais compõem um eixo transversal aos temas.

Se este trabalho pudesse ser sintetizado numa única frase, esta seria: Conflitos socioambientais advindos da criação de Parques Estaduais no Planalto Diamantina. Mas, como a tarefa é maior que a de definir uma simples frase-síntese, apresento a seguir capítulos que auxiliam na compreensão de um cenário de estudo englobando indivíduos, entidades, recursos naturais e, sobretudo, as sutis interfaces que os envolvem.

A *Introdução* explica como surge o olhar de interesse para a região do Planalto Diamantina, suas Unidades de Conservação e suas comunidades de entorno.

O segundo capítulo, intitulado *O Cenário da Pesquisa: A Serra, Pedras, Vegetação e o Homem*, consiste em apresentar o ambiente no qual a pesquisa foi realizada, abordando as especificidades da gênese e evolução da Serra do Espinhaço como as responsáveis pelas singularidades naturais. Estes, por sua vez, condicionaram uma peculiar forma de ocupação - o extrativismo - que também vem sendo modificado pela criação de Unidades de Conservação na região. Textos como Abreu (1982), Saadi (1995) e Gontijo (2008) foram fundamentais para tal compreensão. Ainda neste capítulo abordamos *Unidades de Conservação de Proteção Integral e conflito sócio ambientais: implicações desta pesquisa* que descreve o caminho de formulação para hipóteses e dá subsídios para construção da quinta parte, *Objetivos*.

O terceiro capítulo, *Caminhos Metodológicos*, apresenta as escolhas dos métodos e técnicas de pesquisa para a realização do trabalho. Para a coleta de dados utilizou-se de entrevistas qualitativas e da observação participante. Neste sentido, as referências de Whyte (2005) e Valladares (2007) e Bardin (1979) foram utilizadas como eixo orientador. Outros procedimentos são apresentados, como por exemplo, a espacialização de informações quanto

a distribuição de uso e ocupação do terreno para as Unidades de Conservação e suas Zonas de Amortecimento.

O quarto capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; Comunidades Tradicionais e Conflitos*.

No tópico SNUC buscou-se entender a sua origem e especificidades vinculadas à criação de Unidades de Conservação e seus principais instrumentos de gestão. Para isso, as principais referências foram: Decreto nº 4.340 que regulamenta o SNUC (BRASIL, 2002); Martino (2001); Sathler (2005) e Kinouch (2009).

A discussão sobre Populações Tradicionais teve como ponto de partida a tentativa de se definir o conceito de População Tradicional e o seu uso. Para isso foram usadas as referências: Diegues (1996); Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002); Carneiro da Cunha e Almeida (1999); Mazzetto (2007); Silva (2007) e Wanderley (1996). Noutro momento abordou-se a *Neotradicionalidade* respaldada, principalmente, nos trabalhos de Ferreira (2000) e Begossi (2001).

No intuito de apresentar um campo teórico sobre *Conflitos*, fez-se necessário o entendimento de seu conceito tendo como referência: Nascimento (2001); Theodoro (2002); Gomes (2002) e Vivacqua e Vieira (2005). Em um cenário no qual a natureza é central na formulação de problemáticas, apresenta-se os conflitos socioambientais. Fundamentais para a análise neste trabalho foram os estudos de Little (2001); Simon (2003); Zhouri (2004) e Ferreira (2004).

Após a construção do referencial teórico, redigiu-se os capítulos de resultados e discussão, intitulados: *Caracterização dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e suas comunidades de entorno* e *Análise Temporal do Uso e Ocupação do Terreno nos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto*. O primeiro foi subdividido em Aspectos Fisiográficos dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e a caracterização de suas comunidades de entorno.

Ao final, como último capítulo, redigiu-se as conclusões deste trabalho.

Capítulo 1

Considerações Iniciais

Durante uma viagem de Belo Horizonte a Grão Mogol em Julho de 2001, algo nos chamou a atenção: uma placa de sinalização do Departamento Estadual de Rodagem – DER, informando a existência de um parque estadual chamado Rio Preto. Até então não havíamos sequer escutado o nome desse parque. Direcionados pela curiosidade fomos então conhecê-lo, seguindo as margens do Rio Preto, o rio empresta seu nome ao parque, começamos a entender a singularidade cênica daquela região que seria uma das justificativas para a implementação dessa unidade de conservação de proteção integral.

Fomos recebidos, naquele momento, pela responsável do restaurante do parque que precariamente ali funcionava; ela nos explicou de forma rápida como poderíamos nos instalar e a quem deveríamos procurar para conhecê-lo. Fomos então procurar o funcionário indicado, chamava-se Deco. Ao perguntarmos se ele poderia nos guiar no dia seguinte a resposta inicial foi negativa, pois teria seu dia de “folga”. Entendemos a situação e fomos então procurar outro funcionário que pudesse nos guiar. Mal viramos as costas e o Deco, com sua fala carregada pelo “mineirês” do Alto Jequitinhonha, nos chamou e disse que iria abrir uma exceção e que poderia assim nos guiar. Agradecemos.

No dia seguinte, iniciamos a caminhada rumo à cachoeira do Crioulo, não mais do que 300 metros iniciais de caminhada notamos algo de diferente, aquele moço de sotaque carregado era um profundo conhecedor das plantas nativas da região, identificava-as não somente pelo nome popular, mas impressionantemente também pelo nome científico. Iniciou-se assim o interesse de como seria o aproveitamento do conhecimento tradicional dentro das Unidades de Conservação.

Nos anos seguintes o Parque Estadual Rio Preto– PERPO foi então escolhido por nós como um espaço para nossas atividades de campo interdisciplinares com alunos dos cursos de Geografia e Meio Ambiente e Farmácia.

No ano de 2005, foi aprovado um projeto de nossa autoria de iniciação científica pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) intitulado: Levantamento dos Aspectos Etnogeobotânicos do Parque Estadual do Rio Preto, Minas Gerais: Estudo com Plantas com Potencial Farmacológico. No decorrer

dessa pesquisa passamos a conhecer então algumas comunidades do entorno do PERP e algumas falas começaram a nos inquietar no que concerne ao cerceamento do uso tradicional dos recursos naturais após a implementação da unidade de conservação.

Já em 2006, mudamo-nos para Diamantina, fui lecionar na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), instituição de ensino superior que acabava de assumir o caráter de Universidade. Frente às precariedades inerentes a uma estrutura que inicia sua construção, pensar em pesquisa era praticamente impossível. O PERP e a comunidade de Santo Antônio, a mais próxima do parque, tornaram-se nosso ponto de apoio afetivo. Fomos acolhidos de uma forma única pela família do Deco, o qual se tornou nosso compadre e excelentes amigos fizemos por lá.

Distando apenas 60 quilômetros de Diamantina, continuar as atividades de campo no PERP era praticamente impossível pela falta de transporte institucional. Num sentimento de angústia e traição fomos então conhecer as possibilidades de trabalho acadêmico no Parque Estadual do Biribiri – PEBI. Parque que tem toda sua área no município de Diamantina e uma das entradas se encontra em frente ao campus da UFVJM.

No ano de 2008, fomos convidados a participar como colaboradores no projeto extencionista: *Uso tradicional dos recursos florestais não madeireiros no Vale do Jequitinhonha: importância do conhecimento científico e empírico e do envolvimento de múltiplos atores* coordenado pela docente da UFVJM, Profa. Maria Neudes de Sousa Oliveira. O projeto possuía como abrangência espacial algumas comunidades rurais vizinhas aos parques estadual do Biribiri e nacional Sempre Vivas. A participação nesse projeto abriu-me de vez o olhar para o entendimento dos conflitos sociais gerados pela inserção de unidades de conservação de uso integral numa região culturalmente marcada pelo extrativismo tradicional.

Inicia-se então uma busca pelo entendimento das relações entre as unidades de conservação e as comunidades presentes nos seus entornos. Ressalto que apesar da categoria tradicional, definida pelo Decreto Federal no. 6040 de 07/02/2007, ser considerada válida sob o ponto de vista jurídico, nesta pesquisa o olhar sobre a tradicionalidade vincula-se ao campesinato.

Então em 2009, surge a possibilidade de uma interconexão acadêmica de uma pequena, porém, visceral vivência nas regiões do PERP e do PEBI, possibilidade essa norteadas pelo ingresso no processo de doutoramento pelo Programa Mineiro de Capacitação Docente, da agência FAPEMIG, com o projeto: Paisagem, Turismo e Conflitos: O

entendimento do significado dos Parques Estaduais do Rio Preto, Biribiri e Itambé para seus municípios e suas possibilidades de integração. Este foi aprovado pelo Programa de Pós Graduação do curso de Geografia da UFMG.

Contudo, no âmbito de uma tese, mostrou-se necessário delinear melhor os meus objetivos, não seria possível estudar a interação Paisagem, Turismo e Conflitos, muito menos o significado que esses parques apresentam para seus municípios. Assim, fui levado a escolher quais aspectos despertavam meus interesses, o que exatamente eu queria saber. O local de pesquisa teve de ser alterado, o Parque Estadual do Itambé não poderia mais fazer parte do objeto de análise, posto que o referido parque ainda não apresentava seus limites totalmente definidos, a Paisagem e Turismo também perderam o foco devido a enorme abrangência dos temas.

Do projeto inicial foi mantido o cerne de uma temática que me suscitou pela primeira vez um olhar geográfico para a complexa realidade do entendimento das relações no, para e pelo espaço nas áreas de unidades de conservação e das comunidades de entorno.

Por fim ressalto ainda que a presente pesquisa está inserida nas atividades propostas pelo Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço – GIPE, grupo de pesquisa formado por alunos e professores da UFMG e da UFVJM cujo objetivo é desenvolver trabalhos de pesquisa e extensão sobre a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço – MG.

Capítulo 2

O Cenário da Pesquisa: A Serra, Pedras, Vegetação e Homem

Esta pesquisa insere-se no domínio da Serra do Espinhaço, uma cordilheira com mais de 1200km de extensão na direção aproximadamente Norte-Sul, abrangendo áreas dos estados de Minas Gerais e Bahia (Figura 2.1). Sua porção meridional estende-se por cerca de 300km, localizada integralmente em território mineiro e um dos principais marcos geográficos deste estado (Figura 2.2).



Figura 2.1: Esboço da área da Serra do Espinhaço. Modificado de Carvalho (2012)

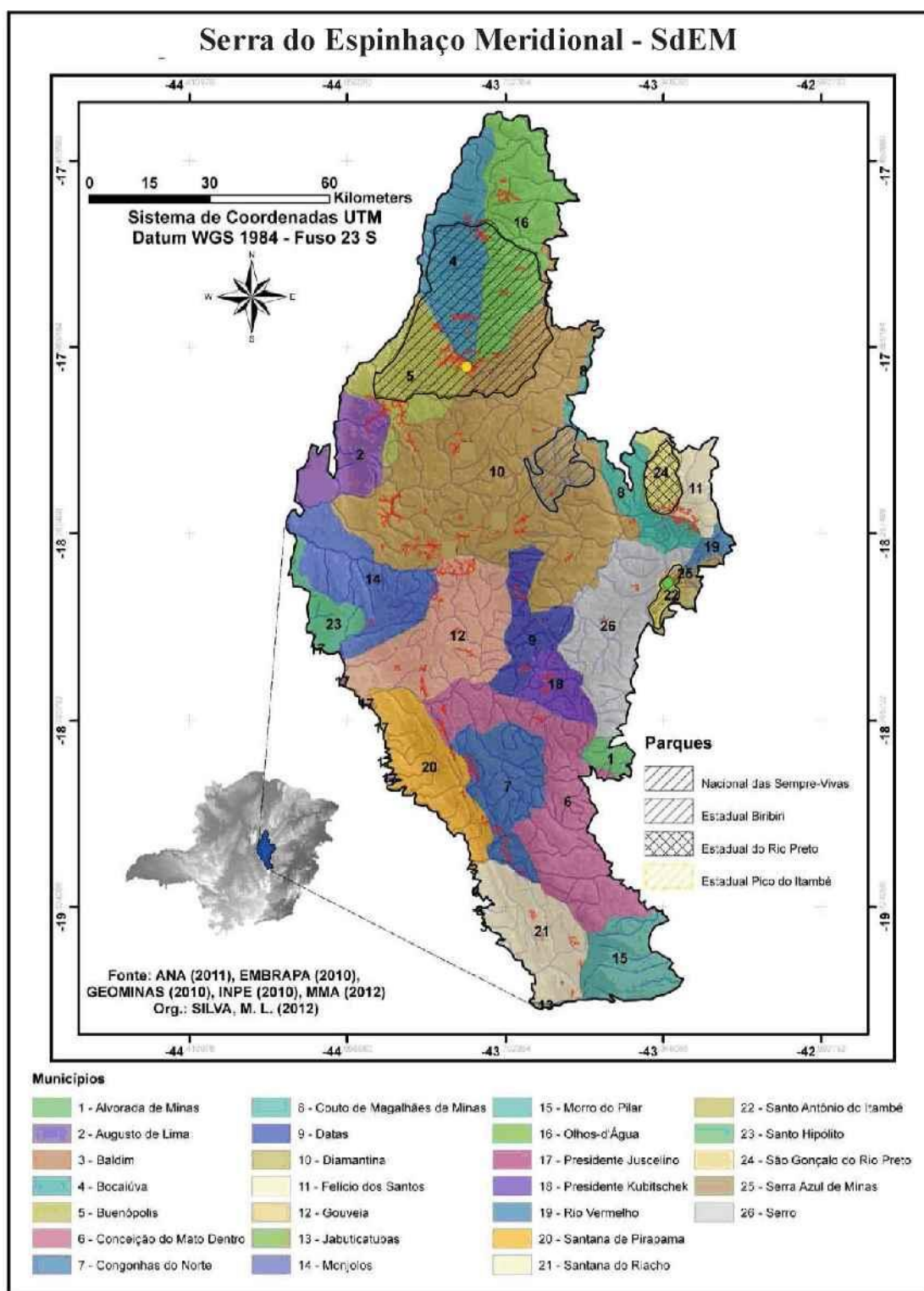


Figura 2.2: Mapa de municípios que compõem a Serra do Espinhaço Meridional com demarcação de Unidades de Conservação federal e estaduais. Modificado de Silva (2012)

A Serra do Espinhaço tem sido objeto de estudos de cunho geológico pelo menos desde o início do século XIX. O acervo bibliográfico existente sobre a região, decorrente, em um primeiro momento, da descoberta dos depósitos de ouro, no Século XVII, e diamantífero, no Século XVIII, é vasto, distribuído por diversas publicações que, muitas vezes, são inacessíveis.

A descoberta de diamantes na região de Diamantina data de 1714 e foi reconhecida pela Coroa Portuguesa em 1730 (LOPES et al., 2011). Nesta mesma década, para garantir um eficaz sistema de extração da gema, o governo enviou especialistas para analisar, controlar e demarcar as terras do distrito minerário, denominado Distrito Diamantino, o qual abrangeu uma área maior do que ao atual limite municipal de Diamantina (Figura 2.3).

Dados referentes à produção total de diamantes durante os mais de duzentos e cinquenta anos de exploração contínua são desconhecidos, já que a maior parte provavelmente saiu do país ilegalmente. De qualquer modo, a produção oficial entre os anos de 1772 e 1818 oscilou entre 32.300 e 9.396 quilates/ano, respectivamente. O ápice ocorreu no Ano de 1784 quando, oficialmente, foram retirados 56.141 quilates de diamantes pela administração real (SPIX; MARTIUS, 1981, p.49).

A formação territorial promovida pela extração do diamante deixou marcas nas diversas paisagens desta região que se fundaram no sincretismo cultural. Isto resultou em uma estratificação étnica que, aliada às questões sociopolíticas e às condições do meio ambiente físico. Definiram, ainda, a originalidade da paisagem do século XVIII não somente antigo Distrito Diamantino, mas em toda região do Alto Jequitinhonha, ainda impressas na paisagem.

A área desta pesquisa se insere dentro dos limites que, no século XVIII, se traçaram para o antigo Distrito Diamantino. Distribui-se no entorno da cidade de Diamantina, transpondo as atuais fronteiras de seu município e avançando pelos municípios de São Gonçalo do Rio Preto, Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos por agregarem, em parte de seus territórios, os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto, que fazem parte do Alto Jequitinhonha.

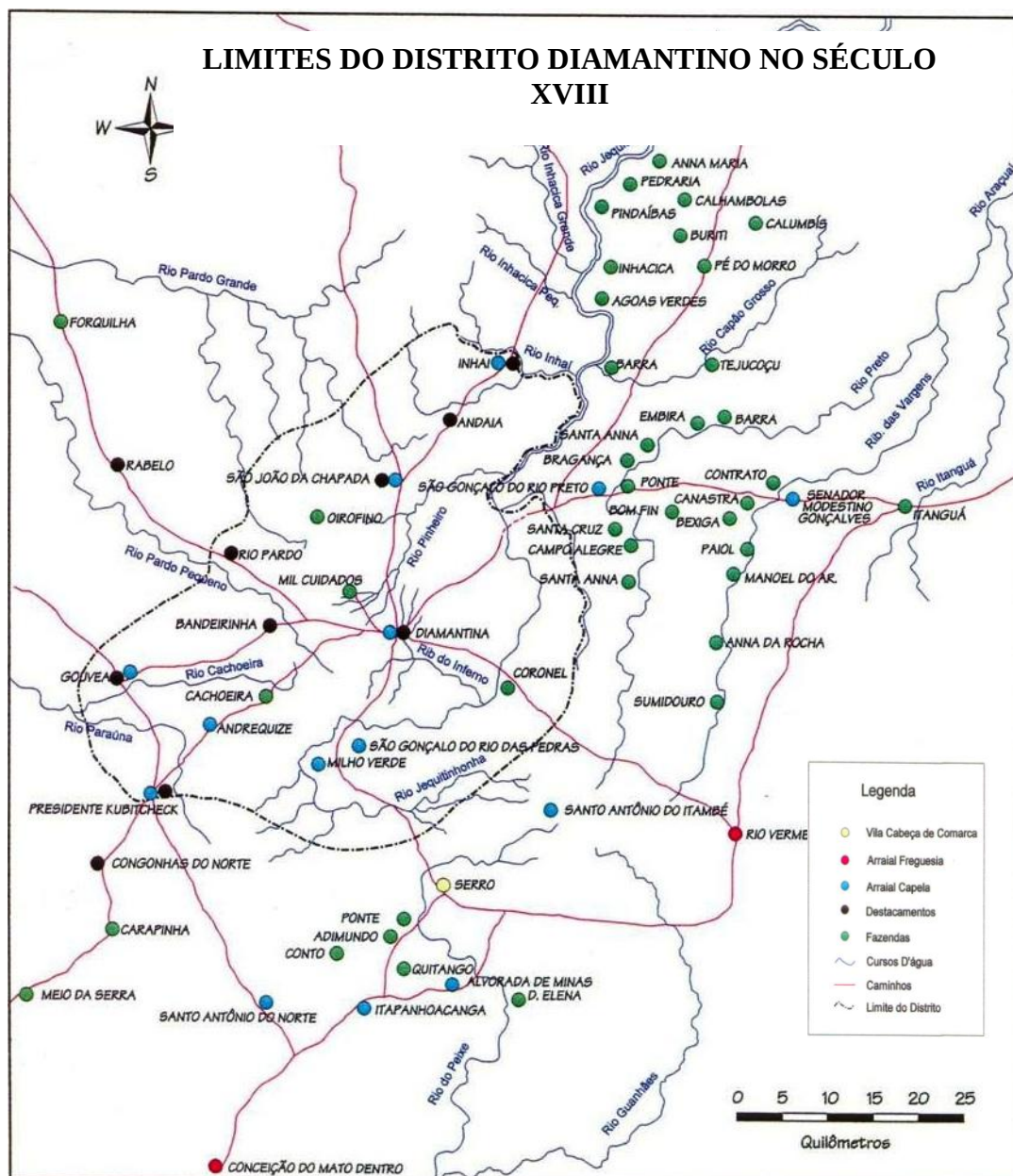


Figura 2.3 - Mapa do Antigo Distrito Diamantino, delimitado pela linha tracejada. Modificado de Batista (1999).

Do ponto de vista geomorfológico, área encontra-se inserida no Planalto de Diamantina (ABREU, 1982) e corresponde à superfície cimeira da Serra do Espinhaço a qual se apresenta melhor preservada, definindo um conjunto de terras altas e contínuas, com mais de 50 km de extensão no sentido das longitudes (Figura 2.4).

As terras que correspondiam ao antigo Distrito Diamantino guardam certa unidade paisagística marcada pelas feições da Serra do Espinhaço, com seus afloramentos de quartzito, inúmeros córregos e cachoeiras, formações campestres e rochas entremeadas de espécies vegetais endêmicas. Dessas terras vertem águas que seguem rumo ao Jequitinhonha, ao São Francisco e ao Doce, três bacias que têm no Espinhaço seu divisor. Por isso, parte do Planalto de Diamantina localiza-se no Alto Jequitinhonha. Segundo Fogaça (1997) sobre a Serra e o Rio Jequitinhonha:

Na faixa leste da Folha Diamantina, devido à potência erosional dos inúmeros tributários do Rio Jequitinhonha (Rio Pinheiros, Ribeirão do Inferno, etc.), os pediplanos estão sendo gradativamente destruídos, dando lugar a um relevo montanhoso com desníveis abruptos e vales profundos. Um bom exemplo é o pediplano que se inicia na Serra dos Cristais (próximo a Diamantina) e se desenvolve para leste em direção à Mendanha, onde de uma cota média de 1300 m, atinge-se, rapidamente, cerca de 700 m no leito e aluviões do Jequitinhonha (FOGAÇA et al, 1997, p.1.590).

Planalto de Diamantina

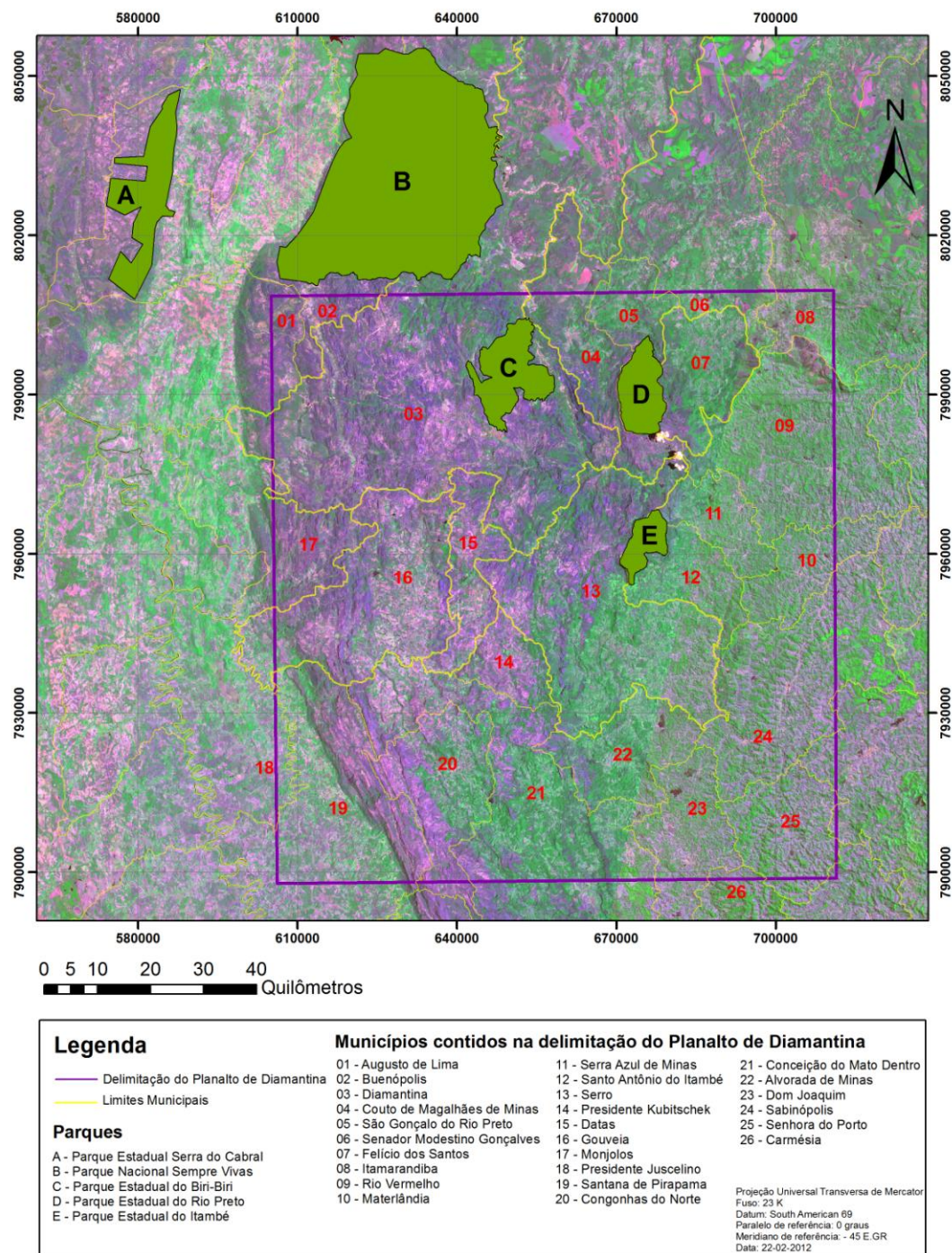


Figura 2.4: Esboço cartográfico da delimitação do Planalto Diamantina com delimitação em amarelo dos municípios da região. Modificado de Moraes (2012).

2.1– As Pedras e Suas Paisagens

A Serra do Espinhaço Meridional (SdEM) possui litologias, em sua grande parte, de origem sedimentar que foram depositadas ao longo do Éon Proterozoico, mais especificamente a partir de 1,7 bilhão de anos atrás, na forma de uma bacia sedimentar do tipo rifte. Segundo Pflug (1968); Schölle Fogaça (1979), ao pacote sedimentar, posteriormente metamorfizado e deformado, dá-se o nome de Supergrupo Espinhaço (Figura 2.5) que é subdividido em oito formações relacionadas a diferentes ambientes deposicionais e composições de estratos litológicos envolvidos, sob ação de distintos períodos tectônicos (DUSSIN; DUSSIN, 1995).

Os depósitos basais na Bacia Espinhaço possuem características predominantemente continentais e são representadas pelas formações São João da Chapada e Sopa-Brumadinho. Nesta se encontra, na forma de pacotes lenticulares, o conglomerado diamantífero, que moveu a ocupação colonial da região e foi central em sua economia até o século XX, não tendo ainda perdido toda sua importância.

Para Oeste, a bacia é recoberta pelos sedimentos eólicos (pelo menos em sua maior parte) da Formação Galho do Miguel considerada, por alguns autores, como a fase transicional da bacia. Esta formação apresenta a maior distribuição areal de todas as formações presentes na Folha Diamantina, bem como é também responsável pelas maiores espessuras de rochas quartzíticas (1000 a 1500 m, ou quase a metade da espessura total do Supergrupo Espinhaço). Aflora na parte central da Folha Diamantina e ostenta um caráter litológico extremamente homogêneo: quartzitos finos, puros, com abundantes estratificações cruzadas de grande porte.

A porção Oeste da Bacia Espinhaço, provavelmente como resultado de localizada subsidência termal, desenvolve-se pela deposição de sedimentos de águas marinhas calmas do Grupo Conselheiro Mata (possível bacia interna pós-flexural). Na descrição de Knauer (2007) este grupo é constituído, na base, por quartzitos e filitos da Formação Santa Rita. Estes gradam verticalmente para os quartzitos (finos a médios) da Formação Córrego dos Borges. Em direção ao topo, há deposição da Formação Córrego da Bandeira, com base filítica/metassilítica que grada verticalmente para quartzito fino a médio, localmente feldspático. Após esta deposição, são encontrados os quartzitos finos a médios (localmente puros) da Formação Córrego Pereira.

estruturais realizados por Rolim (1992) indicam que a maior parte destas frentes de cavalgamento/zonas de cisalhamento dúctil correspondem a rampas frontais formadas a partir de grande transporte de massa aproximadamente de Leste para Oeste ocorrido durante a Orogenia Brasileira.

Na parte central da SdEM encontra-se a depressão de Gouveia, onde as rochas do embasamento Arqueano, granito-gnáissicas, se elevam, formando uma Janela Estrutural (SAADI; VALADÃO, 1987), com desenvolvimento de terrenos mais ricos quimicamente que aqueles que são produto da erosão dos quartzitos.

Segundo Saadi (1995), o Planalto Meridional do Espinhaço é um conjunto de terras elevadas com forma de bumerangue de direção geral Norte-Sul e convexidade orientada para Oeste, com altimetrias normalmente superiores a 1000m, nas quais a esculturação do relevo é fortemente marcada pelos cisalhamentos e fraturas.

Na região de Diamantina, assim como em outras áreas do planalto, há a formação de superfícies de aplainamento, com a distinção de morros residuais, *inselbergs* ou *monadnocks*, conforme as diferentes interpretações dos processos de formação (Figuras 2.6, 2.7 e 2.8). Estas feições são descritas por Fogaça (1997):

Dignos de nota são [...] os pediplanos dessa região, com altitudes médias de 1200-1300 m (áreas de Datas, São João da Chapada, Campo da Dona), podendo chegar a 1400 m (área de Guinda). Esses pediplanos dos quais emergem alguns *hogbacks* de quartzitos, possivelmente resultam de eventos morfoclimáticos atuantes no próprio Quaternário e frequentemente independem das litologias subjacentes. (Fogaça et al, 1997, p.1590).

A morfologia regional, além de refletir muito de perto a disposição arquitetônica do pacote rochoso, ainda está estreitamente associada às litologias que o integram. Por outro lado, a dinâmica dos processos atuais está fortemente influenciada não só pelo clima que hoje caracteriza este setor do Espinhaço, como pelos que o precederam no decorrer do Quaternário.

Como resultado da combinação das disposições estruturais desta história fisiográfica regional, o Planalto de Diamantina, palco dessa pesquisa, adquiriu um conjunto de propriedades em sua morfogênese que produziram os estímulos econômicos para o povoamento regional. Estes foram propiciados pelos depósitos superficiais e subsuperficiais de diamante e ouro.

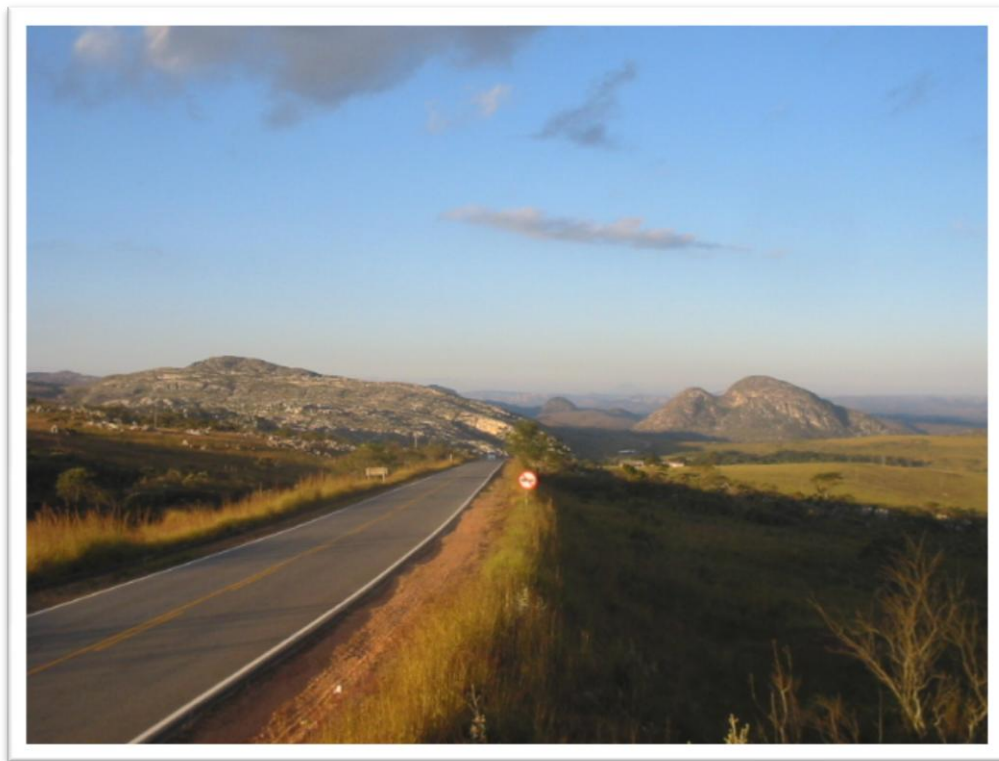


Figura 2.6: Relevos residuais *inselbergs* ou *monadnocks*. (Foto: Morais, 2007)



Figura 2.7: Relevos residuais *inselbergs* ou *monadnocks*. (Foto: Morais 2007)



Figura 2.8: Superfície de Aplainamento, indicada pela seta. Região da estrada vicinal (trecho da Estrada Real) que liga Diamantina ao Vau e São Gonçalo do Rio das Pedras Visada para SSE. (Foto: Morais, 2011).

Diversos autores descreveram os modos de ocorrência do diamante e do ouro no Planalto de Diamantina, certo é que sua gênese primária ainda permanece desconhecida. Sua ocorrência está associada aos conglomerados pré-cambrianos da Formação Sopa-Brumadinho, Grupo Macaúbas e às formações superficiais que recobrem as vertentes, bem como aos terraços e depósitos de leitos dos rios e córregos que cortam a região (ABREU, 1982).

A SdEM apresenta diferentes compartimentos geomorfológicos, que foram descritos por diversos autores. Partindo de uma escala regional, cinco paisagens foram classificadas por Pflug (1965):

1) Paisagem de escarpas escalonadas edificada sobre as rochas do Grupo Bambuí na borda ocidental da Serra do Espinhaço Meridional, cujo relevo é caracterizado por extensas áreas de superfície plana com baixo gradiente de declividade variando a relevo de morros suaves, cujas cotas altimétricas oscilam entre 500 e 600m;

2) Paisagem de chapadas que ocupa o Nordeste da SdEM. São áreas drenadas pelas bacias dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, dominadas por rochas do Supergrupo Espinhaço, da Faixa Araçuaí, do embasamento cristalino ou rochas dos grupos Macaúbas e Bambuí. As chapadas, propriamente ditas, são coberturas eluviais e depósitos clásticos (pedimentos, em geral), assentados numa extensa superfície de aplainamento de idade Meso-Cenozoica, onde são entalhadas pela rede de drenagem, conformam superfícies extensivamente planas em cotas altimétricas superiores a 800-900m. Estas feições no relevo são típicas Alto Jequitinhonha e de acordo com Ribeiro e Galizoni (2000) condicionam um sistema de produção “grota-chapada”. As variações de altitude com o fundo dos vales que as dissecam e as circunscrevem numa difusa distribuição e com recortes sinuosos, podem superar os 200m (SILVA et al., 2005);

3) Paisagem dos planaltos ocorre sobre a SdEM, propriamente dita, sempre acima dos 1000m de altitude, sendo caracterizada por relevo bastante acidentado com predomínio de rochas quartzíticas responsáveis pelas elevações e espigões de rochas nuas. A prevalência de quartzitos constitui uma paisagem de planaltos com cobertura rígida, intensamente falhada e fraturada, cuja esculturação promovida pela rede de drenagem, organizada segundo as direções tectônicas e estruturais, configura a ocorrência generalizada de escarpamentos, linhas de cumeada e grandes desníveis topográficos (SAADI, 1995; VALADÃO, 1998);

4) Relevo de *hogbacks* localiza-se ao longo da borda oriental da SdEM e é caracterizado por uma “paisagem de perfil assimétrico onde a linha de crista divide uma superfície fortemente inclinada para um dos lados e uma superfície suave e mais extensa do

outro”(SILVA et al., 2005). As elevações são condicionadas pelas frentes de empurrão e estão dispostas de forma alinhada na direção Norte-Sul ou Nordeste-Sudoeste, cujas cristas, sustentadas por quartzito, superam os 1500m de altitude;

5) Relevo irregular de meia laranja ocupa as áreas Leste e Sul da SdEM onde aflora o embasamento cristalino. Os mares de morro com vertentes côncavo-convexas apresentam cotas altimétricas que oscilam entre 500 e 800m, podendo atingir os 1000m de altitude.

Do ponto de vista pedológico, pode-se afirmar que os solos da SdEM são intimamente associados às formas de relevo e ao substrato geológico, existindo, desta forma, uma relação entre as superfícies geomórficas e as classes de solos presentes na região (DINIZ et al., 2005).

O solo predominante na SdEM, ocupando mais de 70% de sua cobertura pedológica, é o Neossolo Litólico, que se desenvolve associado às rochas quartzíticas. A forte declividade, o relevo montanhoso e o clima frio de altitude auxiliam na formação deste solo. Nas bordas da serra e seu interior, principalmente em área moldada sobre o embasamento granítico-gnáissico, xistos, filitos e rochas metabásicas. Rochas mais susceptíveis ao intemperismo desenvolvem solos mais espessos: os Latossolos e Cambissolos. Encontrados em menor escala, os Nitossolos e os Argissolos originam-se de rochas gnáissicas, filíticas e básicas. Os Neossolos Flúvicos relacionam-se às regiões de terraços e caracterizam-se por camadas intercaladas de areia grossa e fina. Os Gleissolos originam-se de sedimentos fluviais quaternários, principalmente na região central e Leste da serra, e são, em grande parte, área de preservação permanente, por se localizarem ao longo dos cursos fluviais (SILVA et al., 2005).

2.2 A Vegetação

O Planalto de Diamantina foi descrito por alguns naturalistas como Saint-Hilaire (2004); Pohl (1976); Spix e Martius (1981) no Século XIX. Por suas descrições a região é caracterizada por uma rica biodiversidade caracterizada principalmente pelos ecossistemas de Cerrado, da Mata Atlântica e até mesmo de ecótonos entre estas formações vegetacionais (DINIZ; TUBALDINI, 2011).

Diversas feições fitofisionômicas vinculadas ao Cerrado estão presentes no Planalto de Diamantina com predominância das feições herbáceas, herbáceo-arbustivas e arbustivas: o campo rupestre (talvez a mais típica dentre as feições, associada aos afloramentos rochosos), o campo limpo, o cerrado *stricto sensu*, o campo sujo (RIBEIRO; WALTER, 1998). As ocorrências de tais fitofisionomias estão condicionadas ao clima e aspectos morfológicos da Serra (GONTIJO, 2008)

LohmannePirani (1996) afirmam que a área do Planalto de Diamantina constitui o centro de diversidade florísticas de numerosos gêneros de muitas famílias, como Asteraceae, Melastomataceae, Ericaceae, Leguminosae, Velloziaceae (a família inteira), Eriocaulaceae e Xyridaceae, sendo estas duas últimas incomuns ou mesmo ausentes em outras formações vegetacionais brasileiras. Afirmam, ainda, que sua flora é muito rica, especialmente a campestre, que contém elevado grau de endemismo.

De acordo com Pereira (1994)há um consenso a respeito da diversidade de formações vegetais que compõem a Serra do Espinhaço. Porém,não há consenso sobre as características,nomeação ou o quê determina tais formações. Certo é que tais espécies são consideradas endêmicas com desenvolvimento adaptativo para colonizarem solos extremamente arenosos, litólicos e afloramentos rochosos (RIBEIRO; WALTER, 1998).

Lima et al. (2005), ressalta que a diversidade das formações vegetais forma um mosaico, sendo possível encontrar, num raio de poucos quilômetros, muitas ou mesmo todas as feições do Cerrado da região, com o campo rupestre e o campo limpo como os elementos mais frequentes.

Isnardis(2009) reflete sobre uma frequente e equivocada interpretação da biodiversidade do Planalto de Diamantina, a qual tende a enxergar uma aridez e pobreza regional. Porém diversos trabalhos científicos como os de Almeida et al. (1998); Barbosa (2002); Sano e Almeida (1998) e Piuzana et al. (2006) demonstram a tradicionalidade sustentável do uso de diversas espécies vegetais presentes no Planalto de Diamantina como

uma das formas de obtenção de alimentos, medicamentos e de remuneração econômica como atividade de vital importância para a sobrevivência de diversas comunidades fora das áreas urbanas da região.

A sinergia entre os ecossistemas presentes no Planalto de Diamantina e recursos minerais presentes principalmente na sua porção cimeira, foi preponderante para constituição de um processo de ocupação territorial o qual se apoiou numa exploração de recursos naturais que produziram regionalmente poucas marcas negativas ao meio ambiente nos dois primeiros séculos de ocupação.

2.3 - O Homem no espaço pesquisado

Diferente de outras temáticas abordadas nessa pesquisa, poucas são as referências bibliográficas que possam contribuir para uma efetiva caracterização de comunidades presentes no Planalto de Diamantina/ Alto Jequitinhonha. Os parques criados nesta região e que já possuem planos de manejo caracterizam suas comunidades de entorno com extrema superficialidade, o que gera um estranhamento, pois a implantação de Unidades de Conservação é sempre acompanhada de mudanças no cotidiano de moradores e, principalmente, na dinâmica das relações de uso da terra pelas comunidades campesinas.

A busca por uma caracterização do uso e ocupação, edificadas pelas comunidades no espaço, é fundamental para compreender o universo em que esta pesquisa se insere. Ademais, fornece elementos para evidenciar traços de tradicionalidade ainda presentes nas comunidades os quais podem estar sendo apagados em decorrência de especificidades do não uso dos recursos naturais em áreas de Unidades de Conservação e rigorosa aplicação da legislação ambiental nas zonas de amortecimento.

O Decreto Federal nº 6.040 (BRASIL, 2007) que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais explicita em seus incisos I e II do artigo 3º :

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de

forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas [...] (BRASIL, 2007, p.1).

Portanto, para uma comunidade ser considerada tradicional, inicialmente esta deve se reconhecer como tal. Porém este processo dificilmente acontecerá por ela mesma; sua tradicionalidade se explicita na viceralidade cotidiana de sua forma de reprodução cultural, social e econômica. Dessa forma de quem é a responsabilidade por caracterizá-las, quando pertinente, como tradicionais, para que possam ser amparadas por lei? Os responsáveis pelos Planos de Manejo?

As comunidades tradicionais no Brasil são constituídas por pequenos produtores rurais de base familiar, tendo sua economia fundamentada no agroextrativismo. Na ótica fundiária são, em sua maioria, posseiros, pois ocupam terras sem consentimento de terceiro e sem títulos legais sobre a mesma. Sua única garantia é o trabalho que realizam na terra para dar sustento a si e a suas famílias (BENATTI, 1998).

De forma ampla, a tradicionalidade das comunidades campesinas do Planalto de Diamantina e/ou do Alto Jequitinhonha são reconhecidas nos trabalhos de Ribeiro (2007), Ribeiro et al. (2011); Galizoni (2000, 2007); Ribeiro e Galizoni (2000, 2003) que descrevem, de forma generalista, as formas próprias de organização social, processo de ocupação e uso de seus territórios e recursos naturais dessas comunidades. Estes trabalhos abarcam, os municípios de Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba, Turmalina, Serro, Chapada do Norte e Carbonita (Figuras 2.9).

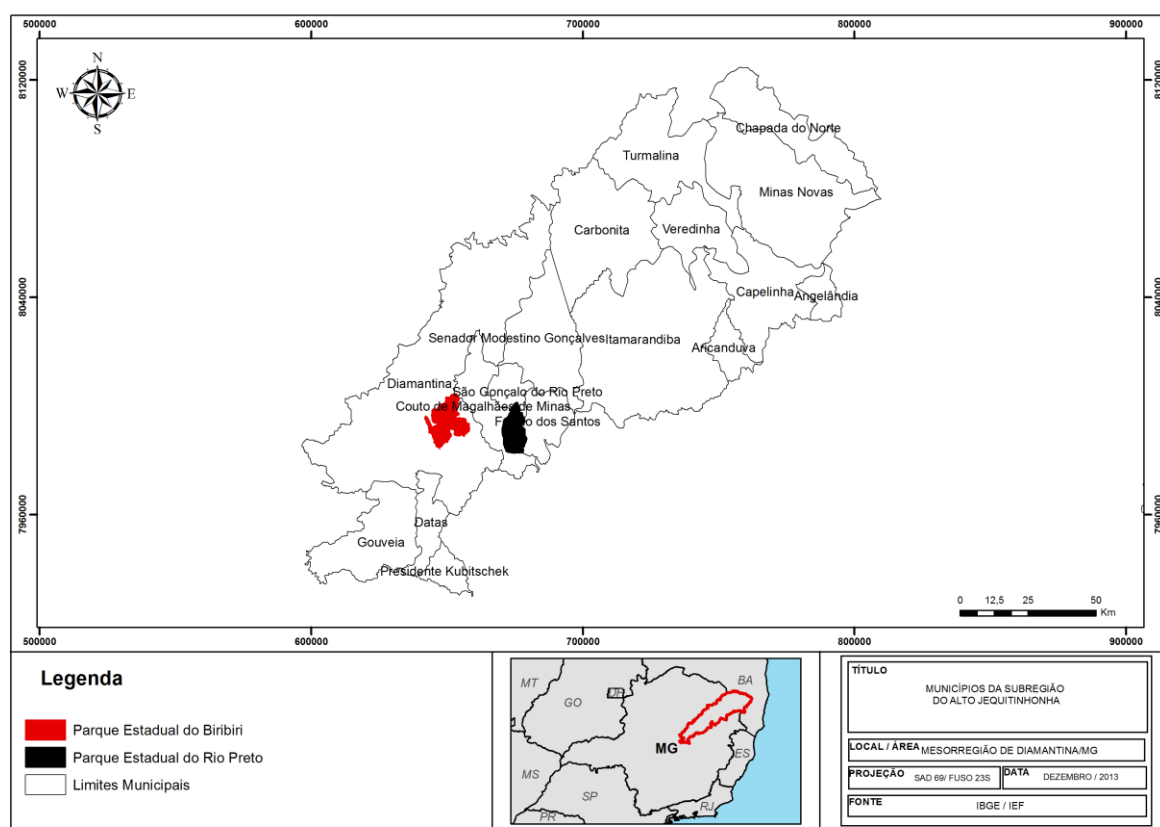


Figura 2.9: Localização dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri no âmbito da sub-região do Alto Jequitinhonha representado por seus municípios.

Os sistemas de produção constituídos por uma ocupação extrativista são notáveis ainda hoje no espaço rural do Alto Jequitinhonha. Diversas comunidades campesinas ainda fazem uma gestão coletiva do espaço que, acordo com Ribeiro et al (2011), costumam ser denominadas como populações tradicionais. Isto porque ocupam territórios próprios com fronteiras definidas, criam normas para a coletividade, estabelecem certo controle sobre o uso dos recursos naturais e conservam traços culturais passados de geração por geração.

Marcas explícitas de tradicionalidade nestas comunidades podem ser evidenciadas nas relações entre família e terra e no processo de ocupação de seus territórios. A terra é local de produção e reprodução da família e se apresenta como um patrimônio construído e transmitido pelo trabalho familiar. Famílias, nas comunidades campesinas do Alto Jequitinhonha, configuram-se em sentido restrito como uma primeira nucleação (marido, esposa, filhos) e também em um sentido expandido, como “rede de parentesco”, que seria a família ampliada (tios, irmãos, primos, etc.) com ancestral comum. A articulação de uma rede social de parentesco, muitas vezes, é o que se entende por comunidade. Para Galizoni (2007), esta é, ao mesmo tempo, unidade social, política, territorial e cultural, com forte sentimento de pertencimento e identidade que delimita o lugar das famílias no mundo.

Já o processo de ocupação do território respeita as gradações do relevo que culmina no complexo de grotas-chapada (RIBEIRO; GALIZONI, 2000). As grotas seriam as baixas e médias vertentes, áreas de maior umidade e próximas às nascentes, cuja vegetação é mais densa. Nessas áreas encontra-se grande parte das unidades de produção dos camponeses: casa, quintais e roças. As chapadas seriam as grandes extensões de terras planas nos topos das serras, pouco férteis e vegetação predominantemente de porte herbáceo e de gramíneas, além de afloramentos rochosos. Normalmente não são ocupadas por moradias, são áreas onde toda a comunidade faz uso, principalmente para extração vegetal e pasto natural.



Figura 2.10: Fotografia representativa do Sistema Grotas-Chapada, área rural do município de Turmalina. Fotografia: Marcelino Moraes (2011).



Figura 2.11: Fotografia representativa de detalhe da unidade de produção campesina, o quintal, área rural do município de Turmalina Autor: Marcelino Moraes (2011).

O complexo grotachapada no Alto Jequitinhonha tem por princípio o ajuste das famílias ao ambiente que se baseia na variabilidade do meio e na mobilidade das atividades produtivas (GALIZONI, 2007). É um ambiente interativo no qual diferenças ofertadas pelo espaço natural são significadas e reordenadas pelo trabalho das famílias campesinas. Estes construíram um sistema de produção que abarca essa desigualdade tirando proveito dela. Os limites impostos pela natureza fizeram com que terrenos compusessem um regime plural de terras na região, com áreas de uso comunitário, privativo, ora comunitário ora privativo. Segundo Ribeiro e Galizoni (2000) :

No Alto Jequitinhonha, a posse e domínio são qualificados pelo uso possível da terra no sistema de lavoura, e a legitimidade de ambos se dá pelo trabalho que a família realiza na terra. É o trabalho que constitui o domínio sobre a terra (RIBEIRO; GALIZONI, 2000, p.168).

Por fim a interseção das marcas da tradicionalidade presentes nas comunidades campesinas do Alto Jequitinhonha pode ser entendido na expressão popular “Terra de Bolo”, cujo significado relaciona-se a uma terra indivisa no interior de uma família extensa. Os membros da família que residem na terra possuem o seu usufruto e os recursos da natureza,

dos quais muitas outras pessoas também são donas: todos parentes consanguíneos têm, idealmente, acesso a terra; mas a regência cabe a poucos.

2.3.1 –Um olhar Socioeconômico sobre a região

Na segunda metade do Século XX, o Vale do Jequitinhonha já recebia o estigma de uma região de concentração de pobreza, com índices sociais abaixo da média nacional. Foi imposto, portanto, ao Alto Jequitinhonha uma nova racionalidade de exploração da terra norteada pelo pragmatismo de uma agricultura produtivista e amparada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Ribeiro (2007) correlaciona a revolução ao lugar descrevendo:

Essas regiões [referindo-se ao Vale do Jequitinhonha e ao norte de Minas Gerais] não davam retornos quando recebiam incentivos, os gastos públicos provocavam maior desigualdade social, aumentavam os conflitos fundiários, a pobreza rural, e estimulavam as migrações campo – cidade, uma questão que se tornou crítica depois dos anos de 1980, quando o crescimento econômico perdeu fôlego e a metropolização se tornou em um grande problema. Os estudos mostraram que isso era motivado em parte pelas características dessas regiões, em parte pelo estilo dos programas públicos, principalmente de crédito rural, que privilegiava determinados produtos, regiões e produtores (RIBEIRO, 2007, p. 30).

Assim, em meados da década de 1970, o Estado realizou fortes investimentos no Alto Jequitinhonha, procurando dinamizar sua economia e tirar sua população do “atraso” e da “carência” em que julgava se encontrar. Os investimentos estatais destacaram-se pela concessão de incentivos (creditícios, fiscais, tributários, dentre outros) a pessoas físicas e jurídicas (CALIXTO, 2006; RIBEIRO, 2007).

O entendimento sobre “atraso” e “carência” regional do Jequitinhonha apóia nos níveis de desenvolvimento considerados satisfatórios para o meio de vida nas cidades. Numa visão equivocada, as comunidades campesinas, cuja produção socioeconômica não se apóia, necessariamente, em rendimentos monetários, sempre estarão inseridas em rótulos de “atraso” e “carência”, ou melhor, de pobreza e miséria.

Nesse sentido, a busca pela erradicação da pobreza e miséria, que inclusive, consta como um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988 do Brasil poderia, equivocadamente, significar uma pressão “bem-intencionada” em favor da extinção dos modos de vida tradicionais.

De acordo com Itacaramby (2006), grupos sociais, tais como sociedades indígenas, cuja lógica econômica passa pelo desenvolvimento de atividades que não necessariamente

geram renda podem estar vivendo situações de pobreza ou miséria por inúmeros fatores. No entanto, é incoerente que esses grupos sociais sejam considerados pobres por critérios exógenos, sobretudo, pelo econômico centrado na renda, podendo ser este uma variável periférica nestas comunidades.

Dessa forma, a constatação de situação de carência, nestes casos, não seria atribuída, propriamente, à insuficiência de renda, mas a outros critérios como, por exemplo: carência de uma rede de sociabilidade/solidariedade, o não-acesso a recursos hídricos e/ou à terra de tamanho compatível e condições favoráveis ao desempenho da agricultura familiar (casos nos quais esta atividade exerça um papel importante na reprodução socioeconômica e cultural do grupo).

Dentre os investimentos realizados pelo estado no Alto Jequitinhonha o plantio de eucaliptos em larga escala nas unidades geomorfológicas das chapadas foi o mais duradouro e certamente o mais polêmico. Para Ribeiro e Galizoni(2000); Galizoni (2007); Calixto (2006), tais investimentos resultaram na tomada de muitas das terras das comunidades, principalmente das “terras de bolo”, transformando campos de extração e pastoreio em florestas comerciais que geram poucos empregos e que atualmente pertencem a grandes empresas.

Certo é que a inserção da silvicultura no Alto Jequitinhonha desconsiderou um aspecto muito singular no uso e ocupação secular das chapadas: a posse comunal de suas terras, sendo utilizadas pelos camponeses por meio do extrativismo de recursos naturais (lenha, ervas e raízes medicinais, madeira para construção civil, etc.) e para a “solta” do gado. Sendo assim, a expansão do eucalipto nas chapadas do Jequitinhonha implicou na limitação do uso do espaço para camponeses nas grotas e vales que margeiam as redes fluviais e, por conseguinte, na (re)organização dos sistemas tradicionais de manejo da agricultura e pecuária.

2.4 - Unidades de Conservação de Proteção Integral e conflitos socioambientais: implicações desta pesquisa

O debate acerca dos conflitos socioambientais entre populações que habitam o entorno de Unidades de Conservação (UC) iniciou-se juntamente com a criação desses territórios especiais destinados à proteção dos ecossistemas.

Muito já foi escrito e estudado acerca da inexistência de uma política adequada para a coabitação das populações no entorno das Unidades de Conservação (UC's), sobretudo as de Proteção Integral, tanto no Brasil como no âmbito internacional.

Os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto estão situados na porção Norte do Planalto de Diamantina (Figura 2.4). Os aspectos morfológicos e funcionais da região lhes conferem atributos naturais altamente valorizados do ponto de vista socioeconômico, no que concerne às atividades turísticas (ecoturismo e educação ambiental com a visitação às áreas naturais e históricas) e ao aproveitamento racional dos recursos hídricos. De acordo com Abreu (1982), Saadi(1995), Melgaço (1999), Guimarães (2004), Silva et al(2005), dentre outros, os aspectos geológicos, morfopedológicos e geoambientais globais de superfície lhes conferem atributos de grandes potencialidades econômicas, mas também de extrema fragilidade.

Os aluviões, expostos a partir do final do século XVII, constituíram um atrativo de peso para o início da ocupação da região tendo a atividade minerária orientado o uso e ocupação do solo (MARTINS, 2007). Neste sentido, vale citar um trecho do clássico da Geografia Física regional do Planalto de Diamantina de autoria de Abreu (1982):

A ação humana valorizou, desde o início, exatamente os escombros da morfogênese regional, que continham em si o diamante e o ouro, cuja exploração deu a tônica em todo o sistema territorial implantado na região, desde os primórdios de seu povoamento (ABREU, 1982, p. 140)

No entanto, cenários criados pela simbiose entre as feições macro-morfológicas e os ricos biomas, constituem paisagens de valor estético, científico e ecológico incomensurável, mas extremamente frágeis. Tal realidade levou a criação de diversas UC's. Posteriormente, esta realidade justificou a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação do Alto Jequitinhonha -Serra do Cabral (AZEVEDO et al, 2009) representado na Figura 2.12 e que tem como função proporcionar a gestão integrada entre UC's, com forma e objetivos previstos pela Lei Federal Nº 9.985 (BRASIL, 2000)e que dita,em seu Artigo 26:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2000, p. 10)

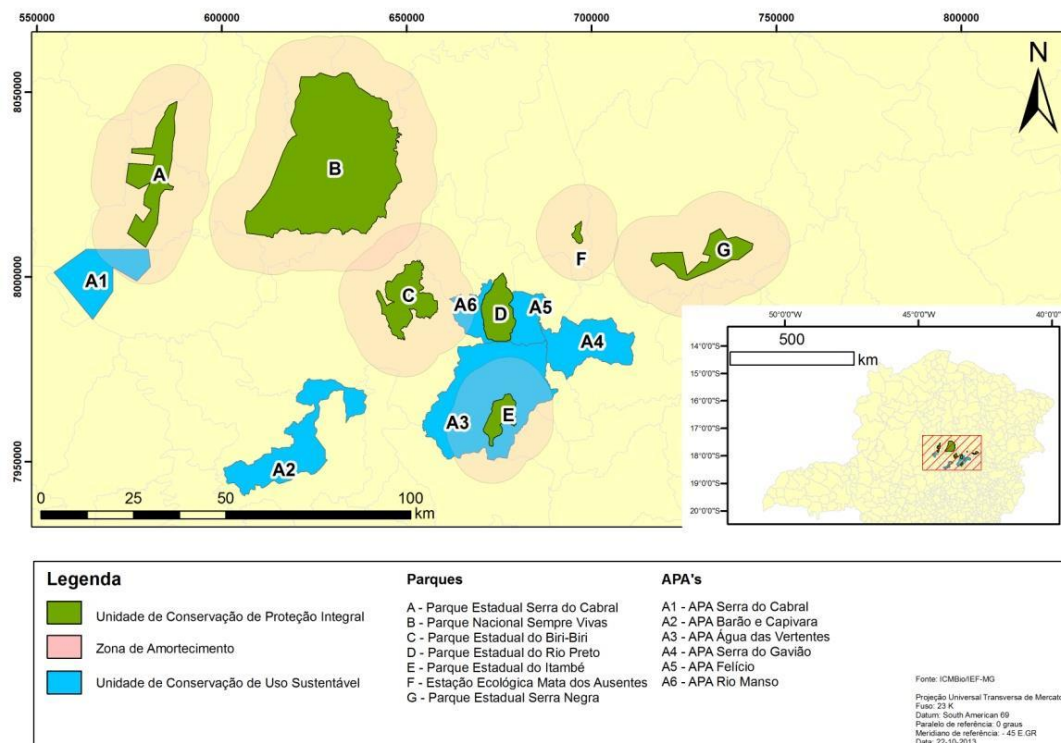


Figura 2.12: Área de abrangência do Mosaico de UC's do Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral. Retirado de Moraes et al. (2014).

Tal peculiaridade ambiental regional vem então recebendo uma forte pressão de conservação, traduzida na atuação de diferentes organizações não governamentais (ONG's) nacionais e internacionais, além de pesquisadores provenientes das principais universidades federais do país, grupos de observadores da biodiversidade, entre outros.

Num outro olhar, as diversidades biológicas e geológicas da região condicionaram a construção de uma singular realidade sociocultural a qual se expressa, ou se expressou, pela tradição do extrativismo mineral e florístico sustentável. Isto é resultante do fato de que os solos da região são, na sua maioria, rasos, arenosos, ácidos, extremamente pobres em nutrientes e com uma acentuada declividade, o que torna a prática da agropecuária difícil¹.

¹ Apesar da fragilidade frente ao setor agropecuário, a região do Planalto Meridional do Espinhaço apresentou desde o início de sua ocupação a presença de áreas de criação e cultura, conforme pesquisado por Abreu (1982), Meneses (2000) e Martins (2007).

Logo, a exploração de plantas ornamentais nativas e o garimpo tradicional constituíram-se numa alternativa de fonte de renda para a população.

Porém, com o avanço das relações “modernas” de trabalho e consumo, há uma quebra do equilíbrio extrativista regional: declina-se o extrativismo sustentável tradicional que dá lugar ao predatório, gerando uma brusca modificação na realidade sociocultural das comunidades que habitam as áreas rurais. Tal fato justificou ainda mais a criação de UC’s e a imposição de limites ao uso do espaço natural pelas comunidades rurais.

Todo este contexto configura uma situação em que os diferentes grupos sociais, cada qual com sua lógica de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual realidade deverá ser priorizada. Para compreender as implicações desta convivência é necessário entender como os agentes desses grupos percebem o processo de instituição das UC’s e como isso interfere em suas práticas. Portanto, o cenário construído no presente trabalho teve seus alicerces no ambiente dos conflitos socioambientais.

Na realidade exposta, surge um ambiente de conflito entre as comunidades e as UC’s que, até o momento, não conseguem nortear de forma efetiva uma alternativa econômica para as comunidades que não mais podem ter o extrativismo como forma de sustento. O presente contexto tornou possível a elaboração da dúvida norteadora dessa tese, que pode ser expressa da seguinte forma:

Quais as realidades e relações entre as diversas formas de ocupação humana presentes nos limites e zonas de amortecimento dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto, considerando as diversas percepções: das comunidades, órgãos gestores e os possíveis efeitos produzidos sobre a paisagem e suas consequências para as comunidades locais e as UC’s?

Para tanto, formulou-se as seguintes hipóteses:

(1) O processo de criação e gestão das UC’s não permite de forma clara e objetiva que as populações locais participem efetivamente nas decisões sobre a gestão do lugar e território, nos quais elas estão inseridas;

(2) A aceitação da UC pelas comunidades é diferenciada devido à postura e preocupação dos gestores para com elas;

(3) Cada vez mais as comunidades estão sendo “estranguladas” espacialmente pelas UC’s e suas Zonas de Amortecimento, sem que haja um efetivo trabalho de compensação pelos órgãos ambientais;

(4) Não há um efetivo estudo realizado nos Planos de Manejo sobre a realidade cultural das comunidades frente ao extrativismo mineral e vegetal;

(5) O posicionamento principal dos órgãos regionais entendem as comunidades como “problemas”.

Para o entendimento das relações entre populações e UC’s é necessário adentrar no cenário das relações entre a sociedade civil e Estado e na efervescência do discurso ambientalista, pois o tema é complexo e polêmico, configurando conflitos ideológicos e políticos, advindos de diferentes escolas da conservação ambiental.

Marinho (2006) explicita que nenhum dos sujeitos sociais e políticos relevantes na era contemporânea estão isentos de participar, bem ou mal, da divisão política, técnica e ética de responsabilidades que determina a crise socioambiental no Brasil e no mundo.

Na busca do entendimento de relações e conflitos entre comunidades e UC’s, a Geografia se depara com um ambiente complexo das relações socioculturais e socioambientais que vem sendo rapidamente modificadas pela homogeneização de interesses imposto por um mundo agora “globalizado”. Para Furlan (2000) as forças da lógica da sociedade globalizada estão presentes em quase todos os lugares, interagindo com a cultura e no modo como esta informa a natureza. Além disso, influi no modo como as pessoas participam do mundo e como constroem valores materiais e imateriais.

Arruda (1997) explicita a necessidade de melhor entendimento entre comunidades e UC’s citando, como exemplo, a região Amazônica onde, cerca de 35% de unidades de conservação se sobrepõem a Áreas Indígenas. Segundo o autor, dados do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) informam que 39% de UC’s dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná possuem moradores. O caso do primeiro estado é o mais surpreendente: cerca de 70% das unidades possuem moradores no seu interior; o percentual desta realidade no estado do Paraná é de cerca de 20% e no Espírito Santo, 25%.

A presença de comunidades no interior e arredores de unidades de conservação não é recente. Em 1992, durante o IV Congresso Nacional de Parques, realizado em Caracas,

Venezuela, foi apresentado um dado de extrema relevância sobre esta realidade: 86% dos parques nacionais da América do Sul abrigam populações residentes. Ao longo do evento houve um intenso debate quanto a problemática da ocupação humana em UC's, recomendando, ao final, respeito pelas populações tradicionais numa tentativa de se evitar reassentamentos.

No Brasil, a discussão sobre os conflitos advindos da relação entre populações e unidades de conservação é recente. Historicamente, comunidades (principalmente aquelas localizadas no interior de unidades) têm sido tratadas como “empecilhos” aos objetivos da conservação da natureza (DIEGUES, 1996). Essa visão é compartilhada por Kinker (2005) que afirma que nos processos de constituição de UC's no Brasil, comunidades extrativistas que habitam áreas próximas ou pertencentes às mesmas são estigmatizadas como destruidoras da natureza.

Os Planos de Manejo parecem minorizar a importância (ao entendimento) da heterogeneidade de comunidades diante de parâmetros como isolamento, adensamento, aspectos culturais, atividades econômicas, situação fundiária e histórico de ocupação. O olhar antropocêntrico não permite a possibilidade de se manter essas comunidades no interior das UC's utilizando-as como agentes de preservação e reconstituição ambiental.

A proposta desse trabalho não se assenta na desqualificação dos trabalhos e ações realizadas nessa visão antropocêntrica. Pretende-se aqui avançar nas discussões e diálogos entre os diversos agentes sociais envolvidos, visando equacionar os conflitos hoje existentes.

2.5 - Objetivos

Tendo por base o cenário exposto no item anterior o objetivo geral desta tese é analisar a relação entre os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e as comunidades que habitam os seus entornos, tendo como categoria de análise o conflito que interfere direta ou indiretamente na dinâmica social da comunidade e na forma de gestão das UC's de Proteção Integral.

Em decorrência do objetivo central, foram assumidos como objetivos específicos:

- (1) Caracterizar os aspectos naturais dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto assim como seus processos de criação e implementação;
- (2) Espacializar e caracterizar as comunidades de entorno presentes nos planos de manejo das UC's e reconhecer suas atividades tradicionais;

- (3) Reconhecer e conhecer os diversos atores sociais dos grupos estudados e compreender os olhares sobre as dinâmicas ambientais tradicionais e da gestão das UC's;
- (4) Identificar e analisar os atuais conflitos entre as comunidades e UC's.

Capítulo 3

Caminhos Metodológicos

Uma pesquisa só pode ser desenvolvida quando há um problema claramente formulado, objetivos bem determinados, assim como o plano de coleta e análise dos dados. Visando atender esses preceitos, o caminho metodológico escolhido foi o hipotético-dedutivo, o qual, segundo Gil (1993), parte-se de um questionamento que permite formular uma hipótese e, pelo processo dedutivo, testa-se a ocorrência dos fenômenos.

Para fins de organização, a pesquisa dividiu-se em etapas, cujos procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica; reconhecimento de campo da área de pesquisa: parques estaduais do Rio Preto e Biribiri; reconhecimento das comunidades de entorno dos parques por meio de observação participante; realização de entrevistas semi-estruturadas gravadas digitalmente junto a moradores de comunidades no entorno dos parques assim como com gestores UC'se posterior tratamento das informações; cartografia das comunidades do entorno, reconhecimento dos limites dos Parques e de suas zonas de amortecimento; distribuição de uso e ocupação do terreno dos parques e Zonas de Amortecimento no período entre 1991 e 2011.

3.1 – Da Revisão Bibliográfica

O estímulo ao pensamento e a definição de um problema de investigação científica tem como ponto de partida a revisão de literatura sobre o tema (TRENTINI e PAIM, 1999). Assim, a revisão bibliográfica é uma etapa que auxilia na contemplação dos objetivos propostos deste trabalho, os quais integram abordagens específicas ao estudo e compreensão tanto da criação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto quanto da realidade socioeconômica e ambiental de suas comunidades de entorno. A revisão foi realizada seguindo os eixos norteadores: **Relevância paisagística e natural da Serra do Espinhaço e**

do Planalto de Diamantina – Abreu (1982), Saadi (1995), Gontijo (2008), Isnardis (2009); **O Histórico Conservacionista Mundial e Brasileiro** –Diegues(1996), Pereira (2005), Irving et al (2008); **A legislação e conceitos de UC's(Plano de Manejo e ZA)** – Brasil (2000), Vio (2001), Costa et al. (2009); **Conflitos socioambientais e comunidades campesinas-** Little (2001), Pereira (2005), Galizoni (2007), Ribeiro et al. (2011), Mazzetto (2007); **além de uma análise profunda dos planos de manejo dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto.** Importante ressaltar que os trabalhos citados nos eixos norteadores foram o caminho inicial para seleção e leitura das demais referências utilizadas neste trabalho.

3.2 – Reconhecimento da área de Pesquisa

Após análise de documentos cartográficos, tais como fotografias aéreas, imagens de satélite e cartas topográficas foram realizadas campanhas de campo de reconhecimento da área de pesquisa assim como atividades vinculadas a disciplinas de graduação da UFVJM e Pós Graduação da UFMG propiciando situações de troca de olhares entre as diferentes perspectivas disciplinares, lançando as bases para um posterior intercâmbio de informações.

Objetivo maior desta etapa foi reconhecer a área específica na qual seria realizada a pesquisa empírica, ou seja, reconhecimento *in loco* das áreas dos parques estaduais, percorrendo também as várias comunidades rurais que estão inseridas nas Zonas de Amortecimento dos parques de acordo com seus planos de manejo.

3.3 – Das Entrevistas

A fim de estabelecer a interação do pesquisador com a vida cotidiana das comunidades partiu-se de algumas aproximações ao método da História Oral, da forma apresentada por Thompson (1992) e Meihy (1996). O uso da História Oral é predominantemente associado às metodologias qualitativas, dada sua função de recompor a memória, o testemunho e valores sociais e culturais dos sujeitos da pesquisa. Se dá por meio da narração pessoal valorizando-se os sentimentos e as emoções vividas de um momento experimentado (THOMPSON, 1992).

Queiroz (1988) afirma que a forma mais antiga de coleta de dados orais é a entrevista e que mesmo apresentando falhas diante de algumas situações, nunca deixou de ser utilizada pelas diversas ciências, fornecendo dados originais ou complementando dados já obtidos de outras fontes.

Na entrevista, valoriza-se a descrição verbal do entrevistado para a obtenção de informação com relação aos estímulos ou experiências a que está exposto (SELLTIZ et al., 1974). Trata-se de uma conversa que tem por objetivo, através das respostas fornecidas, recolher dados para a pesquisa (CERVO; BERVIAN, 1983; NOGUEIRA, 1975).

As entrevistas realizadas nesta pesquisa seguiram o caminho apontado por Bailey (1982) combinando perguntas fechadas e abertas, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema sugerido sem que o entrevistador fixe, *a priori*, determinadas respostas ou condições. Portanto, foi por meio de entrevista semi-estruturada que buscou-se a aproximação do espaço vivido, de experiências e relatos de vida de integrantes das comunidades de entorno dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri assim como de seus gestores.

Neste sentido, Gil (1993) aponta que a entrevista semi-estruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento.

A elaboração dos roteiros foi feita a partir de discussões com outros pesquisadores (tais como os integrantes do GIPE, que efetivaram pesquisas na região) que utilizaram entrevistas semi-estruturadas. Dessa forma, alguns parâmetros foram utilizados na definição do roteiro tais como: Tamanho da pergunta, Dificuldade de elaboração mental do entrevistado, Uso de palavras que causam impacto emocional e Uso de frases manipulativas. Assim sendo, os roteiros utilizados nesta pesquisa basearam-se nos distintos atores envolvidos e suas relações com o espaço pesquisado:

1) Roteiro para representantes das comunidades:

- a) História de vida do entrevistado e sua relação com aquele espaço;
- b) O processo de criação do Parque;
- c) O significado do Parque;
- d) As modificações ocorridas com a chegada do Parque;
- e) Quem eram os envolvidos no processo de criação da UC;
- f) Os limites físicos da comunidade;
- g) Os usos antepassados e atuais daquelas terras e dos recursos naturais.
- h) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Indica alguém para ser entrevistado?

2) Roteiro para gestores dos parques:

- a) Fale um pouco sobre você, sua formação, origem, idade, quando e começou a trabalhar com unidades de conservação.
- b) Você já conhecia a região? Como foi a vinda para cá?
- c) Quando você chegou aqui, qual era a situação do parque? O que chamou sua atenção?
- d) Como foi o processo de decisão de criação do parque (critérios, relevância)? Quem estava envolvido, quem influenciou na decisão?
- e) Como foi implantação do parque do seu ponto de vista? Como tem se dado à fiscalização?
- f) Qual é o seu conhecimento sobre o Plano de Manejo? O Plano de Manejo auxilia na tomada de decisão? Há dificuldades no “uso” do Plano de Manejo?
- g) Qual a relação do parque com as comunidades do entorno?
- h) O que você conhece sobre o extrativismo vegetal e mineral na região?
- i) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Indica alguém para ser entrevistado?

Cabe ressaltar que a entrevista semi-estruturada valoriza não somente a presença do investigador, como também oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Assim, de acordo com Selltitz et al. (1974), o papel do entrevistador é servir como catalisador da compreensão dos sentimentos e crenças do entrevistado, bem como da sua significação pessoal.

Para isso, a presente pesquisa também utiliza como método a observação participante, que segundo Oliveira (1996), salienta a importância de olhar, ouvir, escrever/refletir- de modo a favorecer a interação com o olhar do outro. Essa interação, segundo a autora, nos aproxima da visão de mundo do outro e nos faz refletir sobre a nossa própria visão, embora nosso olhar, disciplinado, muitas vezes dificulte tal exercício, sendo necessário, portanto, relativizar essa interpretação. O olhar, o ouvir e o escrever são importantes na percepção e pensamento deste tipo de pesquisa, se completam e permitem um resultado mais fidedigno do universo a ser estudado.

Valladares (2007) afirma que a observação participante é atualmente utilizada de forma constante em pesquisas ligadas aos campos da Sociologia, Antropologia e Geografia, principalmente em estudos de caso de "comunidades carentes" ou territórios urbanos demarcados social e geograficamente. Tal afirmação demonstra que o uso desse mecanismo é pertinente à realidade dessa pesquisa.

Tendo como fundamento a publicação de Whyte (2005) e Valladares (2007) nota-se que:

1) A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses reconhecendo e intermediando sua entrada em uma área. Uma fase exploratória é, assim, essencial. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento.

2) O pesquisador desconhece as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local.

3) A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma auto-análise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada e sua transformação numa pessoa local não se verificará, ou seja, por mais que seja sua inserção social, o estranhamento sobre o seu papel em determinadas situações será sempre evidenciado.

4) O pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros, nem a si próprio.

5) Uma observação participante não se faz sem um intermediário que auxilia sua inserção num determinado grupo. No decorrer do trabalho tal intermediário pode se tornar um colaborador da pesquisa. Determinadas interpretações edificadas terão fortes influências decorrentes de esclarecimentos e diálogos tecidos na relação entre o pesquisador e agora colaborador.

6) O pesquisador quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo pesquisado. Seus passos durante o trabalho de campo são conhecidos e muitas vezes controlados por membros da população local. O pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado.

7) A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los.

8) Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. O pesquisador não deve recuar em face de um cotidiano que muitas vezes se mostra repetitivo e de dedicação intensa. Mediante notas e manutenção do diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente. Sua presença constante contribui, por sua vez, para gerar confiança na população estudada.

9) O pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo e deve tirar proveito deles, na medida em que os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. Deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio.

10) O objetivo das atividades realizadas pelo pesquisador sempre serão questionados pelo grupo pesquisado. Haverá sempre uma expectativa de um resultado prático da pesquisa que trará algum benefício direto para o indivíduo ou grupo.

3.4–Etapas de campo e realização de entrevistas

Os trabalhos de campo iniciaram nesta fase com foco nas comunidades e gestores de parques para realização de entrevistas.

A seleção dos entrevistados foi realizada tendo por critério inicial a opinião geral dos moradores das comunidades acerca de quem seriam as pessoas mais envolvidas com as UC's. Dentre os representantes selecionados pode-se citar: os envolvidos no processo de criação das unidades, os líderes locais, participantes de associações de moradores, vítimas de ações fiscalizatórias, e aqueles que auxiliam na atual gestão dos parques, os que apresentam conhecimento tradicional sobre a região e os que passaram, ou ainda passam, pelo processo de desapropriação de terra. Foram também entrevistados, em menor número, representantes de entidades e empresas que atuam direta ou indiretamente nas áreas dos Parques e de seus entornos.

As primeiras comunidades visitadas foram Alecrim e Santo Antônio, situadas na

porção Norte da Zona de Amortecimento do PERP, município de São Gonçalo do Rio Preto. Estabeleceu-se um contato inicial com os moradores, abrangendo apresentação do pesquisador e a explicação das intenções da pesquisa. Buscou-se reconhecer as lideranças das comunidades e diminuir a situação de estranhamento entre o entrevistado e entrevistador. Durante esta etapa foram realizadas dezesseis (16) entrevistas, distribuídas da seguinte forma: catorze com os moradores dessas comunidades, uma com o gestor e outra com um funcionário do Parque Estadual do Rio Preto. Foram realizadas em Fevereiro de 2011 e Setembro de 2012. Em paralelo, foi mantida a observação direta das ações cotidianas dos moradores de ambas comunidades.

Em Junho e Outubro de 2011 as etapas de campo para entrevistas foram realizadas em conjunto com pesquisadores do GIPE e abarcaram as seguintes comunidades: Pinheiro (Oeste da ZA), Maria Nunes (Nordeste da ZA) e Mendanha (Leste do PEBI), além de moradores ainda residentes na área do parque. Cabe ressaltar aqui que, apesar de Mendanha e não ser entendida pelo Plano de Manejo como comunidade de entorno do PEBI e portanto não estar inserida em sua ZA, decorrente de sua proximidade com o parque optou-se pela realização das atividades nesta comunidade.

As atividades realizadas nessas comunidades seguiram os mesmos procedimentos das entrevistas em Alecrim e Santo Antônio. Porém outros setores da sociedade foram entrevistados gerando, assim, informações mais abrangentes quanto aos olhares sobre o PEBI. Realizou-se dezenove (19) entrevistas distribuídas entre a comunidade e os seguintes atores: representante da Associação dos Guias Turísticos de Diamantina; representante da Associação Montanhas do Espinhaço (parte do Conselho Consultivo do PEBI); Gestor do parque; representante de Operadora de Turismo (parte do conselho consultivo do PEBI), representantes do poder público municipal de Diamantina (Secretaria de Turismo, Secretária de Meio Ambiente e Gabinete do Prefeito) e representantes da EMATER.

Entre Outubro e Dezembro de 2012, trabalhos de campo ocorreram nas comunidades de Loronha, Canela, Cabeças e Cotó, situadas na porção Leste da Zona de Amortecimento do PERP, município de Felício dos Santos. Foram realizadas dezessete (17) entrevistas com moradores das comunidades, sendo quatro (4) na comunidade de Loronha, seis (6) em Canela, três (3) em Cotó e quatro (4) em Cabeças. A observação direta das ações cotidianas dos moradores dessas comunidades ocorreu de forma menos intensa.

Em Março de 2012, trabalhos de campo para entrevistas ocorreram nas comunidades de Água Espalhada, Amendoim e Abóbora, situadas na porção Oeste da ZA do PERP, município de Couto de Magalhães de Minas. Foram realizadas sete (7) entrevistas com

moradores das comunidades, sendo três (3) na comunidade Amendoim, duas (2) em Água Espalhada e duas (2) Abóbora. A observação direta das ações cotidianas dos moradores dessas comunidades ocorreu de forma menos intensa

3.5 - Das entrevistas e tratamento das informações

As entrevistas realizadas com os moradores das comunidades não obedeceram a nenhum método de amostragem, pois as mesmas dependiam do número de pessoas encontradas e que permitiram o diálogo, numa tentativa de seleção como descrito no tópico 3.4. O mesmo aconteceu nas entrevistas com os demais atores envolvidos na pesquisa, pois atrelaram-se à sua disponibilidade.

Todas as entrevistas foram transcritas de acordo com os procedimentos propostos por Alberti (2005). Ouviu-se de cada entrevista um trecho da gravação para familiarização com o discurso e a fala do entrevistado. Em seguida, voltou-se à gravação, procurou-se ouvir as construções das frases e iniciou-se, então, a transcrição.

As entrevistas foram transcritas diretamente num computador para evitar o retrabalho e possíveis distorções em função da grafia. Uma vez realizada a primeira etapa da transcrição, iniciou-se o trabalho de conferência. Nessa etapa, ouviu-se novamente a gravação e comparou-se com o texto transcrito, e, quando necessário, foram efetuadas correções de datas, nomes de pessoas e lugares. Dessa forma as transcrições permitiram a análise de seus conteúdos com o intuito de alcançar os objetivos deste trabalho.

3.5.1 – Análise das Entrevistas

A análise dos dados obtidos ocorreu por meio de um processo de organização sistemática de transcrição das entrevistas e de notas de campo, com objetivo de compreender a realidade local.

A análise das entrevistas exige cautela e ética vigilantes em relação à interpretação, pois de acordo com Queiroz e Silva (2004), há uma tendência de o pesquisador se envolver a tal ponto com o material empírico na procura de respostas imediatas, que a entrevista, por vezes, não fala por si. Nesse momento, a atenção precisa estar alerta para as possíveis interferências de nossa subjetividade, tendo consciência e assumindo como parte do processo

de investigação os descaminhos possíveis da relação entre os atores e os pesquisadores implicados nesse processo.

Romanelli (1998) afirma que a subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo.

No processo de análise das entrevistas deve estar claro que nem tudo que é dito pelo entrevistado deve ser objeto de análise; de que tudo que foi dito é importante só por ter sido dito. As cinquenta e nove (59) entrevistas realizadas produziram um corpo de informações o qual passou por rigorosa seleção sobre a pertinência da informação quando relacionada aos objetivos da pesquisa.

Ao longo da elaboração dessa tese, refletiu-se muito sobre qual caminho metodológico a ser adotado para análise das entrevistas. Para Campos (2004) o universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnica para a análise de entrevistas deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (*corpus*). Tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística.

Optou-se neste trabalho pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979), a qual configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A Análise de Conteúdo trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Apesar da aparente objetividade da Análise de Conteúdo, o método não deve ser vinculado num formalismo excessivo ao texto ou a técnica pois pode prejudicar a criatividade e capacidade intuitiva do pesquisador. Por conseguinte não deve ser subjetivo demais para não impor suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. Outro ponto importante é que o conteúdo tende a ser valorizado à medida que é interpretado, levando-se em consideração o contexto social e histórico sob o qual foram produzidos.

Tendo como base as referências teórico/conceituais e a identificação por parte do pesquisador de conteúdos recorrentes nos discursos de seus entrevistados, sobre os conflitos entre comunidades e UC's foram definidas categorias de análise, que serão apresentadas no *Capítulo 5 – Caracterização dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto*.

Com a definição das categorias de análise, todas as entrevistas foram fragmentadas, as falas dos entrevistados foram segmentadas e reorganizadas nas categoria de análise por comunidade. Assim, foi inserido o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa. Criou-se então um mosaico de informações utilizando tabela para organização e ordenação das informações (Apêndices 1, 2 e 3). Foram identificadas atividades extrativistas reconhecidas como tradicionais que refletiam as relações de suas vidas com o espaço e que variaram entre as comunidades entrevistadas e que também serão apresentadas no Capítulo 5. Ao longo do processo de organização e interpretação das informações, os resultados parciais foram:

1 - apresentados aos representantes das comunidades que assumiram o papel de intermediadores entre o pesquisador e os entrevistados. Esse procedimento auxiliou na verificação se o caminho de leitura da realidade se as hipóteses formuladas a partir dela tinham fundamento para aqueles que vivenciam mais diretamente as circunstâncias investigadas;

2 – comparados a trabalhos científicos publicados, apresentados e discutidos em eventos científicos, discutidos com pesquisadores que desenvolvem suas pesquisas no cenário desse trabalho. Isso possibilitou uma visão mais ampla do universo que estava sendo investigado.

3.6 – Elaboração Cartográfica

3.6.1 – Mapas de localização das UC's, ZA's e comunidades de entorno

Na busca de corroborar com a hipótese de que cada vez mais as comunidades estão sendo “estranguladas” espacialmente pelos parques e suas respectivas Zonas de Amortecimento, bem como, atender a um dos objetivos específicos do presente trabalho foi realizada a espacialização dos grupos sociais presentes no entorno das UC's citados em seus respectivos planos de manejo.

A elaboração dos mapas iniciou a partir da 1ª etapa de campo realizada. Para isso a leitura dos Planos de Manejo e a revisão da cartografia regional foram primordiais. Apesar de minimamente descreverem as comunidades de entorno das UC's, os Planos de Manejo do PERP e PEBI, não apresentam mapas de localização e coordenadas geográficas dessas comunidades.

Para o Parque Estadual do Biribiri e Rio Preto e suas e Zonas de Amortecimento utilizou-se a Carta Topográfica Diamantina (SE-23-Z-A-III), escala 1:100.000 e a Carta Topográfica Rio Vermelho (SE-23-Z-B-I) escala 1:100.000. As cartas foram inseridas e calibradas no ambiente do Trackmaker para realizar reconhecimento das comunidades. Estas foram marcadas por *waypoints*, além de rotas traçadas e enviadas para o receptor GPSMAP 60 CSX, o qual orientou o trajeto a ser realizado para as comunidades. Os limites dos parques e zonas de amortecimento também foram inseridos por meio de informações obtidas no Ministério do Meio Ambiente..

A identificação das comunidades descritas nos Planos de Manejo nas Folhas Topográficas apresentou distorções de informações, tais como: comunidades demarcadas como Fazendas ou mesmo sem representação, fato que pode ser justificado pela escala do mapa. Ao longo das etapas de campo observou-se que todas as comunidades apresentam-se espacialmente difusas. O marco geográfico estabelecido nestes casos foram construções como igrejas ou escolas presentes. Com o uso do GPS TRACKMAKER PRO, versão 4.5 coordenadas das comunidades rurais foram coletadas e, em escritório, os dados foram transportados para o software ARCGIS e gerado o mapa de localização.

3.6.2 – Mapas de formações vegetais, Unidades Pedológicas, Modelagem de terreno e de Análise Temporal de Uso e Ocupação de Terreno

A caracterização e classificação vegetacional, pedológica e de modelagem do terreno predominantes no PEBI e PERP tiveram como base os trabalhos de Silva (2004a, b), Filho (2004), STCP (2004a, c) e Ribeiro e Walter (1998) além do banco de dados disponibilizado IEF que possibilitou a elaboração de mapas de unidades pedológicas, vegetação e modelagem neste trabalho. Atividades de campo foram realizadas com o intuito de aferir as informações obtidas.

Quanto a análise temporal de uso e ocupação do terreno, os mapas espacializaram as áreas dos Parques bem como suas respectivas Zonas de Amortecimento. Apesar de individualizada nas interpretações das imagens de satélites, a observação da paisagem possibilitada nas atividades de campo realizadas como descrito no item anterior auxiliou na definição dos parâmetros de análise.

Foram confeccionados 11 mapas de Uso e Ocupação de Terreno, tendo como fonte primária de informação imagens Landsat 5, adquiridas Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para auxiliar no entendimento da dinâmica espacial da região em análise.

De acordo com Yang (2002), a análise multi-temporal de imagens de satélites pode ser utilizada nas interpretações da evolução do uso do terreno e cobertura vegetal, possibilitando a detecção de padrões de mudança ao longo do tempo, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Os períodos estabelecidos para análise compreenderam um intervalo de 5 anos. Tiveram início em momento que antecedeu as criações dos parques e fim em 2011, ano que se encerrou o imageamento pelo Landsat 5.

Imagem de satélite pode ser adquirida inteira ou parcialmente. No caso do Landsat 5, a menor fração da imagem é um sub-quadrante de 45 km X 45 km. Estes sub-quadrantes são identificados pelos números de 1 a 16. Pode-se adquirir também quadrantes de 90 km X 90 km, identificados pelas letras A, B, C, D, E, S, W, N e X, como ilustrado na Figura 3.1.

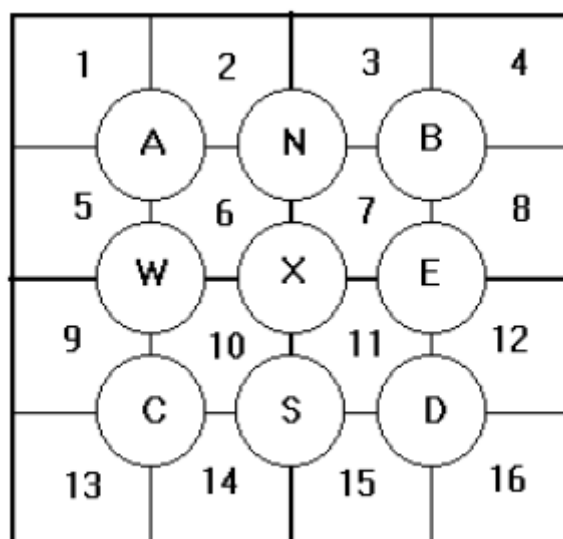


Figura 3.1: Quadrantes e sub-quadrantes de uma imagem Landsat. (FIGUEIREDO, 2005)

Inicialmente foi feito o mosaico das duas cenas (218-072 e 218-073) das imagens de satélite Landsat5 que abrangem a região estudada. Desse mosaico recortou-se a área delimitada para objeto de estudo e foram selecionados os quadrantes pertinentes aos limites dos Parques e suas Zonas de Amortecimento. A seleção das imagens presentes nos quadrantes levou em consideração o período do ano bem como a qualidade (quantidade de nuvens mínima ou nula, quando possível). Não foi possível utilizar imagens obtidas em meses equivalentes devido a falta de qualidade por adensamentos de nuvens. Na Tabela 3.1 encontram-se elencadas as datadas nas quais foram obtidas imagens selecionadas, nas quais foi possível delimitar a área dos parques e suas Zonas de Amortecimento, tendo como base os limites disponibilizados em arquivo digital pelo Ministério do Meio Ambiente. A área delimitada foi recortada e exportada para o Multispec com as combinações R5G4B3 para realizar a classificação multiespectral supervisionada (Figura 3.2).

Segundo Centeno (2004), o processo de classificação é iniciado com a definição das classes conhecidas ou de interesse do *usuário*. Neste sentido optou-se por 4 classes após várias tentativas que levaram a mapeamentos complexos, de difícil interpretação e imprecisos, devido aconfusão espectral. As classes definidas foram: 1) Formação Savânica/Florestal associada, caracterizadas por áreas de vegetação natural com formação densa; 2) Formação Campestre, caracterizada por campos limpos ou rupestres; 3) Afloramento Rochoso, caracterizado em áreas onde é possível diagnosticar o estrato rochoso e 4) Solo Exposto, típico de áreas sem cobertura vegetal e/ou com presença de areia. Cabe aqui

ressaltar que Formação Savânica e a Formação Florestal foram unificadas por apresentarem, tanto na escala de mapeamento e quanto na qualidade da imagem, comportamentos bastante parecidos, o que dificultou o desempenho da classificação.

Tabela 3.1 – Datas de obtenção das imagens LANDSAT entre os anos de 1991 e 2011, para o PERP e entre 1994 e 2011 para o PEBI.

Parque Estadual Rio Preto		Parque Estadual do Biribiri	
Mês	Ano	Mês	Ano
Novembro	1994	Setembro	1999
Agosto	1999	Junho	2003
Junho	2004	Maio	2009
Agosto	2009	Agosto	2011
Agosto	2011		

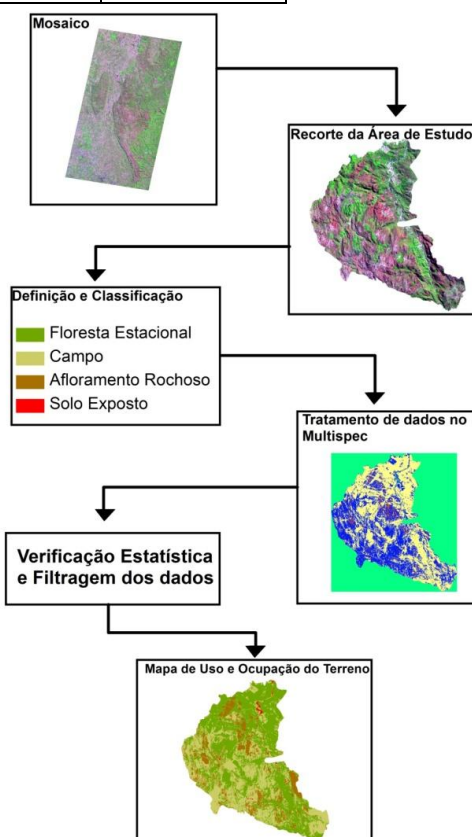


Figura 3.2: Abordagem metodológica e principais fases de execução.

Outro ponto a ser ressaltado foi a dificuldade de separação entre Formação Campestre e algumas atividades antrópicas como a silvicultura em estágio inicial e pastagens

Meneses e Almeida (2012) ressaltam que a delimitação dos diferentes polígonos de cada classe na imagem é o algoritmo de classificação digital, mas quem constrói a legenda do mapa temático é o analista. A classificação de imagens deve, portanto, ser vista como um processo estatístico e probabilístico que tenta ao máximo aproximar o mapa digital à realidade. O resultado da classificação deve ser avaliado com base no desempenho do classificador proposto e validado por critérios numéricos para estimar a precisão e a sua acuracidade.

A definição de classes, representada na Figura 3.3, foi feita utilizando-se o método de edição vetorial para corrigir erros de classificação em algumas áreas. Estes erros de classificação ocorrem devido à semelhança de resposta espectral entre os alvos. O dado matricial foi exportado para vetorial e ajustado os polígonos e troca de uma classe temática por outra indevidamente classificada. Esta checagem foi feita através da interpretação do analista utilizando como superfície de fundo o mosaico (R5G4B3).

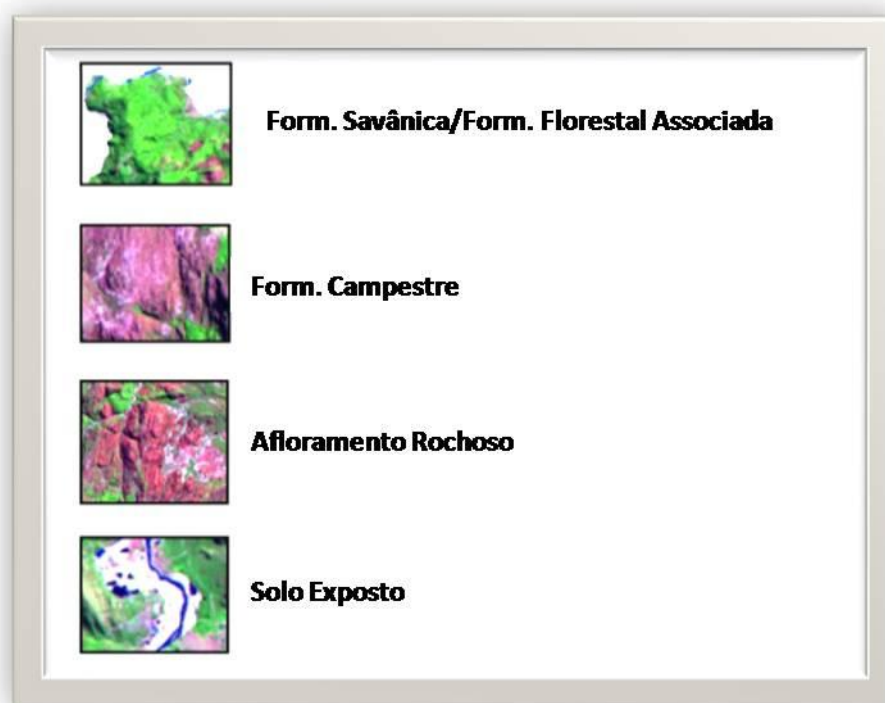


Figura 3.3: Exemplo das Amostras para a Classificação de uso e ocupação do terreno.

Visando aprimorar o resultado obtido na classificação multispectral do mapeamento de uso e ocupação do terreno, utilizou-se o coeficiente Kappa² extraído da matriz de erro obtida pelo MultiSpec.

Este método encontra-se entre os mais difundidos na tarefa de avaliação do resultado de uma classificação ou interpretação visual de imagens orbitais ou aéreas. A boa aceitação do método se deve em parte por ele ser um bom estimador da qualidade da fotointerpretação/classificação com relação a verdade do terreno. O seu uso se tornou mais difundido entre a comunidade usuária de Sensoriamento Remoto, a partir da divulgação dos resultados de Congalton e Mead (1983), que utilizaram o coeficiente Kappa e a sua variância para, além de estimar a similaridade entre a fotointerpretação e a verdade de terreno, fazer comparações entre diferentes fotointerpretações.

O coeficiente Kappa, utiliza todas as células da matriz de erro, e não apenas os elementos da diagonal, ou seja, mede a probabilidade de um pixel ser corretamente classificado em relação à probabilidade da classificação incorreta. Segundo Landis e Koch (1977) e Moreira (2003), a estatística Kappa (K) pode ser obtida por meio das equações:

$$K = \frac{P_o - P_c}{1 - P_c} \quad P_o = \frac{\sum_{i=1}^M n_{ii}}{N} \quad P_c = \frac{\sum_{i=1}^M n_{i+} + n_{+i}}{N^2}$$

Sendo: P_o - exatidão geral;

P_c - proporção de unidades que concordam por casualidade;

M - número de classes presentes na matriz de erro;

n_{ij} - o número de observações na linha i e coluna j ;

n_{i+} e n_{+i} - os totais marginais da linha i e da coluna j , respectivamente; e

N - número total de unidades amostrais contempladas pela matriz.

O valor do coeficiente de Kappa, determinado por meio da equação (1), é comparado em classes de acurácia sendo que de 80% a 100% a classificação é reconhecida como excelente (LANDIS e KOCH, 1977). Considerando esta margem nesta pesquisa atingiu-se o índice Kappa superior a 95% conforme observado na Figura

A comparação entre os diferentes recortes temporais auxiliou na verificação de como a criação dos parques e suas respectivas zonas de amortecimento alteraram a dinâmica do uso e ocupação do terreno na região. Para isso foi calculado as áreas das manchas de Floresta

²Esse índice varia de 0 (concordância nula) a 1 (concordância perfeita).

Estacional, Campo, Solo Exposto e Rocha, dentro dos respectivos recortes temporais. Para cada Parque e Zona de Amorteceimento foi feita uma comparação entre as variações dessas áreas, demonstrando diferenças ou semelhanças no padrão de uso do terreno.

Classification of Training Fields

TRAINING CLASS PERFORMANCE (Resubstitution Method)

Project Class Name	Class Number	Reference Accuracy+ (%)	Number Samples	Number of Samples in Class				
				1 Vetação Nati	2 Campo	3 Rocha Expost	4 Solo Exposto	
Vetação Nativa	1	99.6	239	238	0	0	1	
Campo	2	96.0	101	0	97	2	2	
Rocha Exposta	3	94.7	151	1	5	143	2	
Solo Exposto	4	96.2	26	0	0	1	25	
TOTAL				517	239	102	146	30
Reliability Accuracy (%)*					99.6	95.1	97.9	83.3

OVERALL CLASS PERFORMANCE (503 / 517) = 97.3%

Kappa Statistic (X100) = 95.9%. Kappa Variance = 0.000114.

+ (100 - percent omission error); also called producer's accuracy.

* (100 - percent commission error); also called user's accuracy.

Figura 3.4: Índice Kappa obtido na classificação Multiespectral

Capítulo 4

Unidades de Conservação, comunidades tradicionais e os conflitos socioambientais

A partir da revolução industrial no século XVIII, o homem vem promovendo de forma marcante uma série de modificações socioambientais, tendo como base a lógica de uma sociedade técnico-industrial que motivou e/ou motiva a utilização de uma racionalidade econômica que tem como base o uso indiscriminado dos recursos naturais.

As consequências geradas por esse modelo, são visualizadas nas significativas transformações do cenário ecológico e social, representando assim uma séria ameaça à manutenção desses recursos.

De acordo com Diegues e Arruda (2001), o processo de degradação das relações socioambientais imposto pela racionalidade econômica, impulsionou em 1960 o discurso ambientalista, respaldado pelas teorias conservacionistas e preservacionistas, as quais apresentam como caminho para a conservação dos recursos naturais a criação de áreas protegidas de intervenção humana.

Dentre estratégias utilizadas para amenizar a fragilidade ambiental mundial, o estabelecimento de áreas protegidas assume um papel de destaque. Essa estratégia baseia-se na ideia de delimitação de territórios no qual o uso dos recursos naturais deve se manter controlado por legislações específicas.

Porém o discurso ambientalista assume um posicionamento de afastamento da relação homem – natureza, dessa forma a justificativa para criação de áreas protegidas tem uma concepção de que a natureza para o homem é concebida exclusivamente como fonte de bens materiais e energia conduzindo, assim, a uma análise que a isenta de sua função de aglutinadora de diversas formas sociais de apropriação e significação.

As áreas protegidas apresentam hoje uma amplitude global já que, de acordo com Bensusan (2006), áreas protegidas existem em aproximadamente 80% dos países do mundo e cobrem cerca de 11,5% da superfície terrestre do planeta.

Jenkins e Joppa (2009) mostra que as áreas protegidas no mundo aumentaram de 3,48% em 1985 para 12,8% em 2009. Salienta, entretanto, que uma parcela desse crescimento acontece somente no papel, pois grande parte dessas áreas foi estabelecida sem a participação das populações locais e sofrem com problemas como invasão, desmatamento e poluição atmosférica.

No Brasil, uma das categorias de áreas protegidas são UC's cuja criação e controle são regulados pelo SNUC instituído em 2000, pela Lei 9.985. Essas são instrumentos importantes para a política de contenção da perda de diversidade biológica. Porém, a complexidade embutida na problemática socioambiental costuma, muitas vezes, colocar em risco a maneira pela qual as UC's são criadas, administradas e avaliadas.

Os tópicos a seguir procuram edificar um ambiente teórico, que dará subsídios às interpretações e discussões dos resultados dessa pesquisa.

4.1 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

4.1.1 - O histórico do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos termos do artigo 225, § 1º, inciso III, determina ao poder público a definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Em 1988, a pedido do Instituto Brasileiro de Florestas – IBDF, foi redigido uma proposta de projeto lei para a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Após um ano de debate o anteprojeto foi entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, o qual internamente e em conjunto com o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, aprovou o anteprojeto após três anos de discussões.

Em 1992, o anteprojeto foi entregue à Câmara dos Deputados, sendo indicado como relator da matéria o Deputado Fábio Feldmann. Em 1995, o deputado Fernando Gabeira passa a ser o relator e promove seis audiências públicas fora do Congresso, para promover um amplo debate sobre o projeto de lei do SNUC. Foram escolhidas as cidades de Cuiabá, Macapá, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, em uma tentativa de cobrir todo o País. No ano seguinte foram realizados mais três eventos importantes: um workshop organizado pelo Instituto Sócio-Ambiental – ISA para analisar experiências concretas de conservação envolvendo populações tradicionais ou rurais, e dois seminários na Câmara dos Deputados.

Dos debates realizados evidenciou-se profunda divisão entre os ambientalistas, aí incluídos, cientistas, técnicos e ativistas, sobre o modelo de área protegida ou, em um sentido mais amplo, de conservação da natureza, que deveria prevalecer na futura lei do SNUC. De um lado os conservacionistas, do outro lado os socioambientalistas. Os primeiros defendiam que para conservar a natureza é necessário separar áreas naturais e mantê-las sem qualquer tipo de uso humano e que as populações que habitam o interior ou o entorno da área a ser protegida representariam um foco de ameaça à conservação dessa área e dessa forma, deveriam ser retiradas da referida área e aquelas populações que habitam o entorno deveriam ser controladas. Ainda nesse olhar conservacionista, o papel do Estado é de manter um total e exclusivo controle sobre o processo de criação e manejo das áreas protegidas.

Os socioambientalistas reconheceram como desafio a possibilidade de se conservar uma determinada área conciliando as demandas crescentes das comunidades por recursos naturais. Tal desafio poderia ser vencido se tivesse como parceiros para a conservação ambiental as comunidades locais. Dessa forma o processo de criação de uma determinada área protegida deveria prever uma ampla consulta pública e a administração da área deveria conter instrumentos de gestão participativa. Portanto, a visão socioambientalista inicia uma discussão sobre uma outra concepção de área protegida, a qual deveria ser menos rígida no que tange o seu uso, gerando assim um ambiente mais propício para a solução de conflitos, a negociação de acordos e o apoio da comunidade local às propostas de proteção da natureza.

Após oito anos de discussão no legislativo tendo por base as intercessões de olhares conservacionistas e socioambientalistas o projeto de lei SNUC foi aprovado no Congresso Nacional pela Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, visando: regulamentar o artigo 225º da Constituição Federativa Brasileira, detalhar os princípios da conservação e avaliar as condições das categorias de UC's existentes no Brasil. Assim, SNUC tornou-se o dispositivo

legal que define os critérios e normas para a criação, implantação, gestão e o manejo das unidades de conservação.

O SNUC define Unidades de Conservação como áreas naturais, com características e relevante interesse ecológico, com limites definidos e regime especial de administração, para atenderem objetivos de conservação ou preservação, conforme a categoria, e legalmente instituídas por ato do Poder Público (municipal, estadual e federal) através de Leis e Decretos.

As unidades de conservação são subdivididas pelo SNUC, conforme o artigo 7º da lei, em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, sendo esta subdivisão fruto das visões conservacionistas e socioambientalistas, respectivamente. A diferença básica entre as categorias mencionadas concerne à utilização dos recursos ambientais. As Unidades de Proteção integral tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Já Unidades de Uso Sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O Capítulo III do SNUC, em seus artigos 8º e 14º, prevê ainda Categorias de UC's, sendo as de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As categorias de Unidades de Uso Sustentável são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

4.1.2-Da Criação de Unidades de Conservação

O interesse ecológico é o principal aspecto para a criação de uma UC, porém não único; Outros aspectos são levados em conta, como paisagem e beleza cênica. Pádua (2000) enfatiza que a criação de UC sem justificativa ecológica ou, sem assumir a responsabilidade de sua implantação e manejo efetivos, na verdade se está, em grande medida, enganando a sociedade.

Para Sathler (2005) a afirmação Pádua (2000) advém da grande quantidade de problemas gerados com o decreto de criação de uma UC, não raro de ordem socioeconômica. Quando uma UC é decretada sem observância de características socioambientais, ou sem levar em consideração as populações (intra e de entorno) e suas atividades econômicas, sejam sustentáveis ou não, a UC será sempre um emaranhado de problemas insolúveis.

A criação de uma UC está definida nos artigos 2º ao 5º do Decreto no 4.340 de 2002:

Art.2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração; II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável; III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva [audição, no sentido de ouvir] da população local e de outras partes interessadas.

§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta. (BRASIL, 2002, p. 1,2)

Na maior parte dos casos, o decreto de criação de uma UC é definido pelo Estado, dessa forma as autoridades decidem as áreas que serão protegidas e sob que modalidade e normas ela estará sujeita, ou seja, o Estado formula e executa os estudos técnicos, entre eles o Plano de Manejo.

Uma das inovações do SNUC foi justamente instituir a obrigatoriedade de realização de consulta pública aos moradores locais para a criação de UC's. Essa determinação teve por objetivo evitar a repetição de conflitos, já ocorridos em várias partes do país, que envolveram processos tumultuados de criação e implantação dessas unidades, entre elas, parques nacionais e estaduais.

O procedimento da consulta pública deve priorizar a acessibilidade de informação para população local, visando o entendimento de todas as especificidades de uma UC. Porém trabalhos realizados por Cardoso (2007) em reserva biológica estadual no município de Jequitinhonha, Monteiro (2011) e Souza et al (2013) em parques nacional e estadual no Alto

Jequitinhonha respectivamente, mostram que as UC's pesquisadas foram criadas sem a realização efetiva das audiências públicas ou, quando estas foram realizadas, o discurso apresentava-se inteligível para as comunidades locais.

Estas pesquisas apontam para o fato de que muitas das comunidades (intra ou entorno de UC's) só tem o conhecimento da dinâmica de implementação de uma UC após a definição de sua criação. Quando a área de preservação é instalada, populações são remanejadas para outras áreas, sendo excluídas de seu território e de seu habitual modo de vida. Tais aspectos podem transformá-las em inimigas da Unidade, que, frequentemente, passa a ser mais pressionada e os problemas existentes mais intensificados, como invasão, desmatamento, poluição entre outros.

Associado a estes aspectos há omissão e falta de vontade política dos governos em priorizar políticas de criação, implantação, gestão e manejo de UC's, a despeito da obrigação legal. Justificam sua omissão, geralmente, pela ausência de pessoal capacitado ou pela falta de recursos financeiros, em especial, para promover a regularização fundiária, um dos maiores entraves encontrados. Justificam ainda a carência de instrumentos apropriados, como Plano de Manejo: raras são as unidades de conservação que possuem este importante documento atualizado.

4.1.3 - De Seus Instrumentos de Gestão

Machlis e Tichnell (1985); Terborgh e Schaik (2002) cunharam na literatura o termo “parques no papel”, referindo-se a UC's nas quais o Estado está pouco presente. Zugno (2003) estabelece uma analogia pela inoperância, ineficiência, corrupção e corporativismo presentes no processo de criação e gestão de unidades de conservação e Sathler (2005, 2010) explicita que, via de regra, estas foram estabelecidas verticalmente, de cima para baixo, dissociando-se da realidade envolvendo as populações locais.

O termo “parque no papel” direciona a uma discussão sobre a relação dicotômica em ter como prioridade a criação de novas UC's ou a implementação das já criadas. Porém deve-se ressaltar que para a criação de novas houver o condicionante da implementação daquelas já criadas, pode-se correr o risco de perda de importantes áreas do ponto de vista da biodiversidade. Deve haver o equilíbrio dessa relação. Fica claro então que o maior desafio da sociedade, pós a regulamentação do SNUC, é estabelecer procedimentos previstos na lei para criação e desenvolvimento de unidades que efetivamente cumpram seus objetivos. Para isso

existem três importantes instrumentos de gestão previstos no SNUC: o Conselho Gestor, Plano de Manejo e Zona de Amortecimento que serão apresentados nos próximos subtópicos.

4.1.3.1 - Conselho Gestor

A falta de diálogo e conflitos entre órgãos ambientais e atores sociais envolvidos nos processos de criação e gestão de uma UC é uma constante, a qual tem se sintetizado numa mútua desconfiança e afastamento, que dificultam a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no país.

Assim, é fundamental que seja priorizada, por parte dos governos (federais, estaduais e municipais) e grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação dos conselhos gestores, com base em princípios participativos e democráticos de gestão, e com uma visão integradora sociedade–natureza.

O conselho é um instrumento de participação social, previsto no SNUC, que visa constituir-se de representantes de órgãos públicos e de organização da sociedade civil, com o intuito de contribuir com a gestão da Unidade de Conservação e promover a promoção social.

Os conselhos gestores, segundo o SNUC, podem ter natureza consultiva ou deliberativa. No entanto, o artigo 29 da Lei nº 9.985/00 especifica que para as categorias de UC's de Proteção Integral, é obrigatória a criação de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. A forma de criação deste conselho, bem como escolha de seus participantes, regras para reuniões e definição de sua competência é dada pelos artigos 17 a 20 do Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002) :

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população

residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

§ 4º A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP com representação no conselho de unidade de conservação não pode se candidatar à gestão de que trata o Capítulo VI deste Decreto.

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

§ 6º No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação.

Art. 18 A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

Art. 19. Compete ao órgão executor:

I - convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;

II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

Parágrafo único. O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações.

Art. 20 Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso. (BRASIL, 2002, p.3,4).

4.1.3.2 - Plano de Manejo

A necessidade da elaboração do Plano de Manejo para as Unidades de Conservação de Proteção Integral, consta do Decreto Federal nº 84.017 (BRASIL, 1979) , em seu Artigo 5º, anterior ao SNUC:

A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, coma utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando a um manejo ecológico adequado e que constituirão Plano de Manejo (BRASIL, 1979, p. 2).

De acordo com a Lei Nº. 9.985 (BRASIL, 2000), que institui o SNUC, todas as UC's devem contar com um Plano de Manejo, sendo assim definido:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, p.2).

Segundo Vasques (2008) o plano de manejo deve conter todas as normas que irão regular uma UC e seu entorno, possui caráter preventivo e permite que as particularidades de cada área protegida sejam respeitadas e analisadas individualmente. Dessa forma, o Plano de Manejo deve apresentar características históricas, culturais, geográficas, econômicas, sociais, ambientais, dentre outras informações relevantes sobre a unidade. Além disso, o Plano de Manejo deve abranger a área da UC, assim como sua Zona de Amortecimento e os possíveis corredores ecológicos, incluindo medidas de integração à vida socioeconômica das comunidades do entorno e ações a serem desenvolvidas pela sua gestão.

De acordo com o entendimento jurídico do Programa de desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR-NE), o Plano Manejo das UC's tem por objetivo interferir no processo de desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos que determinam a utilização dos recursos ambientais e a ocupação do território das unidades, assegurando a utilização do ambiente de forma sustentável para usufruto das gerações atuais e futuras.

A elaboração do Plano de Manejo deve respeitar o prazo máximo de cinco anos a partir da data de sua criação. No entanto, as alegações para o não cumprimento desse dispositivo são de que há falta de recursos dos órgãos responsáveis e que os custos para a elaboração dos planos de manejo são muito elevados.

Por fim, o Plano de Manejo apresenta-se como um instrumento de gestão que deve indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador e normatizador das atividades desenvolvidas nas unidades, captando inclusive influências das ações de âmbito municipal, regional, nacional e/ou de outras UC's que tenham repercussões sobre seu território. O planejamento deve indicar diretrizes estratégicas que orientem a adoção de providências concretas para que as unidades instituídas possam vir a cumprir com seus objetivos de criação e sejam efetivamente implementadas.

4.1.3.3 - Zona de Amortecimento

No âmbito legal, as áreas de amortecimento no Brasil passam a ser reconhecidas com a instituição do SNUC, o qual define a Zona de Amortecimento - ZA como o entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

O estudo jurídico realizado por Ferreira (2007) conduz ao entendimento de que o papel da ZA é meramente ecológico, como medida de prevenção e mitigadora de impactos negativos externos que possam afetar as UC's, os quais, claramente são intrínsecos à presença e às ações humanas no seu entorno.

Porém na prática há uma grande dúvida no que se refere à estrutura e a função das ZA's no contexto de um confronto entre a sua preponderância como instrumento para a conservação ou para o desenvolvimento sustentável.

A ZA deve funcionar como uma extensão da área protegida incrementando sua proteção através de um maior controle das atividades humanas realizadas em seu redor (BRANDON; WELLS, 1992). Dessa forma a função primordial da ZA se relacionaria diretamente com o resguardo da idoneidade ambiental da UC. Apesar de conter uma postura efetivamente conservacionista, os autores acima citados reconhecem a legitimidade de determinadas comunidades locais cuja sobrevivência depende substancialmente da extração de recursos silvestres. Portanto, a compatibilização entre UC's e comunidades dependerá do estabelecimento de instrumentos de compensação que possibilitem às mesmas encontrarem alternativas de sobrevivência menos ameaçadoras.

Tendo como fundamento o princípio da conservação de base comunitária, Martino (2001) apresenta a ZA como uma área propícia à implementação de projetos vinculados ao desenvolvimento sustentável, de forma a aproximar e integrar o cotidiano das populações locais aos objetivos da área protegida. Nesse sentido, há a compatibilidade de proteção à biodiversidade e o desenvolvimento humano, beneficiando, assim, tanto áreas protegidas como comunidades de seu entorno. No Brasil, apesar de o SNUC trazer uma definição extremamente “seca” para a Zona de Amortecimento, os Planos de Manejo de forma geral, atribuem como objetivos para essas áreas, a garantia da proteção da biodiversidade e dos processos essenciais para a conservação da área protegida e a promoção de atividades socioeconômicas de baixo impacto ambiental, que gerem benefícios diretos às comunidades locais (KINOUGH, 2009).

O processo de delimitação da ZA utiliza como critério primário a Área de Entorno de uma UC estabelecida na Resolução CONAMA Nº 13 (BRASIL, 1990), a qual apresenta um raio de 10 km tendo como referência o seu limite. A Área de Entorno determina apenas o limite que uma UC pode reivindicar seu direito de opinar nos licenciamentos ambientais de empreendimentos socioeconômicos que possam afetar a biota. Assim, o licenciamento somente poderá ser concedido mediante autorização do responsável pela administração da unidade.

Cabe aqui ressaltar que ZA e Área de Entorno possuem função e natureza completamente distintos. A Área de Entorno foi estabelecida tendo-se em vista unicamente o licenciamento ambiental. Assim que a licença ambiental é deferida é cessada a interveniência da UC. Já a relação de ZA com a unidade de conservação é permanente realizando intervenções no seu uso e ocupação, de modo a evitar problemas diversos para a UC.

Outra diferença marcante entre a Área de Entorno e a Zona de Amortecimento é que esta não apresenta um raio fixo. Tambosi (2008) comenta que o aspecto mais injustificável no

desenho das ZA's está relacionado ao fato desses espaços apresentarem uma mesma largura em toda a sua extensão, não variando frente às influências específicas que podem ser observadas em diferentes seções do perímetro de uma área protegida. Para contornar essa imprecisão, os autores destacam a importância de considerar essas influências, de modo a fazer com que a largura das áreas de amortecimento acompanhe tais variações.

Em regiões as quais apresentam um adensamento de UC's, a observância à definição do limite da ZA é imprescindível, uma vez que se optar friamente pelo raio fixo de 10 km, poderá haver a sobreposição entre ZA's, e conseqüentemente de gestão e confinando ainda mais o uso desse espaço.

Por fim, cabe ressaltar que o artigo 49º do SNUC considera o interior de uma unidade de conservação integral, para efeitos legais, como “zona rural”, e seu parágrafo único destaca que uma vez definida a sua “zona de amortecimento”, esta não pode ser transformada em zona urbana. Dessa forma, o importante em todo processo é que seja feito um diagnóstico detalhado da área a ser proposta como “Zona de Amortecimento”, de forma que limites definitivos tenham coerência à legislação quanto ao controle e monitoramento das ações potencialmente impactantes aos recursos naturais na área legalmente protegida.

4.2 - Populações Tradicionais

4.2.1 - Características do Campesinato

A discussão do campesinato tem-se acirrado ao longo dos últimos anos numa tentativa de se entender a dinâmica contemporânea do espaço agrário brasileiro e seus atores dada sua enorme complexidade, os variados grupos sociais que se encaixam nessa ótica e o atual paradigma ambiental. De acordo com Mazzetto (2007), a questão da natureza que emerge a partir de outros fenômenos relacionados seria o centro do ressurgimento da categoria campesinato no cenário teórico e político brasileiro. Esses fenômenos seriam:

- crítica socioambiental à agricultura moderna/industrial, que promove o surgimento e a disseminação de abordagens inovadoras, como a etnoecologia e a agroecologia, e incrementa a discussão sobre um caminho de sustentabilidade para o desenvolvimento rural;
- reconhecimento da importância do saber tradicional dos povos rurais no manejo dos ecossistemas e para a perspectiva de sua sustentabilidade;

- ascensão do *agronegócio* (termo oriundo do inglês *agribusiness*), de sua ideologia e das práticas e estratégias dos sujeitos sociais que o protagonizam (como os *lobbies* visando à liberação do cultivo de variedades transgênicas), o que acaba por demandar a construção de uma identidade forte em contraposição, tarefa que a agricultura familiar não consegue realizar pela sua restrição à dimensão socioeconômica do caráter familiar da produção;

- ascensão, por outro lado, de perspectivas que colocam relevo na dimensão local e num panorama territorial do desenvolvimento agrário, que, por sua vez, vinculam-se a questões intrínsecas como identidades locais/territoriais, territorialidades e relações entre cultura e modo de apropriação da natureza (expressão do vínculo entre modo de vida e modo de produção).

Há, ainda, aqueles que vislumbram o fim desse conceito uma vez que entendem que houve a apropriação do campo pelo capitalismo, ou seja, as novas relações de trabalho estabelecidas seriam responsáveis por dizimar essa categoria do espaço rural.

O presente referencial teórico busca, inicialmente, retratar o conceito de camponês através dos elementos mais comuns, considerando características básicas deste grupo para, à posteriori, inserir esta discussão nas descrições das comunidades presentes no entorno dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri.

Silva (2011) após questionar-se a respeito de quais seriam os elementos comuns e interligados ao conceito de camponês, observou:

[...] a complexidade que envolve o universo interno e externo ao campesinato é muito grande e não é possível analisar uma determinada realidade social do campesinato de forma estanque. Faz-se imprescindível considerar a dinâmica externa e interna ao campesinato. Por isso, o conceito de campesinato deve ser analisado de acordo com as características mais gerais que lhe aplicam e com a realidade específica de cada grupo estudado, não as tornando camisas-de-força, mas como ferramentas teóricas que permitem dar conta dessa complexidade (SILVA, 2011, p. 71).

Shanin (2005) define campesinato como um modo de vida atesta que esse compreende a totalidade das atividades desenvolvidas pela família, que envolve o cultivo agrícola, a criação de animais, as relações com a terra e com os recursos naturais, o parentesco e a religião, as relações sociais com a comunidade e todas as crenças e os costumes que dizem respeito ao universo material e simbólico do camponês.

Por outro lado há autores como Wanderley (1996) que entendem o campesinato a partir de paralelos traçados entre essa categoria e as noções acerca do conceito de agricultura familiar, agricultura de subsistência e do pequeno produtor. A autora parte do conceito de agricultura familiar, que é entendida como: “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Esse caráter familiar assume uma importância fundamental, já que a associação entre família-produção-trabalho determina maneiras distintas de se relacionar social e economicamente.

Nesse contexto, o campesinato apresenta-se como uma das formas sociais de agricultura familiar, pelo fato de se fundar sobre a relação entre propriedade, trabalho e família e suas particularidades que o diferenciam da agricultura familiar quanto aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de inserção na sociedade global.

Wanderley (1996) aponta, também, a diferença entre campesinato e agricultura de subsistência. Em determinadas situações, os agricultores podem organizar sua produção visando a sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto de futuro da família. Na visão de Wanderley (1996) esses agricultores não seriam camponeses, já que, embora a função de subsistência esteja presente, há também uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar no modelo camponês.

Quanto ao paralelo entre campesinato e pequenos produtores, Jollivet (1971, *apud* WANDERLEY, 1996), afirma a agricultura camponesa continua se reproduzindo no interior das sociedades capitalistas modernas, como uma “pequena produção mercantil”, no qual seu pequeno produtor busca obter apenas meios de trabalho-subsistência. Essa característica contribui para a inserção do camponês (pequeno produtor mercantil) ao modo de produção capitalista. Sobre este tema a antropóloga Margarida Moura, posiciona-se:

Ocorre que o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressão sua resistência em desaparecer e, de outro, é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Este não só extrai sobre trabalho dos operários, como também o capta onde é possível. Entre essas possibilidades encontra-se o trabalho camponês. É nesse contexto de dramáticas tensões que o camponês vive no meio rural (MOURA, 1986 *apud* MAZZETTO, 2007, p. 51).

Mazzetto (2007) traz, além do conceito de campesinato, uma abordagem histórica na qual aponta a importância da distinção, feita em meados dos anos 1940 e 50, entre a função

social de camponês e fazendeiro. O camponês exercia um controle sobre a terra que lhe permitia ter um modo de vida tradicional a partir da agricultura sem a perspectiva primária da obtenção de lucro econômico. A organização social camponesa não era definida apenas pelo caráter familiar da exploração, mas também e fundamentalmente pela sua sociabilidade comunitária e por um modo de vida tradicional. Já para o fazendeiro a atividade agrícola seria vista como comércio e a terra como capital e mercadoria.

É recorrente entre Wanderley (1996); Mazzetto (2007); Silva (2011) o destaque da sociabilidade entre os camponeses, estabelecendo relações de troca e ajuda mútua entre as famílias e no interior das comunidades, onde todos se reconhecem e sentem-se pertencentes a um mesmo local. Marques (2004 *apud* MAZZETTO, 2007) define, com clareza, o modo de vida camponês:

[...] o modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004 *apud* MAZZETTO 2007, p.51)

Por fim, pontos gerais de sociedades que caracterizam-se como camponesas sintetizadas a partir de Wanderley (1996); Queiroz (1973) e Chayanov (1974 *apud* SILVA, 2011); Mazzetto (2007) são:

- Relativa autonomia face à sociedade global uma vez que, culturalmente definido, o resultado primordial do seu trabalho é o sustento da própria família, podendo vender ou não os excedentes. Outro ponto é a ausência das categorias salário, lucro e acumulação na economia camponesa.
- busca, pelo trabalho camponês, da satisfação das necessidades, sendo essa subsistência culturalmente definida.
- a importância estrutural dos grupos domésticos tendo a família como unidade central da economia camponesa;
- um sistema econômico de autarquia relativa no qual o equilíbrio se dá em função do tamanho e da composição da família (os que trabalham e os que não trabalham e só consomem);
- uma sociedade de interconhecimentos além do fato de ser policultor e
- função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

4.2.2 – O Conceito de população tradicional no SNUC

A presença humana em áreas destinadas à conservação ambiental é ainda tema importante do debate acerca de áreas protegidas no Brasil e no mundo. Diegues (1996) utiliza dois argumentos para justificar esse debate: A) em primeiro, vincula-se ao modelo de parques nacionais importado dos Estados Unidos, que exclui a população local, principalmente em países subdesenvolvidos, pois o processo de criação e gestão de seus parques não tem funcionado a contento; B) Em segundo lugar, baseia-se nos conflitos sociais gerados pelo modelo atual, que coloca em risco a própria noção do tipo de relação entre homem e natureza embutida nas categorias de UC's.

Buscar um entendimento das realidades do uso e ocupação do solo das áreas vinculadas às especificidades de uma UC é fundamental para se entender as consequências geradas a partir do cerceamento direto da economia de um território. Portanto a discussão conceitual de “populações tradicionais” se faz necessária. Diversos são os olhares para o denominado “tradicional”. Na própria Lei do SNUC (BRASIL, 2000) o termo “populações tradicionais” é amplamente utilizado. Porém, no processo de construção desse documento e ao longo das discussões para aprovação do mesmo, houve um veto ao parágrafo XV do artigo 2º, referente à definição de população tradicional:

Art.2, parágrafo XV – População tradicional – grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (Projeto de Lei n. 2.892).

Razões do veto: “O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil”. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para os fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de populações tradicionais se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais. “Sugerimos, por essa razão, o veto ao art. 2º, inciso XV, por contrariar o interesse público.” (BRASIL, 2000, p. 1).

É fato que o Estado brasileiro abriga uma diversidade social e cultural que se expressa pela multiplicidade de comportamentos, institucionalidades sociais, línguas, etnias, saberes e modos de vida presentes em nosso país. Porém a Constituição Brasileira avança ao reconhecer direitos específicos para os povos indígenas e para quilombolas, dois componentes fundamentais no “ser brasileiro”. No entanto, este é só o começo do movimento em direção à realidade de nossa riqueza sociocultural.

Silva (2007) explicita que para o movimento do reconhecimento e implantação de direitos universais, devemos acrescentar aquele de reconhecimento das singularidades deste multiculturalismo. Em razão de processos históricos diferenciados, segmentos da sociedade brasileira desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais, ocasionando ao mesmo tempo riqueza sociocultural e invisibilidade perante a sociedade e as políticas públicas de modo geral.

Redfield (1971 *apud* Diegues 1996) diferencia a cultura campesina tradicional de comunidades indígenas. Para o autor, a principal diferença encontra-se na autonomia, que é um aspecto da dimensão da sociedade de que faz parte. A cultura campesina, para se perpetuar, necessita de interação com outra cultura, dessa forma, ela não pode ser entendida por ela mesma, ou seja, ela é uma expressão local de uma sociedade mais ampla. Para Foster (1971 *apud* Diegues 1996), as culturas tradicionais devem ser englobadas, em “sociedades parciais”, ou seja, as culturas tradicionais de determinada sociedade estão inseridas dentro de outra mais ampla, em que as cidades apresentam-se como os centros do pensamento intelectual e do desenvolvimento.

As relações instituídas entre as sociedades tradicionais dos camponeses e as cidades geram uma grande dependência. A reprodução social, econômica e cultural das sociedades tradicionais camponesas dependerá do seu vínculo com as cidades. Essa dependência é também política, uma vez que os camponeses são politicamente marginalizados. A cidade assume também provêm a importância de ser o pólo de “inovações” que colaboram para a gradual transformação das sociedades camponesas.

Num contexto marxista, as culturas tradicionais estão inseridas em ambientes de produção pré-capitalista, culturas essas altamente dependentes dos recursos naturais e dos ciclos climáticos.

No olhar de Diegues (1996) as principais características das culturas e sociedades tradicionais podem ser elencadas como:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) Fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Autoidentificação, ou identificação pelos outros, de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1996, p. 87-88).

A busca de uma definição poderá assegurar o direito sobre a terra e sobre sua utilização, direitos já reconhecidos aos grupos indígenas brasileiros, mas que eram negados a outros grupos sociais (DIEGUES, 1999). Para o autor as sociedades tradicionais são caracterizados por:

Sociedades tradicionais [...] são grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza. Caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES 1999, p.20).

Apesar de ser uma referência importante no processo de reconhecimento das populações tradicionais, a crítica que aqui se coloca na perspectiva de Diegues (1996, 1999) é a vinculação que o mesmo faz entre características culturais ditas tradicionais e determinadas formas pouco impactantes de utilização de recursos.

Em primeiro lugar, o fato de que as formas pelas quais essas populações se relacionam com os recursos naturais ter sido sustentável até hoje, não implica que continuarão

sendo, portanto, uma lei ou plano de manejo baseada nessa relação pretérita entre sujeito e meio pode ser inadequada.

Outro aspecto é a do uso político da definição “populações tradicionais” com base para a permanência das pessoas nessas áreas, chegando, inclusive, a inverter o sentido esperado do uso do termo. O sentido esperado é que tradição seja uma referência ao passado, ou seja, o apego à identidade de população tradicional como sendo um compromisso, que é baseado na vida social e nas antigas relações estabelecidas com o meio. No entanto, como ressalta Carneiro da Cunha e Almeida (1999), como pode o passado garantir o futuro? O passado assegura que a coisa é possível, o futuro é garantido pelo pacto. Este é materializado em leis e dispositivos a elas associados, como concessões e planos de uso.

Em segundo lugar, as razões pelas quais ainda hoje há áreas preservadas podem estar vinculadas não à natureza de práticas tradicionais quanto ao uso de recursos naturais, mas sim, devido a razões demográficas. Em outras palavras, o fato desses remanescentes terem permanecido relativamente preservados estaria associado à baixa pressão demográfica dessas áreas.

Outra posição, também favorável em relação à compatibilidade da presença humana em áreas destinadas à conservação, sugere que isso é possível e que não se trata de naturalizar ou essencializar determinados traços culturais, vinculando-os à sustentabilidade. Ou seja, o discurso da defesa dos direitos da população tradicional recoloca a tradição não como sendo uma forma historicamente edificada de relação com os recursos e o meio, mas sim, uma forma de uso de recursos baseada numa escolha racional dos sujeitos envolvidos, caracterizando, neste sentido, uma tradição inventada, como sugere Hobsbawn e Ranger (1997). Segundo estes a importância de se notar que o uso do discurso da tradicionalidade como embasamento dos direitos à continuidade da ocupação humana em áreas de uso ambientalmente restrito. Tal afirmação não implica numa volta ao passado, ou melhor, uma regressão ao pensamento pré-moderno, mas seria fruto de uma possibilidade de escolha, livre arbítrio dos indivíduos, o que é muito diferente do que pode sugerir a visão de um pensamento guiado pela tradição, por um apego irrefletido ao passado, que garantiria a reprodução indefinida do mesmo modo de vida.

O uso político da identidade de população tradicional implica o predomínio de uma lógica racional, pois o que está sendo colocado em jogo não é a manutenção de um determinado modo de vida, um apego ao passado, uma resistência à mudança, mas a possibilidade de obter vantagens políticas e adentrar em uma situação de reivindicação privilegiada de direitos (FERREIRA; CAMPOS, 2000),

Assim, considerando a perspectiva de Hobsbawn e Ranger (1997), pouco importa a origem histórica real do termo tradição, mas a função política que desempenha.

Nesse sentido, reivindicações e retomadas da tradição, ou seja, o discurso da tradicionalidade negociada, pactuada, pode ser considerado moderno, uma vez que se refere a uma escolha racional com vistas a um futuro, e não a um apego e uma resistência à mudança. Ou seja, estaria baseada, fundamentalmente, numa pré-disposição dos sujeitos sociais envolvidos nos conflitos e negociações acerca das restrições de uso e recursos naturais.

Embora as posições teóricas possam apresentar divergências quanto à forma pela qual se chegaria a isso, no estado atual das coisas, defende-se a ideia de que para conservar recursos é necessário algum tipo de coerção que garanta a limitação dos usos individuais e a sustentabilidade da atividade em longo prazo (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 1999; FERREIRA, 2000).

Ainda a esse respeito, há a clássica referência à tragédia dos espaços coletivos sobre a tendência dos indivíduos em sempre maximizar os seus ganhos (HARDIN, 1968), levantando, com isso, a necessidade de regras e normas de uso de recursos comuns, visando controlá-los. Neste sentido, Olson (1999) ressalta que a necessidade de se criar mecanismos de regras para utilização de bens públicos coletivos, uma vez que, mesmo em grupos espontâneos formados por indivíduos com os mesmos objetivos, sem um mecanismo de controle, dificilmente esses indivíduos agirão em função dos interesses do grupo. Dessa maneira, para o caso de conservar recursos, faz-se necessária a criação de mecanismos de controle estabelecidos através de contratos entre os sujeitos envolvidos.

4.2.3 – Neotradicionalismo

A busca por uma transversalidade entre as definições, caracterizações e situações descritas pode ser atingida com a adoção do conceito de Sistemas Neotradicionais de Manejo de Recursos, proposto por Begossi (2001), que são aqueles que apresentam elementos de sistemas tradicionais e de sistemas recentes e emergentes. Assim, estas populações possuem conhecimentos tradicionais e novos, provindos do externo.

Na perspectiva da neotradicionalidade, a vinculação única de características culturais à sustentabilidade cai por terra, ou seja, a reivindicação, por parte dos sujeitos, de uma situação de tradicionalidade, implica uma disposição dos mesmos em manterem práticas sustentáveis.

Ainda quanto à sustentabilidade, há que se considerar também que, embora as

populações tradicionais possam ter explorado o ambiente de maneira sustentável no passado, o contato com novos grupos humanos poderá levar à novas formas de usos de recursos e tal autonomia poderá dissolver esses grupos (OLSON, 1999).

A defesa da presença humana em UC's baseada apenas em características culturais, embora se justifique pelo passado conservacionista, poderá induzir necessidades e economia de mercado, que, por sua vez, poderão levar à mudanças culturais e à superexploração dos recursos naturais.

Carneiro da Cunha e Almeida (1999) definem as populações tradicionais como sendo aquelas que aceitam as implicações de um pacto de sustentabilidade, utilizando de forma controlada os recursos naturais devidos a práticas transmitidas pela tradição ou ainda pelo estabelecimento de novas práticas. Para que este processo possa ser compreendido como uma categoria ocupada por sujeitos políticos deve haver o comprometimento com certas práticas associadas à noção de usos sustentável. Nessa ótica, mesmo os mais antigos e conservacionistas podem tornar-se neotradicionais, uma vez que são populações tradicionais comprometidos a um pacto social atual.

Assim, os grupos neotradicionais não o são em si mesmos, mas tornam-se tradicionais, uma vez que essa vinculação identitária dará a eles acesso a todo um universo de direitos associado a essa tradicionalidade e, em contrapartida, deverão responder a determinadas obrigações de sustentabilidade.

Em resumo, assumir a condição de “tradicional” implica em ter uma organização local, lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado e aderir (em um território especificado) ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro. Ou, em outras palavras, ser neotradicional implica estar disposto a pactuar com a sustentabilidade, a manter práticas sustentáveis de uso de recursos, e estabelecer, por meio de contrato, direitos e deveres relacionados à utilização dos mesmos.

Ferreira (2000) discute as simplificações geralmente utilizadas em relação à oposição entre tradição e modernidade. Seria conveniente lembrar que o uso dos recursos naturais e as produções simbólicas a ele associadas constituem-se em instâncias distintas, mas indissociáveis, e que as formas de organização social, bem como as alternativas de mudança são processos racionais e singularmente vivenciados (BRITTO, 2000; FERREIRA, 2000).

As mudanças sociais têm efeitos singulares, segundo as ações e modos de compreensão das coletividades, podendo produzir mudanças definitivas ou simplesmente produzir ações adaptativas, muitas vezes insuperáveis. A diferença entre essas duas opções de ação não encerram uma situação de gradação, mas sim de processo. A noção corrente de

progresso, que em geral pretende explicar as mudanças sociais possíveis, tende a submeter as diferentes formas de organização social a uma única e preestabelecida escala de análise, segundo a qual é aferido seu grau de progresso ou atraso (BRITTO, 2000).

Diante desse raciocínio, reproduz-se a noção de que alguns grupos sociais persistem em reproduzir seus próprios modos de vida, além de seus valores, demonstrando uma resistência inerente à mudança, constituindo-se em guardiões de passado, ou em grupos de resistência aos avanços da modernização.

O emprego do termo tradição pode sugerir também uma aparente homogeneidade de usos, bem como práticas conservacionistas. Ferreira et al (2001) critica esse aspecto do uso desse termo para embasar a luta pelos direitos à permanência de populações no interior de UC's, ressaltando que o argumento montado para reivindicar o direito social de ocupação de áreas protegidas por população tradicional é fortemente impregnado por uma noção restritiva de conservação, e esses grupos sociais, em última instância, são compreendidos como pouco organizados e portadores de uma agenda reivindicatória mínima, construída em torno de direitos fundamentais à sobrevivência e reprodução cultural imediata.

O segmento que argumenta a favor da presença humana em UC's, baseado no conceito de população tradicional, geralmente parte de uma visão de tradicionalidade que oculta processos dinâmicos de mudança social. Sobre o termo tradição, Ferreira lembra que Wood e Schmink (1992) apontam-no como sendo usado em contraste com o moderno, quando implica condições de resistência, ou ainda, quando é utilizado em contraste com os processos de tomada de decisão racional, necessidade de considerar estratégias econômicas flexíveis e graus de mudança; ou, em outros termos, a incorporação de elementos exógenos a uma prática estabelecida, como se pode observar, frequentemente, em comunidades rurais. Além disso, o uso desse termo (tradição) pode ocultar a heterogeneidade desses atores, sugerindo homogeneidade de usos, bem como práticas conservacionistas.

Geralmente, esse tipo de análise decorre do fato de que esses grupos do interior de áreas protegidas são analisados em si mesmos, em suas relações intragrupais e com os recursos naturais. Por outro lado, as situações de ação criadas pelo processo de institucionalização de Unidades de Conservação acabaram ampliando a sociabilidade desses grupos, ligando-os a outros atores, cujos interesses e visões de mundo são desconhecidos e, muitas vezes, conflitantes (FERREIRA, 2000).

Dessa maneira, cabe indagar quais os processos de mudança social sobre os quais se atualiza a realidade social em áreas protegidas de uso indireto de recursos naturais na região do Planalto de Diamantina.

4.3 –Conflitos

4.3.1 - Conceito

Ao longo da história diversos campos do conhecimento têm o conflito como objeto de análise. Com o desenvolvimento do debate global sobre as condições ambientais do planeta, o termo conflito ambiental surge no cenário dessas discussões. Dessa forma, segundo Britto (2000) foi durante a Conferência de Estocolmo 1972, que o debate sobre os problemas políticos, sociais e econômicos pertinentes à questão ambiental, aconteceu pela primeira vez, introduzindo assim o problema ambiental na agenda mundial. Neste sentido a conferência de 1972 deflagra a necessidade de se construir uma teorização e conceituação dos conflitos percebidos naquele momento.

O termo conflito surge comumente dissociado das teorias de conflito, assim é facilmente notado, principalmente em documentos técnicos, que o marco conflito parece suprir o termo problema, ou seja, o problema ambiental possui como sinônimo o conflito ambiental. A análise realizada por Theodoro (2002), corrobora com essa realidade. O autor explicita a ausência de marcos teóricos na determinação do que seja um conflito e de quais são as variáveis em análise.

Para Barbanti Jr (2001) o termo problema ambiental de forma simplista assumiu o sentido de conflito socioambiental, uma vez que há o entendimento por parte de um segmento de nossa sociedade de que os problemas ambientais são desdobramentos de conflitos sociais.

A importância maior do desenvolvimento de análise dos conflitos foi a de trazer para a pesquisa ambiental o olhar sociológico para a questão ambiental, contribuindo dessa forma para a discussão sobre os métodos de constituição de conflitos entre grupos sociais na luta pelo uso dos recursos naturais.

Gomes (2002) afirma que o conflito é um dos temas mais estudados pela humanidade, sob várias óticas e em diversos níveis. Para Chifuco (2001) a definição de conflitos não apresenta um consenso na literatura científica. Porém há uma concordância em dois pontos essenciais. Para que o conflito exista, deve haver divergência ou uma aparente divergência, dos pontos de vista sobre um determinado assunto em questão. A incompatibilidade entre os

pontos de vista gera o conflito, uma vez que as vitórias de um lado são obtidas em função das derrotas das outras partes.

Segundo Dahrendorf (1992 *apud* NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010) os conflitos são formas de evolução e aprendizado para corrigir o que, possivelmente, está errado e encontrar novos caminhos e possibilidades de desenvolvimento para a sociedade.

Röling (1966 *apud* NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010) analisa os conflitos da sociedade moderna associando-os à importância da lei que por sua vez relaciona-se à prevenção de conflitos ao conseguir impor respeito às suas regras. No entanto, nem todos os conflitos podem ser evitados; dessa forma, os conflitos que surgem independente de sua natureza, também podem ser considerados conflitos legais e sua origem pode ser de três formas: (a) aqueles que surgem de diferentes visões e interpretações das leis; (b) aqueles que surgem pelo não cumprimento da lei ou pelo confronto à lei vigente; e (c) quando as leis são mudadas de acordo com interesses e circunstâncias do grupo com o poder de aplicá-las.

De acordo com Nascimento (2001) os conflitos reúnem um conjunto de atores e posicionamentos que se articulam ou se opõem. Os atores movimentam-se e posicionam-se, entretanto, os discursos nem sempre são coerentes com suas ações e os movimentos nem sempre perceptíveis, o que dificulta a análise de conflitos. Seguindo esta lógica os atores de um conflito podem ser indivíduos, grupos sociais, organizações, coletividade e Estados e podem ocupar os seguintes posicionamentos perante o conflito:

a) promoção: dispostos a se movimentar com todos os seus recursos para que haja um determinado desfecho;

b) apoio: quando tem uma posição favorável a determinadas iniciativas ou desfecho, mas não estão dispostos a se jogar com todas as suas forças no processo;

c) neutralidade: quando por alguma razão não tem ou não querem assumir posição;

d) oposição: quando se colocam contra determinadas iniciativas, mas não estão dispostos a utilizar todos seus recursos;

e) veto: quando utilizam todos os seus recursos possíveis para impedir que o conflito caminhe em um determinado sentido.

Neste viés de posicionamentos, o campo de disputa é o espaço de movimento dos atores. Já o objeto de disputa pode variar de natureza, mas são sempre bens ou recursos escassos, ou vistos como tais, podendo ser material ou simbólico, divisível ou indivisível,

laico ou profano, real ou irreal. E, ressalta que a percepção do objeto de disputa é sempre diferenciada, uma vez que os valores, a compreensão, a leitura e os interesses são distintos para cada um dos atores envolvidos (NASCIMENTO, 2001).

Neste contexto, o termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Essas situações de litígio, vigentes nos níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto. Elas decorrem, muitas vezes, do esforço investido na simples prevenção ou mesmo na reparação de danos ambientais (VIVACQUA; VIEIRA, 2005).

Diferenças de significados e percepções dos conjuntos naturais e construídos estão na base dos conflitos socioambientais. De forma introdutória os conflitos socioambientais devem ser entendidos como disputas entre grupos humanos que utilizam de formas distintas os recursos do ambiente e partilham em alguns episódios do mesmo sistema produtivo.

4.3.2 – Conflitos Socioambientais

No campo do conflito socioambiental, um aspecto categórico é o conceito de escassez. Não haveria conflitos se os recursos fossem intermináveis e consideráveis. Eles surgem quando os recursos começam a ser de acesso insuficiente ou inexistente para alguma pessoa, seja por centralização, indeferimento ou degradação.

Libiszewski (1992*apud*PIASENTIN,2008) entende como conflito socioambiental o conflito causado pela escassez de um recurso natural renovável em consequência a um determinado desequilíbrio ambiental originado por uma atividade antrópica. Porém, para que aconteça um conflito, se exige que haja mais que a escassez, uma condição de desigualdade: se todos compreendem que há escassez, ter-se-ia um problema, mas não um conflito (VILLAREAL, 1997).

Piasentin (2008) afirma que assumir todas as disputas que envolvam recursos naturais sejam conflitos socioambientais é um erro, pois para isso é necessário que estas tenham uma raiz social e ambiental.

Neste sentido, para Little (2001) o conceito socioambiental agrupa três extensões fundamentais: o mundo biofísico e seus diversos períodos naturais, o mundo humano e suas

composições sociais e o relacionamento ativo e interdependente entre esses dois mundos. Para o autor são frequentes os conflitos relacionados aos impactos ambientais gerados por uma determinada atividade que se sobrepõem a outra; ou os que se configuram como disputas pela utilização dos mesmos recursos.

Já Acselrad (2004 *apud* ZHOURI, 2004) ao analisar o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, elabora a noção de conflitos socioambientais como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004 *apud* ZHOURI, 2004, p. 212)

A complexidade dos conflitos socioambientais se revela nos caminhos para sua resolução, esta depende, entre outros fatores, da percepção dos seus protagonistas. Segundo Adams et al. (2003*apud* NASCIMENTO E BURSZTYN, 2010) as políticas para melhorar a gestão geralmente assumem que os problemas são auto-evidentes, mas, na realidade, uma consideração cuidadosa e transparente nas formas que os diferentes atores entendem e percebem os problemas é essencial para iniciar um diálogo efetivo. Dentro dessa visão, a percepção sobre os problemas de uso dos recursos pode ser formada com base em três tipos de conhecimento: conhecimento do contexto empírico; conhecimento das leis, regras e instituições; e crenças, mitos, valores e ideias.

Os conflitos socioambientais transcendem os limites políticos e geográficos e para seu entendimento há a necessidade de um levantamento de informações vinculadas não somente à realidade ambiental de um determinado espaço de conflito, mas um entendimento de como acontece as relações entre comunidade e ambiente. Essa complexidade esclarece porque, na maior parte dos casos, o conflito socioambiental não repercute de forma mais intensa na sociedade externa ao conflito e não está sendo gerenciada adequadamente, resultando em desgastes, frustrações, agressão, perversidades e impactos negativos na qualidade de vida, nos processos econômicos, sociais e naturais.

4.3.3 – Conflitos Socioambientais e as UC's

Os conflitos socioambientais presentes nas áreas nas quais vem sendo implantadas UC's tem sua origem no processo de criação das mesmas. De acordo com Ferreira (2004):

As UC's brasileiras foram sendo propagadas em uma situação onde a ação diária das instituições públicas pôs seus agentes em condição de confrontação com os moradores das áreas assentadas sob proteção legal. Propostas de conservação estabelecidas em gabinetes, discutidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no período de serem praticadas acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando vários atores em torno de diferentes arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, sobretudo os moradores, em sua maior parte sem um prévio conhecimento importante de participação política, foram repentina e inusitadamente acometidos na condição de atores (FERREIRA, 2004, p. 52).

Para Pereira (2005) o processo de criação, implantação e gestão das UC's brasileiras têm se dado de forma concentrada com determinações “de cima para baixo”, limitando o conhecimento público. A inspiração desses espaços resguardados tem se dado de forma impositiva, o que, com certeza desenvolve nas populações que habitam o entorno aversão à criação dessas áreas.

Pimbert e Pretty (2000) afirmam que práticas de gestão prosseguem sendo polarizadas pelos especialistas em Biologia da Conservação. Nos trabalhos de consultoria, os biólogos tendem na maioria das vezes a desdenhar o valor dos saberes tradicionais e, por consequência, da participação autêntica das comunidades locais nos métodos de tomadas de decisão no plano, na implementação e no monitoramento de UC's.

De acordo com Simon (2003) conflitos socioambientais envolvendo UC's de proteção integral são evidenciados em dois momentos:

(a) o primeiro com o surgimento de iniciativas para sua criação, onde a dimensão simbólica da luta social de conservacionistas/ambientalistas baseia-se em uma concepção universalista de conservação, evocando-se a UC como reação/resposta/barreira para as ameaças reais ou potenciais aos recursos naturais locais. Os atores envolvidos consolidam e potencializam suas decisões validando o processo através da legislação, institucionalizando dessa forma o território. A eventual resposta governamental, transformando esta iniciativa em criação do Parque, é a prova do sucesso da etapa inicial, é o momento de consolidação do problema social. Nesse sentido, o órgão governamental contribui de forma significativa para o processo de definição daqueles “problemas ambientais” reclamados por este grupo de atores sociais, se transformando nos principais

responsáveis pela emergência do problema entendido, agora, como problema público. Assim, os conservacionistas/ambientalistas adquirem legitimidade pública enquanto responsáveis pela definição do problema e passam a deter o monopólio da questão.

(b) e o segundo, pós criação da UC, quando a institucionalização do espaço pelo Estado e do estabelecimento das “novas” regras de uso e apropriação dos recursos, evidenciam-se os conflitos socioambientais. Nesse segundo momento, quando há uma manifestação explícita de insatisfação, o conflito é identificado quando diferentes atores sociais (organizados formalmente ou não) se manifestam e se mobilizam frente aquilo que é percebido como agressão ambiental, embora as vezes a mobilização não ultrapasse o nível da denúncia. Neste momento, o que caracteriza o conflito é o fato dos atores sociais estarem submetidos a nova configuração do espaço enquanto espaço público, com novas regras de uso e apropriação dos recursos, regras essas voltadas para o “não uso” (SIMON, 2003, p.8).

Neste sentido, há uma possibilidade que pode ser relacionada tanto ao primeiro como ao segundo momento, uma vez que a ausência de conflitos explícitos não indica necessariamente uma situação de adaptação bem-sucedida; pelo contrário, pode expressar uma situação de desinformação relativamente aos indicadores de crise socioecológica em todos os níveis de organização territorial ou simplesmente um processo de exclusão sistemática das populações locais dos processos de tomada de decisão, ou seja, situações de “conflito implícito” (VIVACQUA; VIEIRA, 2005).

Gomes (2002) descreve a experiência de conflito a propósito de o uso da terra, sobretudo entre duas comunidades de entorno e o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB). Esse conflito traz ímpetos negativos para a área do Parque no que diz respeito à conservação da mata ciliar. De acordo com a autora essa circunstância deve-se à falta de conversação entre os abrangidos, uma vez que os alcances físicos entre o PNSB e as comunidades de entorno oferecem contestações desde a criação desta UC.

Oliveira (2005) realça, entre outros, conflitos catalogados à conservação e preservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (MG), decorrentes de atividades agrícolas desenvolvidas em regiões adjacentes ao território desta UC. Tais atividades levam à aberta drenagem de agrotóxicos, por meio de rios, para o interior do Parque.

Conforme Drummond *et al* (2008) os centrais conflitos trazidos para as áreas do Amapá são determinados pelo uso impróprio dos recursos naturais, incêndios, desmatamentos, invasões, extrativismos (vegetal, animal e mineral), pecuária extensiva (em especial a criação de búfalos), a agricultura predatória; além da imprecisão fundiária e a

ausência de planos de manejo. Porém, mesmo com diversos tipos de conflitos existentes nas áreas de UC's amapaense, estas se localizam em bom estado de conservação, menos pela ação das políticas que são realizadas e mais pela dificuldade de acesso a estes lugares. Sendo assim para tornar mínimo o conflito na gestão de UC's do Amapá, é imprescindível investir em estratégias mais hábeis para garantir a continuação da diversidade biológica. Estas estratégias carecem abranger o diálogo, a sensibilização, a compensação, além do monitoramento e da fiscalização, e não simplesmente estabelecer estas áreas.

Com fundamento no pressuposto segundo o qual os conflitos são essenciais à vida em sociedade, as circunstâncias de conflitos socioambientais transportam em si potencialidades positivas, propulsoras de transformações rumo à reorganização dos arranjos sociais e ambientais.

Assim, entende-se que as controvérsias relacionadas a conflitos socioambientais decorrentes da criação de UC's giram em torno de duas questões-chave: por um lado, a real eficácia das diversas categorias de manejo, que têm sido empregadas na busca de conservação da biodiversidade; e por outro, as modalidades de gestão consideradas mais adequadas no enfrentamento dos conflitos de uso dos recursos naturais existentes em áreas protegidas. Outro ponto importante é a necessidade de definição de arranjos institucionais mais adequados, capazes de garantir uma gestão integrada, participativa e mais cooperativa dos recursos naturais, minimizando os impactos negativos sobre a qualidade de vida das populações locais.

Capítulo 5

Caracterizaçãodos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto

O estado de Minas Gerais possui, atualmente, 38 UC's de proteção integral da categoria parques estaduais, cujas áreas somam cerca de 441.349 ha, ou a 0,75% do território mineiro (Figura 5.1, Tabela 5.1). Somente oito desses se encontram abertos à visitação (IEF, 2014).

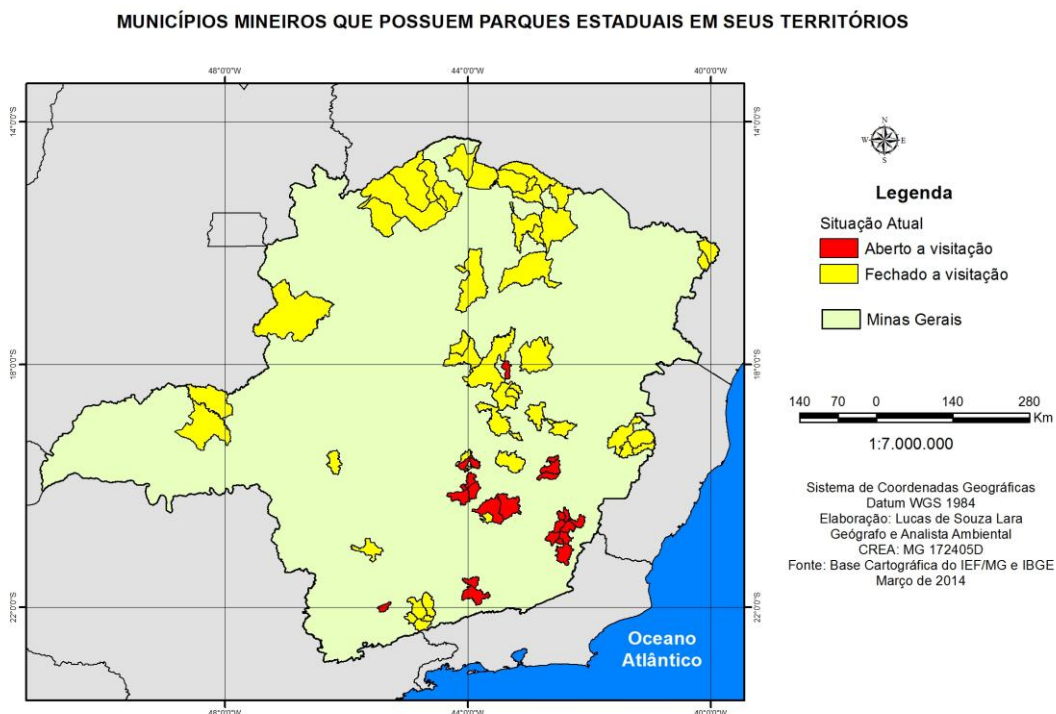


Figura 5.1 : Mapa de delimitação de municípios no estado de Minas Gerais que possuem parques estaduais.

Tabela 5.1: Parques Estaduais de Minas Gerais. Fonte: IEF (2014)

Parques Estaduais	Criação	Área (Ha)	Município de Abrangência
Ibitipoca	1973	1488	Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca
Itacolomi	1967	7543	Mariana e Ouro Preto
Nova Baden	1994	214,47	Lambari
Rio Doce	1944	35970	Marliéria, Dionísio e Timóteo
Rio Preto	1994	12185	São Gonçalo do Rio Preto
Serra do brigadeiro	1996	14.984	Araponga, Fervedouro, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino
Serra do Rola-Moça	1994	3941	Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho
Sumidouro	1980	1300	Lagoa Santa
Baleia*	1988	102	Belo Horizonte
Biribiri*	1998	16998	Diamantina
Caminho dos Gerais*	2007	56237	Mamonas, Monte Azul, Gameleiras e Espinosa
Campos Altos*	2004	782,67	Campos Altos
Grão Mogol*	2009	28404	Grão Mogol
Lapa Grande*	2004	7000	Montes Claros
Lagoa do Cajueiro*	1998	20500	Matias Cardoso
Mata Seca*	2000	10281	Manga
Montezuma*	2007	1743	Montezuma
Pau Furado*	2007	2200	Uberlândia e Araguari
Pico do Itambé*	1998	4696	Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas
Rio Corrente*	1998	5065	Açucena
Serra Verde*	2007	142	Belo Horizonte
Cerca Grande*	2010	134	Matozinhos
Mata do Limoeiro*	2011	2056	Ipoema e Itabira
Serra da Boa Esperança*	2007	5873	Boa Esperança
Serra da Candonga*	1998	3302	Guanhães
Serra das Araras*	1998	11137	Chapada Gaúcha
Serra do Cabral*	2005	22494	Buenópolis e Joaquim Felício
Serra do Intendente*	2007	13508	Conceição do Mato Dentro
Serra do Papagaio*	1998	22917	Aiuruoca, Baependi, Itamonte e Pouso Alto
Serra Negra*	1998	13654	Itamarandiba
Serra Nova*	2003	12658	Rio Pardo de Minas
Sete Salões*	1998	12520	Resplendor, Santa Rita dom Itueto, Conselheiro Pena e Itueta
Verde Grande*	1998	25570	Matias Cardoso
Veredas do Peruaçu*	1994	30702	Januária
Alto Cariri*	2008	6151	Santa Maria do Salto e Salto da divisa
Serra do Ouro Branco*	2009	7520	Ouro Branco e Ouro Preto
Serra do Dobrado*	2010	12977	São José da Lapa
Paracatu*	2011	6400	Paracatu
Total		441349,1	

* - Parques fechados a visitação.

No âmbito regional, o PERP e o PEBI estão inseridos em cabeceiras da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, Sub-região do Alto Jequitinhonha. A área do PERP encontra-se no município de São Gonçalo do Rio Preto e limita-se a Oeste e a Leste com os municípios de Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos, respectivamente. O PEBI localiza-se no município de Diamantina se confrontando, a Nordeste, com o município de Couto de Magalhães de Minas. (Figura 2.10)

O presente capítulo apresentará aspectos fisiográficos dos parques em conjunto, uma vez que possuem características similares quanto ao clima, vegetação e solo. Posteriormente, outros tópicos tratarão de processos de criação e gestão de UC's, caracterização da comunidades.

5.1 - Aspectos Fisiográficos dos Parques

5.1.1- Clima

A presente caracterização climática tem como levantamento os dados presentes nos trabalhos de Giuliatti et al (1997), Bedê (2006) e STCP (2004 a, c) uma vez que não existem informações climáticas específicas para os parques pesquisado.

O regime climático da região é tipicamente tropical ocorrendo uma estação chuvosa e outra seca. As superfícies mais elevadas caracterizam-se pelo predomínio de temperaturas amenas durante todo ano (média anual em torno de 18°C a 19°C). A precipitação média anual é de 1.405 mm, a estação chuvosa dura de sete a oito meses (média máxima de precipitação de 307 mm em Janeiro) e o período seco, que coincide com o inverno, de três a quatro meses (média mínima de 8 mm em Junho/Julho), com déficit hídrico entre Maio e Setembro (STCP, 2004a, c).

5.1.2- Vegetação e Solos

Os solos, como componentes do meio físico, expressam física, química e morfologicamente, os atributos do ambiente do qual fazem parte determinando o desenvolvimento de diferentes fitofisionomias. A espacialização geográfica e caracterização de unidades pedológicas e vegetacionais são de grande importância para o entendimento das modificações temporais do uso e ocupação do terreno nas UC's analisadas. Segundo Resende

et al. (1997) os solos são os principais estratificadores de ambientes e por isso devem ser utilizados para a elaboração de planejamentos regionais como zoneamentos ambientais ou classificação do potencial agrícola das terras.

Rodrigues (1986) ressalta que os solos são um dos fatores ambientais que mais influenciam na distribuição e abundância de espécies arbóreas. Para o autor, o solo é o principal responsável pela variabilidade florística existente em áreas contínuas de mata.

As definições das formações vegetais presentes na região do PEBI (Figura 5.4) e PERP (Figura 5.5) foram divididas em três grupos segundo STCP (2004b, d): **Formações Florestais** representada pela Floresta Estacional Semidecidual; **Formações Savânicas** representada pelas fitofisionomias do Cerrado sentido restrito, Cerrado Típico, Cerrado Ralo e Cerrado Rupestre e **Formações Campestres**, representadas pelos Campo Limpo e Campo Rupestre.

O PERP e o PEBI abrigam diferentes manifestações fitofisionômicas de Cerrado, assentadas sobre um relevo bastante acidentado, com altitudes variando entre 850 e 1.825 m. (Figuras 5.2 e 5.3) Nos vales largos e profundos predomina o cerrado, enquanto nos cumes ocorrem formações de quartzito, normalmente do Supergrupo Espinhaço, sobre as quais cresce vegetação de campos rupestres.

A região do Parque Estadual do Rio Preto é representada por tipos vegetacionais característicos do bioma Cerrado (STCP, 2004d). As formações vegetais predominantes são as campestres e savânicas, sendo também encontradas áreas com Floresta Estacional Semidecidual, principalmente ao longo das vertentes que margeiam córregos e rios. Nas porções mais elevadas é observada a ocorrência de “capões de mata”, tipo de vegetação denominado por florestas em manchas (Rizzini, 1979 *apud* STCP, 2004d).

Nas Figuras 5.4 e 5.5 encontram-se ainda, representadas áreas antropizadas, vinculadas a feições nas imagens e no campo ligadas às áreas de extrativismo vegetal, mineral e pecuária extensiva e ainda áreas de solo exposto.

PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI - MODELAGEM 3D DE TERRENO

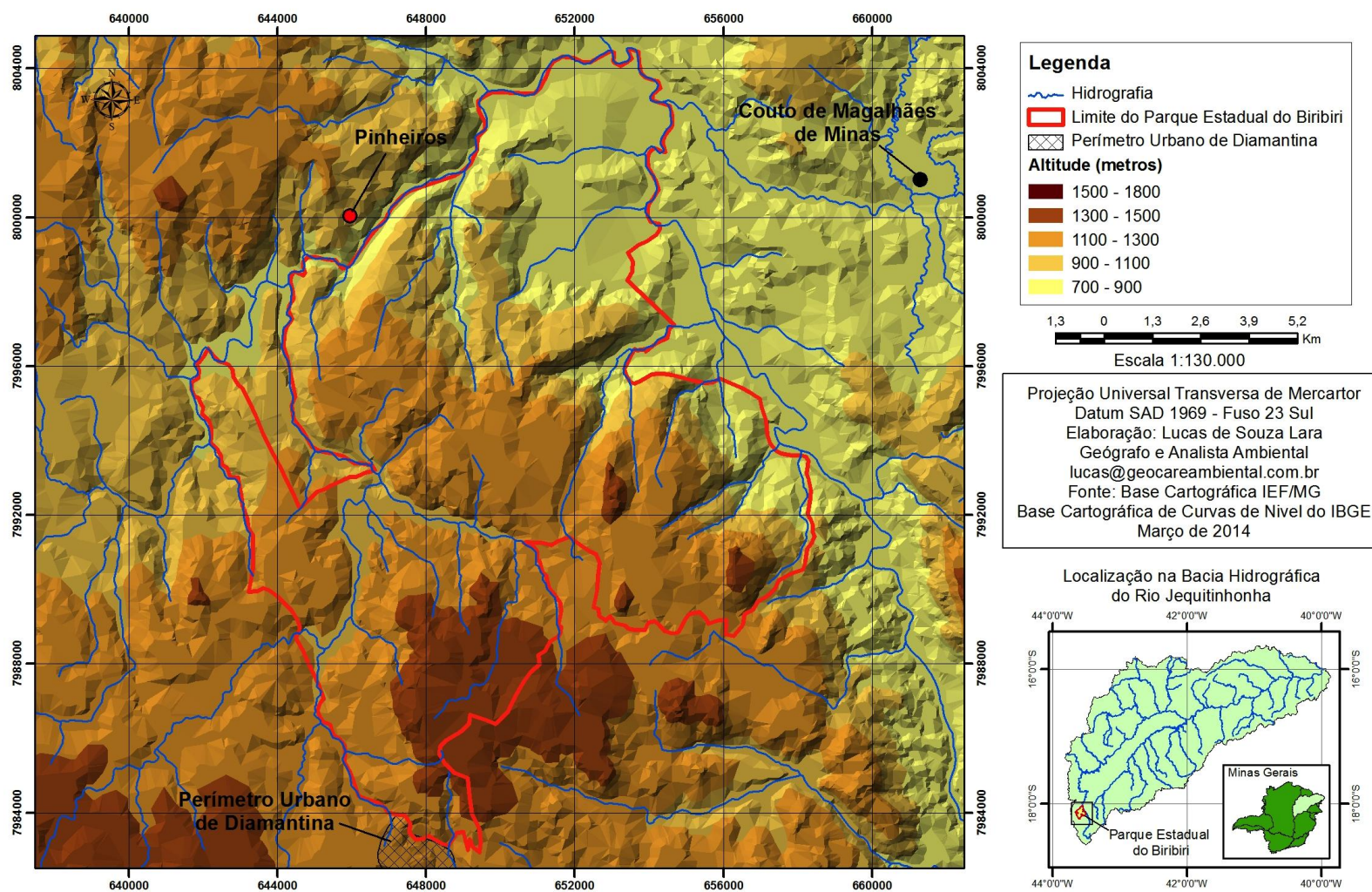


Figura 5.2 – Modelagem altimétrica do PEBI (delimitado de vermelho) e seu entorno.

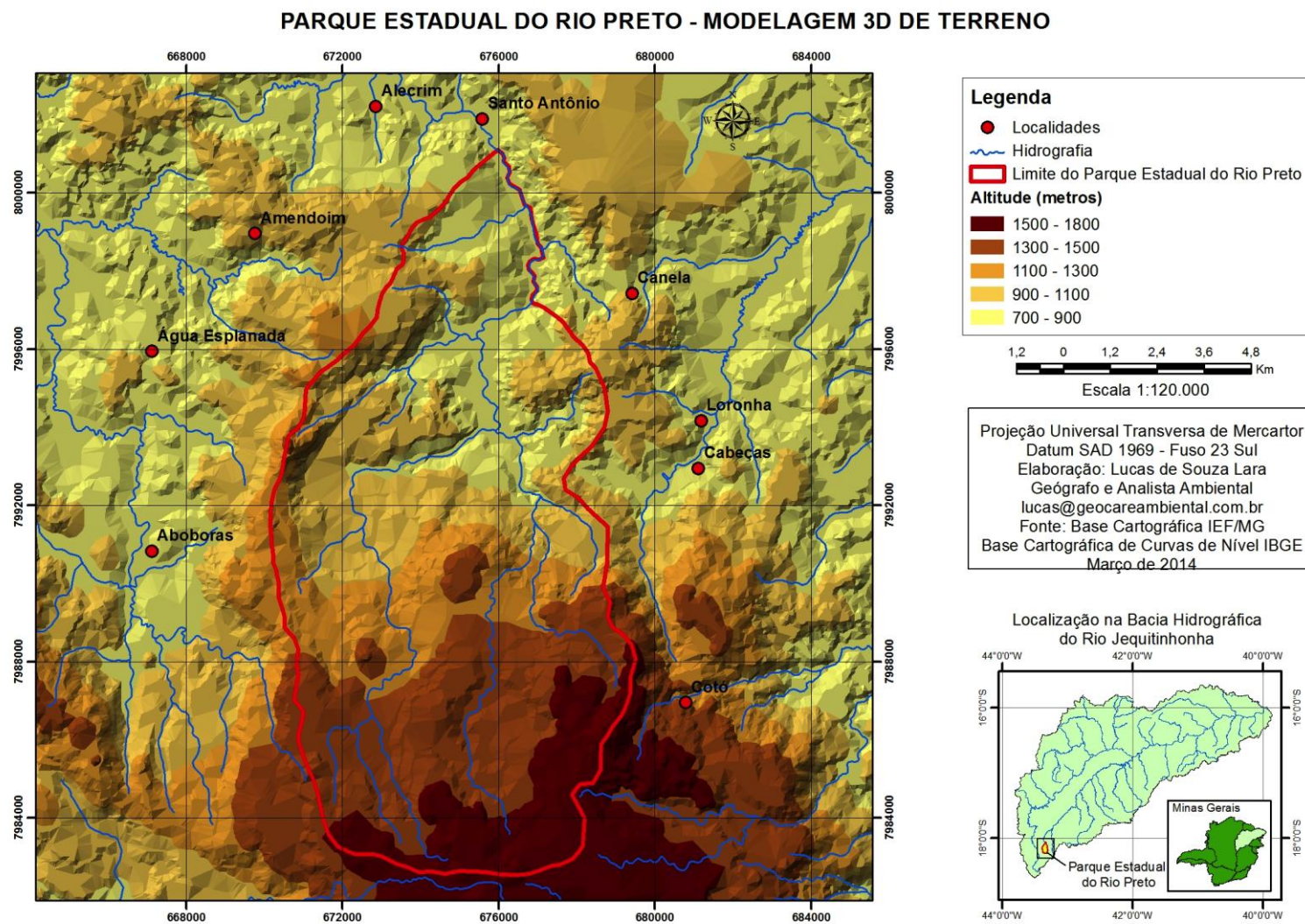


Figura 5.3- Modelagem altimétrica do PERP (delimitado de vermelho) e seu entorno.

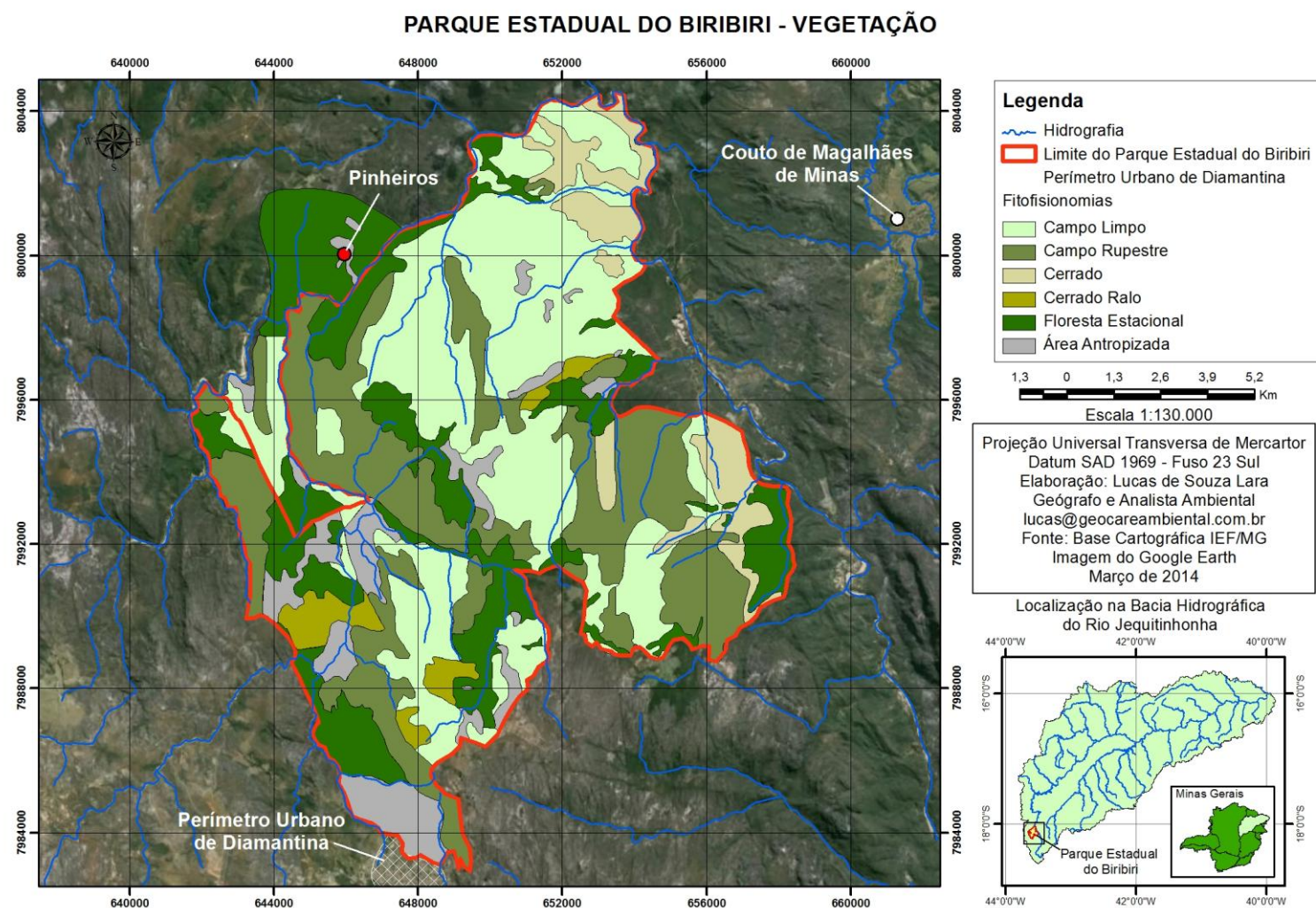


Figura 5.4 – Mapa das fitofisionomias do PEBI (delimitado de vermelho).

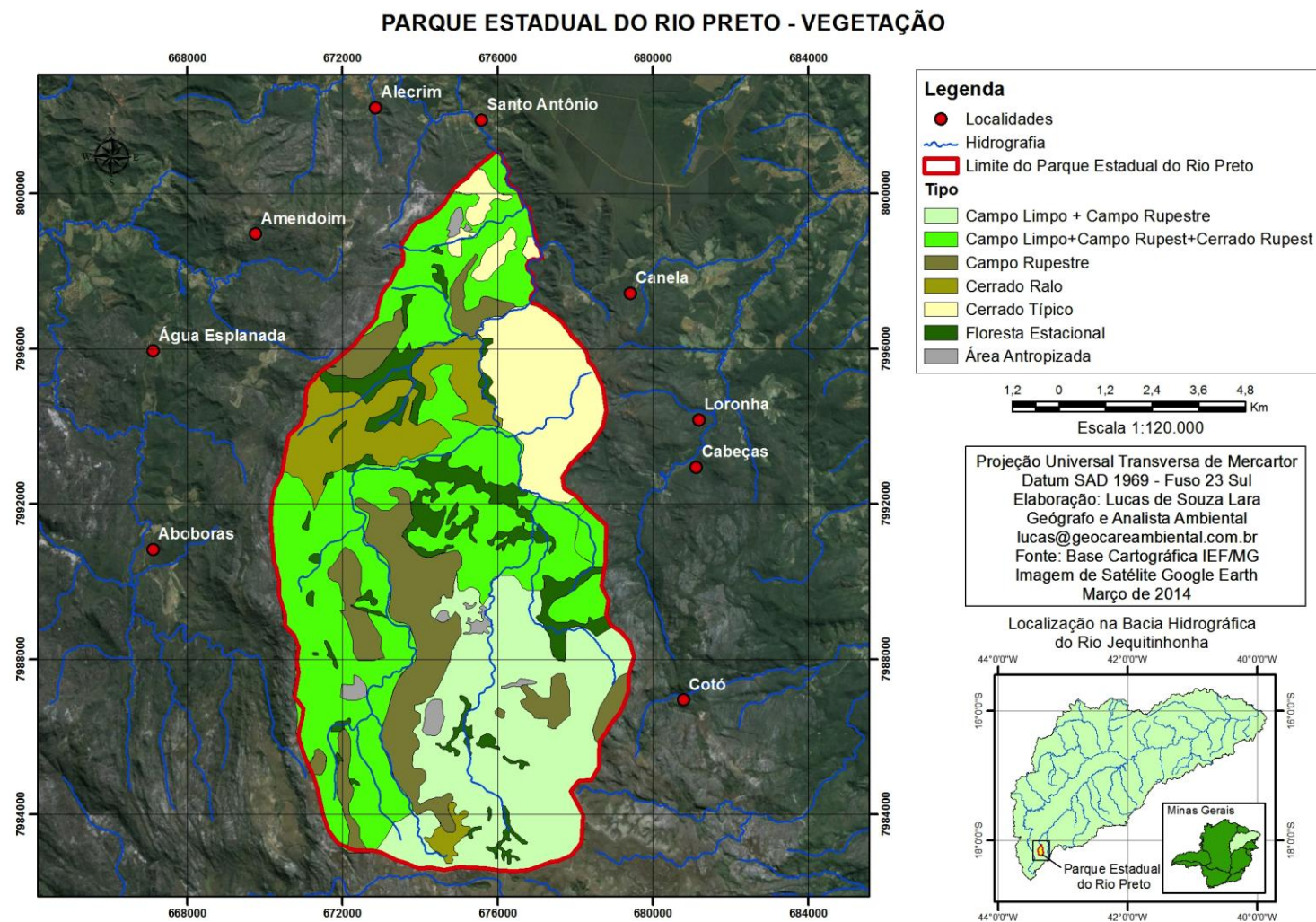


Figura 5.5- Mapa das fitofisionomias do PERP (delimitado de vermelho).

Para a caracterização pedológica nas áreas de estudo optou-se por utilizar oito unidades pedológicas como ponto de partida. Tais unidades são associações de solos, que não podem ser separadas pela escolha da escala do mapeamento e/ou pelo fato de ordens distintas de solos ocorrerem associadas de forma complexa. Assim, uma única unidade de mapeamento pode representar mais de um tipo de solo, podendo assim condicionar mais de um tipo de vegetação.

Para o PERP tais unidades variam desde Afloramento Rochoso, cinco variedades de Neossolo, uma unidade de Latossolo e uma de Cambissolo (Figura 5.7). No PEBI as unidades mapeadas, além do Afloramento Rochoso variam somente quanto ao Neossolo (com 4 unidades mapeadas) e o Latossolo, que passa a ter duas variedades (Figura 5.6). A seguir as unidades pedológicas serão caracterizadas nas áreas dos parques.

A **Unidade Afloramento Rochoso (AR)** está presente em ambas UC's e é formada por afloramentos de rocha associado ao Neossolo Litólico Psamítico típico com relevo fortemente ondulado a escarpado.

No PEBI, a unidade AR ocorre distribuída por todo o Parque, ocupando 10.263 ha ou 58,91% de sua área total (Figura 5.6). A associação ao Neossolo Litólico Psamítico define a **AR** como susceptível a processos erosivos decorrentes da reduzida espessura do solo e alto grau de declive (Figura 5.9). Quanto as formações vegetacionais, há a predominância de Campo Rupestre e Campo Limpo (Figura 5.4).

No PERP, essa unidade ocupa uma área de aproximadamente 2.361 ha, ou seja, 20,28% da área total da UC e ocorre nas porções Noroeste, Sudeste e no eixo centro-Sul, sendo que as duas últimas definem a região denominada de Chapada do Couto, caracterizada por áreas mais elevadas e íngremes, alcançando 1.825 metros no Pico Dois Irmãos (Figura 5.3, 5.8). Na **AR** predomina o Campo Rupestre, Cerrado ralo e uma associação de campos limpo, rupestre e cerrado rupestre. (Figura 5.5).

Em trabalhos de campo evidenciou-se que nas duas UC's a unidade **AR** é a menos antropizada das unidades pedológicas especializadas. Isso ocorre face ao baixo potencial agrícola, elevada declividade e difícil acesso a esta unidade. Porém, é notável que a interpretação de áreas antropizadas presentes nos mapas de vegetação (Figuras 5.4 e 5.5) coadunem com áreas de afloramentos de rocha, o que indica uma fragilidade na parametrização da interpretação da imagem de satélite escolhida.

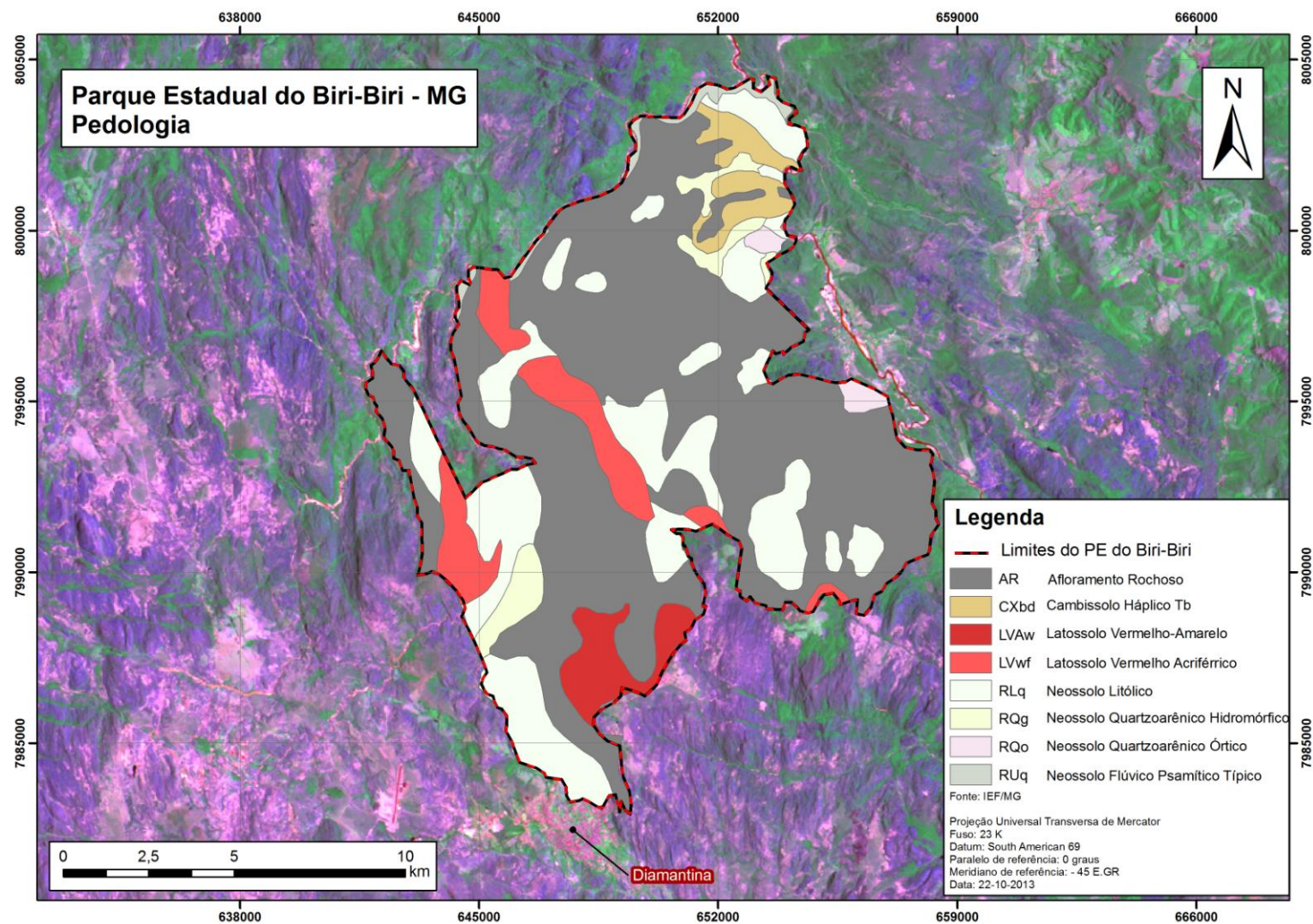


Figura 5.6 Mapa de unidades pedológicas do PEBI.

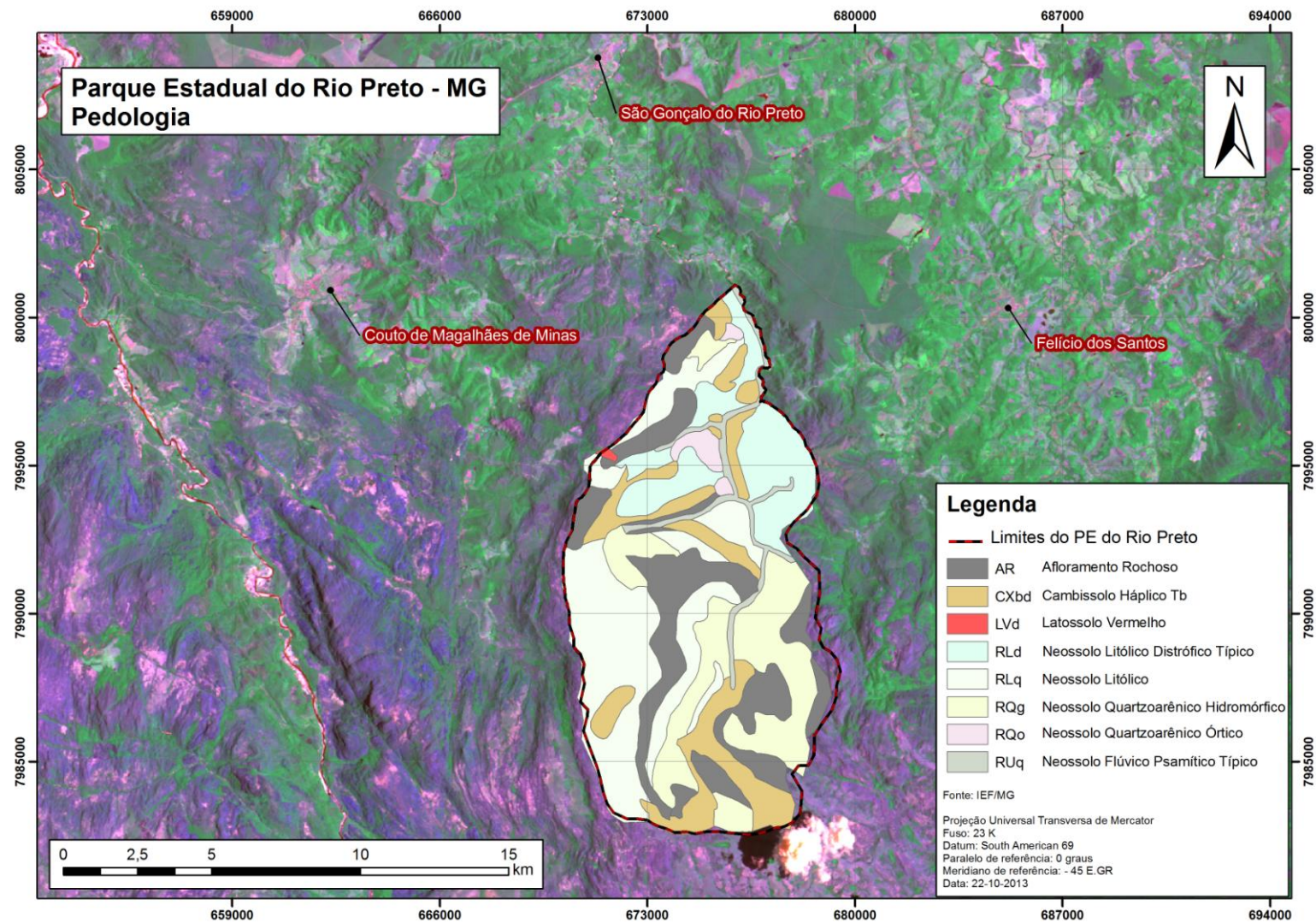


Figura 5.7- Mapa de unidades pedológicas do PERP.

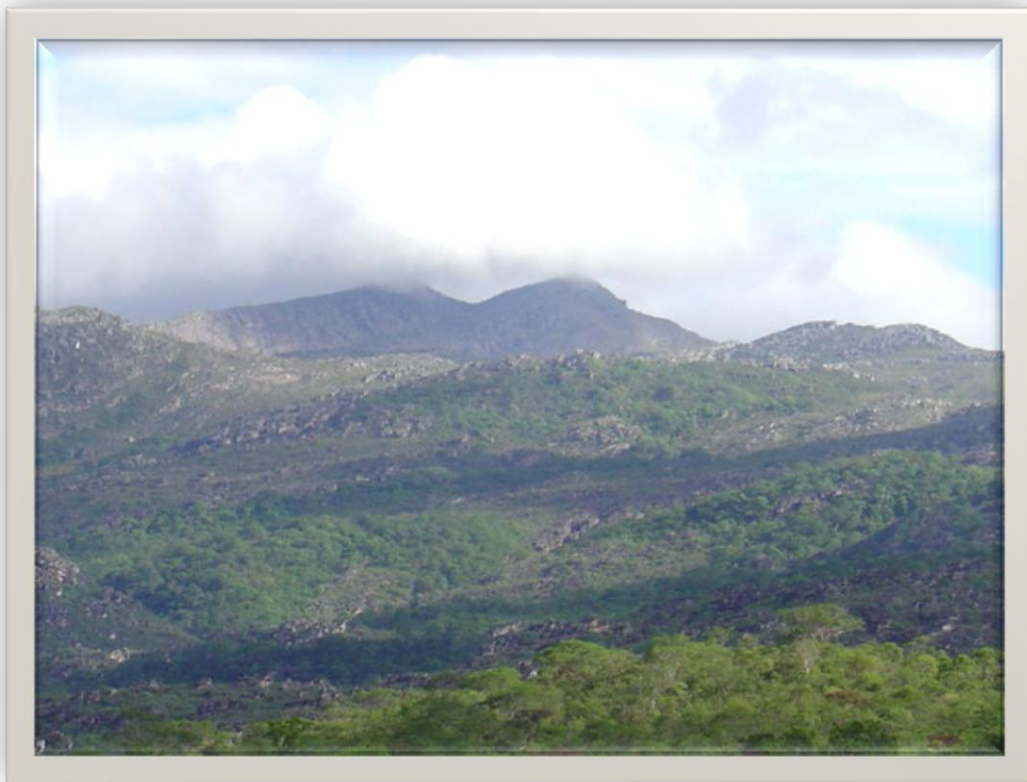


Figura 5.8- Pico Dois Irmãos, marco geográfico da parte sul do PERP. Foto: Marcelino Moraes



(2007)
Figura 5.9 -. PEBI – Serra da Apolônia, visada para Noroeste. Foto: Marcelino Moraes (2012)

A **Unidade Neossolo Litólico Psamítico típico, RLq**, é associada a Neossolo Quartzarênico Hidromórfico e a afloramentos de rochas quartzíticas. Essa Unidade é um pouco diferenciada entre o PERP e o PEBI, por apresentar, no último, Organossolos associados.

A presença de Neossolo Quartzarênico Hidromórfico e de Organossolo está relacionada, localmente, a áreas de drenagem deficiente, o que leva ao acúmulo de matéria orgânica nesses solos. Essas áreas formam as cabeceiras de nascente de vários pequenos cursos d'água e são muito importantes para a recarga de aquíferos. Os ecotipos vegetais associados a **RLq** em ambos os parques são os campos limpo, rupestre e cerrado rupestre recobrimo um relevo mais plano a ondulado. Essa unidade é marcante nas áreas elevadas, isoladas e aplainadas, situadas acima da cota 1000 metros. Exemplifica, numa escala menor, o Planalto de Diamantina.

No PEBI, apresenta-se como nichos elevados, isolados e aplainados limitados pela Unidade **AR** e nas bordas de escarpas na porção Sudoeste e como manchas esparsas no centro do parque, eixo Noroeste-Sudeste (Figura 5.6). Ocupa 3.824 ha, o que corresponde a 21,95% do parque. No PERP, a **RLq** está presente nas porções Sudoeste e Noroeste, intercaladas preferencialmente pela unidade **AR** (Figura 5.7). Ocupa cerca de 3.069 ha, o que corresponde a 26,36% do Parque.

No PEBI a unidade **RLq** constitui o pedoambiente típico das “sempre-vivas”, o que condicionou modificações na paisagem decorrente de atividades antrópicas vinculadas à extração dessa espécie. Na porção Sul do parque, essa unidade foi intensamente modificada pelo manejo agropecuário e pressão imobiliária. Marcas de garimpo de diamante e ouro ainda visíveis nessa área (Figura 5.10)

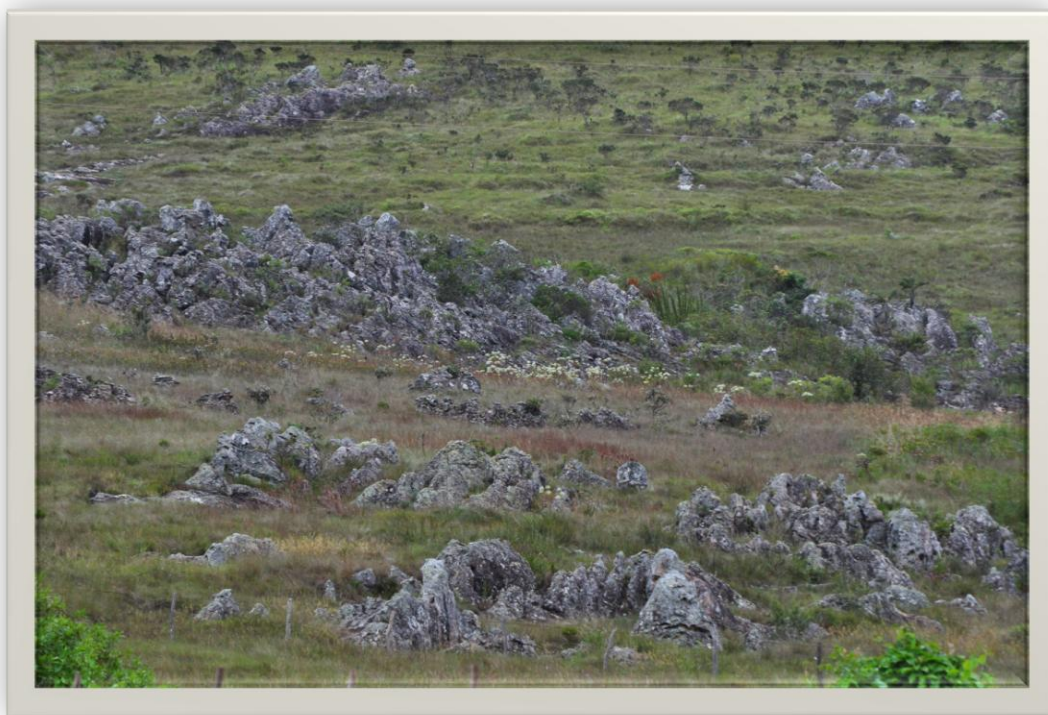


Figura 5.10: Área do PEBI próximo ao campus da UFVJM no qual observa-se intercalação de Neossolo Quartzarênico (com sempre-vivas) e a Unidade AR. Visada pra Noroeste.

A **Unidade Neossolo Litólico Distrófico típico (RLd)** é encontrada apenas no PERP, em sua porção Norte/Nordeste ocupando aproximadamente 1.600 ha, o que corresponde a 13,74% de sua área total (Figuras 5.3; 5.7). É formado por Neossolo Litólico Distrófico típico, associado ao Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico.

Os ecotipos vegetais predominantes são os campos limpo e rupestre e o cerrado rupestre em um relevo ondulado a montanhoso cujas altitudes variam de 750 a 1.100 metros (Figura 5.3; 5.11). Anterior à criação do parque, essa unidade sofreu uma forte pressão antrópica pelo uso coletivo de seus recursos, extração vegetal e pecuária, pelas comunidades do Alecrim e principalmente do Santo Antônio.



Figura 5.11: Área de ocorrência de Neossolo Litólico no PERP. Visada para Norte, a partir do Mirante da Lapa.

A Unidade Neossolo Quartzarênico Hidromórfico (RQg) associa-se a Organossolos e afloramentos de quartzitos (**AR**). A vegetação nativa é o campo rupestre e o relevo dessas áreas é plano e suave ondulado.

No PEBI, esta unidade foi identificada em superfícies altimétricas mais baixas, entre as cotas 600 a 700 metros na porção norte do parque. Já a sudoeste esta unidade ocorre em superfícies em torno de 1.000 metros de altitude. Ocupa cerca de 530 ha ou 3,05% da área total do parque.

No PERP, essa unidade ocupa uma área de 2.238 ha, cerca de 19,22% da área total do parque, ocorrendo em superfícies situadas entre 1.250 e 1.400 metros, no quadrante sudeste do parque, na Chapada do Couto (Figura 5.12). Essa unidade também foi identificada em menores áreas na porção central e norte do parque. Esta unidade pedológica é fundamental para a recarga dos aquíferos da região.



Figura 5.12. Foto com visada Sudeste para Pico dos Irmãos ao fundo e em segundo plano apresentando a Chapada do Couto

Corresponde a áreas de baixo a moderado risco de erosão, pela fragilidade de seus solos. Apresentam campos de sempre-vivas que foram muito explorados no passado, hoje coibidos pelas especificidades de uso de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Na área da Chapada do Couto, no PERP, parte da vegetação nativa composta por gramíneas sofreu intensa pressão de pastoreio por animais domésticos, atividade hoje totalmente coibida. No PEBI, foram expressivas as atividades extrativistas de coleta de “sempre-vivas” anteriormente a criação da UC.

Os solos da **Unidade Neossolo Quartzarênico Órtico (RQo)** compreendem o Neossolo Quartzarênico Órtico típico, associado ao Cambissolo Háplico nos dois parques. No PEBI a identificação da unidade **RQo** restringe-se a duas pequenas manchas, situadas nas porções Norte e Leste do parque. O relevo é plano aondulado, e a vegetação nativa é o campo limpo e o cerrado. Ocupa aproximadamente 160 ha ou 0,92% da área total da UC (Figura 5.6).

No PERP essa unidade apresenta relevo plano a ondulado, antigos terraços do rio Preto, onde a vegetação nativa é o campo cerrado e o cerrado. A unidade ocorre em pequenas áreas na porção centro-Norte do parque (Figura 5.13), ocupando 199 ha ou 1,71% de sua área total (Figura 5.7).



Figura 5.13: Visada para Noroeste do Mirante da Lapa (PERP). Foto: Danielle Piuzana (2006).

A pressão antrópica sobre essa unidade ainda é presente no PEBI dada a proximidade de uma das manchas ao distrito de Mendanha. Nessa região, a presença do cerrado torna o ambiente alvo do extrativismo vegetal.

A Unidade **Neossolo Flúvico Psamítico típico (RUq)** ocorre em associação a afloramentos rochosos (**AR**). No PEBI, ocorre nos atuais diques e terraços marginais dos rios Pinheiro e Jequitinhonha, porção Norte do parque, onde a vegetação predominante é a Floresta Estacional Semidecidual e o relevo é plano a suave ondulado, com altitudes oscilando entre 680 e 900 metros. Ocupa 231 ha e corresponde a 1,33% da área do parque (Figura 5.6; 5.14).

No PERP a RUq ocorre nos atuais e estreitos diques e terraços marginais do Rio Preto e afluentes, onde a vegetação predominante é a Floresta Estacional Semidecidual e o relevo é plano a suave ondulado, com altitudes oscilando entre 700 e 1.300 metros. Ocupa 402 ha correspondendo a 3,45% da área do parque.



Figura 5.14: Fotografia do Rio Pinheiro, trecho degradado por garimpo de diamante. Visada NE, limite Noroeste do PEBI.

A presença de diamante e ouro nos sedimentos aluviais provocou a degradação desse pedoambiente pela ação do garimpo, até o início da última década do século XX. A criação dos parques coibiu totalmente as atividades de garimpo em suas áreas. No PERP a principal região garimpeira, Chapada do Couto, encontra-se em processo de recuperação espontânea. Já no PEBI a marca da atividade de garimpo na **RUq** ainda é marcante (Figura 5.14).

O Cambissolo Háplico Tb (CXbd) encontra-se associado ao Neossolo Litólico Distrófico típico.

No PEBI, a unidade **CXbd** que é formada pelo Cambissolo Háplico Tb Distrófico latossólico associado ao Neossolo Quartzarênico Órtico típico. Encontra-se na porção Norte do parque em relevo suave ondulado e ondulado e cuja vegetação predominante é o cerrado. Corresponde a 3,08% da área total do Parque ou a uma área de 536 ha (Figura 5.6).

No PERP ocorre distribuída por toda área do parque sendo identificada na porção Sul, área denominada Chapada do Couto, no intervalo altimétrico de 1.250 a 1.400 metros de altitude. Já na porção central e Norte é identificada entre as cotas de 800 e 1.000 metros (Figura 5.3; 5.7). Corresponde a 15,09% da área total do parque, ou seja, a 1.757 ha.

A pastagem extensiva e extrativismo vegetal foram as atividades antrópicas mais expressivas onde ocorre esta unidade anterior à criação das UC's.

A Unidade **Latossolo Vermelho (LVd)** ocorre somente no PERP. Essa unidade é a de menor representatividade, ocupando somente 19 ha, ou seja, 0,16% da área total do parque. É composta pelo Latossolo Vermelho Distrófico típico, associado ao Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico. A cobertura vegetal predominante é a Floresta Estacional Semidecidual (Figura 5.15), condicionada ao intemperismo de rochas básicas pelíticas situadas na porção Noroeste do PERP entre as cotas de 1.100 e 1.200 metros de altitude (Figura 5.3; 5.7)

Não foi identificada nenhuma marca expressiva de ações antrópicas anteriores à criação do parque.

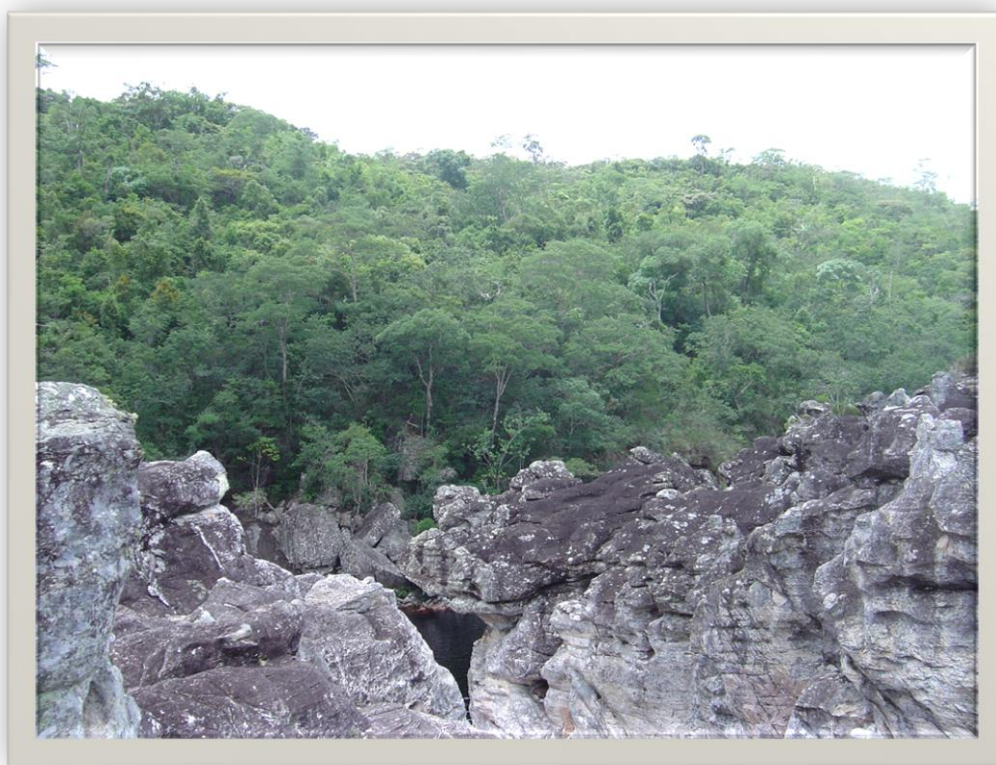


Figura 5.15: Floresta estacional semidecidual vista do domínio de rochas quartzíticas da Cachoeira dos Crioulos no PERP. Visada para Sudoeste. Foto: Danielle Piuzana (2006).

A Unidade **Latossolo Vermelho - Amarelo (LVAw)** tem ocorrência restrita no PEBI e encontra-se associado a Neossolo Quartzarênico Órtico típico e a Latossolo Vermelho Ácrico típico. Ocorre na porção Sudeste do parque numa superfície de aplainada situada próxima à cota 1.400 metros, cuja vegetação nativa é o campo limpo e rupestre e o cerrado

ralo. Ocupa aproximadamente uma área de 644 ha, o que corresponde a 3,69% da área total da UC (Figura 5.6).

Esta unidade é mais degradada do PEBI (Figura 5.16) em virtude de ter sido uma área de empréstimo para pavimentação de parte da BR-367 e de vias de acesso do campus da UFVJM e pela concentração de pequenas propriedades rurais.



Figura 5.16: área de empréstimo para pavimentação de parte da BR-367 e de vias de acesso do campus da UFVJM. Visada para Norte.

A unidade **Latossolo Vermelho Acriférnico(LVwf)** ocorre associada a Plintossolo Pétrico Litoplântico. As coberturas vegetais predominantes são a Floresta Estacional Semidecidual, campos limpo e rupestre com relevo suave ondulado a ondulado.

Ocorre apenas no PEBI Está situada na porção central e Sudoeste do parque, no intervalo altimétrico 1.000 a 1.200 metros de altitude, ocupando 1.232 ha, ou 7,07% de sua área total. Essa unidade é bem marcada na paisagem ao longo da estrada de acesso a comunidade de Pinheiros.

Essa unidade apresenta o maior potencial agrícola do PEBI apresentando grande concentração de propriedades rurais. A vegetação nativa foi e ainda é alvo de extrativismo vegetal. O desmatamento ocorrido para abertura de áreas de plantio e pecuário foi totalmente coibido pela UC.



Figura 5.17: Estrada de acesso interna do PEBI próximo ao campus da UFVJM onde observa-se associação do Latossolo Acriférreo e Plintossolo Pétrico. Visada para Sudoeste.

5.2 - Da Criação e gestão das UC's

A proteção do ambiente natural por meio da criação de espaços territoriais especialmente protegidos é uma determinação da Constituição Federal de 1988, a qual incumbe ao Poder Público definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos.

Segundo Mercadante (2001), a criação de UC's no Brasil deve ser compreendida em dois momentos distintos: um anterior e outro posterior a regulamentação do SNUC. UC's criadas anteriormente ao SNUC eram previstas em várias normas e criadas por motivos e interesses de governantes e parlamentares sem conhecimento técnico prévio sobre a área.

Posterior a regulamentação do SNUC, estudos técnicos e a consulta pública se tornaram obrigatórios na criação das unidades, tendendo a diminuir a arbitrariedade.

A criação de uma UC impõe uma nova lógica territorial regida por uma legislação específica a um determinado espaço geográfico, quase sempre desconhecida pelas populações que o habitam e podendo afetar, de forma implacável, esse lugar e a vida desses atores (IRVING, 2006). Segundo Sathler (2010), normalmente este tipo de intervenção sobre o espaço afeta a vida de muitas pessoas acarretando em conflitos que podem perdurar por décadas.

Uma legislação específica que institucionaliza o espaço UC limita, restringe ou coíbe o uso direto dos recursos naturais, ocupação e diversas relações homem/natureza, objetivando a conservação ou preservação do ambiente natural para a atual e futuras gerações. Por isso, a criação de uma UC deve ser precedida de ampla discussão com a sociedade, no sentido de se encontrar a melhor estratégia para assegurar a conservação ambiental do espaço protegido e ao mesmo tempo melhorar efetivamente as condições de vida da população envolvida (RODRIGUES, 2005).

Nos subtópicos seguintes serão apresentados resultados a partir de análise de conteúdo das entrevistas com os atores descritos no capítulo Caminhos Metodológicos (Capítulo 3.5.1). Desse conteúdo buscou-se, inicialmente, entender os diversos olhares das comunidades para o PEBI e PERP. A caracterização foi subdividida em tópicos para cada parque que seguiram as seguintes **categorias de análise**: 1) Participação no Processo de Criação e Implementação da UC; 2) Aspectos Fundiários; 3) Convivência Comunidades de entorno/ UC e suas atividades tradicionais e 4) Restrição à Utilização de Recursos Naturais, Especulação Imobiliária e Geração de Emprego. As atividades reconhecidas ao longo das entrevistas foram: o Garimpo; Coleta de Sempre Vivas; Pecuária; Extração de Areia; Pesca; Extração de Madeira e serão abordadas para cada comunidade de entorno de cada parque.

5.3 - O Parque Estadual do Biribiri

O PEBI foi criado em 22 de Setembro de 1998 pelo decreto estadual nº 39.909 (MINAS GERAIS, 1998) com o objetivo de proteger a fauna e flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos e alternativas de uso racional dos recursos naturais, como o ecoturismo. Sua área

no documento citado é de 16.998,66 ha. No entanto, no banco de dados do IEF a área do PEBI possui 17.428,96 ha, ou seja, 421,34 ha a mais do que a área do Decreto e que para fins desta pesquisa será a área considerada.

5.3.1 – Participação no Processo de Criação e Implementação

O PEBI teve sua criação anterior a regulamentação do SNUC e por isso a delimitação de sua Área de Entorno possuía raio de dez quilômetros, compreendendo uma área aproximada de 93.556 ha (Figura 5.18) definido em acordo com a Resolução CONAMA nº 13 (BRASIL, 1990). Segundo esta, em áreas de entorno, todas as atividades consideradas impactantes ao meio ambiente devem ser licenciadas com a anuência dos gestores da UC. Dessa forma a Área de Entorno do PEBI inviabilizaria diversas atividades tipicamente urbanas nas sedes municipais de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, como representado na Figura 5.18.

Diante disso e com a regulamentação do SNUC definiu-se então, no Plano de Manejo do PEBI, os atuais limites da Zona de Amortecimento que passou a ocupar uma área aproximada de 60.926 ha suprimindo os limites urbanos de Diamantina e Couto Magalhães de Minas (Figura 5.19).

Porém o ajuste realizado intensificou as pressões antrópicas na sua porção Sul do parque no limite direto (sem zona de Amortecimento) com os Bairros Cidade Nova e Jardim Imperial, bem como a área urbana do Distrito de Mendanha e o Campus Juscelino Kubitscheck, da UFVJM (Figura 5.20).

O Bairro Cidade Nova, dada sua proximidade ao PEBI, foi considerado como Zona Especial de Interesse Social na efetivação do Plano Diretor Municipal (TECHNUM, 2009). Essa foi criada com o objetivo de promover a regularização fundiária e edilícia de imóveis em situação irregular, bem como produzir habitações de interesse social e qualificação dos espaços urbanos. Dessa forma é previsto para o bairro um tratamento diferenciado quanto a infraestrutura urbana a ser implementada.

Já o distrito de Mendanha (Macrozona urbana 4In: TECHNUM, 2009) é envolvido por uma pequena mancha de zoneamento rural de interesse ambiental e turístico, destinado a promoção da preservação e resgate do patrimônio cultural, a preservação do meio ambiente, em especial a Área de Proteção Permanente (APP) do rio Jequitinhonha (Figura 5.20).

Ainda como fonte de pressão antrópica ao PEBI tem-se o Campus Juscelino Kubitschek da UFVJM, o qual limita diretamente com a UC e a rodovia BR-367, marco limítrofe do parque com sua Zona de Amortecimento na porção Sudeste.

O PEBI se justifica como Unidade de Conservação de Proteção Integral por apresentar remanescentes da vegetação do Cerrado, possuir diversas nascentes, grande beleza cênica, atrativos turísticos e patrimônios arqueológicos e histórico-culturais (SOUZA et al., 2012). De acordo STCP (2004a) o decreto de criação do parque abraçava o anseio da comunidade local e regional, que cobrava atitudes da sociedade em prol da preservação do acervo natural e cultural da área. Porém no processo de elaboração do Plano de Manejo, em 2003, cinco anos após o decreto de criação do PEBI, foi realizada uma Oficina de Planejamento, a qual apresentou uma realidade um tanto diferente:

Porém a opinião de outros entrevistados divergiu desse tipo de resposta, salientando a decisão política (e não de preservação ambiental) que beneficia a Estamparia S/A, ou mesmo que não seria este tipo de Unidade (Área de Proteção Ambiental ao invés de Parque) a mais apropriada para o local. Muitos criticaram a forma como a Unidade foi estabelecida, sem a participação da população na decisão, sendo que um dos entrevistados evidenciou que deveria ser realizada uma Oficina (como a que ocorreu em Diamantina, antecedendo os trabalhos de pesquisa de campo) antes da criação do Parque, para decidir sobre sua viabilidade. Apesar das opiniões divergentes, estes entrevistados também teceram comentários sobre a beleza do Parque (STCP, 2004a, p. 93)

Por meio das entrevistas realizadas e analisadas neste trabalho, já explicitadas no Capítulo 3, foi possível constatar que as comunidades de entorno e habitantes da atual área do parque não foram ouvidos no processo de criação e delimitação do PEBI, fato esse que se materializa nos trechos das entrevistas presentes na Tabela 5.2 e 5.3.

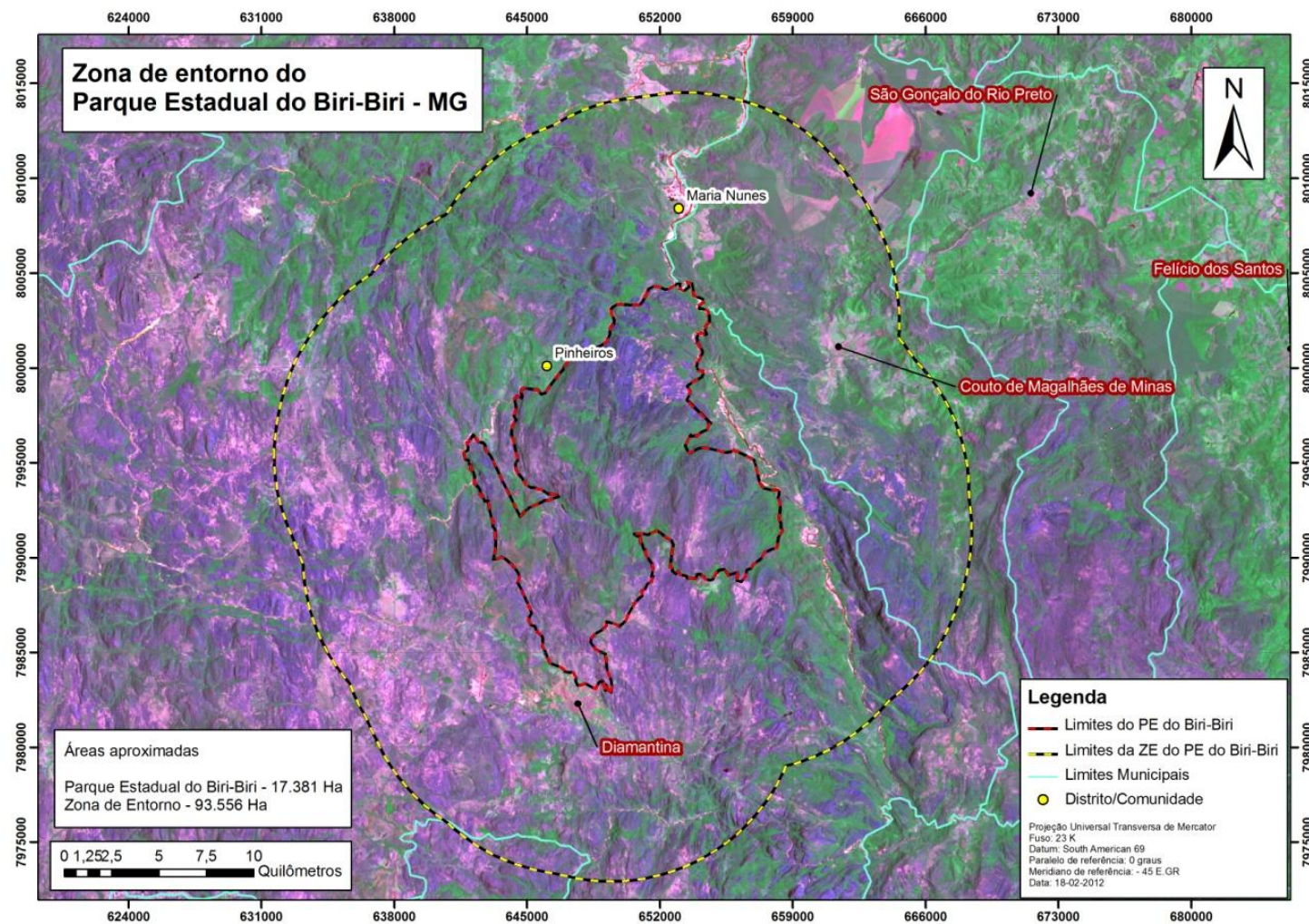


Figura 5.18 – Delimitação da Área de Entorno do Parque Estadual do Biribiri segundo Resolução CONAMA N. 13/90 que inclui as Sedes municipais de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas

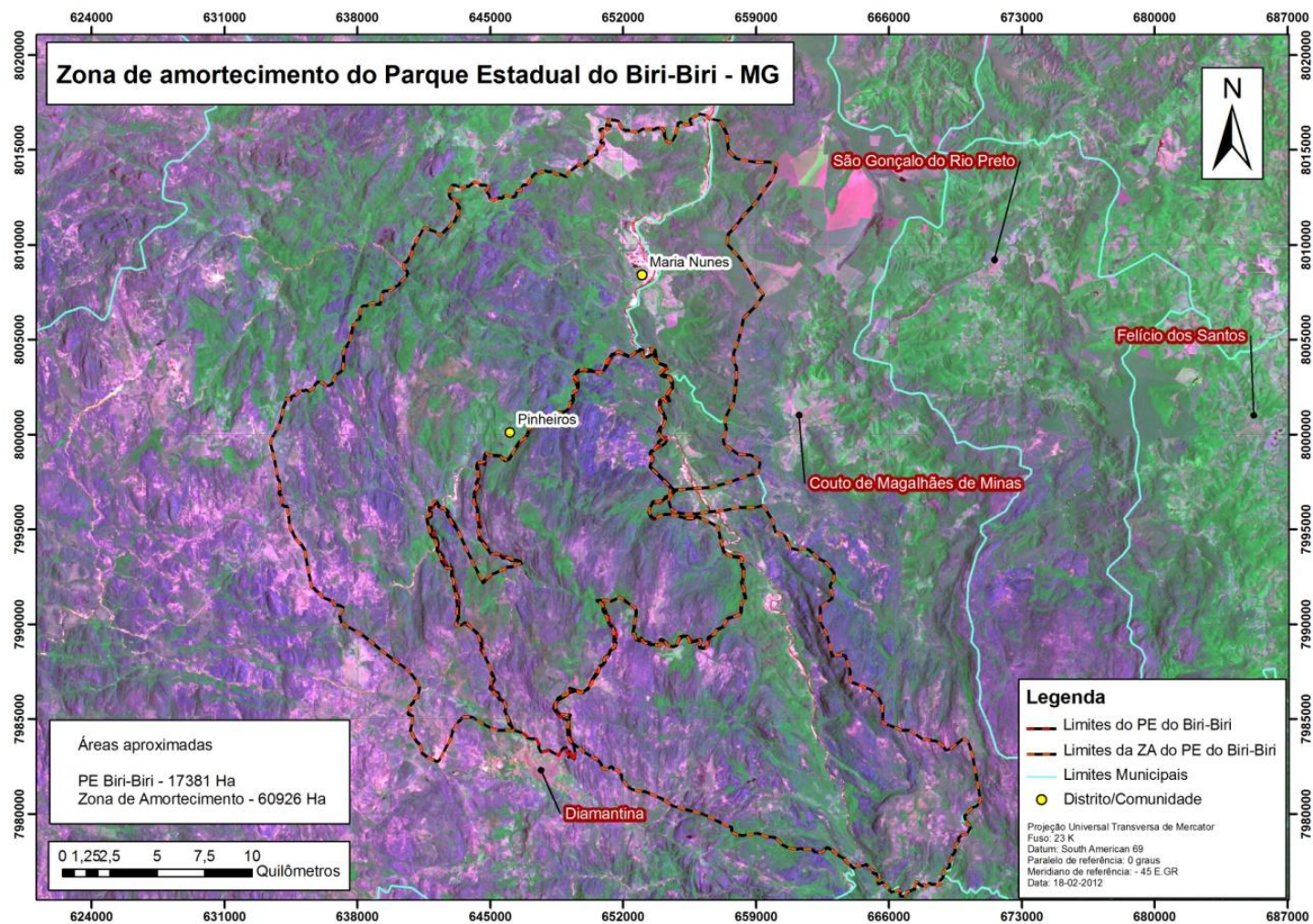


Figura 5.19: – Delimitação da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Biribiri segundo o STCP (2004a) que exclui as Sedes municipais de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas

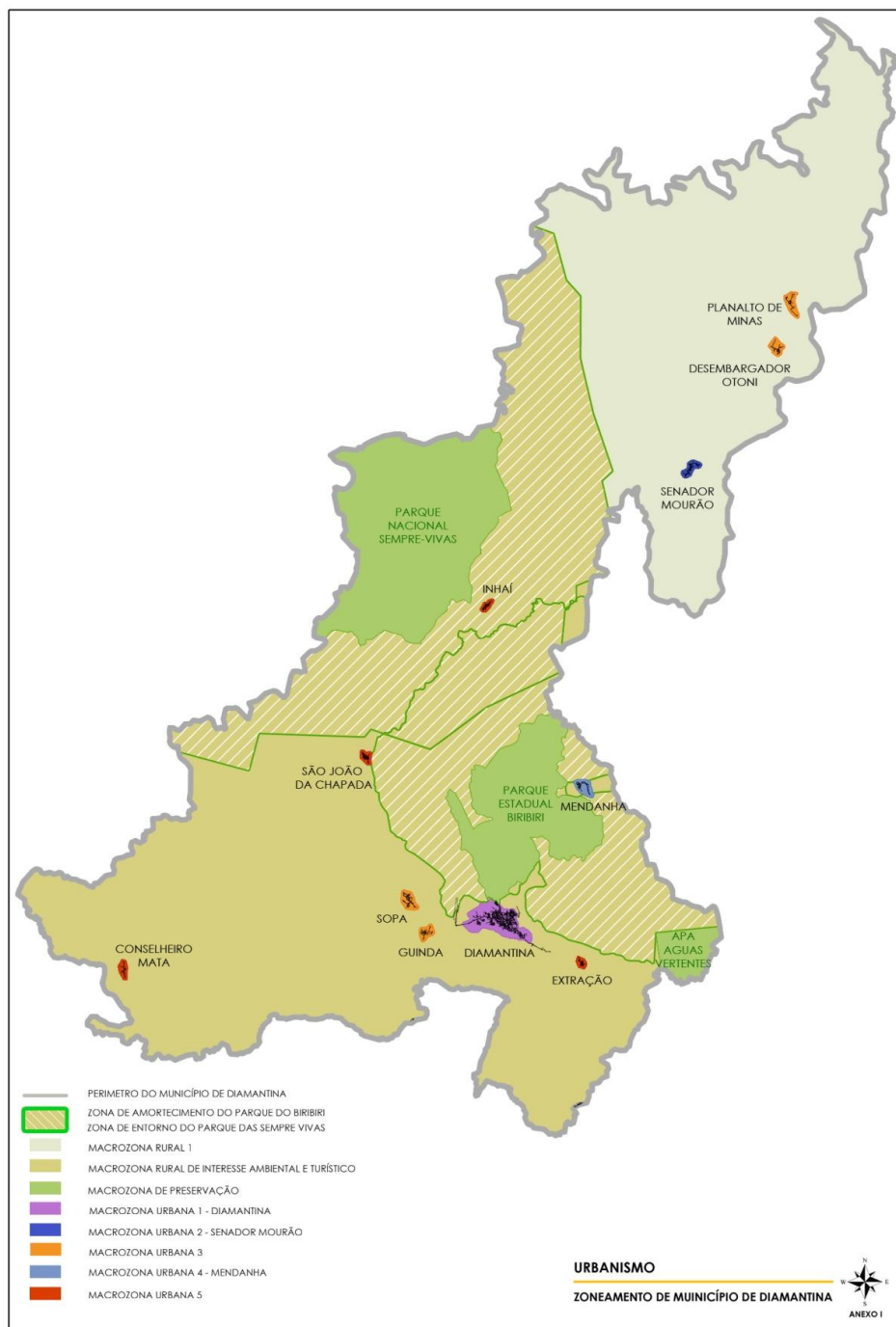


Figura 5.20: Figura esquemática contida no Plano Diretor de Diamantina com Macrozonas Municipais referentes a possibilidades de uso. Fonte: TECHNUM, 2009

Tabela 5.2: Trechos de entrevistas realizadas com moradores de áreas de entorno e do parque quanto ao processo de Criação e delimitação do PEBI

Comunidades do entorno do parque			Moradores na área do parque (Outubro de 2011)
Maria Nunes	Mendanha (Junho/2011)	Pinheiro (Junho/2011)	
Ah! Se teve reunião aqui eu não fiquei sabendo não. (Junho de 2011) “Vou falar com você a verdade eu não lembro”.(Junho de 2011)	“Não, não teve. Realmente teve algumas reuniões com a comunidade com o [nome gestor], para falar as questões do parque, mas eu não sei muito detalhe não!” “Já morava aqui. Eles só falaram que ia criar um parque, que o parque... vai ser muito bom, mas ninguém ficou sabendo ao certo assim é... mas não foi divulgado não”. “Ah, eu lembro que o [nome gestor], vinha fazer muitas palestras aqui, sabe?” “Não. Não. Não lembro não. É só porque depois que o [nome gestor] veio foi que a gente pegou a ter mais contato com ele. Assim, dele assim, conversar, estar fazendo alguma atividade na escola com as crianças, é tanto, que a gente o seguinte, nós aqui principalmente, nós somos vizinhos, nós não estamos no entorno do Parque. Nós somos vizinhos do Parque. Com o pessoal de antes nós não tivemos contato não.”	“Atrapalhou até muita coisa aí, né? Muita coisa!” “Não tenho lembrança não”. “Não, nunca vi”. “Há eu não sei desse trem ai não, esse parque entrou ai agora depois de pouco, né”?!Eu não tenho lembrança disso ai não. Eu num tô falando com você que eu lembro que ele entrou agora foi de pouco ai”. “Vieram umas meninas aqui numa época”. “Porque eu acho que se eles tivesse conversado. Se eles tivesse chamado e falado oh, nós vamos ocupar a área aqui mas só pra nós poder pôr criação, nós vamos manter uma cerca, vamos manter um aceiro. Então, eu acho que tudo a gente podia ter combinado”. “Mas eu não sei como é que aconteceu, que foi de uma hora pra outra. Que o povo não chamou pra conversar, nem nada”.	“Não ninguém... porque teve o decreto e eu fiquei sabendo pelo jornal.” “Eu vou pra justiça, que como aqui é do Parque, eles tinha que primeiro procurar a gente. Não é assim não. Cadê o social? Então o estado chegou decretou vem o pessoal do estado e fala isso aqui é Parque”. “Eles podia limitar a área do parque toda. E divulgar pra gente o que é o parque mesmo, ou então combinar nós vamos pagar dia tal a gente sabe que é mentira que não vai pagar nada, porque o estado não tem. Mais tinha que pelo menos combinar, só proibir, proibir não dá”.

Tabela 5.3 Trechos de entrevistas realizadas com gestor do PEBI e pessoas diversas quanto ao processo de criação e delimitação da UC

Gestor (Junho e Outubro de 2001)	Na época não existia essa questão de se fazer consultas públicas, a criação do Parque era uma coisa mais arbitrária, do ponto de vista do governo criar sem consultar a comunidade”. [...] “Se tivesse havido essa consulta pública nas comunidades. Com certeza, a gente poderia ter feito limites um pouco mais harmônicos com o uso dessas pessoas. Talvez, a própria categoria da Unidade poderia ter sido mudada. Então, eu sou pela consulta pública”. “Isso aí tem pontos negativos com certeza. Eu acho que o maior foi essa falta de dialogo no quando da criação. Eu acho que a criação era necessário sim. Mas da forma que ela ocorreu foi um ponto negativo, porque a comunidade dormiu sem parque e acordou com o parque.”
Pessoas de “Fora” das Comunidades Camponesas (Junho e Outubro de 2001)	“É. A comunidade não teve participação, é como você falou veio de cima para baixo. Sabe”? (Fala representante da Emater no Conselho). “Mas eu não me lembro de ter havido uma ampla consulta nos moradores do município com divulgação da maneira que a gente acha que deve ser através dos vários meios de comunicação pra que os representantes de várias classes, entidades e movimentos sociais pudessem estar participando e debatendo sobre a implantação desse parque aqui no município de Diamantina”.(Fala representante da Emater no Conselho). “Eventualmente marca uma audiência pública, porque tem alguns aspectos legais que obrigam isso. Mas marca uma audiência pública sem grande divulgação, sem a maior mobilização em reagir com aquilo ali. Aí vai poucas pessoas que ficam sabendo e tal. Então pra efeito da lei foi-se feita uma audiência pública. Mas a população do entorno não participa, não tá sabendo, não está sendo sensibilizada, não está sendo motivada. Não existe uma conversa com essa comunidade no sentido de que isso vai se implantar, isso vai ficar, em mudanças e tudo”. (Fala representante da Prefeitura). “Não. O bairro aqui não foi comunicado. Simplesmente criou e pronto. Só veio as proibições né. Em 2004 veio as proibições. Que não podia isso. Que não podia aquilo. Então como é que a gente... a gente tomou aquele choque assim que não podia...Então a gente não sabia de nada”.(Fala morador Bairro Cidade Nova,). ...”então eu percebo que a comunidade não estava (e eu sou contra ainda) preparada pra receber o Parque Estadual, comunidade que se habitam tanto o entorno, como propriamente dentro do Parque, então eles não estão preparados, não foram preparados para essa convivência, a exigência dessa convivência harmoniosa com eles, e nem um projeto de desenvolvimento social que possa de fato dar pra essas pessoas o que é de direito deles, eles é que vivem e preservaram até o momento, então em alguns momentos eu sinto até que é uma invasão a comunidade e a população”.(Fala, Assistente Social participante do Conselho). “As pessoas não tem informação. As pessoas... Eles deixaram lá e as pessoas não tem conhecimento do que que é o Parque. Tinha que fazer...tinha que ter consultado a comunidade pra saber, a gente foi cercado entre o Parque e esse pessoal da Universidade.

	Porque eles estão fazendo a moradia estudantil lá assim”.(Fala diretora da Associação do bairro Cidade Nova). “E o que a gente percebe que é a maior reclamação do povo foi a falta de consulta a comunidade quanto a implementação do Parque. Não só quanto a importância dele, mas quanto a implementação, falta de consultar principalmente o bairro da cidade nova. Então o que a gente tem de entendimento é isso”.(Fala do Secretário do Meio Ambiente de Diamantina) “Houve esse tipo de mobilização, mas só com os.....vamos dizer assim....com os governantes, né? (Fala funcionário do IEF)
--	--

A não participação das comunidades de entorno no processo de criação do PEBI, deflagrou um intenso processo de distanciamento entre essas comunidades e a UC. A reversão dessa realidade poderia ter sido a promoção e efetivação, por parte do parque, na participação social nos processos de gestão, uma vez que Lei do SNUC (BRASIL, 2000) e o Decreto 5.758 (BRASIL, 2006) consagram a inclusão da sociedade na gestão de áreas protegidas como condição primordial para que estas alcancem seus objetivos.

A inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisões para a gestão das UC's se apresenta como pré-requisito à elaboração das políticas públicas que considerem suas demandas e visões (COZZOLINO; IRVING, 2006). Isto é particularmente importante no caso das comunidades locais afetadas pela criação destas áreas protegidas. A legislação brasileira consagra os Conselhos Gestores das UC's como o espaço oficial de participação da sociedade na sua gestão. Estes têm, entre outros, os papéis de direcionamento e de controle social.

Souza et al (2012) explicita que apesar do conselho gestor do PEBI ter uma formação que abrange diversos setores sociais, nele não há representantes das comunidades camponesas de entorno. Essa ausência de representatividade é perceptível nas entrevistas realizadas quando questionados sobre o conhecimento do Conselho Gestor do PEBI:

Não. Não. Porque as reuniões assim eu não tenho conhecimento das reuniões do IEF fora da escola. (Entrevista realizada com morador de Mendanha, Junho de 2011).

Acho que eles [conselho] não tão fazendo mais não né? Com os moradores acho que não tem mais não. (Entrevista realizada com morador de Maria Nunes, Junho de 2011).

Sobre a não participação das comunidades no processo de criação e gestão do PEBI, tal realidade coaduna com a afirmação de Mercadante (2001), na qual evidencia que a ausência de consulta à sociedade constitui-se numa das principais críticas às criações de UC's.

5.3.2 - Aspectos fundiários

Mauro (2010) explicita que o PEBI teve a sua criação efetivada apenas nos primeiros anos da década seguinte de sua criação, em meados de 2005, e por ainda não ter concluído sua regularização fundiária, essa UC se caracteriza como um “Parque de Papel”, ou seja, um território protegido somente no papel (TERBORGH et al., 2002).

Sathler (2010) entende essa realidade como um território protegido pela metade, tornando-o um balcão de demandas no qual a burocracia consome boa parte dos recursos

destinados a manutenção da UC e a energia do reduzido número de pessoas envolvidas efetivamente em sua gestão.

A área do PEBI ainda é propriedade particular e não se sabe ao certo seu percentual de terras devolutas, uma vez que não foi dado início a ação discriminatória (STCP, 2004b). Das propriedades particulares, cerca de 95% de sua área é propriedade da Companhia Industrial Estamparia S/A e os 5% restantes pertencentes a pequenos proprietários e posseiros.

Diversas atividades foram elencadas como ameaçadoras à conservação da biodiversidade do PEBI dada a longa história de utilização de sua área pelas comunidades de entorno e daqueles que ainda a habitam. A pecuária extensiva, garimpo, extração vegetal, e de areia são as principais e encontram-se praticamente coibidas dentro da UC; os casos evidenciados são entendidos como exceção.

A criação do PEBI não considerou, em um primeiro momento, os aspectos fundiários. O conhecimento sobre a titularidade dos imóveis ou os procedimentos para desapropriação foram aspectos transferidos para um segundo plano. Essa situação é identificada nos seguintes trechos de entrevistas:

[] é lamentável o Biribiri estar do jeito que está hoje, porque as pessoas ainda são proprietárias da terra, mas elas não podem usar a terra como usavam antes, elas estão com um prejuízo enorme, né? (Entrevista realizada com pesquisador da UFVJM, Junho de 2010).

[...] então vamos combinar de pagar tal dia. A gente sabe que é mentira, que não vai pagar nada, porque o estado não tem dinheiro. Mas tinha que pelo menos combinar, só proibir não dá. (Entrevista realizada com morador interior do parque, Outubro de 2011).

Pra falar a verdade não gostaria de sair não. Porque nada, nada, ta ajudando a olhar (Entrevista realizada com morador interior do parque, Outubro de 2011).

Muitos abandonaram. Tem casa ali em cima que as pessoas foram embora. [...] Uai diz que ia indenizar nós também mas...até hoje...nada... (Entrevista realizada com morador interior do parque, Outubro de 2011).

A única coisa que eles já vieram falar aqui é que de tal tempo assim... assim “vai indenizar ocês”. E esse tempo *lavai que só...* desde de quando começou.(Entrevista realizada com morador interior do parque, Outubro de 2011).

Eles vão ter que sair, e eu não sei pra onde. Será que o dinheiro que eles vão receber daquilo tudo vai dar pra eles comprar uma casinha na cidade? Será que eles vão saber viver na cidade? (Entrevista realizada com morador do bairro Cidade Nova, Junho de 2011).

Souza et al (2012) apresenta em seu trabalho a existência de aproximadamente 51 propriedades dentro dos limites do Parque o que difere dos dados da STCP (2004b) que apresenta somente 32. Parte dessas propriedades estão espacializadas na Figura 5.21.

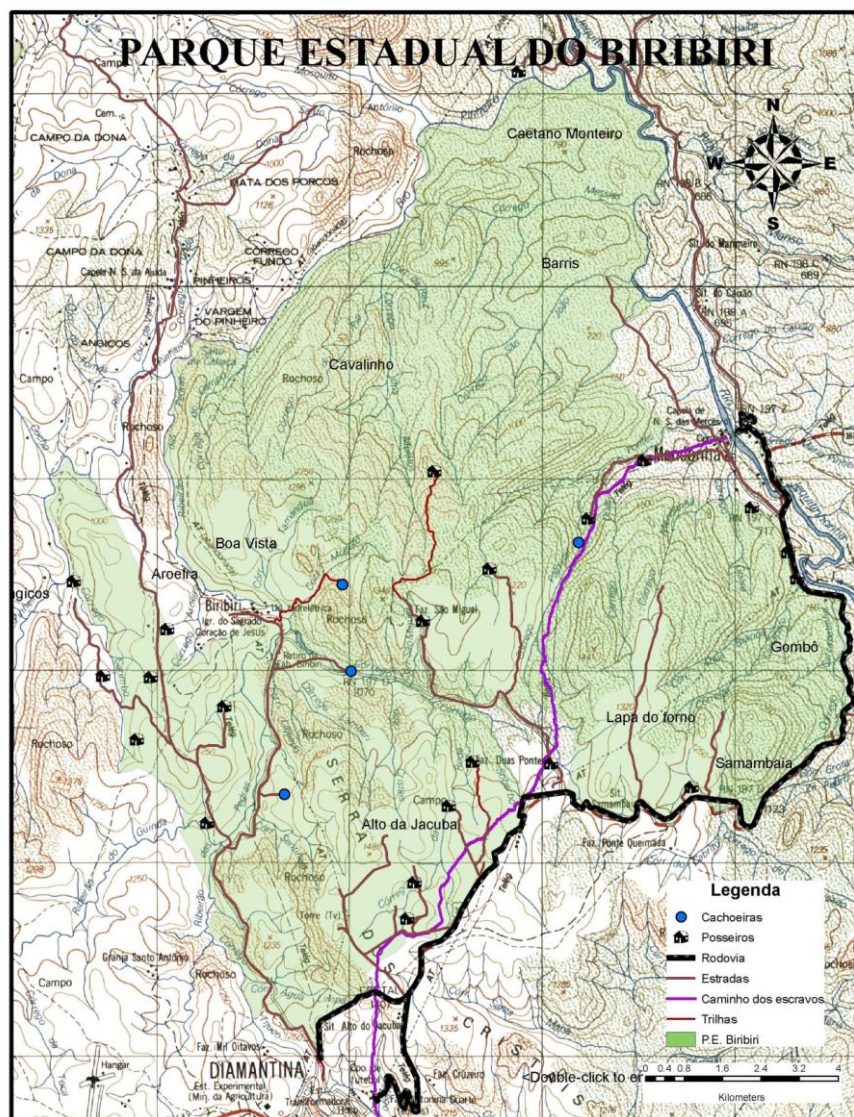


Figura 5.21: Localização de algumas propriedades rurais na área interna do PEBI. Fonte: IEF.

É interessante ressaltar que o inventário de benfeitorias dessas propriedades, o qual é base na determinação do valor indenizatório, foi realizado juntamente com a elaboração do Plano de Manejo e após a efetivação do inventário nenhuma modificação ou melhoria na propriedade será levada em consideração no processo de desapropriação. Assim passaram-se dez anos e os proprietários que ainda permanecem em seus imóveis evidenciam, de forma

clara, a inviabilidade de realização de modificações em suas propriedades mesmo que necessárias.

A atual irregularidade institucional do PEBI, diante do processo de desapropriação ainda não deflagrada, acaba por transformar as ocupações legítimas de proprietários e posseiros num enorme problema socioambiental.

Tendo como base a revisão sobre *Populações Tradicionais* (Capítulo 4.2) o presente trabalho considera a tradicionalidade vinculada ao campesinato, reconhecendo a importância do saber tradicional dos povos rurais no manejo dos ecossistemas e para perspectiva de sua sustentabilidade (MAZZETTO, 2007). Dessa forma, das propriedades ainda presentes nos limites do PEBI há uma necessidade de entendimento de suas realidades para classificá-las como tradicionais ou não pelo poder público, uma vez que o texto do SNUC não apresenta uma definição. Certo é que, independente de sua classificação quanto ao uso da terra, todos os proprietários estão hoje engessados em suas possibilidades, pois há a limitação de uso imposta pelas especificidades da UC e a incerteza no que concerne à desapropriação.

Por outro lado, a não a regularização fundiária do PEBI impede investimentos públicos para implantação de estruturas necessárias ao atendimento do objetivo maior desta unidade de conservação integral e por isso a UC é fechada à visitação.

Essa situação é dicotômica comparada a dados da literatura. Silveira e Medaglia (2011) afirmam que o PEBI é o atrativo natural mais visitado e explorado pelas atividades turísticas no município de Diamantina. Para esses autores o consumo desse espaço natural acontece frequentemente de forma desordenada e descontrolada. Araújo et al (2011) corroboram com os autores supra citados ao apresentarem dados de monitoramento turístico no PEBI entre 2008 e 2010, o qual evidenciou um expressivo número de visitantes; em 2010 o número alcançou 52.138.

Por não estar oficialmente aberto a visitação, Antunes et al (2012) consideram que o consumo do espaço turístico do PEBI, acontece de forma espontânea e sem controle, acarretando diversos impactos para o meio ambiente. A falta de estrutura, segurança e monitoramento das atividades no parque tornam o desenvolvimento do turismo na UC desordenado e altamente impactante, o que reitera a importância do ordenamento da atividade e da implantação de estruturas de apoio à visitação e gestão da Unidade de Conservação.

De forma geral a atual situação do PEBI, o transforma, como abordado por Sathler (2010), num de Espaço de Incerteza. Espaço, no sentido geográfico, territorial; e incerteza no sentido subjetivo, da dúvida, da hesitação, abrangendo a conduta humana em relação ao espaço protegido por lei. Um espaço caracterizado pela modificação nas relações familiares e

sociais com o lugar; dos usos e costumes na utilização dos recursos naturais; na repressão de territorialidades e na mudança cultural local.

5.3.3 – Convivência Comunidades de entorno/ UC

De acordo com o Plano de Manejo do PEBI (STCP, 2004b), Pinheiro e Maria Nunes são as únicas comunidades presentes na Zona de Amortecimento do parque.

Além disso esse é totalmente omissor em informações específicas sobre suas comunidades de entorno. Não há nenhum capítulo ou mesmo referências específicas sobre as duas comunidades citadas. Porém, durante a realização de atividades de campo desta pesquisa, foi observado que outras comunidades estão inseridas nos limites da Zona de Amortecimento: Quebra-Pé, Aroeira e Lavra do Mato.

A base econômica dessas populações campesinas é a agropecuária e o extrativismo que compõem um mosaico de atividades responsáveis pela sua sobrevivência pois são geradoras de renda ou produto para subsistência. Possuem dimensões históricas, culturais e sociais na medida em que estabelecem as relações entre famílias e comunidades e reproduzem o modo de vida dessa população, com seus usos e costumes. Abaixo serão delineadas algumas características de cada uma.

A **comunidade do Pinheiro** está inserida na Porção Noroeste do limite do PEBI. A região do Pinheiro é delimitada por seus moradores mais antigos pelo polígono formado pelos córregos do Mosquito, rio Pinheiro e córrego do Cocho.

Esta comunidade é tratada como territorialmente coesa (STCP, 2004b), porém, em atividades de campo, observou-se que o Pinheiro apresenta quatro nucleações distintas: Córrego Fundo, Pinheiro de Baixo, Pinheiro de Cima e Mata Porco. No olhar dos moradores destas nucleações, Pinheiro, na verdade, é entendida como uma denominação genérica utilizada apenas quando se pretende ressaltar que moram numa mesma região. Apesar desse entendimento eles compreendem o contexto de suas nucleações serem entendidas como o Povoado ou Comunidade de Pinheiro.

As nucleações vinculam-se a unidades sociais, ou seja, a núcleos nos quais as residências/famílias se relacionam mais estreitamente e tenham laços mais acirrados de ajuda/amizade. Assim, quando se referem à localidade onde vivem tudo indica que essas subdivisões configuram agrupamento social marcado por relações de reciprocidade parental, atributo este comum a várias comunidades campesinas do Alto Jequitinhonha.

Esses grupos sociais vivem com relativa autonomia, mas fundem-se e comportam-se como uma unidade em certas ocasiões por terem demandas e necessidades coesas, apesar das distintas espacializações geográficas.

As famílias que ainda permanecem no Pinheiro são, em sua maioria, casais de velhos e adultos, cujos filhos migraram para a cidade buscando novas oportunidades e melhores perspectivas de renda. A renda desses idosos é proveniente, sobretudo, de aposentadorias ou pensões. Estão presentes casais mais jovens (adultos) com filhos mais novos, que estudam na comunidade ou se deslocam diariamente para as escolas do núcleo urbano de Diamantina.

A população economicamente ativa que ainda reside em Pinheiro obtém sua renda em múltiplas atividades: Trabalhos sazonais vinculados ao urbano destacando-se a construção civil, fato que promove uma migração pendular e trabalhos ligados à terra principalmente para subsistência com produção de feijão, mandioca, milho, leite e queijo os quais amenizam a necessidade de complementação dos demais gêneros alimentícios comprados em Diamantina.

Grande parte da população adulta de Pinheiro não teve efetivamente acesso ao estudo, muitos não conseguiram completar os anos iniciais. Este fato se justifica na necessidade pretérita de auxílio nas atividades agropastoris de suas famílias. Essa realidade possibilitou até a essa geração o repasse de atividades tradicionais.

De acordo com os relatos obtidos ao longo das entrevistas, outra atividade econômica realizada pela comunidade até no final do Século XX, era o garimpo, tanto tradicional quanto mecanizado. Contudo, a atividade garimpeira encontrou, definitivamente, seu fim no início do ano 2000, quando as grandes empresas deixaram a região e a fiscalização ambiental coibiu o Garimpo de forma geral. No olhar da comunidade o fim do Garimpo foi, sem dúvida, o grande motivo de expulsão dos jovens, que, provavelmente, representa uma realidade regional.

O extrativismo vegetal, a coleta de “produtos do campo” e a criação de gado na “terra do bolo”, também faziam parte da dinâmica econômica e cultural de Pinheiro. Na verdade, o campo é reconhecido como as áreas comunais local onde o gado ficava solto se alimentando da vegetação natural e onde as pessoas – principalmente as mulheres – iam coletar esses produtos. Essa era mais uma atividade que complementava a renda.

Tabela 5.4: Atividades reconhecidas neste trabalho para a Comunidade do Pinheiro por meio das entrevistas realizadas em Junho de 2011.

Garimpo	“Hoje a gente sabe que tem muito.... que não pode sujar a água essas coisas a gente sabe. Foi proibiu pôr máquina. Agora não arruma uma peneirada, se tiver alguma pessoas na beira do rio e chegar os meninos eles ficam falando que não pode ai é difícil”. “Por exemplo o garimpo, o garimpo era o forte daqui né. Apesar de ter nascido em uma área de garimpeiro, ter sido filha de garimpeiro, eu nunca admirei o garimpo, nunca! Porque o que o garimpo fazia com a natureza era muito assim, incrível. Hoje você vê a água do rio. A água do rio você pode banhar, você pode fazer o que você quiser. Criou uma nova vida. Uma nova vida a areia, às praias. Tudo melhorou sobre o rio, o rio hoje tá com uma vida nova. Eu 30 anos que eu trabalhei, eu trabalhei com... sempre assim, conscientizando as pessoas a sempre assim, proteger a natureza, porque nós precisamos dela. A natureza é tudo pra nós uai”. “Era garimpo demais. Tenho saudades das mexidas como seu Júlio Bento”. “Aqui, muita gente garimpava. Tinha gente daqui e de outros cantos.”
Coleta de Sempre Vivas – Frutas – Plantas Medicinais	[...] “até as coisas que gente mexia agora não pode mexer, que a gente apanhava flor, apanhava capa de couro, e hoje cadê”. “Não, usava assim de primeiro a gente apanhava flor lá, apanhava capa de couro pra vender”.
Pecuária	“Olha, eu não sei porque na realidade, é o seguinte, porque eu vejo que principalmente o problema é pouco, mas eu vejo hoje, muito mais possibilidades de ter um fogo muito mais assim, um fogo mais graduado, muito mais forte agora, do que no tempo das criação. Porque as criação comia o capim, batia o capim, então sai fogo? Sai. Mas as vezes o fogo saia menos. As vezes o fogo podia sair menos. Tem lugar que a própria criação consegue fazer uma trilha que de conforme for o fogo ele não salta.” “Então a criação que eles punha lá. Toda vida eles “pois” criação ali, e depois que fizeram o parque eles não “puseram” mais. Isso tá errado, porque assim não tem onde pôr criação”. “Porque antes tinha o pasto, podia soltar as criação na lapa, agora não pode soltar mais”. “Eu tive criação na época ai que eu tive que tirar”. “A gente deixava as criação solta ai agora tá tudo ai...assim que a gente acha estranho isso né”? “É prejuízo porque muita gente que tinha criação ai precisou até de vender porque eles não aceitaram as criações no pasto”. “Uai, gado teve que vender tudo”. “Só foi chegando e falando pra tirar as criações. O povo teve que tirar tudo as pressa pôs num lugar e morreu tudo e o resto vendeu”. “Passaram tudo pro um outro pasto de lá, pra lá do Pinheiro ai o dono de lá

	também fechou lá e mandou tirar tudo então eles tá vendendo”.
Extração de Areia	Nenhuma informação
Pesca	Nenhuma informação
Extração de Madeira	“Tá quase sendo preciso a gente mudar daqui por causa de lenha”. “Até lenha seca.Não pode tirar lenha. Agora você vai no mato ai e corta um feixezinho de lenha e eles tá desmembrando o trem todo que diz que não pode tirar lenha seca não”. “Mas as vezes proíbe de tirar uma lenha. Porque assim, nós vive aqui, proíbe isso aí, infelizmente a gente passa por cima né, porque a gente vive aqui no mato.”.

Para comunidade de Pinheiro a retirada do gado da área do PEBI impossibilitou que muitos mantivessem a atividade da pecuária uma vez que, as propriedades, na sua maioria, são muito pequenas.O cultivo para subsistência associada a “pecuária de solta” era mais uma das alternativas para complemento da renda. Mas como eles mesmos falam: “a gente vive da roça, de tudo um pouco”. Portanto, o cerceamento da pecuária foi sentida fortemente pela população.

Localizada na porção Norte do limite do PEBI, a **comunidade de Maria Nunes** está inserida entre as bacias hidrográficas do Córrego Capintuba e do rio Canjiquinha e suas confluências com o rio Jequitinhonha.Maria Nunes está edificada sobre terraços fluviais desse rio e apresenta como principal característica o extrativismo mineral. Parte desses terraços foram minerados excessivamente, marcas dessa exploração estão presentes em sua área urbana. O somatório do garimpo tradicional e mecanizado gerou uma agressiva modificação da paisagem fluvial do rio Jequitinhonha

Apresenta-se como uma comunidade territorialmente coesa. Todos os aspectos socioeconômicos descritos para a comunidade de Pinheiro aparecem também em Maria Nunes, diferenciando-se somente pela intensidade das atividades.

O fim da atividade histórica de extração do diamante gerou enorme impacto socioeconômico nessa comunidade. Houve uma grande convergência da mão de obra para outras atividades econômicas fora da comunidade deflagrando, assim ,um processo de esvaziamento demográfico.Em conversas realizadas em momentos de informalidade, foi relatado que, graças a ajuda de parentes que migraram para outras regiões, houve a

possibilidade de permanência dos demais familiares. Assim, de certa forma, o êxodo foi uma estratégia de permanência de parte da comunidade.

Tabela 5.5: Atividades reconhecidas neste trabalho para a Comunidade de Maria Nunes por meio das entrevistas realizadas em Junho de 2011

Garimpo	“A tipo toda vida foi o garimpo mesmo. O garimpo. E agora garimpo não tem mais”. “A gente trabalhava era com garimpo né. Trabalhava lá na fazenda (Área do PEBI)”. “ Sempre o garimpo. Meu avó dizia que garimpeiro é aquele homem que sempre procura o que não guardou. Já era difícil achar a pedra. Com o parque fico mais difícil ainda. “ A vida mudava com uma peneirada. Agora não pode nem faiscar” “O garimpo foi nossa vida, era bom demais. Hoje o garimpo dá cadeia, principalmente lá” “Por causa da proibição tem peneira apodrecendo, enferrujando, mas agente não têm coragem de jogar elas fora não”
Coleta de Sempre Vivas – Frutas – Plantas Medicinais	“De vez em quando buscava umas plantas sim. Hoje é difícil.”
Pecuária	“Tinha gente que soltava o gado por lá. Tiveram de buscar. Mas gado aqui nunca foi muito”.
Extração de Areia	“Igual muitas vezes lá até pra poder tirar uma areia, uma pedra dentro do rio é a maior dificuldade”. “Fico com medo da fiscalização, por isso eu não tiro de jeito nenhum”.
Pesca	“Igual pra lá mesmo eles pescavam. Hoje em dia eles não pescam nem com a carteirinha”
Extração de Madeira	“talvez pra tirar uma lenha seca, pra gente que já morou na roça muito tempo ter dificuldade de tirar um carrinho de lenha seca.” “Ia apanhar madeira. Quando a gente ia consertar a creche mesmo a gente ia lá e apanhava madeira”.

5.3.4 – Considerações sobre a Restrição à Utilização de Recursos Naturais, Especulação Imobiliária e Geração de Emprego

A população do Alto Jequitinhonha é comumente associada a sua forte relação com terra, expressa tradicionalmente em atividades ligadas ao garimpo, ao extrativismo vegetal e,

principalmente, à agricultura de subsistência (Morais et al, 2014). As comunidades camponesas da região seguem por gerações um sustento baseado no cultivo e no aproveitamento dos recursos naturais, sendo a terra o principal e maior patrimônio destas famílias.

Pode-se perceber, pelas informações obtidas nas entrevistas juntamente com o processo de observação participativa que Pinheiro e Maria Nunes são comunidades que ainda resguardam traços de tradicionalidade, uma vez que demonstram possuir um histórico de profunda relação com a terra e os recursos naturais disponíveis, além do forte sentimento de pertencimento ao lugar onde nasceram e ainda vivem. Porém, o esvaziamento demográfico impõe a essas comunidades um declínio de sua tradicionalidade.

A utilização de áreas comunitárias para a soltura de gado, extrativismo mineral (garimpo e areia) e extrativismo vegetal (coleta de espécies vegetais e madeira) sempre foi determinante para a subsistência das comunidades do entorno do PEBI. Nessa realidade, o parque passa a representar o cerceamento de suas atividades, até um possível final de uma tradição de vida.

A sistematização das entrevistas permitiu a diferenciação de forma nítida das vocações tradicionais de cada comunidade. Em Pinheiro, a pecuária extensiva, denominada pela comunidade por “solta de gado” ou “pecuária de solta” é a principal vocação. Já a comunidade de Maria Nunes é centrada no garimpo. A proibição da extração de madeira e coleta de flores surge como um conflito transversal em ambas comunidades. Percebe-se, também, que a maioria dos entrevistados possui um olhar negativo sobre o processo de criação e implementação do PEBI, como explicitado no tópico 5.2 - *Da Criação e gestão das UC's*. Porém, alguns olhares apontam aspectos positivos vinculados a melhoria da qualidade ambiental:

Acho que atrapalhou nada não. Sei lá. Eu digo assim, porque igual, caçar, tá fazendo bem é pra coisa mesmo, pra proteger a coisa. Igual *quiné* pôr fogo, pra quê pôr fogo? (Entrevista morador Maria Nunes, Junho de 2011).

Na verdade a conservação em um ponto foi bom até por causa das queimadas né?! O pessoal tocava muito fogo, a caça também, a caça de mocós dos animais, o pessoal caçava muito, a caça de veados dia de domingo, o pessoal vinha muito para caçar. É então realmente foi muito bom nessa questão. Foi bom nesse ponto para a preservação da natureza, o negocio das cabeceiras né?! Das nascentes de água, todo ano era fogo, fogo que queimava o guará, as nascentes, com o negocio do parque até maneirou mais, nesse ponto foi bom. (entrevista morador Mendanha, Outubro de 2011).

Porque hoje ninguém mais quer roçar de qualquer jeito, ninguém quer pôr fogo de qualquer jeito. Então eu acho assim, que isso, trouxe assim, pro lugar, trouxe um benefício. Porque eu hoje não tô vendo. Aqui olha, eu tenho aqui uma água que tá vindo lá da serra, eu já tô vendo ela já aumentou um pouco, depois que parou de desmatar a área. Foi falando com o povo. Tirou criação. Então a água eu acho que ela subiu mais né, e tem mais qualidade também. (entrevista morador Pinheiro, Junho de 2011).

Por exemplo o garimpo, o garimpo era o forte daqui né. Apesar de ter nascido em uma área de garimpeiro, ter sido filha de garimpeiro, eu nunca admirei o garimpo, nunca! Porque o que o garimpo fazia com a natureza era muito assim, incrível. Hoje você vê a água do rio. A água do rio você pode banhar, você pode fazer o que você quiser. Criou uma nova vida. Uma nova vida a areia, às praias. Tudo melhorou sobre o rio, o rio hoje tá com uma vida nova. Eu 30 anos que eu trabalhei, eu trabalhei com... sempre assim, conscientizando as pessoas a sempre assim, proteger a natureza, porque nós precisamos dela. A natureza é tudo pra nós uai. (entrevista morador de Pinheiro, Junho de 2011)

Apesar de 95% da área do PEBI ainda ser uma única propriedade particular, essa realidade não modificou o uso comunal dessa propriedade até a criação do parque. Não houve uma situação de conflito entre proprietários e comunidades campesinas. A limitação de uso dessa área foi imposta com pela criação do parque.

A falta de envolvimento de grande parte da sociedade com a criação do PEBI somada a dificuldade de esclarecimento por parte do órgão gestor geraram o avanço dos conflitos para a atual área da Zona de Amortecimento. As dúvidas sobrepuseram as certezas de possibilidades de uso de recursos naturais nessa região.

Proprietários de terras na Zona de Amortecimento promoveram uma nítida modificação quanto ao acesso em suas propriedades. O cercamento de terras foi o mais marcante. Grandes propriedades particulares antes utilizadas de forma comunal, a exemplo das terras da Companhia Industrial Estamparia S/A, passaram a ser individualizadas e coibir o uso tradicional e coletivo, gerando conflitos socioambientais da mesma forma que o parque, como também evidenciado por Mauro (2010).

Juntamente com a criação do PEBI instalou-se uma severa fiscalização ambiental. Na visão das comunidades de entorno e de alguns proprietários de terras da ZA as leis que passaram a limitar o uso de recursos naturais teriam sido formuladas exclusivamente para a realidade do parque e de seu entorno, explicitando assim um total desconhecimento da legislação ambiental brasileira.

No que se refere a geração de emprego é entendido pela gestão da Unidade a importância de aproveitamento de membros da comunidade para assumir postos de trabalho conforme o trecho da entrevista:

Nossos funcionários fixos todos são do entorno do parque. E esses funcionários contratados também. Já moram na comunidade, a gente dá preferência pra estar contratando eles, até porque já conhecem a região. Tem mais facilidade em estar desenvolvendo o trabalho. (Entrevista realizada com o gestor do PEBI em Junho de 2011).

Entretanto, nas entrevistas realizadas junto as comunidades, não há um entendimento de que o PEBI possa ser uma fonte de trabalho. Somente em uma das entrevistas tal fato foi citado.

Com as consequências decorrentes da desterritorialização imposta pela criação do PEBI, faz-se necessário repensar as estratégias de sobrevivência e novas formas de geração de renda para as comunidades de Pinheiro e Maria Nunes amenizando a perda da identidade dessas comunidades com o seu meio, o esvaziamento demográfico e o uso ilegal do espaço natural.

5.4 - O Parque Estadual do Rio Preto

5.4.1 - Participação no Processo de Criação e Implementação

O PERP teve criação pelo Decreto nº 35.611 (MINAS GERAIS, 1994) com área total de 10.755 hectares e objetivo maior de proteger as nascentes do rio Preto. Em 2005 foi ampliado pelo Decreto nº 44.175 (MINAS GERAIS, 2005) e possui, atualmente, área total de 12.185 ha. Nesse sentido, a fala do gestor:

Ele foi criado dentro da área do município de São Gonçalo do Rio Preto, então hoje tem 12.185 hectares, que já foi ampliado um pouquinho quando ele foi criado ele foi criado com 10.755 hectares. Depois veio o plano de manejo, e no trabalho da análise ecologia rápida, o pessoal detectou que o parque precisava ser demarcado, e definido realmente o limite que estava essas coisas. E aí com essas redefinições e essa redemarcação o parque, foi ampliado pra 12.185, mas coincide o limite do parque com o limite do município de Rio Preto e com o limite da bacia do rio(gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011)

Assim como o PEBI, no que tange a legislação ambiental, a interface entre a UC e seu entorno se dá segundo a resolução CONAMA Nº 13 (BRASIL, 1990) e posteriormente pela Lei do SNUC (BRASIL, 2000) que determina que UC's exceto APA's e RPPN's tenham a sua "zona de amortecimento" definida.

Na criação do PERP foi estabelecida, inicialmente, sua Área de Entorno – A.E. (BRASIL, 1990) com cerca 77.717 ha considerando um raio de 10 Km. Foi imposto às sedes municipais de São Gonçalo do Rio Preto e Felício dos Santos restrições quanto ao uso de quase a totalidade de suas áreas (Figura 5.22).

Posteriormente, os estudos realizados para confecção do Plano de Manejo definiram a Zona de Amortecimento (Figura 5.23) com cerca de 29.809 ha abrangendo três municípios e nove comunidades campesinas representadas na Tabela 5.6.

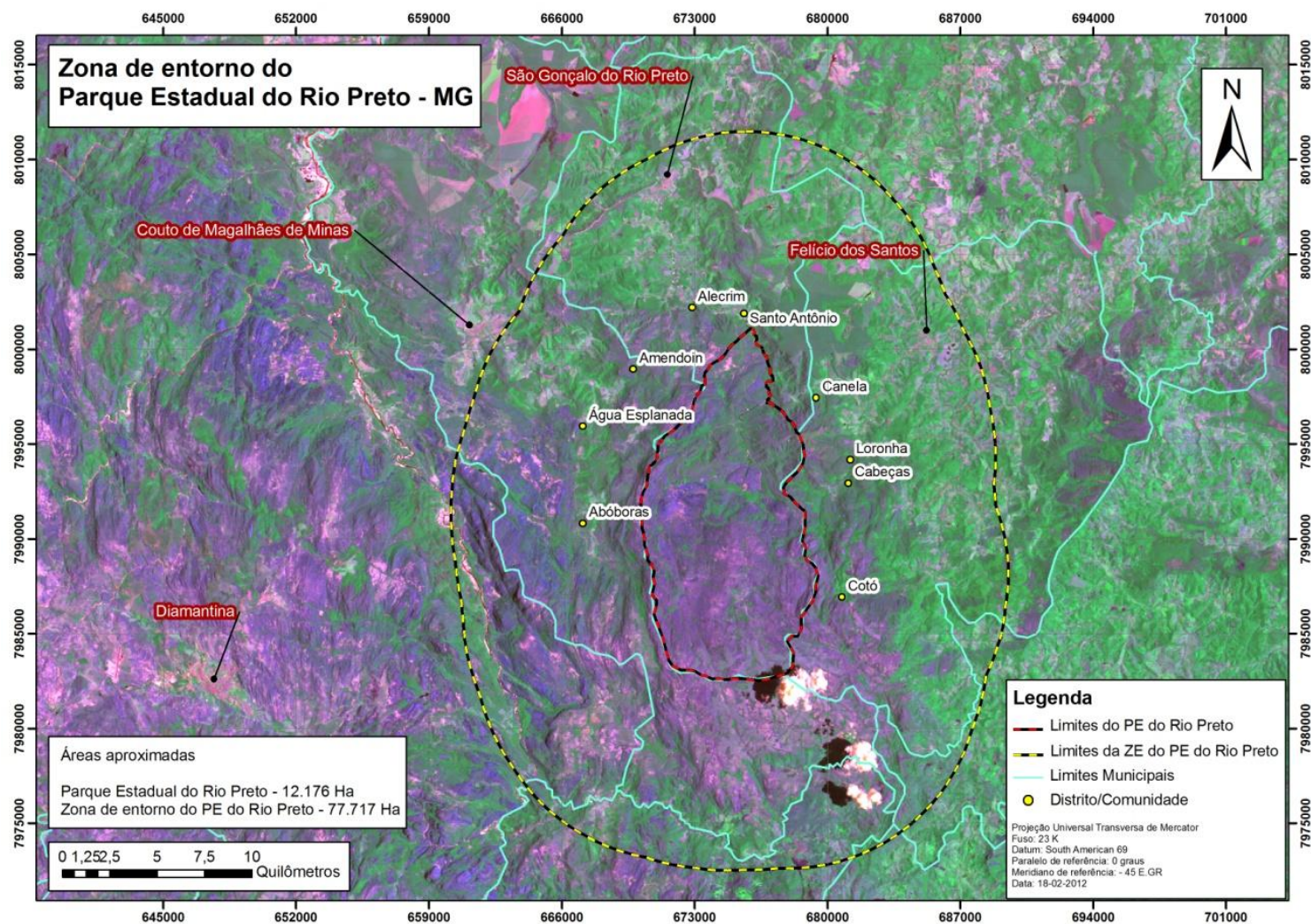


Figura 5.22: Delimitação da Área de Entorno do Parque Estadual do Rio Preto segundo Resolução CONAMA N. 13/90 que inclui as Sedes municipais de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos e comunidades de entorno da UC

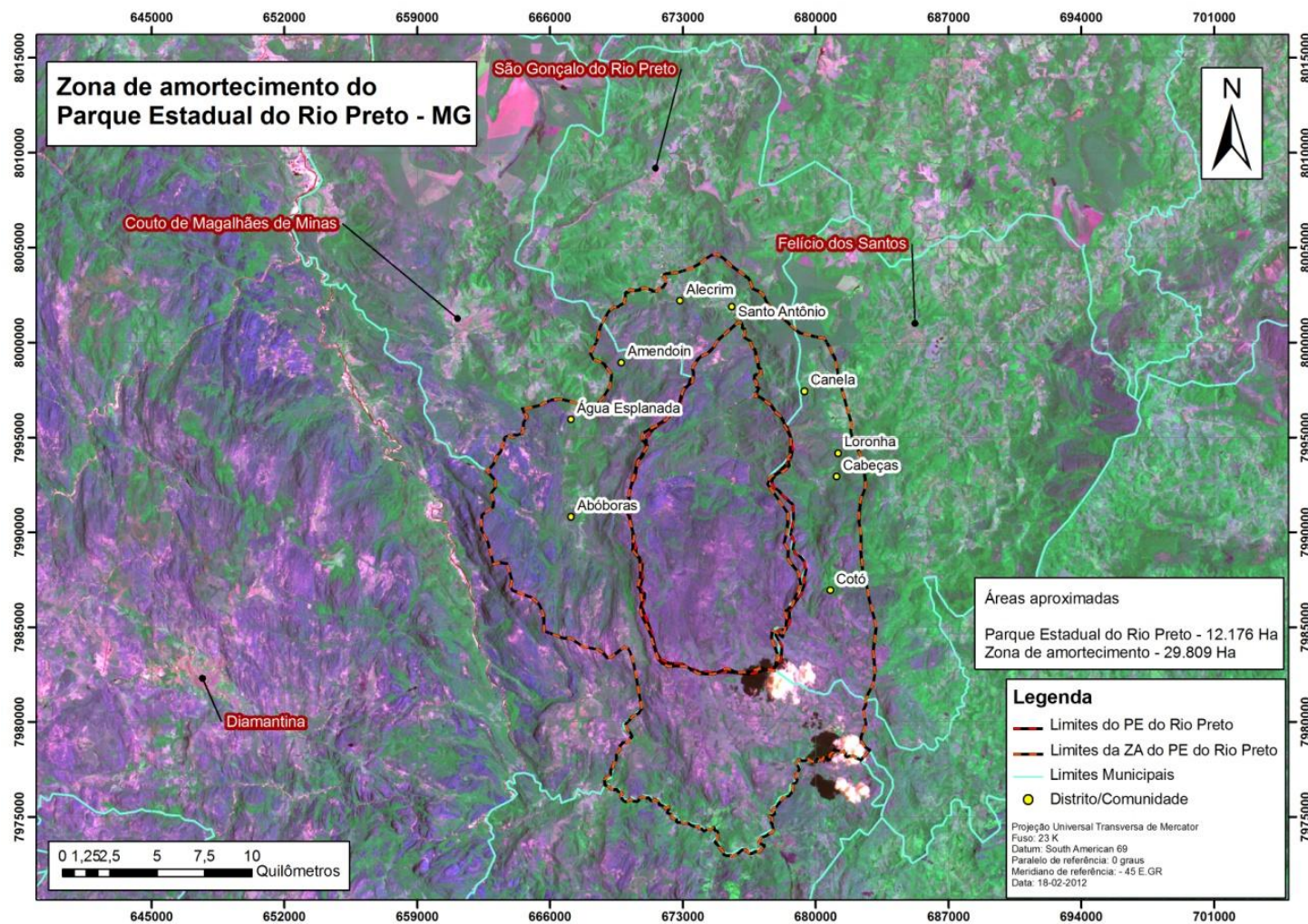


Figura 5.23: Delimitação da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Rio Preto segundo STCP (2004c) que inclui as Sedes municipais de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos e comunidades de entorno da UC

Tabela 5.6–Localização municipal de comunidades rurais do entorno do PERP

Comunidades Campesinas do Entorno do PERP	Município
Alecrim	São Gonçalo do Rio Preto
Santo Antônio	São Gonçalo do Rio Preto
Cotó	Felício dos Santos
Cabeças	Felício dos Santos
Loronha	Felício dos Santos
Canela	Felício dos Santos
Amendoim	Couto de Magalhães de Minas
Água Espalhada	Couto de Magalhães de Minas
Abóbora	Couto de Magalhães de Minas

As regulamentações para Zona de Amortecimento do parque foram estabelecidas em seu Plano de Manejo:

- I. As atividades a serem implantadas na ZA deverão estar em consonância com os objetivos específicos de manejo do Parque, nem comprometer a integridade do seu patrimônio natural;
- II. As comunidades residentes na ZA deverão ser inseridas nas atividades de educação e integração ambiental, e alternativas de desenvolvimento previstas no plano de manejo do Parque;
- III. Deverá ser implantado um Programa de Educação e Interpretação Ambiental para os moradores dessa zona, visando à correta utilização e a conservação dos recursos naturais, arqueológicos e histórico-culturais;
- IV. A fiscalização da ZA é de responsabilidade do IEF, onde o mesmo poderá atuar em convênio com a Polícia Federal, Polícia Ambiental e Ministério Público, quando for o caso;
- V. A rotina de fiscalização no Parque deve contemplar, na medida do possível, incursões e rondas na ZA;
- VI. Deverá ser implantado um sistema de fiscalização que considere ações integradas com as unidades de conservação do entorno: APA's Rio Manso, Felício dos Santos e Águas Vertentes;
- VII. O monitoramento das alterações no uso do solo na ZA deverá, também, ser realizado por meio da utilização de imagens de satélites;
- VIII. Os equipamentos a serem utilizados na fiscalização deverão obedecer às normas legais, quer sejam material de radiocomunicação ou outros equipamentos de segurança;
- IX. Deverá ser recomendada a adequação do uso de agrotóxicos, bem como outros produtos químicos prejudiciais à biota aquática, na ZA do Parque; e,

- X. O IEF deverá participar das deliberações em processos de licenciamento de empreendimentos existentes na ZA (STCP, 2004e, p.152).

Tão importante quanto criar as UC's é o diagnóstico, estabelecimento de critérios de uso e ocupação e construção de mecanismos de gestão que possam efetivamente evitar e/ou amenizar conflitos nos limites das áreas protegidas.

Tais medidas devem ser especificadas no plano de manejo, visto sua crucial importância para a conservação e delimitação das diretrizes de uma unidade de conservação. De acordo com STCP (2004d), o marco inicial da criação do Parque foi em 1991, quando o rio Preto foi declarado “Rio de Preservação Permanente” pelo IEF. Tal categorização foi um anseio de grande parte dos habitantes de São Gonçalo do Rio Preto. Neste sentido:

Tinha a PROTERIO uma associação que era pra proteger o rio. Então e ai, ela protegia o Rio Preto cá em embaixo, né? na parte de baixo, e então na parte de cima, aonde fica as nascentes do rio, então era um lugar muito garimpado, lá tem uma área grande toda detonada que garimpou muito. Daí através disso, dessa associação PROTERIO eles falam uai gente ta protegendo a parte de baixo, mas não ta protegendo a parti de cima que tem muitas nascentes.(morador da comunidade de Santo Antônio, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

[...] O Parque nasceu, porque vieram em 87 para 88 umas dragas vieram para limpar aquele aterro ali, e a população se rebelou contra essas dragas e botaram elas pra correr, sabe!? [...]O movimento foi da comunidade, não sei destacar não, mas o povo é que se rebelou contra o garimpo ali em baixo, as águas... aterro , pesquisas meio ambiente e tudo. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Teve abaixo assinado da comunidade, pra ir pra justiça, contratei advogado defendendo, caçamos os alvarás todos que vieram pra cá, saiu mandato de governo já, brigamos tanto fisicamente, como tinha que impor aquele movimento, abaixo assinado rolando pela cidade toda, pra quase todo mundo assinar contra o garimpo, enviamos pra promotoria pública, pra justiça pra mostrar que realmente a comunidade não queria isso não, aí conseguimos caçar os alvarás de pesquisa, fomos. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

O pacto pela preservação do rio Preto, aparentemente, não existiu no processo de criação da UC. O próprio Plano de Manejo explicita que:

Não houve um trabalho efetivo das instituições com a comunidade no sentido de esclarecer os objetivos da unidade e qual seria o destino dos moradores que faziam uso dos recursos naturais existentes na área. (STCP 2004d 147).

Pela análise de conteúdo das entrevistas das comunidades de entorno do PERP nota-se que poucas foram as ações realizadas para a participação dessas no processo de criação da UC.Nota-se que houve, também, falta de interesse por parte da comunidade ao longo do

processo. Nas entrevistas é possível identificar certa indiferença ou pouca importância dada pelas comunidades na participação da criação do PERP (Tabela 5.7).

Tabela 5.7: Trechos de entrevistas com moradores de áreas de entorno quanto ao processo de Criação e delimitação do PERP

Alecrim	“Ah, isso eu não posso te informar... Não acompanhei! As vezes tinha uma pessoa que vinha dar uma palestra, na escola quando funcionava, convocava a comunidade para dar as palestras... Mas tem muito tempo que eles não fazem essas coisas... a gente vê eles passando para lá e para cá! “ (Fevereiro de 2011) “Só se veio em ocasião que eu não tava aqui”. (Fevereiro de 2011)
Santo Antônio	“Ah, eu não lembro quem criou aquilo não”. (Fevereiro de 2011) “Veio, mas a gente não guarda esses trem não?!”(Setembro de 2012)
Canela	“Aqui na minha casa não vieram. [risos] entendeu?” (Outubro de 2012) “Veio, veio sim. Eu lembro que faz bastante tempo ne, aí as pessoas vieram, informaram e falaram da do valor do parque” (Outubro de 2012) “Eles explicaram muita coisa, qual era função do parque, falaram que não era pra prejudicar ninguém, isso eles falaram, e num prejudica mesmo não. Prejudica em nada”. (Outubro de 2012)
Loronha	“Não, ninguém informou”. (Outubro de 2012) “Fica aqui um carro do IEF falando umas coisas que eu não queira escutar. Aí eu não ia.” (Outubro de 2012) “Lá na Canela ia muito gente falar do Parque.” (Outubro de 2012)
Cabeças	“Teve sim, mas nós aqui de casa não interessamos por isso” (Novembro de 2012) “Não lembro disso não” (Novembro de 2012) “Os meninos que estudavam chegaram a ter palestra sobre o início do parque” (Novembro de 2012)
Cotó	“Aqui é longe pra eles vir falar com a gente.” (Novembro de 2012) “Vieram sim, mas não lembro da conversa” (Novembro de 2012)
Amendoim	“Vieram sim, usaram até o espaço da associação, mas a maioria das pessoas não se interessaram, vieram poucos para conversar” (Março 2012) “Na época passaram aqui sim.” (Março 2012)
Água Espalhada	“Lembro não. Mas acho que o Pedro participou disso, ele conhece o pessoal do Meio Ambiente” (Março 2012) “Acho que vieram aqui sim, mas não me lembro direito.” (Março 2012)

Abóbora	“Não me lembro.” (Março 2012)
---------	-------------------------------

A participação não efetiva na criação do parque também foi evidenciada em entrevistas junto a população urbana de São Gonçalo do Rio Preto. Essa realidade gerou um distanciamento, ou um não pertencimento, da população com o PERP.

Mas acho que assim, a maioria, gosta de ter o parque, se bem que assim lá na cidade mesmo a gente chega e pergunta muita gente não conhece. Tem muita gente que não conhece... Não, não... tem muita gente que assim se você perguntar onde que fica o parque aqui, não sabe te informar, acho que é por desinteresse.(morador de São Gonçalo do Rio Preto/ MG e trabalhador do PERP em entrevista realizada Fevereiro de 2011).

A comunidade daqui eu acho que não frequenta o tanto como deveria frequentar. Hoje as vezes os mais novos conhece porque as vezes agente faz um trabalho com as escolas e tem ônibus que leva 30-40 alunos, que vai, conhece, faz uma caminhada, faço uma palestra pra eles, mais o pessoal mais velho aqui quase ninguém conhece o parque.”(gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

[...] de Diamantina vai muita gente... Montes Claros é o mais frequentado. É o pessoal que mais vai é de Montes Claros. Mais a gente recebia muita gente do Rio de Janeiro, São Paulo, tinha muita gente de fora. Mais da região aqui mesmo é Montes Claros e Diamantina só! Agora das cidades pequenas aqui, muito pouco. Porque o pessoal daqui não tem conhecimento do que é um Parque direito né!? E faz uma outra impressão. Às vezes a gente tá lá, e o pessoal chegando caçando a roda gigante, campo de futebol... É... Eles não têm esse conceito do que é um Parque de preservação, e não tem divulgação disso pro pessoal saber também... O Parque não tem divulgação nenhuma [...] (morador de São Gonçalo do Rio Preto/ MG em entrevista realizada Fevereiro de 2011).

A última fala revela o desconhecimento da população sobre o conceito de Unidade de Conservação. A associação da palavra “Parque” à Parque de Diversão demonstra uma fragilidade conceitual, relacionada tanto a sua polissemia quanto à importância de uma área protegida para a região.

De acordo com a análise de conteúdo das entrevistas realizadas se confirma a inexpressiva mobilização da população para a criação da UC, contradizendo informações contidas no STCP (2004c). Os moradores acreditam que o Parque foi criado a partir do interesse do atual gestor e não de toda a comunidade e grande parte dos moradores do município nem sequer conhecem o Parque. Neste sentido:

Ainda falta muito esclarecimento. Muita gente daqui... a maioria da população daqui não conhece o Parque. Até mesmo pelo acesso, acesso ser muito difícil... é longe. Então acredito que noventa por cento da população

de Rio Preto não conhece o Parque. Ele é mais visitado por pessoas de fora. Mais é por falta de conhecimento.(morador de São Gonçalo do Rio Preto/MG em entrevista realizada em setembro de 2011)

Na verdade a população de Rio Preto quase nem frequenta o Parque né!? Aqui muita gente nem conhece, ia muita gente lá, na época que eu e ficava lá ia muito era os amigos da gente sabe!? Passar o dia, mas a população de Rio Preto não.(moradora de São Gonçalo do Rio Preto/ MG. Setembro de 2011)

5.4.1.1.- Gestão do Parque

Entrevistas e o processo da observação participante permitiram evidenciar, por meio de falas e olhares, que parte da comunidade de entorno e população urbana de São Gonçalo do Rio Preto, colocam o atual gestor da unidade como “dono” do PERP ou como o único responsável pela criação do parque:

Eu acho que foi do gestor... Só dele. O povo daqui é muito quieto. Muito quieto né... O povo daqui não envolve muito com esses trem não.(morador de São Gonçalo do Rio Preto/MG em entrevista realizada em setembro de 2011)

Tal entendimento é compreensível, uma vez que o gestor foi um dos articuladores do parque. O momento de articulação da sociedade de São Gonçalo do Rio Preto para preservação do rio Preto coadunou com o momento político municipal:

[...] Era uma época de campanha política, eu era até candidato e assumi esse movimento aí, e fui eleito. Tomei posse em 89 e um dos meus projetos na prefeitura era defender o rio, que veio mais tarde culminar com a criação do parque, porque não tinha outras formas de você preservar do que criar uma área de preservação, né!? Que no caso aí foi essa de proteção integral [...] Aí o primeiro ofício que eu fiz na prefeitura foi verificar a equipe da área de meio ambiente do Estado, pra fazer o levantamento de toda área pra ver o potencial de criação, pra ver a categoria que ia ser... e o passo na prefeitura foi o trabalho em prol de tentar criar essa unidade de conservação porque não tinha como você preservar se você não fosse na lei e criasse um decreto né!? Decretando aquela lei e decretando aquela área como área de conservação. E aí nós começamos isso em 1989, quando eu saí da prefeitura em 1992. Em 93, meados de 93 em julho a Assembléia Legislativa votou a lei autorizando o Governo a criar o parque, esse parque tem uma particularidade que é uma lei. Não foi criado só por decreto, em 94 veio o decreto, em primeiro de junho de 94 veio o decreto que regulamentou essa lei, criando definitivamente o Parque Estadual do Rio Preto [...] (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

A real proposta de criação do PERP deve ser entendida não como um anseio individual, mas sim como uma proposta de um governo municipal que, na figura do prefeito, possuía preocupação com as questões ambientais:

[...] me lançaram candidato, aí lutei como candidato, e já que eu tinha uma tendência de preservar alguma coisa, a vida toda eu gostei neh disso, então logo que entrei na prefeitura, que que nós vamos fazer com isso, vamos consultar a parte ambiental. (Gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Somado a isso havia o fato de que o município e seus habitantes, apesar de terem participado avidamente na proteção ambiental do rio Preto, não possuíam um diagnóstico a qualidade ambiental da bacia e quais as vantagens e reais necessidades em se propor tal proteção.

Neste sentido, por intermédio da prefeitura, foi solicitado ao IEF um diagnóstico (verbal) sobre possibilidades ambientais para o município de São Gonçalo do Rio Preto. Isso deu início a um cenário técnico nos quais alguns caminhos a serem trilhados pelo município frente a sua realidade ambiental começaram a se delinear:

[...] aí conversamos [referindo-se ao IEF] para ver como vamos acabar com esses alvarás lá e tudo e preservar essa área, aí o pessoal falou aqui é uma unidade de conservação, nem sabia o que era unidade conservação, e aí a gente começou a pegar uma assessoria técnica pra conversar sobre isso, o Estado deu apoio, começamos a fazer um levantamento, movimento. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Como prefeito, tive como meta criar essa unidade de conservação, logo quando eu entrei na prefeitura. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Com toda dificuldade e desconhecimento que a prefeitura e comunidade tinham foi difícil, mas conseguimos. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

[...] criar a unidade de conservação se fosse hoje seria muito mais fácil, até por que hoje a coisa, tá muito mais em moda, mais esclarecida, naquela época você vê que nos entramos com o movimento em 89 e fomos criar em 94. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Outro fator que colabora para aguçar o entendimento equivocado da relação do PERP com o gestor baseia-se no fato que desde sua criação até hoje o parque teve apenas este gerente:

Tem gente contra o que eu faço pelo parque e pela cidade. Meia dúzia, que na verdade não é contra o que eu faço mas as vezes falam contra é porque é que queria estar lá no meu lugar como gerente, queria que o filho dele estivesse lá empregado. (Gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Porque ele está lá a muito tempo. Outras pessoas aqui da região podiam pegar o lugar dele e quem sabe fazer até melhor. (Morador de São Gonçalo do Rio Preto/ MG. Setembro de 2011)

A estabilidade do atual gestor reflete na boa condição do PERP. São os gestores responsáveis localmente por concretizar os aspectos da gestão participativa estabelecidos no SNUC por meio do diálogo com diversos interesses, sejam eles ambientais, sociais, e econômicos (Souza, 2012).

Ao longo desta pesquisa foi observado um ponto negativo no que concerne a alta rotatividade de gestores em UC's do Alto Jequitinhonha. Esta realidade causa a descontinuidade de projetos e ações estabelecidas por seus conselhos gestores, desmotivando, assim, atores e retrocedendo no alcance dos objetivos sociais e ecológicos de unidades de conservação.

Mesmo tendo qualquer conselheiro a possibilidade de inserir novas discussões e olhares sobre o espaço da UC, é o gestor o responsável por definir e articular as prioridades do espaço. Nesse sentido a atual condição do PERP é reflexo direto da estabilidade de sua gerência.

5.4.2- Aspectos Fundiários

O PERP tem sua área totalmente regularizada. O processo de desapropriação iniciou-se pela porção Norte da UC, área compreendida pela Fazenda das Boleiras com uma área aproximada de 144 ha e pelas terras pertencentes às famílias da comunidade de Santo Antônio, cerca de 800 ha.

Na parte norte do parque tinha o pessoal da comunidade do Santo Antônio, e eles tinham terras lá que eles todos receberam por isso, ta certo. Com um acordo com eles lá, eles todos receberam. (Gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

A gente mexia dentro do que era nosso, aí passou a mão e vendeu, dividiu o dinheiro entre as famílias né? era tudo família, dividiu pra todo mundo aí ficou uma coisa assim. Agora a parte lá de cima que teve muito problema. (Morador da comunidade de Santo Antônio, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Os maiores problemas de uso e regularização da área do PERP ocorreram na sua porção Sul, na região da Chapada do Couto, devido falta de documentação fundiária e pelo uso tradicional da pecuária nas “terras de bolo”. Diversos fazendeiros usavam-na como complementação de suas pastagens e na travessia de suas criações.

Mas ninguém reclamou nada de vender, não teve briga, tudo tranquilo, não teve esse problema não, né. Agora os boiadeiros que tinham lá já foi diferente. (Gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Não da parte daqui teve conflito não, agora teve muito conflito foi a parte de Felício com a da Chapada. (Morador da comunidade de Santo Antônio, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

[...] quem usava as chapadas ainda tem cisma com o Parque. Mas diz que estão respeitando. Eles ainda vão pra chapada, mas ficam fora da área do parque. (Morador da comunidade de Cabeças, entrevista realizada em agosto de 2012. Felício dos Santos/MG)

Com todos os aspectos fundiários regularizados pelo estado justificaram-se assim os investimentos em infraestrutura no parque. Dentre as UC's pertencentes ao Mosaico de Unidades de Conservação do Alto Jequitinhonha -Serra do Cabral, o PERP é o que apresenta as melhores estruturas física e humana e, sem dúvida, é a UC que mais participa para o desenvolvimento da região. Tal participação pode ser exemplificada pela arrecadação do ICMS Ecológico (Tabela 5.8).

O PERP é uma Unidade de Conservação Estadual, assim, o governo municipal tem pouca influência na gestão de sua área o que leva a redução na capacidade do município em desenvolver atividades produtivas e gerar renda. Neste sentido, alguns estados brasileiros, como Minas Gerais, beneficiam economicamente municípios que têm parte de seus territórios ocupados com UC's exceto RPPN's.

O incentivo econômico é contemplado por critérios de repasse de valores do Estado aos Municípios pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), apontados, pelo Ministério da Fazenda, como a principal fonte de receita tributária estadual. A arrecadação proveniente do imposto é compartilhada entre o estado e os municípios. Os governos estaduais têm autonomia para estipular critérios de repasse de valores arrecadados com o ICMS, sendo adotados critérios sociais como instrumentos de transferência.

Para tanto, o Estado de Minas Gerais sancionou a Lei nº 12.040 (MINAS GERAIS, 1995) mais conhecida como Lei *Robin Hood*, que apresentou a sistemática de distribuição do

ICMS aos municípios de forma a favorecer aqueles com baixa representatividade econômica. Nesta legislação, foram contemplados critérios como a área geográfica, educação, área cultivada, patrimônio cultural, gasto com saúde, município minerador e meio ambiente. A Questão do ICMS Ecológico foi abordado na entrevista com o atual gestor do PERP:

[...]O Parque está cumprindo a função ambiental dele que é preservar lá, o Porque faz a função social dele [...] (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

O Parque traz ICMS ecológico aqui pra o município, que é uma cota importantíssima porque o ano passado o Parque trouxe 4 por cento do ICMS ambiental do estado, cinquenta e tanto mil por mês, é dinheiro pra caramba, se juntar esses municípios todos aqui do Alto do Jequitinhonha a nossa cota ganha deles todos, até mais que Montes Claros a gente ganha deles, Diamantina, Couto juntos aqui eles ganham 5 mil por mês, 12 mil, 15 mil por mês. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

A qualidade ambiental da unidade de conservação tem melhorado, a gente tem cumprido todos os requisitos, está em quase R\$ 400.000 estamos em Julho, então é dinheiro pra danar. Pagou dinheiro pra cidade né, o Parque bem fechado,... a gente cumpri esse papel. Fazemos parcerias também, as universidades eu acho importante. Além de preservar hoje a gente tem aí as universidades trazendo os estudantes pra conhecer, pra fazer uma prática, pesquisa. A melhoria do parque tem melhorado o turismo ligado a Diamantina, então eu acho que os quatros pilares de uma Unidade de Conservação estão sendo abraçados, a preservação, o turismo, a pesquisa científica e a educação ambiental a gente tenta fazer, né?. (gestor do Parque Estadual do Rio Preto, entrevista realizada em setembro de 2011. S.G. Rio Preto/MG)

Tal realidade pode ser evidenciada na arrecadação do ICMS Ecológico no ano de 2012 pelo município de São Gonçalo do Rio Preto. O valor recebido foi de R\$ 646.594,12. Informações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais³ até o mês de Abril de 2012 indicam que o valor acumulado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços no município foi de apenas R\$ 17.894,28 já o ICMS Ecológico do mesmo mês foi de R\$ 50.654,30. Nota-se portanto que o ICMS municipal equivale à 35% do valor recebido pelo ICMS Ecológico.

Por se encontrarem na área de amortecimento do PERP, os municípios de Couto de Magalhães de Minas e Felício dos Santos nada recebem do ICMS Ecológico, pois tal benefício só leva em consideração os limites do parque.

³http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucaoreceita/2012/receitaconsolidadamunicipio/icms outrasreceitas/abril-pagprincarreca12.htm

Uma proposta de ampliação da UC na porção Norte encontra-se em estudo. A proposta é bem vista pela Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, pois o município teria parte da UC em seu município passando, então, a ter direito a parte do ICMS Ecológico vinculado ao PERP (RIBEIRO, 2013).

Tabela 5.8 – Valores Mensais ICMS por Município em 2012 tendo por critério UC's. Dados retirados da Fundação João Pinheiro (2014).
Elaboração própria.

VALORES MENSAIS ICMS ECOLÓGICO POR MUNICÍPIO - 2012													
MESES													
MUNICÍPIOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BOCAIUVA	11.555,36	10.708,43	11.054,37	11.024,97	11.443,71	11.569,08	10.184,09	9.671,94	10.063,64	10.134,25	10.048,40	11.234,73	128.692,97
BUENOPOLIS	49.044,16	45.449,34	46.917,56	46.792,15	48.569,27	49.101,37	45.510,74	43.467,28	45.227,71	45.538,68	45.152,56	50.483,33	561.254,15
COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	5.860,17	5.430,63	5.606,06	5.591,08	5.803,42	5.867,00	2.192,96	1.764,03	1.835,48	1.848,09	1.832,42	2.048,76	45.680,10
DIAMANTINA	15.458,23	14.325,18	14.787,95	14.748,45	15.308,59	15.476,30	10.528,94	9.667,62	10.059,16	10.128,59	10.042,72	11.228,38	151.760,11
FELICIO DOS SANTOS	4.312,58	3.996,48	4.125,58	4.114,55	4.270,82	4.317,61	7.226,56	7.230,47	7.523,31	7.575,01	7.510,78	8.397,51	70.601,26
ITAMARANDIBA	973,91	902,53	931,68	929,20	964,48	975,05	2.856,88	2.927,50	3.046,08	3.067,01	3.041,01	3.400,03	24.015,36
JOAQUIM FELICIO	23.693,86	21.957,14	22.666,47	22.605,87	23.464,41	23.721,48	24.356,11	23.503,80	24.455,70	24.623,75	24.414,97	27.297,43	286.760,99
MONTES CLAROS	14.154,94	12.937,66	13.355,61	13.080,87	13.561,97	13.710,55	23.132,90	21.497,10	22.288,98	23.269,03	23.118,54	25.847,95	219.956,10
OLHOS D AGUA	25.936,72	24.035,61	24.812,08	24.745,74	25.685,56	25.966,96	24.479,56	23.422,33	24.370,93	24.538,40	24.330,34	27.202,80	299.527,03
RIO VERMELHO	22,92	21,24	21,92	21,87	22,70	22,94	45,60	46,03	47,89	48,22	47,81	53,45	422,59
STO ANTONIO DO ITAMBE	20.970,58	19.433,47	20.061,27	20.007,63	20.767,50	20.995,02	22.160,35	21.440,35	22.308,69	22.461,99	22.271,52	24.900,93	257.779,30
SÃO GONCALO DO RIO PRETO	53.092,23	49.200,68	50.790,10	50.654,30	52.578,11	53.154,13	55.188,05	53.313,04	55.472,22	55.853,41	55.379,83	61.918,02	646.594,12
SEN. MODESTINO GONCALVES	9.629,41	9.104,24	9.398,35	9.133,71	9.464,86	9.568,56	1.333,41	506,17	526,67	530,29	525,79	587,86	60.309,32
SERRA AZUL DE MINAS	5.272,91	4.886,42	5.044,27	5.030,79	5.221,85	5.279,06	5.847,95	5.682,62	5.912,77	5.953,40	5.902,92	6.599,82	66.634,78
SERRO	1.990,85	1.844,92	1.904,52	10.113,36	11.037,08	11.158,00	20.770,91	19.241,57	19.942,10	20.901,80	20.771,15	23.223,41	162.899,67

5.4.3 – Convivência Comunidades de entorno/ UC

Nove são núcleos os comunitários considerados pelo Plano de Manejo (SPTC, 2004c) como área de influência direta do PERP (Tabela 5.6, Figura 5.23)> Esses devem ser entendidos tanto do ponto de vista geográfico quanto de um sistema de relações de pertencimento e identidade em relação ao parque.

Seis comunidades (Alecrim, Santo Antônio, Cotó, Cabeças, Canela e Amendoim) apresentam um núcleo/aglomerado definido, com exceção de Água Espalhada, Abóboras e Loronha. Estas três formaram-se vinculadas a existência de fazendas que, por meio do agrego, possuíam acesso a terra. Ressalta-se que a comunidade de Alecrim também teve sua origem no desmembramento da Fazenda do Alecrim mas, como dito anteriormente, apresenta núcleo definido.

As comunidades possuem características vinculadas às suas vocações tradicionais, fato este condicionado às características fisiográficas das regiões. Modificações decorrentes da criação do Parque ocorreram de formas distintas: comunidades mais afastadas do PERP pouco perceberam a influência da criação do Parque; outras, que fazem fronteira e passaram por processo de desapropriação, além de se sujeitar a mais proibições e restrições dada a proximidade com a UC, vivenciam mais as limitações impostas. Tais especificidades, ou seja, comunidades *versus* uso e ocupação do espaço, não foram consideradas pelo Plano de Manejo o qual apresenta características pontuais e superficiais das mesmas.

5.4.3.1 – Comunidades do município de Couto de Magalhães de Minas

As comunidades campestres de Amendoim, Água Espalhada e Abóboras estão inseridas no quadrante Noroeste da Zona de Amortecimento do PERP. Localizam-se no sopé da Serra Mata dos Crioulos, marco limítrofe entre o parque e ZA. e pertencem ao município de Couto de Magalhães de Minas.

Água Espalhada e Abóboras sofreram um expressivo esvaziamento demográfico para o urbano no início da década de 1990 devido a dificuldade de manutenção de suas atividades de agricultura de subsistência e a pequena pecuária, reconhecidas como tradicionais. Essa realidade é entendida pela dificuldade de acesso aos insumos básicos para as atividades. Diferente das outras comunidades de entorno do PERP, Abóboras e Água Espalhada não conseguiram articular nenhuma forma de associativismo, fato que dificulta ainda mais a permanência das 13 famílias que ainda habitam a região.

Essa mudança do rural para o urbano também foi incentivado de forma direta pela gestão municipal, a qual cedeu os terrenos para ocupação na década de 1990. Cabe ressaltar, ainda, que nas duas comunidades não há atendimento escolar e de saúde, a referência é a sede municipal.

A comunidade de Amendoim apresenta uma realidade um pouco diferente. Também apresentou um esvaziamento demográfico porém, sua organização social formalizou a constituição da Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural, a qual passou a ser um referencial para seus moradores, propiciando a manutenção da agricultura de subsistência e a implementação de lavouras destinadas à comercialização. Há uma relação direta com a sede municipal decorrente da ausência de posto de saúde e escola nessa comunidade.

5.4.3.2 – Comunidades do município de Felício dos Santos

Presentes na porção Leste da Zona de Amortecimento do PERP as comunidades camponesas de Canela, Loronha, Cabeças e Cotó localizam-se entre a calha do rio Araçuai e a escarpa que delimita a porção leste da bacia hidrográfica do rio Preto e pertencem ao município de Felício dos Santos. Com exceção da comunidade de Loronha, inserida na microbacia do ribeirão Santana, as demais comunidades estão inseridas em microbacias, as quais recebem ou deram a base para suas toponímias.

De forma geral essas comunidades apresentam uma agricultura do tipo familiar e de subsistência. Apesar de uma topografia mais suave, a pecuária nessa região se torna quase inacessível devido a presença de grandes detentores de terras. Assim, a utilização de terras “devolutas” e/ou comunais é um lugar de vida, onde construíram suas identidades. Tal realidade também as caracteriza como comunidades camponesas.

A **comunidade de Loronha** não se identifica como um núcleo, as casas encontram-se dispersas ao longo da porção média do ribeirão Santana, mais precisamente entre confluências com os córregos Canela e Bicame. Nessa comunidade o plantio mais comum é milho, feijão e arroz além de cana e mandioca, em menor escala. Quando há excedente, os moradores procuram comercializar na sede municipal. Apesar do reduzido espaço para a pecuária, a informação cedida pelo Sindicato Rural de Felício dos Santos é de que Loronha chega produzir um excedente de 120 litros de leite por dia, o qual é comercializado com a Prefeitura Municipal.

A relação de Loronha com o espaço comunal pode ser percebida em duas realidades distintas: o mutirão e o manejo do gado na Chapada do Couto

Entende-se por mutirão, nesta comunidade, atividades coletivas realizadas por um grupo de lavradores que, para auxiliar um dono de terra que não possui recursos para o pagamento de ajudantes nas atividades vinculadas as lavouras, tinha o auxílio de seus vizinhos no preparo da terra antecedendo o período de plantio. Para os moradores mais velhos, mutirões e mesmo troca de dia de trabalho eram frequentes. Atualmente acontecem pouco e com poucas pessoas (Tabela 5.9).

O mesmo ocorre com o manejo do gado em terras comunais, conhecidas por “terra de bolo”. Com a limitação do uso da área da chapada em decorrência do PERP houve uma diminuição brusca dessa atividade (Tabela 5.9). Nas terras comunais havia também a coleta de flores. Entretanto, esta prática não foi entendida neste trabalho como importante para esta comunidade conforme dados de entrevistas junto a comunidade, na Tabela. 5.9.

Loronhase encontra em condição de desvantagem quando comparada às demais comunidades de seu município, uma vez que é espacialmente mais dispersa e a única que não formou uma associação comunitária, o que dificulta a aquisição de insumos e a inserção em projetos governamentais.

Comum a todas as comunidades pesquisadas, exceto na Comunidade de Cabeças, a questão do êxodo rural está presente. A população mais jovem não permanece na comunidade e é intrínseca a dependência em relação à sede municipal para educação e saúde.

Tabela 5.9: Classes de Análise da Comunidade de Loronha, município de Felício dos Santos

Garimpo	S/ Informação
Coleta Vegetais	“flor tinha pouca gente, mas sempre ia alguém. Hoje gente de lugar nenhum pode mais” (Outubro 2012)
Pecuária	Sei não, depois que parque chegou piorou demais. Não pode usar a chapada, a área que ficou pra fora é muito pequena.” “Ah então, tem bastante coisa.. É que antes agente tinha mais liberdade de tá fazendo e com o parque ter vindo, agente já não faz mais porque na verdade tem que respeitar a situação”. (Outubro 2012) “O gado foi ruim. A terra aqui é pouca e com o parque ficou menor.” (Outubro 2012)
Extração Areia	S/ Informação
Pesca	S/ Informação
Extração de Madeira	“A única coisa que agente acha que prejudica é na maneira da gente fazer uma roça, porque quanto vai plantar uma roça agente tem que desmatar, e agente não pode, tem que ser com eles junto”. (Outubro 2012) “Mutirão não tem mais, não pode roçar e derrubar mato para plantar” (Outubro 2012)

Das comunidades de Felício dos Santos a **Comunidade de Canela** é a que está mais próxima da sede municipal. Apesar de notável, seu nucleamento é de certa forma difuso. Dados de 2004 apontam que cerca de vinte famílias residiam na comunidade totalizando aproximadamente sessenta pessoas.

A grande maioria das pessoas que ainda residem em Canela não são trabalhadores formais e a agricultura de subsistência está presente na localidade. Pela proximidade com a sede urbana, cerca de três quilômetros, há um vínculo estabelecido de trabalho na área urbana promovendo de certa forma um movimento pendular diário. Essa proximidade justificou o fechamento da escola, portanto, moradores desta comunidade em fase de estudos dependem da estrutura urbana.

Sua proximidade a Felício dos Santos justifica o distanciamento dessa comunidade com praticas tradicionais de extrativismo, a ligação dessa comunidade com a atual área do PERP esta vinculada somente a atividades de recreação e a restrição dessas atividades

aparentemente não afetou o cotidiano da população de Canela fato materializado nos trechos das entrevistas presentes na Tabela 5.10.

O esvaziamento demográfico é facilmente percebido nas casas fechadas e no número cada vez menor de participantes na Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição. Nas entrevistas com a comunidade foi externado que a associação chegou a trinta associados e hoje, possui efetivamente menos de dez sócios.

Como traço de tradicionalidade nota-se os laços de parentesco presentes na comunidade e também com a comunidade vizinha, Santo Antônio, do município de São Gonçalo do Rio Preto.

Tabela 5.10: Classes de Análise da Comunidade de Canela, município de Felício dos Santos

Garimpo	S/ Informação
Coleta Vegetais	S/ Informação
Pecuária	“Tinha criação, mas quase não tem mais. É mais fácil trabalhar na cidade” (Outubro 2012) “Quem mexia com gado usava as terras daqui de baixo, era melhor e mais perto.” (Outubro 2012)
Extração Areia	S/ Informação
Pesca	“É, juntava aquele tanto de gente ia pra bera do rio... Toma banho, pescar, a água muito gostosa ne, muito limpa muito gostosa, e cade, ninguém vai mais”. (Outubro 2012) “Não, é porque antes de ter o parque é então assim, ele mais o irmão dele meu marido, todo mundo aqui da comunidade, finais de semana eles ia pra lá passava a tarde pescava e tal. Agora, depois do parque, ai eles já num pode fazer isso mais, mas é coisa também que isso não prejudica não né”? (Outubro 2012)
Extração de Madeira	S/ Informação

A **comunidade de Cabeças** apresenta em sua demografia um cenário bem distinto das demais comunidades retratadas nesse trabalho, pois não apresenta características de esvaziamento demográfico. De acordo com seus moradores e dados do Plano de Manejo, sua população em 20 anos cresceu cerca de 150% possuindo atualmente aproximadamente cem residências e quatrocentos moradores.

Essa realidade se justifica na melhoria da acessibilidade. Há vinte anos não havia estrada de ligação entre a comunidade e a sede urbana. Outra característica também única é a questão da migração cíclica para Belo Horizonte e São Paulo, onde permanecem de quatro a seis meses retornando a comunidade após esse período. Essa realidade auxilia na fixação das famílias no campo coibindo, assim o êxodo, tão comum nas demais comunidades campesinas de Felício dos Santos.

O atual número de moradores da comunidade de Cabeças justifica ainda a presença de uma escola rural, atendendo até o 5º ano do ensino fundamental. A complementação dos estudos e acesso a saúde dependem diretamente da sede urbana municipal.

Seu isolamento resguardou traços marcantes em relação ao uso comunal de terras e na

Tabela 5.11: Classes de Análise da Comunidade de Cabeças, município de Felício dos Santos

Garimpo	S/ informação
Coleta Vegetais	“Prá nós e pra todo mundo de Felício foi ruim porque não pode nem soltar gado e nem pegar flor.” (Novembro 2012)
Pecuária	[...] tem gente que ainda não agrada da ideia do Parque, principalmente quem usava as chapadas. Mas mesmo quem não gosta, respeita. Na chapada a criação de gado era muito forte. A criação na chapada ainda existe, mas só fora dos limites do parque. (Novembro 2012) “Prá nós e pra todo mundo de Felício foi ruim porque não pode nem soltar gado e nem pegar flor.” (Novembro 2012) “O pasto não pode ser aumentado, o povo tomou medo até de coletar lenha.” (Novembro 2012) “Eu sei que é proibido, mas sempre dou um jeito de passar com gado por lá.” (Novembro 2012)
Extração Areia	S/ Informação
Pesca	S/ Informação
Extração de Madeira	“O pasto não pode ser aumentado, o povo tomou medo até de coletar lenha.” (Novembro 2012)

sua organização social, a qual é baseada em relações parentais.

Conforme as informações presentes na Tabela 5.11, a comunidade de Cabeças ainda utiliza o espaço comunal da Chapada do Couto, respeitando porém os limites do PERP. A coleta de flores passou a ser uma atividade incipiente, porém ela continua muito forte na memória de seus habitantes.

Em 1985, Cabeças foi a primeira comunidade campesina do município de Felício dos Santos a receber apoio da Organização de Desenvolvimento Social Fundo Cristão para Crianças, o qual tem por objetivo a assistência às famílias rurais elaborando projetos e captando recursos para diminuir o êxodo rural. Uma das ações promovidas pelo Fundo Cristão foi a orientação para criação da Associação Comunitária Rural Ana Amélia, das comunidades de entorno do PERP, essa foi a primeira a ter esse tipo de organização.

A Comunidade de Cotó localizada mais ao Sul da Zona de Amortecimento do PERP. Conforme informações obtidas no Sindicato Rural de Felício dos Santos e de moradores da comunidade sua história vincula-se totalmente a uma relação de dependência com a Fazenda Sumidouro.

Grande parte de seus moradores não possuem terras para lavoura ou pecuária. Essa limitação era compensada pelo agrego. De acordo com Ribeiro e Galizoni (1998) agregação nas fazendas permitia ao trabalhador rotacionar a sua lavoura à vontade, pois a fazenda oferecia possibilidades e variedades de terras extensas aos seus agregados.

Ao longo do tempo (não foi possível precisar a temporalidade das informações) essa relação foi se modificando. As terras da fazenda Sumidouro foram glebadas e negociadas. Os novos proprietários modificando a relação tradicional de uso condicionando essa comunidade a ficar a mercê de auxílios governamentais como atualmente o programa Fome Zero.

Importante para a comunidade de Cotó foi a presença do Fundo Cristão para Crianças. Das ações desenvolvidas as mais importantes segundo seus moradores foram a construção da Creche, que ainda hoje atende as poucas crianças da comunidade, a orientação na organização da Associação Santa Vitória e a ajuda no assentamento de famílias no entorno da comunidade.

Decorrente a uma precária condição de vida condicionada pela falta de acesso a terra, evidenciou-se nas entrevistas realizadas que essa comunidade ainda depende para subsistência da utilização direta dos recursos naturais. Fato este sintetizado na Tabela 5.12 que apresenta relatos neste sentido, principalmente no que concerne a pecuária.

Tabela 5.12: Classes de Análise da Comunidade de Cotó, município de Felício dos Santos

Garimpo	S/ informação
Coleta Vegetais	“Quando a gente sabia que tinha preço saia muitas pessoas pra colher flor lá em cima.” (Novembro 2012)
Pecuária	“Prá gente o pior foi o gado na chapada”. . (Novembro 2012) “E o gado, antes leva pra Chapada, passa com gado pra lá e pra cá. Agora nem rodiando dá pra passar.” (Novembro 2012) “Com o fim da fazenda a terra que era pouca com o parque fico menor ainda. Uma plantação no quintal a gente faz, mas tratar de animal era só lá em cima.(Referindo a região da Chapada do Couto” (Novembro 2012)
Extração Areia	“Um dia mesmo ele tava precisando pegar uma areia para rebocar a casa, aí Não tem condição de comprar, a vida está muito difícil, a gente trabalha mais pra comer né.” . (Novembro 2012)
Pesca	“Não pode pescar que os caras fica contando”. . (Novembro 2012)
Extração de Madeira	“Madeira quando precisa a gente pega na beira do rio. Quem reclama é só o os de fora.” (Novembro 2012)

5.4.3.3 – Comunidades do município de São Gonçalo do Rio Preto

Presentes na porção Norte do PERP, as comunidades campesinas de Alecrim e Santo Antônio estão inseridas nas extremidades da inflexão que o rio Preto apresenta entre as confluências dos córregos Cachoeirinha e Alecrim.

Por serem as duas comunidades mais próximas ao PERP, estas comunidades sofreram de forma mais marcante os reflexos negativos e positivos do processo de criação, delimitação e implementação do parque. Realidade essa que provocou uma intensa modificação nos modos tradicionais de vida destas populações.

A **Comunidade do Alecrim** dista cerca de dez quilômetros da sede urbana de São Gonçalo do Rio Preto. Segundo STCP (2004c) possui ao redor de seu núcleo habitacional propriedades que variam de 5 a 100 hectares.

Com uma população estimada em 300 habitantes, suas atividades econômicas vinculam-se, para maioria de seus moradores, a agricultura de subsistência, uma vez que pouco moradores tem acesso a terra, dessa forma a produção para subsistência vincula-se diretamente aos sistemas tradicionais de “meia” e “terça”.

Por intermédio do governo municipal criou-se a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, a qual vem buscando alternativas econômicas para a comunidade.

A principal via de acesso ao PERP passa pela comunidade, visando aproveitar o espaço de deslocamento turístico tentou-se implementar na comunidade atividades e infraestruturas vinculadas à atividade turística. Nessa realidade a inserção do Programa de Turismo Solidário justificou-se na possibilidade de auxiliar no desenvolvimento local. Porém como parte de uma política pública tal programa vem encontrando dificuldades para atender às expectativas geradas pela sua implantação.

Tabela 5.13: Classes de Análise da Comunidade de Alecrim, município de São Gonçalo do Rio Preto

Garimpo	“Garimpo tinha lá em cima, mas não era gente do Alecrim. Tinha mais gente de fora do que daqui.” (Fevereiro 2011)
Coleta Vegetais	“Coletava flor lá em cima, depois do parque ninguém faz isso mais. Flor era só lá.” (Fevereiro 2011)
Pecuária	“Soltava uns gados lá na boeira mas aqui em volta tinha terra que não era do parque.” (Fevereiro 2011)
Extração Areia	“... Porque um dia mesmo ele tava precisando pegar uma areia para rebocar a casa, aí não tem condição de comprar, a vida tá muito difícil, a gente trabalha mais para comer né?” fica muito difícil você precisar tirar uma areia no rio, o cascalho no córrego... hoje eles não deixa tirar isso mais... Certas coisa mudou certas coisas atrapalhou”. (Fevereiro 2011) “E aí as vezes tinha mais coisa, o povo não tinha nada de lei né?! Proibiram muitas coisa, uma areia um cascalho, de roçar, plantar roça... hoje você tem terra mas não pode plantar roça”... (Fevereiro 2011)
Pesca	S/ informação
Extração de Madeira	“Não pode roçar prá plantar uma roça boa, né?! Porque hoje e você roçar você passa apertado, pode ir preso e não aguentar a pagar. E fica preso né?! Então eu acho que o parque complicou mais né?! O parque eu acho que atrapalhou mais”. (Fevereiro 2011)

Das comunidades descritas neste trabalho Alecrim foi a única que apresentou ao longo das entrevistas realizadas o tema violência. Essa realidade pode ser entendida pelo enfraquecimento do trabalho na terra e na falta de perspectiva econômica.

A **Comunidade de Santo Antônio** é a comunidade mais próxima ao PERP, apenas o rio separa a comunidade da área do parque. Em virtude de sua localização geográfica mais isolada e fronteira com os limites do PERP, a comunidade vivenciou de forma intensa o processo de criação e ordenamento do parque.

A maior parte da comunidade é isolada pelo rio Preto que atravessa o principal acesso ao centro da comunidade. Em tempos de cheia do rio, o acesso à comunidade fica comprometido, alterando as atividades e o cotidiano da comunidade. Santo Antônio foi a única comunidade a ser indenizada no processo de desapropriação de terra para organização do PERP conforme descrito no subtópico Aspectos Fundiários.

De modo geral, a organização das possibilidades de sobrevivência da comunidade de Santo Antônio fundamentou-se na posse da terra e no uso da força de trabalho familiar. A terra comunal o “bolo” que agrupa os descendentes de um ancestral comum reconhecido como legítimo “dono” da terra. Dessa forma, um determinado “direito” é mobilizado no interior do “bolo” para prover o trabalho e o sustento de um grupo (Tabela 5.14).

Uma marca da tradicionalidade do alto Jequitinhonha é facilmente evidenciada em Santo Antônio. A paisagem da comunidade é marcada pela nucleação de casas, as quais pertencentes, em geral, a um conjunto de irmãos co-herdeiros e seus respectivos grupos domésticos. O município de São Gonçalo do Rio Preto por apresentar uma vocação turística decorrente da implantação do PERP, elaborou no ano de 2008 o seu Plano Diretor Municipal. A comunidade de Santo Antônio por estar próxima a entrada do parque e ter parte de seu território limitando diretamente com a UC determinou a criação de uma Macrozona Rural com Diretrizes Especiais visando assim auxiliar na manutenção ambiental da região próxima ao parque e garantir um desenvolvimento sustentável para seus moradores. É notável que nenhuma ação foi realizada, a falta de perspectiva econômica induz o êxodo rural. A escola da comunidade foi desativada em 2006. Há uma total dependência dos serviços urbanos. E atualmente o território da comunidade vem passando por alteração decorrente da especulação imobiliária.

Tabela 5.14: Classes de Análise da Comunidade de Santo Antônio, município de São Gonçalo do Rio Preto

Garimpo	então na parte de cima, aonde fica as nascentes do rio, então era um lugar muito garimpado, lá tem uma área grande toda detonada que garimpou muito. (Setembro 2012)
Coleta Vegetais	[Sobre os coletores de flores] Daqui, mas era de todo canto, gente do Cotó descia de lá pra cá.(Fevereiro 2011) [Sobre Compradores de flores] Diamantina, mas tinha os compradores também neh, que trazia as pessoas que compravam também. Era muita gente.”(Fevereiro 2011) Sempre viva hoje, vou te falar a verdade nem se tivesse e pudesse, ninguém quer trabalhar mais.(Setembro 2012) Com a preservaçãoa Sempre Viva acabou. Do jeito que tinha não tem mais. Sempre Viva gosta de “bosta” de boi e de gente apanhando. De verdade, de primeiro tinha no campo você olhava tinha mais de 40, 50 pessoas no campo, tava branquinho olhava assim só via ela. Agora com a preservação o capim vai criando, crescendo, ele é mas forte que ela, ele vai fechando, vai acabando o espaço da Sempre Viva, ai ela acaba toda.(Setembro 2012) A Sempre Viva gosta mesmo é de queimada é de boi comendo.(Setembro 2012)
Pecuária	Tudo que faz hoje e o povo tá de cima. Punha umas vaquinha e hoje não deixa. Eu queimava chifre e hoje parece que tá queimando o mundo todo. Tem que plantar. (Setembro 2012) Agora os mais velhos nê? é que agente fazia de tudo um pouquinho esses daí tem (sentimento que não consigo entender, raiva do parque) até hoje, outros criavam vaca, apanhava sempre viva, tirava madeira, fazia de tudo, contra esses aí nê? eu num, inclusive tem um que não entra dentro do parque e outro que até mudou daqui. (Setembro 2012)
Extração Areia	Areia? Areia não! Quando a pessoa pega ai alguém denuncia, fica aquele trem danado ai, areia não pode pegar não.(Setembro 2012) Com esse negocio de rio ai, tem pessoa que tem a ideia de tirar areia, teve muita ai foi.(Setembro 2012) Não, mais só que, tipo assim, você tira e não faz diferença nenhuma é tanto que tem uma área ali, que chama porto do inferno, quando o pessoal tirava areia lá era lindo maravilhoso, depois que prejudicou, agora virou uma porcaria.(Setembro 2012) [Referindo a retirada de Areia do rio] Mudou o lugar, assim, pra você construir aqui tá ficando muito difícil, não pode tirar nada no rio. Se você precisar de buscar tem que ir lá em Diamantina, aí a construção fica cara. Se for pra você trabalhar, não pode desmatar. Hoje você tem que correr atrás de um emprego, ou tem que cuidar do que já tem né. (Setembro 2012) Hoje pra quem tem um emprego não precisa melhor né? Não tá precisando desmatar ne nada, mas agora pra quem tá precisando desmatar pra plantar alguma coisa aí ficou ruim demais... O cara está precisando plantar 1ha de milho, vai lá vai roçar lá e vem uma multa que a colheita pra 3, 4 anos não vai dar pra pagar a multa, e o que ele vai colher por exemplo não dá pra pagar a multa, essa parte ficou ruim. (Setembro 2012)
Pesca	S/informação
Extração de Madeira	“E vou te dar um exemplo, lenha nê, hoje é muito difícil, pegar lenha, tirar lenha nê, por que igual no parque antes tirava, hoje não pode mesmo, quem tem mato tira, que não tem não tira mais, quem mora no parque mesmo não pode nê. Tem gente que mora no mato e tem de ter fogo a gás.”(Fevereiro 2011)

Para os entrevistados das comunidades campesinas, o “antes” e o “depois” da criação do Parque são espaços de tempo bem determinados e significaram uma ruptura – abrupta na maioria dos casos – com os usos que os moradores faziam dos recursos naturais existentes nas áreas hoje pertencentes à UC. As comunidades que antes se “apropriavam” das áreas que pertencem ao Parque, já não o fazem.

Esse distanciamento se traduz nos depoimentos coletados: *“O pessoal da roça fica intimidado de visitar o Parque”*; *“O Parque é distante da comunidade”*; *“Tem que pagar pra entrar e me disseram que a comida lá dentro é cara”*; *“O pessoal não vai ao Parque pra recreação”*.

5.4.4 – Considerações sobre a Restrição à Utilização de Recursos Naturais, Especulação Imobiliária e Geração de Emprego

Em consonância com os procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho, a sistematização das entrevistas apresentadas nos Apêndices 2 e 3 possibilitou a identificação e entendimento de conflitos gerados desde a criação do PERP, no qual houve a intensificação da fiscalização ambiental, da mesma forma que aconteceu com o PEBI. Atividades tradicionais (ou não) existentes nessas comunidades em desacordo com a legislação ambiental passaram, pós criação da UC, a ser alvo dos órgãos fiscalizadores.

Pela falta de um conhecimento efetivo de leis ambientais, as comunidades entenderam, num primeiro momento, que novas normas de utilização dos recursos naturais tinham sido especialmente elaboradas pelo PERP e que seu gestor seria o responsável pelas fiscalizações. Essa realidade pode ser claramente percebida nos trechos das entrevistas:

Eu acho ruim né?! Não pode pescar mais, não pode tirar nenhum pau de lenha... Se tirar passa apertado ainda, minha filha. (Morador comunidade Santo Antônio, Fevereiro 2011)

Com esse negocio de rio ai, tem pessoa que tem a ideia de tirar areia, teve multa ai foi. (Morador comunidade Santo Antônio, Setembro 2012)

O cara está precisando plantar 1ha de milho, vai lá vai roçar lá e vem uma multa que a colheita pra 3, 4 anos não vai dar pra pagar a multa, e o que ele vai colher por exemplo não dá pra pagar a multa, essa parte ficou ruim. (Morador comunidade Santo Antônio, Setembro 2012)

Não pode pescar que os caras ficam contando. (Morador comunidade Cotó, Novembro 2012)

Se fizer errado o gestor vem e multa. (Morador comunidade Loronha Outubro 2012)

Quero ver o capeta mas não quero ver o gestor, ele fala que vai multar a gente. (Morador comunidade Loronha Outubro 2012)

O conflito percebido na relação comunidade versus criação do PERP e a fiscalização ambiental é extremamente justificável, uma vez que, segundo os moradores, as proibições foram impostas sem se explicar ao certo o porquê e sem a proposição de alternativas de adaptação a nova realidade.

A realidade frente o processo de fiscalização ambiental trouxe, principalmente para a comunidade de Santo Antônio, um sentimento de cerceamento da liberdade. Com a criação do parque alguns moradores apresentam o sentimento de que não é mais possível transitar livremente nas proximidades da comunidade:

A liberdade de passear aí já mudou tudo. Já é diferente. Mas eu falo assim, se for o caso de sair daqui e subir tomando banho pro rio acima aí... Bem antes de ter o parque, a liberdade era outra. É uai... Hoje você sai, sai passeando. Num instantinho a polícia já tá vindo e perguntando o que você tá fazendo. (Morador da Comunidade de Santo Antônio, Município de São Gonçalo do Rio Preto/MG. Fevereiro de 2011)

Ah então, tem bastante coisa.. É que antes agente tinha mais liberdade de tá fazendo e com o parque ter vindo, agente já não faz mais porque na verdade tem que respeitar a situação. (morador da Comunidade de Loronha Outubro 2012)

O não esclarecimento das especificidade de uso dos recursos naturais trazidas com a criação do parque gerou um processo de distanciamento das comunidades campesinas e a UC, facilmente identificado nas falas de moradores das comunidades de Alecrim, Santo Antônio e Loronha:

É parque para lá e eu pra cá. (morador da Comunidade de Alecrim, Fevereiro de 2011)

Não, nunca fui lá naquele lugar... É longe... me falaram que é longe..” (morador da Comunidade de Alecrim, Fevereiro de 2011)

Já fui lá muito tempo... duas vezes só. é assim eu estudava na escola, escola dos adultos, ne?! Só que o professor pegou e levou nós lá um dia...(morador da Comunidade de Santo Antônio, Fevereiro de 2011)

Ah, assim o parque não.. quando eu vou é na casa de uma moradora lá. (morador da Comunidade de Santo Antônio, Fevereiro de 2011)

Não, lá mesmo não. Eu passei na portaria uma vez. Porque agente ia de a pé para Diamantina, fazendo uma caminhada. (morador da Comunidade de Loronha Outubro 2012)

Eu não tenho muito costume de ir lá não. Já ouvi falar que era bom e tudo, nunca fui lá não. (morador da Comunidade de Loronha Outubro 2012)

O que é perceptível nas comunidades do entorno dos municípios de São Gonçalo do Rio Preto e Felício dos Santos, é que sua população procurou se adaptar as modificações trazidas pela criação do PERP. Esta atual indiferença em relação ao Parque pode ser justificada tanto pelo sentimento de distanciamento entre a comunidade e a área protegida como pela tentativa de adaptação às mudanças ocorridas.

É de grande importância ressaltar que novas relações de trabalho vem se aproximando de todo cenário rural do Alto Jequitinhonha. O êxodo rural e a perda de tradições fazem parte da história recente do campesinato regional. Dessa forma a chegada do PERP não deflagrou uma mudança nos costumes locais, mas com certeza tornou-se um catalizador desse processo.

O cerceamento às atividades entendidas pela comunidade como tradicionais afetam diretamente a população que efetivamente nasceu e viveu suas tradições. Os mais novos ou aqueles que não vivenciaram a viceralidade das atividades tradicionais, são indiferentes a presença do PERP, essa realidade é notada na fala de um morador da comunidade do Santo Antônio:

O pessoal de hoje agente nem pode falar que tem alguma coisa contra o parque, o mais velho tinha atividade aqui né? os mais velhos que tinham mais contato com as coisas de dentro do parque, tiravam flores, madeira e tal neh, mas os jovens de hoje nem tem muito contato, porque eles nem tem habilidade de fazer as coisas que agente fazia né? Então pra eles tanto faz tanto fez. (Morador da Comunidade de Santo Antônio, Setembro de 2012)

No que diz respeito à percepção positiva relacionada ao PERP, os moradores das comunidades a associam com a necessidade da preservação do meio ambiente. A geração de empregos também é entendida como positiva, porém foi evidenciado nas falas dos entrevistados uma relação conflituosa quanto a distribuição dos postos de serviços do PERP entre as comunidades:

Tem hora assim que todo mundo não pode falar com a mesma boca, num é todo mundo não pode falar o mesmo, agente que já tem o conhecimento, agente que foi beneficiado, que trabalhou muito tempo no parque, que é uma coisa muito boa. (Morador da Comunidade de Santo Antônio, Fevereiro 2011)

Agora hoje que tem gente que já trabalhando, que veio do Cotó, a partir de

cima lá fazendo aterro, quando tá nessa época agora, pra combater incêndio, é pra fazer cerca, então o pessoal do Cotó veio, mas o resto aqui não adianta procurar não que o pessoal vem não. (Morador da Comunidade de Santo Antônio, fevereiro 2011)

Eles traz pessoal de Diamantina, Itamarandiba de outras cidades para trabalhar lá, e a comunidade daqui, não tem nenhuma pessoa que trabalha lá. (Morador da Comunidade de Alecrim, Fevereiro 2011)

[...] Né, mas a gente, quem sabe ainda pode chegar, igual a questão de emprego mesmo, né? Daqui é, de Loronha eu sei que tem um rapaz que trabalha no parque, mas a maioria é de Rio Preto é de Santo Antônio né. Mas pra gente aqui em benefício de emprego essas coisa, ainda não chegou né, sonhamos né com a oportunidade. [Risos] (Morador da Comunidade de Loronha, Outubro 2012)

Aqui pra comunidade não. Teve muito emprego lá nessa comunidade de Santo Antônio e Cabeças, fica aqui perto. (Morador da Comunidade de Loronha, Outubro 2012)

Acho que um que trabalha lá, poderia ter mais emprego pra nós. (morador da Comunidade de Cotó, Outubro 2012)

Esse conflito evidenciado entre as comunidades frente a geração de empregos é justificada pela vivência e proximidade que os moradores da comunidade de Santo Antônio tem com o PERP. Como já explicitado essa comunidade foi a única a apresentar posse de terra na área do PERP e a terem direito a indenização.

De acordo com o gestor do PERP inicialmente pela proximidade a comunidade de Santo Antônio foi mais “privilegiada” na distribuição dos postos de serviços. Porém com o processo de efetivação da unidade e o entendimento pela população do entorno dos serviços que o PERP necessitava houve uma dificuldade na contratação de trabalhadores de outras regiões. Essa realidade é observada no trecho de uma entrevista realizada com o funcionário mais antigo do parque.

Gente de algum lugar fala que o parque é mais pro povo do Santo Antônio, mas quando precisa de gente pra trabalhar mesmo, você pode andar e você não acha um. Eu acho isso tudo... E agora mesmo, passou apertado teve de sair por ai catando gente, e ai não veio ninguém, pode rodear o parque que não vem ninguém, aqui do Santo Antônio é mais fácil arranjar. (Morador da Comunidade de Santo Antônio, Fevereiro 2011)

Ao longo das entrevistas também se evidenciou uma realidade conflituosa gerada pela necessidade de realização de concurso para preenchimento das vagas de serviços do PERP (realidade também vivida no PEBI mas não comentada nas entrevistas). Por determinação do Governo do Estado de Minas Gerais, mesmo a contratação de servidores terceirizados devem ocorrer por meio de concurso público.

Nessa realidade em 2011, todos os contratos dos então servidores terceirizados do PERP foi encerrado, ocasionando assim a dispensa de todos os trabalhadores que ainda vivem nas comunidades do entorno. Nesta realidade houve uma brusca mudança nos discursos dessas comunidades no que diz respeito ao aspecto positivo da criação do parque na geração de empregos:

Agora já tá tendo o concurso, agora mesmo nós vamos ser dispensados, mês que vem agente não vai mais trabalhar lá.(funcionário do PERP - Setembro 2011)

É o concurso uai, nós aceita tudo né?, já teve né?, acho que não vai ter mais jeito de ficar não, vamos ser dispensados em outubro. Ai vai chegar as pessoas concursadas. (funcionário do PERP - Setembro 2011)

É uma coisa estranha, uma coisa chata né? por que tá aqui do seu lado, e é uma coisa que podia tá te ajudando, ai vai trazer uma cara lá de Belo Horizonte de São Paulo, do outro mundo que quiser fazer o concurso e passou pode vim né? uma coisa chata, por que quando é na hora de resolver os problemas do parque em algumas partes vai ser difícil pra eles né?, por que o conhecimento também ajuda.(funcionário do PERP - Setembro 2011)

Oh uma coisa que vai ser ruim é pro dois lados, agente conhece agente trabalha com amor, nem é só profissão por que as coisas mudam, mas aqueles modos que agente tinha de trabalhar, os conhecimentos que agente tinha disso daquilo, ...pra facilitar. Você vai apagar uma fogo por exemplo, quantos atalhos né?, eu saio ali saio aqui, e tal, então eu acho que é muito serviço pro parque, e também uma coisa que é , é um prejuízo pro parque e pro entorno do parque também, que nem as vezes não to falando do parque, to falando do nosso lado, talvez agente né?agente não pode tirar uma lenha, tirar uma areia, .. você ta tirando aquela renda da pessoa pra pegar lá e não ter dinheiro pra comprar. Ai já uma safadeza né? (funcionário do PERP - Setembro 2011)

Essa realidade atingiu todas as UC's estaduais que tinham em seu quadro funcionários terceirizados. A dispensa desses funcionários significaria o término do principal aspecto positivo de uma UC no olhar das comunidades. O sentimento na fala das pessoas que estavam sendo dispensadas era de traição, pois parte dessas pessoas abriram mão de suas tradições e acreditaram na importância de uma UC até mesmo como uma possibilidade de emprego. Naquele momento perderam tudo.

Com a mobilização de parte dos gestores das UC's estaduais foi encontrado um caminho que minimizou essa situação. No caso do PERP todos os funcionários que tiveram seus contratos encerrados foram chamados de volta. Porém nem todos retornaram.

A questão da especulação imobiliária aparece de forma clara nas entrevistas realizadas com os moradores das comunidades do Alecrim e Santo Antônio. Surge a relação entre a criação do PERP e a valorização das terras do seu entorno, principalmente na porção Norte

devido a presença do rio Preto e sua balneabilidade, entendido como o elemento principal de atração de visitantes e de valorização.

O fenômeno da Segunda Residência já é marcante na paisagem das comunidades de Santo Antônio e Alecrim vários “turistas”, compraram terrenos e construíram casas nas proximidades do parque. A questão da intensa fiscalização ambiental no entorno do PERP também foi evidenciada na edificação de algumas segundas residências. Por não respeitarem a distância mínima entre o rio e a edificação três casas foram demolidas por determinação judicial.

É perceptível que a especulação imobiliária vem gerando uma ressignificação do espaço das comunidades do Alecrim e Santo Antônio, e essa realidade começa a gerar novas preocupações aos seus moradores:

[...] valorizou muito foi o terreno do pessoal aqui, o pessoal que tem terreno na beira de água aqui melhorou, tem vida de luxo, cara vendia um pedacinho aqui e comprava casa na cidade. Se você for olhar todo mundo já tá tendo carro, moto, é casa na cidade, então aí vende um pedacinho aí, dessa parte aí, que isso aí, que antes não valia nada, que era isso, aquilo as pessoas não davam valor, e através do parque que começou a chegar as pessoas dando valor a terra, aí as coisas melhoraram muito nessa parte, agora a gente que é mais simples que mora aqui... a gente não pode contar se é vantagem se num é... por que a gente não sabe quem tá chegando né? [...] (morador da comunidade de Santo Antônio Setembro de 2011).

O discurso destas comunidades revela uma percepção curiosa, os moradores acreditam na importância da preservação ambiental da região que resguardou por gerações seus extrativismos sustentáveis, no entanto, essas comunidades não se incluem como ameaça a sua preservação, ou seja, acreditam que aquele território deve ser protegido sim, mas dos outros e não deles mesmos, uma vez que suas tradicionalidades sobreviveram sem a presença do parque e as mesmas não foram empecilhos para determinação de uma região que apresenta singularidades de ambientais que justificaram a criação do PERP.

Eu tô até precisando tirar uma areia dali pra trazer pra aqui. Mas como que a gente faz? Eu tenho que comprar o cascalho, comprar areia e tem as outras coisas né!?. Então, pra gente é difícil. Porque...não é que a gente vai acabar com o rio, com as áreas né!? Mas que a gente tivesse um pouco que a gente pudesse... a comunidade podia usar aquilo ali. A comunidade tinha que utiliza alguma coisa. Porque é difícil. Na vida da gente a gente vive da lavoura. A gente planta mesmo, pra despesa. Não tem aquele negócio de falar que vai sobrar pra vender. (Morador da comunidade de Alecrim, Fevereiro de 2011.)

Então as pessoas se sentem muito prejudicadas com isso. Porque as pessoas de fora sempre vieram aqui e tiraram um tanto de coisa? Caminhão de areia a prefeitura mesmo vinha aqui era todo dia. Ia construir casas para os outros

lá na cidade. Nós sempre tirou areia pra gente. Se alguém tirou pra vender foi pra prefeitura. Ela na verdade acabou foi com muita coisa por aqui. A comunidade sempre viveu de bem com os mato e os rio. Alguém daqui que fizesse algo errado sempre agente ficava sabendo e ia lá conversar com ele e ficava tudo resolvido. A gente tem que saber como que faz pra não tá prejudicando também, o rio e a natureza, a gente sabe, eles vem e proíbe. Só que vem caminhão... caminhão deles, pra tá fazendo isso. Entendeu? Então é onde as pessoas se sentem muito prejudicada. (Morador da comunidade de Santo Antônio, Setembro 2012)

A criação do PEBI e do PERP não tem em suas histórias um cenário de conflitos diretos entre as populações de entorno e a gestão do parque. As insatisfações expressas nas entrevistas realizadas com moradores das comunidades, nos remete a caracterização de um conflito implícito o qual pode estar atrelado a dinâmicas que envolvam aspectos históricos, culturais e éticos, muitas vezes submersos ou invisíveis, carecendo assim de uma contextualização mais aprofundada.

Os motivos para não haver conflitos socioambientais mais diretos entre o PERP e sua população do entorno pode estar ligado ao bom relacionamento do gestor com a comunidade. Embora descontentes com as proibições trazidas pelo parque, os moradores demonstraram respeito e admiração pelo gestor, o que pode ser associado ao fato do gestor pertencer à comunidade e conhecer a fundo a população e as particularidades daquela região. Soma-se a isso o que foi descrito sobre a modificação das características do campesinato do Alto Jequitinhonha.

Já no PEBI, a ausência de conflitos diretos pode estar ligada a falta de uma organização das comunidades campesinas e a descaracterização das vidas tradicionais dessas comunidades. Apesar de não haver uma ligação direta com o gestor essa realidade não se mostrou como um fator de incremento dos conflitos presentes entre o parque e sua gestão.

O PERP tem como principal fator de inserção nas comunidades do entorno a sua atual função de empregador. Porém essa realidade se apresenta de forma frágil pela real possibilidade de modificações pelo governo estadual no processo de contratação de mão de obra. A retirada dos moradores das comunidades do entorno dos postos de trabalho para a inserção de cidadãos concursados, totalmente fora da realidade e contexto daquela UC poderá causar consequências complicadas tanto para a população das comunidades, quanto para a UC.

A inserção das comunidades de entorno do PEBI ficam atreladas a necessidade de inserção das mesmas ao seu conselho gestor. Conforme descrito no Plano de Manejo a real possibilidade de alternativas para as comunidades frente ao cerceamento do uso dos recursos

naturais seria consequência das atividades vinculadas às atividades de visitação ordenada ao parque. Porém com o imbróglcio fundiário do parque essa visitação continuará a ser espontânea dificultando a ordenação dessas visitas e consequentemente retardando a possibilidade de ter o Turismo como uma das chaves de resolução dessa realidade.

Há de se entender que embora uma UC seja um domínio público, é um território diferenciado e para uma efetiva proteção do seu espaço é necessário em primeiro lugar conhecê-lo profundamente, sobretudo, a sua história. As variáveis sociais e culturais não podem ser colocadas em segundo plano neste processo.

Assim como a implantação de alguns empreendimentos tem como programas de controle e medidas de mitigação a priorização da mão-de-obra local e programas de capacitação profissional como forma de evitar conflitos diretos e promover uma maior aceitação da população, as UC's, enquanto espaços territoriais dedicados a conservação e a educação ambiental deveriam seguir os mesmos princípios. Embora seja indiscutível a importância da existência de UC's no país, não podemos nos esquecer que sua criação também gera impactos, sobretudo, sociais e uma política de inserção e absorção da população local em suas atividades demonstra ser uma boa alternativa de adaptação as proibições e a nova realidade, além de uma boa maneira de apaziguar possíveis conflitos.

A ausência de uma ação organizada independente, ou seja, de um embate mais direto que possibilite o empoderamento destas comunidades e a intensificação do seu poder de barganha política, tem limitado o potencial transformador contido nas situações de conflito socioambiental. É importante lembrar que UC's são espaços públicos diferenciados, sua essência e funcionalidade não seguem os mesmos valores e sentidos de espaços públicos comuns, seus recursos e objetivos não obedecem apenas o viés político e *a priori* não devem seguir as mesmas regras de um espaço público qualquer.

CAPITULO 6

Análise temporal do uso e ocupação do terreno nos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto

As modificações ocorridas no PEBI e PERP e em suas Zonas de Amortecimentos estão vinculadas ao extrativismo mineral e vegetal e à pecuária extensiva, principalmente aquela realizada em “terras de bolo”. Soma-se a isso pressões antrópicas típicas do urbano e rural que margeiam as UC's. Uma pressão, já identificada no Alto Jequitinhonha, mas recente na área de estudo é a silvicultura, observada em setores de ZA bem próximos ao limite dos parques.

Outra preocupante fonte de alteração do terreno são os incêndios florestais, que são entendidos como todo fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação tanto por ação antrópica (intencional ou negligência) como por causa natural (raios) causando dano humano e/ou ao meio ambiente (ICMBIO, 2010; ÁVILA, SOUZA 2012)

Para Santos et al(2006) a maior parte dos incêndios é causada pelo homem e fatores climáticos como déficit hídrico, vento e/ou o relevo do local influenciam a propagação do fogo e determinam os seus efeitos. Quantificações de áreas atingidas ainda requerem uma melhor discussão no que concerne aos resultados e métodos de análise. Segundo Santos et al(2006), entre 1998 e 2002, Minas Gerais teve uma área de 55.506 ha atingida por incêndios. Divergente desta informação, Lima (2000) afirma que no ano de 1999 as UC's do estado contabilizaram 52.000 ha de área queimada, indicando que esta questão e sua discussão é de grande relevância para manutenção da qualidade das UC's.

Independente do processo e fator de alteração da qualidade ambiental de um terreno, faz-se necessário o conhecimento dos componentes do meio físico, base para elaboração de medidas e ações que irão culminar na manutenção ou mesmo reconstituição da qualidade ambiental de uma determinada área. Para isso, tecnologias espaciais que fornecem dados do terreno de forma sinóptica e repetitiva apresentam-se com um instrumento básico auxiliar no levantamento de recursos naturais e suas alterações.

Os sensores orbitais TM/ Landsat têm fornecido dados periódicos e constantes, o que garante a possibilidade do monitoramento de uma determinada região.

Neste trabalho foram definidas e identificadas quatro classes temáticas de conjuntos paisagísticos tanto de paisagens naturais quanto de antropizadas. Para fins de mapeamento do uso e cobertura do terreno definiu-se o período entre 1991 a 2011 para o PERP entre 1994 a 2011 para o PEBI.

O conjunto paisagem natural é constituído por fitofisionomias nativas predominantes na região, que, neste trabalho, foram: Formação Savânica/Florestal Associada; Formação Campestre e Afloramento Rochoso. A Formação Savânica e a Formação Florestal foram unificadas por apresentarem, tanto na escala de mapeamento e quanto na qualidade da imagem, comportamentos bastante parecidos, o que dificultou o desempenho da classificação.

Já a paisagem antropizada é formada pela alteração do habitat nativo em decorrência de ações do homem, direta ou indiretamente, classificada neste trabalho, principalmente, como Solo Exposto que pode compreender as seguintes atividades: urbanização, área degradada (área de empréstimo, voçorocamento, garimpo) além de momentos de estágio inicial de preparação do solo para silvicultura e pastagens. Em decorrência do processo natural de regeneração ou devido estágios de desenvolvimento inicial de pastagens e/ou silvicultura, a resposta espectral condicionou a uma interpretação da classe Formação Campestre.

A metodologia utilizada na análise temporal do uso e ocupação do terreno dos parques mostrou-se satisfatória. A análise de informações areais de conjuntos paisagísticos obtidas neste trabalho e que geraram o mapa de uso e ocupação do terreno do PERP para o ano de 2004 possuem muita semelhança às informações contidas no Plano de Manejo, também de 2004, como representado na Tabela 6.1.

Tabela 6.1: Distribuição de Fitofisionomias Vegetais do Parque Estadual do Rio Preto para o ano de 2004

	fitofisionomia	Área em percentual (%)	fitofisionomia	Área em percentual (%)
Informações Plano de Manejo (, 2004a, c)	Cerrado Típico – Cerrado ralo – Cerrado rupestre – Floresta estacional	25	Campo Limpo – Campo Rupestre -	65%
Informações deste trabalho	Formação Savânica/ Florestal Associada	25,83	Formação Campestre	65,58%

6.1 Análise Temporal do Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Biribiri e ZA

Cinco mapas de uso e ocupação do terreno foram gerados com as 4 classes de representação para os anos de 1994, 1999, 2003, 2009, 2011 para a área do PEBI e sua ZA segundo parâmetros metodológicos do Tópico 3.6.1 As informações obtidas do terreno foram tabuladas (Tabela 6.2), expressas sucintamente de forma gráfica nas Figuras 6.1, área do PEBI e 6.2, ZA do PEBI. Foram representadas em mapas de distribuição de classes de uso e ocupação do terreno por ano nas Figuras 6.3, 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7.

Para a área do PEBI, de forma geral, ao longo do período analisado, nota-se uma tendência de aumento das classes Formação Campestre (tênue) e Afloramento Rochoso. Há tendência de decréscimo nas classes Formação Savânica/Florestal associada e Solo Exposto (Figura 6.1). Portanto, há uma relação inversa nas tendências entre as Formação Savânica/Florestal associada e Formação Campestre quanto a mensuração de suas áreas.

Na Formação Campestre os ápices de áreas ocupadas aconteceram nos anos de 1999 e 2009 e os ápices da Formação Savânica/Florestal associada acontece no ano de 2003, sendo que a partir daí ocorre uma diminuição progressiva desta classe até o ano de 2011. Esta informação coincide com dados de incêndios florestais ocorridos na área entre 2007 e 2011 apresentados por Ávila e Souza (2012). A exposição do terrenos decorrente dos incêndios condicionou o aumento da classe Afloramento Rochoso entre 2003 e 2011 pela perda da cobertura vegetal. Cabe ressaltar que, apesar da alternância entre as formações

Savânica/Florestal associada e Campestre esta última é predominante em extensão areal ao longo de todos os anos analisados, o que era esperado, dado o condicionante hipsométrico do parque (Figura 5.2). A classe Solo Exposto apresenta uma tendência de diminuição de área e comparada as demais, é a menos expressiva na área do PEBI.

Quanto a ZA do PEBI (Figura 6.2) a realidade de tendências apresentadas para parque ocorrem na mesma relação que para a ZA. A alternância entre as formações Campestre e Savânica/Florestal associada também é perceptível mas suas extensões areais são mais próximas levando, inclusive, a sobreposição entre as formações (Figura 6.2), num ambiente menos tendencioso a uma delas. Ainda pode ser observado uma relação inversa entre as classes Afloramento Rochoso e Formação Campestre.

Os picos apresentados nos anos de 1999, 2003 e 2009 possibilitam uma interpretação quanto a sucessão ecológica nesta região: entre 1994 e 1999 há a diminuição das Formações Savânica/ florestais associada, aumento da Formação Campestre (gramíneas). sem aumento da classe Solo Exposto. A evolução observada na Figura 6.2, entre o ano de 1999 e 2003 há um aumento Formação Savânica/ Florestal associada em relação a Formação Campestre. Este fato é justificado por Amaral et al (2013) ao observar um aumento significativo no número de indivíduos da vegetação arbustivo-arbórea colonizadora no PEBI por um período de dois anos, o que evidencia a importância da regeneração natural no processo de recomposição de área degradadas.

Tabela 6.2: Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Biribiri

Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Biribiri										
Classes	1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formações Savânicas/Florestais Associadas	6180,5	35,46%	4724,0	27,10%	7102,2	40,75%	4927,1	28,27%	3809,9	21,86%
Formações Campestres	9276,1	53,22%	10952,9	62,84%	8911,9	51,13%	10214,0	58,60%	10172,1	58,36%
Afloramento Rochoso	1881,2	10,79%	1664,8	9,55%	1387,4	7,96%	2227,2	12,78%	3412,7	19,58%
Solo Exposto	91,2	0,52%	87,3	0,50%	27,5	0,16%	60,7	0,35%	34,2	0,20%
Total	17429,0	100,00%	17429,0	100,00%	17429,0	100,00%	17429,0	100,00%	17429,0	100,00%

Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Biribiri										
Classes	1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formações Savânicas/Florestais Associadas	29781,9	48,88%	25464,1	41,79%	32320,2	53,05%	26699,8	43,82%	21454,3	35,21%
Formações Campestres	22069,7	36,22%	29415,0	48,28%	19872,6	32,62%	27950,8	45,88%	28483,4	46,75%
Afloramento Rochoso	7782,8	12,77%	5308,3	8,71%	8189,7	13,44%	5659,1	9,29%	10481,6	17,20%
Solo Exposto	1292,4	2,12%	739,3	1,21%	544,3	0,89%	617,1	1,01%	507,5	0,83%
Total	60926,8	100,00%	60926,8	100,00%	60926,8	100,00%	60926,8	100,00%	60926,8	100,00%

Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno da Zona de Amortecimento e Área do Parque Estadual do Biribiri										
Classes	1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formações Savânicas/Florestais Associadas	35962,3	45,90%	30188,2	38,53%	39422,4	50,31%	31626,9	40,36%	25264,2	32,24%
Formações Campestres	31345,8	40,00%	40367,9	51,52%	28784,5	36,74%	38164,8	48,71%	38655,5	49,33%
Afloramento Rochoso	9664,0	12,33%	6973,1	8,90%	9577,1	12,22%	7886,3	10,06%	13894,3	17,73%
Solo Exposto	1383,6	1,77%	826,6	1,05%	571,7	0,73%	677,8	0,87%	541,7	0,69%
Total	78355,7	100,00%	78355,7	100,00%	78355,7	100,00%	78355,7	100,00%	78355,7	100,00%

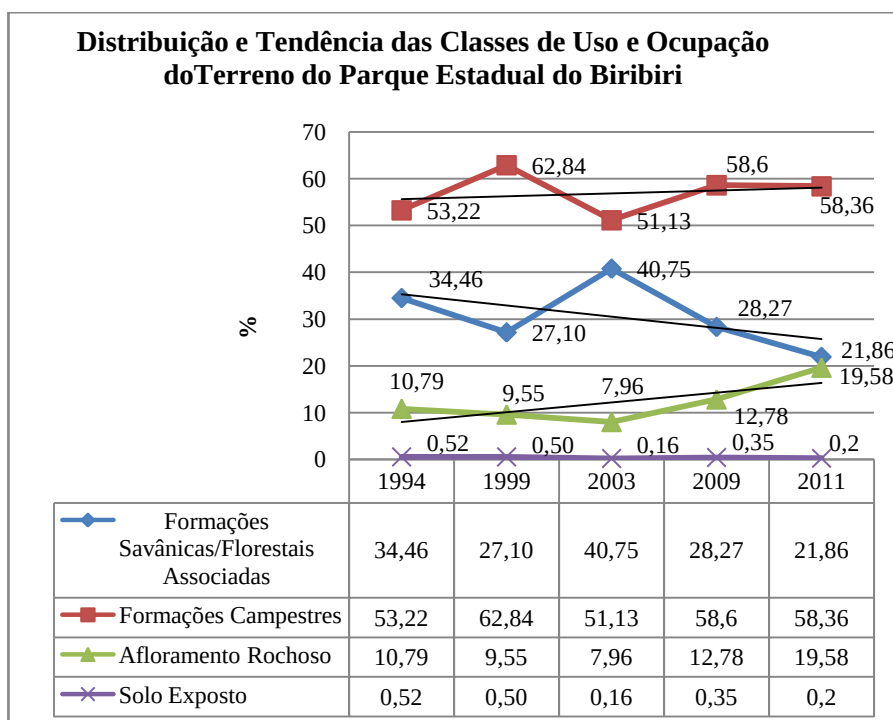


Figura 6.1: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PEBI entre 1994 e 2011.

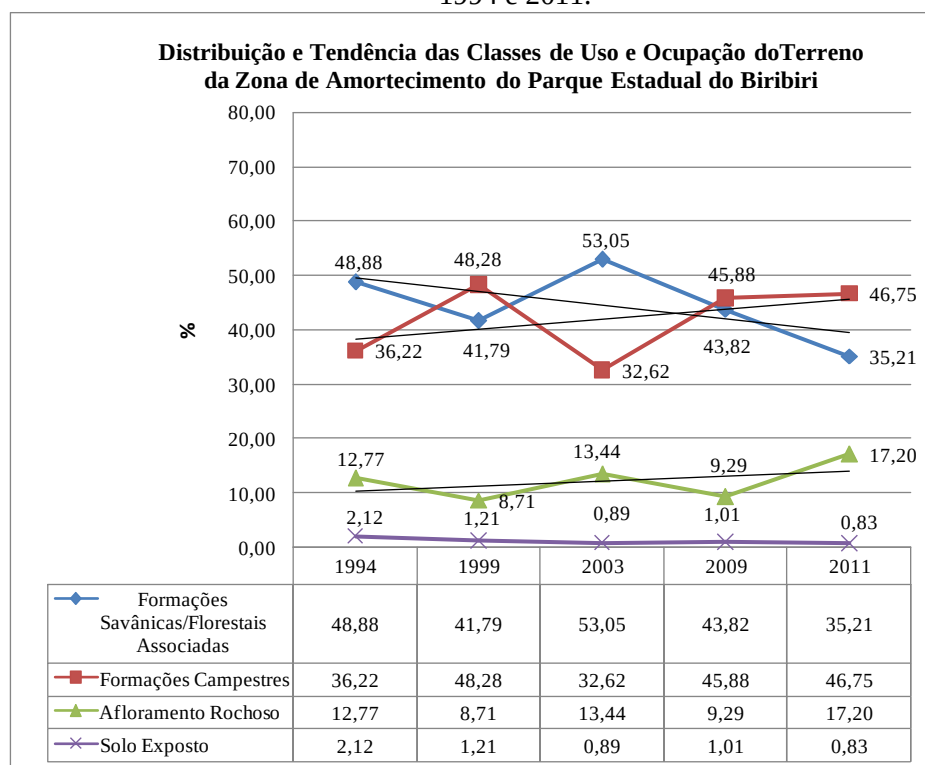


Figura 6.2: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno na ZA do PEBI entre 1994 e 2011.

6.1.1 - Análise temporal da classe Solo Exposto

A área total da classe solo exposto teve o mesmo comportamento no parque e na sua ZA, tendendo a diminuição de 1.383 ha para 541 ha entre 1994 e 2011, respectivamente. Representam garimpo, áreas de pastagem (delimitadas geometricamente pelo desmatamento, edificação da UFVJM, áreas de empréstimo para nivelamento de rodovia federal (BR 367), área destinada a aterro controlado cidade de Diamantina, construção de aeroporto (Figura 6.8). Na ZA esta classe concentra-se a Norte, nas imediações do povoado de Maria Nunes e nas margens do rio Caeté Mirim. A Leste sua ocorrência associa-se a áreas de extrativismo mineral, no Garimpo Lavra do Mato, às margens do rio Jequitinhonha, assim como a Oeste, nas cabeceiras do rio Pinheiros. Em todas essas áreas as marcas do garimpo estão impressas na paisagem e que em 1994 essa atividade já estava sendo alvo de intensa fiscalização, a qual o coibiu regionalmente.

As manchas da classe solo exposto estão concentradas na porção Norte do parque (Figura 6.3) e inseridas nas unidades de solo RLq; RQg e CXbd (Figura 5.6). A ocorrência de solos expostos nas unidades de Neossolos (RLq e RQg) justifica-se por serem pedoambientes de espécies variadas de Sempre Viva, que tem como parte de seu manejo, pelas comunidades locais, a utilização do fogo para a sua rebrota. Apresentam, ainda, potencial para o extrativismo mineral do diamante e ouro (secundário), assim como a unidade Cambissolo (CXbd) na qual a presença de voçorocas é decorrente da prática do garimpo.

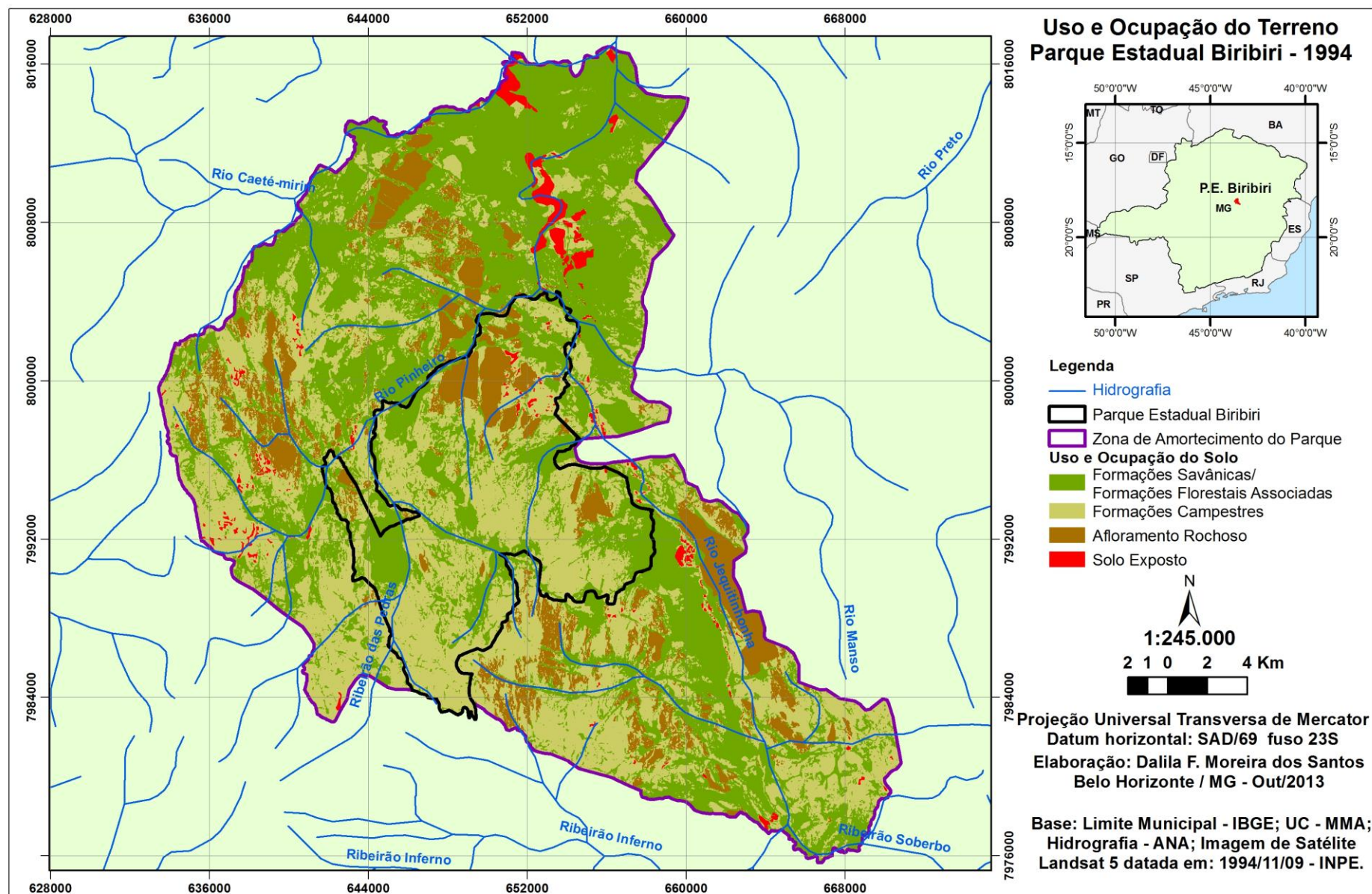


Figura 6.3: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 1994.

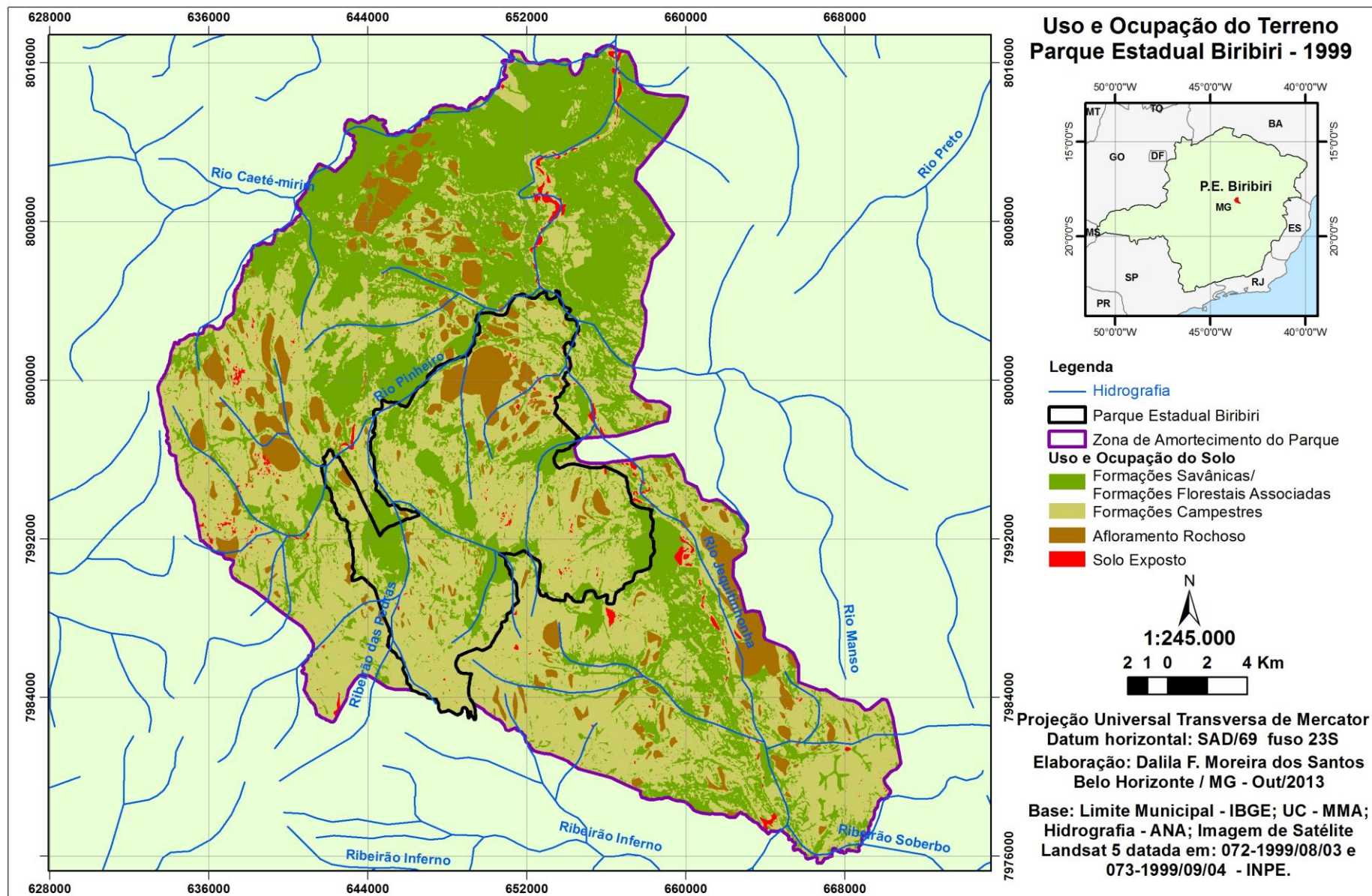


Figura 6.4: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 1999.

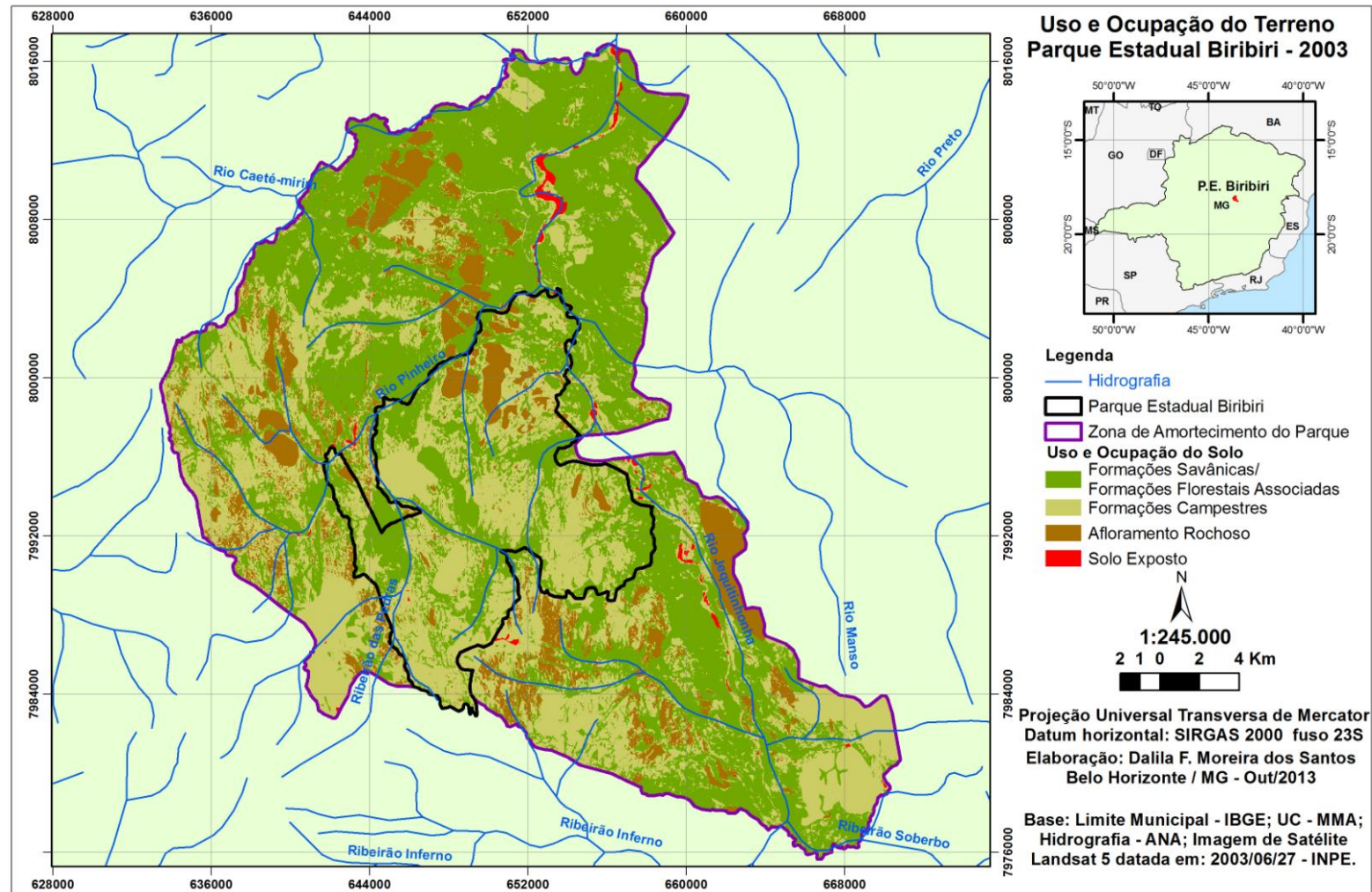


Figura 6.5: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2003.

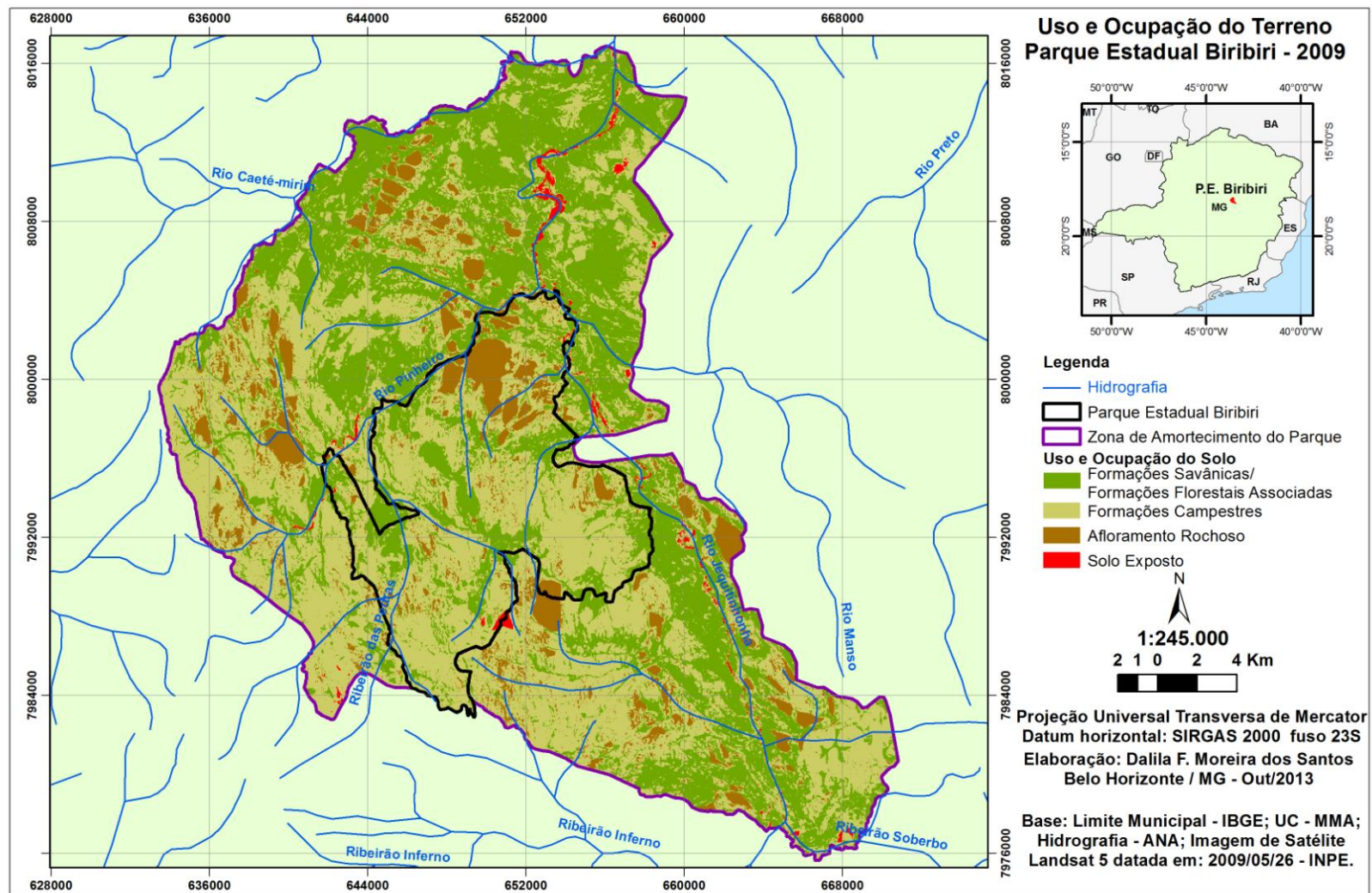


Figura 6.6: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2009.

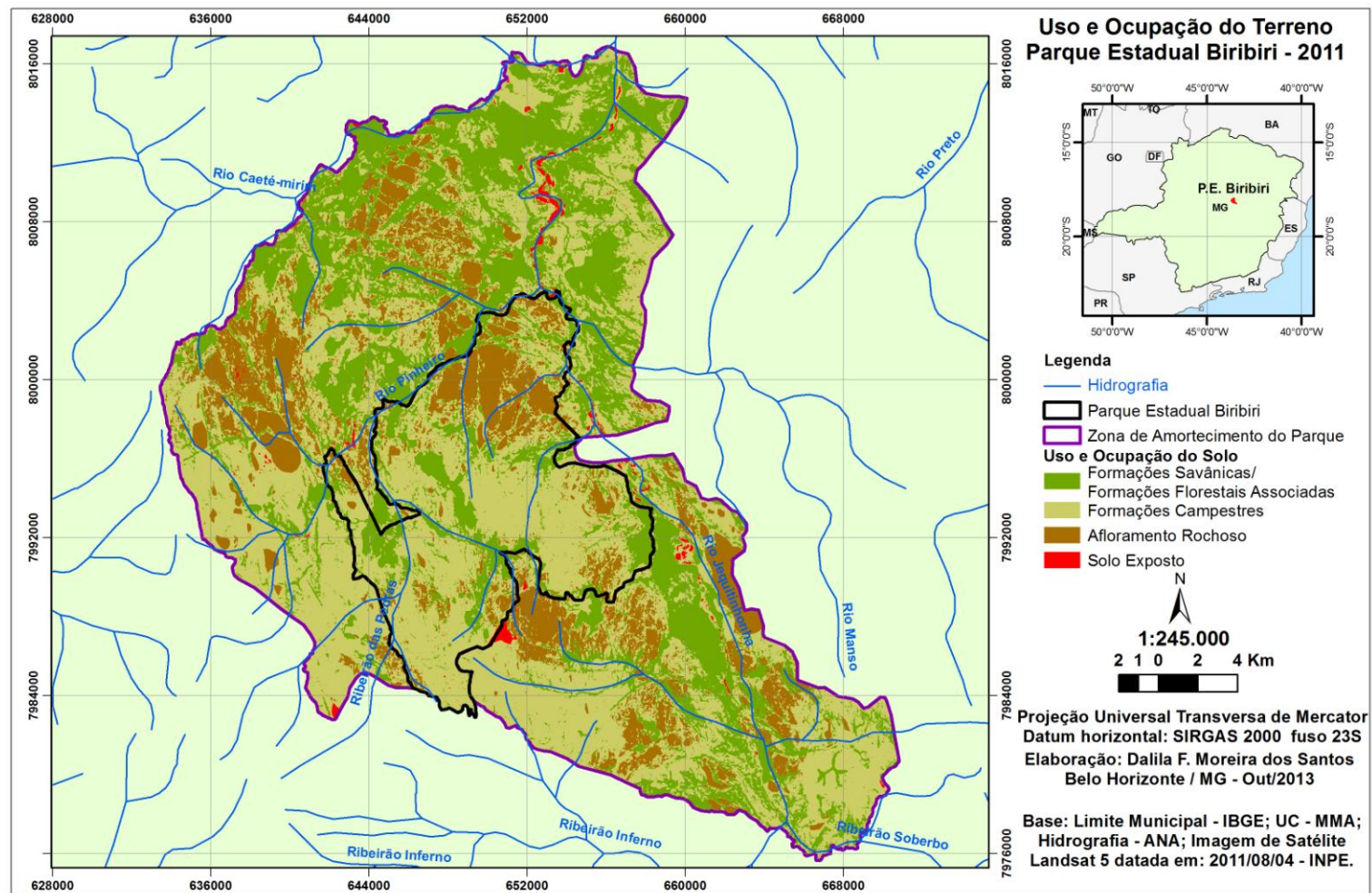


Figura 6.7: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PEBI e entorno para 2011.

6.1.2 - Análise temporal da classe Afloramento Rochoso

Esta classe possui uma tendência de aumento de área tanto no parque quanto em sua ZA que totalizam 9.664 ha para 13.894 ha entre 1994 e 2011 respectivamente. Os meses referentes as imagens são de Maio a Setembro, meses notadamente de déficit hídrico o que pode levar a uma maior exposição de rocha frente a retração da vegetação.

Na área do parque há uma maior concentração em sua porção Norte (Serra da Apolônia) e na ZA há manchas com fragmentação desta classe expostas na direção NW-SE, semelhante a direção da foliação regional das rochas do Supergrupo Espinhaço (Figura 6.7).

6.1.3 - Análise temporal da classe Formação Campestre

Esta classe possui uma tendência de aumento de área, semelhante ao comportamento da classe Afloramento Rochoso, tanto no parque quanto em sua ZA que totalizam em 31.345 ha em 1994 para 38.655 ha em 2011.

As formações campestres são as mais expressivas no PEBI. Em 2011, recobriam cerca de 10.172 ha, equivalente a 58% de sua área. A predominância das formações campestres na área do parque é ligada a fatores naturais como solos rasos, pobres (quartzarênicos), altitudes elevadas. Isso faz com que esta seja predominante na porção Sul e central do PEBI.

Outro fator que deve ser levado em consideração é de que após incêndios florestais, há a diminuição do sombreamento realizado pelos estratos herbáceos e arbóreos, condicionando assim o rápido crescimento de gramíneas as quais são interpretadas como Formações Campestres. Essa realidade justifica a não interpretação de um aumento nas áreas de solo exposto, como evidenciado na Tabela 6.2 e nas Figuras 6.1 e 6.2.

Importante ressaltar que manchas da Formação Savânica/ Florestal associada ocorrem normalmente em presença de cursos d'água. A Norte da ZA esta formação quase não está presente – fator condicionado as baixa cotas altimétricas, dando lugar ao Cerrado. Entretanto, a partir de 2009 manchas desta classe aparecem nesta porção Norte devido a retirada da cobertura vegetal para uso antrópico: pastagens e áreas destinadas silvicultura foram observadas (Figuras 6.6; 6.7), mas devido a ausência do solo exposto foram interpretadas como Formação Campestre. Na porção Oeste e Sudeste nas cotas altimétricas mais elevadas em associação s Formação Savânica/ Florestal.

6.1.4 - Análise temporal da classe Formação Savânica/ Florestal associada

As interpretações realizadas a partir da imagem obtida em 1999 evidenciam modificações nos estratos vegetacionais no parque; Formação Savânica/Florestal associada apresenta uma perda de aproximadamente 8%, ou seja, uma diminuição de 1.461 ha, que pode estar vinculada a retirada de madeira, aos incêndios florestais e às características de uma vegetação decídua uma vez que a imagem é datada de Setembro, cujo índice pluviométrico médio fica abaixo dos 50mm, segundo dados climatológicos entre 1977 a 2006 (VIEIRA et al , 2010; FERREIRA; SILVA, 2012).

A diminuição das Formação Savânica/ Florestal associada acontece de forma homogênea (parque + ZA) em uma análise das imagens entre 1994 e 1999. Esse fato conduz a uma interpretação de que o principal fator dessa diminuição foi o incêndio florestal, uma vez que é comum em todo o Alto Jequitinhonha a utilização do fogo como instrumento de limpeza de pasto. Entre 1999 e 2003 nota-se aumento desta formação na área pesquisada que, segundo Amaral et al. (2013), trata-se de uma evidência importante de condução da regeneração natural (estratos herbáceos-arbustivos) no processo de recomposição no PEBI e entorno. Em seu estudo, os autores relatam que em um período de dois anos houve uma sobreposição dos estratos herbáceos-arbustivos sobre as gramíneas. A partir de 2003 tem-se uma queda crescente desta classe associada sem sua retomada até o ano de 2011 e uma tendência de estabilização da Formação Campestre. Este fato relaciona-se aos sucessivos incêndios florestais nos anos de 2007-2011 vinculados a área do parque (ÁVILA e SOUZA, 2012). Na ZA, nota-se uma perda progressiva desta formação principalmente na região Norte, onde as pastagens e as florestas plantadas, dada a qualidade / espessura do solo, passam a ocupar áreas, seja como Formação Campestre seja como solo exposto (Figura 6.8).

Esta classe possui uma tendência de diminuição de área de abrangência, tanto no parque quanto em sua ZA que totalizam em 35.962 ha em 1994 (Figura 6.3) para 25.264 ha em 2011 (Figura 6.7). A formação Savânica/ florestal associada ocorrem ao longo de toda a área limítrofe do parque coincidindo com os cursos dos rios Caeté Mirim, Pinheiro e Jequitinhonha além de acompanhar cursos d'água hierarquicamente inferiores dentro da área do parque.

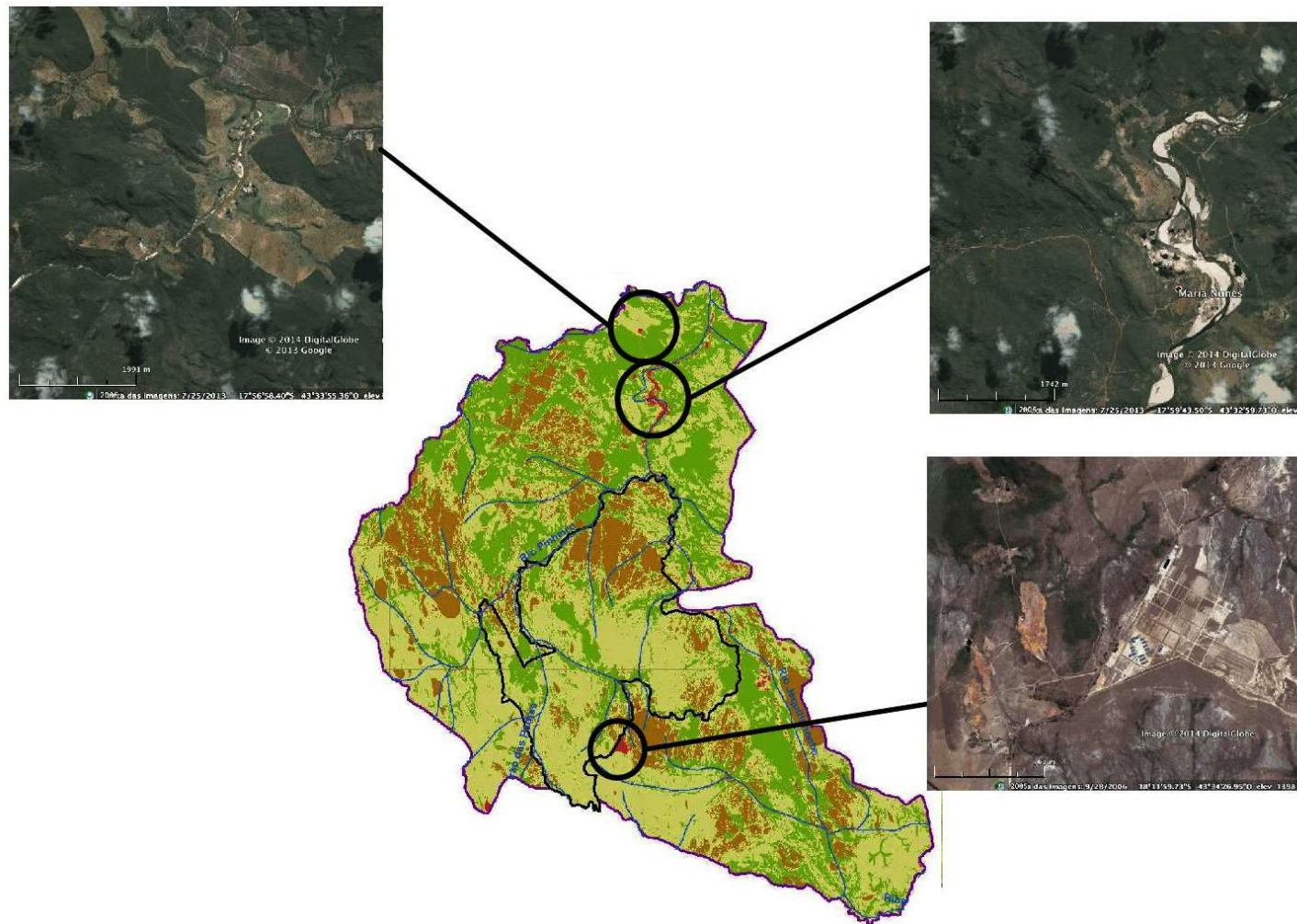


Figura 6.8: Localização de categorias de análise no Mapa de Uso e Ocupação de 2011, exemplificadas com imagens do Google Earth. Canto esquerdo superior - área de pastagem degradada em vertente e garimpo no leito do rio Caeté Mirim. Canto superior direito: garimpo ao longo do rio Jequitinhonha, próximo a Comunidade de Maria Nunes. Canto Inferior direito: imagem do ano de 2005 da cascalheira (área do PEBI) e Campus da UFVJM.

6.2 - Análise Temporal do Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Rio Preto e ZA

Seis mapas de uso e ocupação do terreno foram gerados com as 4 classes de representação para os anos de 1991, 1994, 1999, 2004, 2009 e 2011 tanto para a área do parque e quanto para sua ZA, seguindo a mesma metodologia adotada para o PEBI. As informações obtidas do terreno foram tabuladas (Tabela 6.3) e expressas de forma gráfica nas Figuras 6.9 e 6.10.

Na área do PERP (Figura 6.9) é notado uma tendência de pequeno decréscimo da classe de Formação Campestre. Sua pequena variação areal nos anos de 1991, 2004, 2009 e 2011 sugere uma estabilização no parque. Para as classes Formação Savânica/Florestal Associada e Solo Exposto a tendência é de diminuição areal. Já a classe Afloramento Rochoso apresenta uma tendência de aumento.

Pode –se observar na Figura 6.9 que, entre 1991 e 1994, as classes vegetacionais analisadas apresentam um decréscimo. Porém do período da criação do parque até 2004 há uma relação inversa entre as classes Formação Savânica/Florestal Associada e a Formação Campestre. esta apresenta uma maior distribuição em 1999 e a savânica/florestal associada em 2004. Pós 2004, a Formação Campestre mantém-se estável e a Savânica/florestal apresenta uma diminuição progressiva, inversamente proporcional a Classe Afloramento Rochoso.

Para a ZA do PERP a distribuição e tendências das classes de uso e ocupação terão uma inter-relação distinta das que foram observadas anteriormente (Figura 6.10). Uma nítida relação inversa é observada entre as Classes Formação Campestre e Afloramento Rochoso, entre 1991 a 2004. A partir de 2004 estas formações possuem aumento progressivo semelhante. A classe Savânica/Florestal, entre 1991 e 1999, possuía uma distribuição equânime. A partir de 1999 ela apresenta um aumento areal até 2004 quando passa a ter perda progressiva. Com exceção de 1999 a classe Solo Exposto apresenta-se estável e com valores inexpressíveis (Figura 6.10).

Tabela 6.3: Distribuição das Classes de Uso e Ocupação do Terreno do Parque Estadual do Rio Preto e de sua Zona de Amortecimento

Parque Estadual do Rio Preto												
Classes	1991		1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formação Savânica/Florestal Associada	2371,375	20,31%	3004,27	25,73%	2166,333	18,55%	3015,521	25,83%	2430,074	20,81%	2032,212	17,40%
Formação Campestre	8282,238	70,93%	7081,87	60,65%	8795,749	75,33%	7657,087	65,58%	7566,446	64,80%	7822,636	67,00%
Afloramento Rochoso	915,7466	7,84%	1567,299	13,42%	654,9267	5,61%	997,4935	8,54%	1679,197	14,38%	1815,935	15,55%
Solo Exposto	106,971	0,92%	22,89179	0,20%	59,32147	0,51%	6,2283	0,05%	0,61291	0,01%	5,54677	0,05%
Total	11676,33	100,00%	11676,33	100,00%	11676,33	100,00%	11676,33	100,00%	11676,33	100,00%	11676,33	100,00%
Zona de Amortecimento												
Classes	1991		1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formação Savânica/Florestal Associada	10918,63	36,63%	11620,36	38,98%	11894,05	39,90%	14782,04	49,59%	12859,63	43,14%	10329,5	34,65%
Formação Campestre	17278,24	57,96%	12375,26	41,52%	16270,07	54,58%	13734,88	46,08%	15181,72	50,93%	17004,85	57,05%
Afloramento Rochoso	1430,364	4,80%	5723,014	19,20%	144,8369	0,49%	1280,82	4,30%	1766,161	5,92%	2434,57	8,17%
Solo Exposto	181,8632	0,61%	90,46733	0,30%	1500,142	5,03%	11,3623	0,04%	1,59071	0,01%	40,17488	0,13%
Total	29809,1	100,00%	29809,1	100,00%	29809,1	100,00%	29809,1	100,00%	29809,1	100,00%	29809,1	100,00%
Zona de Amortecimento e Área do Parque Estadual do Rio Preto												
Classes	1991		1994		1999		2004		2009		2011	
	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)	Área (ha)	Porc.(%)
Formação Savânica/Florestal Associada	13290,01	32,04%	14624,63	35,25%	14060,39	33,89%	17797,56	42,90%	15289,71	36,86%	12361,72	29,80%
Formação Campestre	25560,48	61,61%	19457,13	46,90%	25065,82	60,42%	21391,97	51,57%	22748,16	54,83%	24827,49	59,85%
Afloramento Rochoso	2346,11	5,66%	7290,312	17,57%	799,7636	1,93%	2278,313	5,49%	3445,358	8,30%	4250,505	10,25%
Solo Exposto	288,8341	0,70%	113,3591	0,27%	1559,463	3,76%	17,5906	0,04%	2,20362	0,01%	45,72165	0,11%
Total	41485,43	100,00%	41485,43	100,00%	41485,43	100,00%	41485,43	100,00%	41485,43	100,00%	41485,43	100,00%

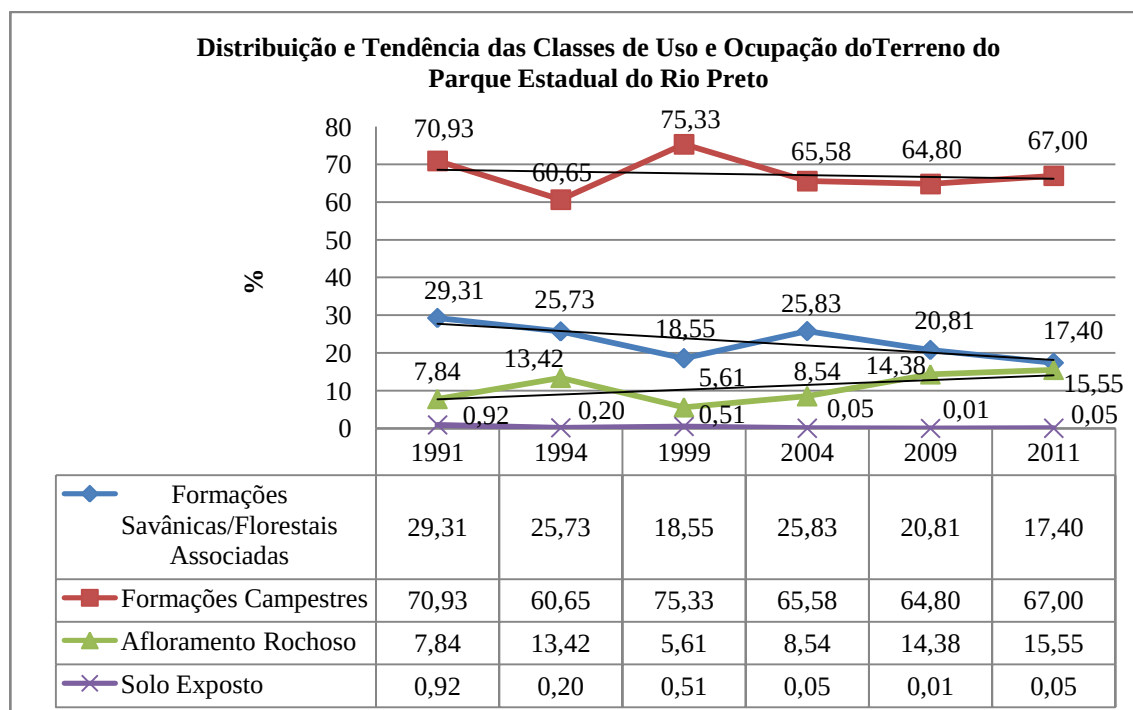


Figura 6.9: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PERP entre 1991 e 2011.

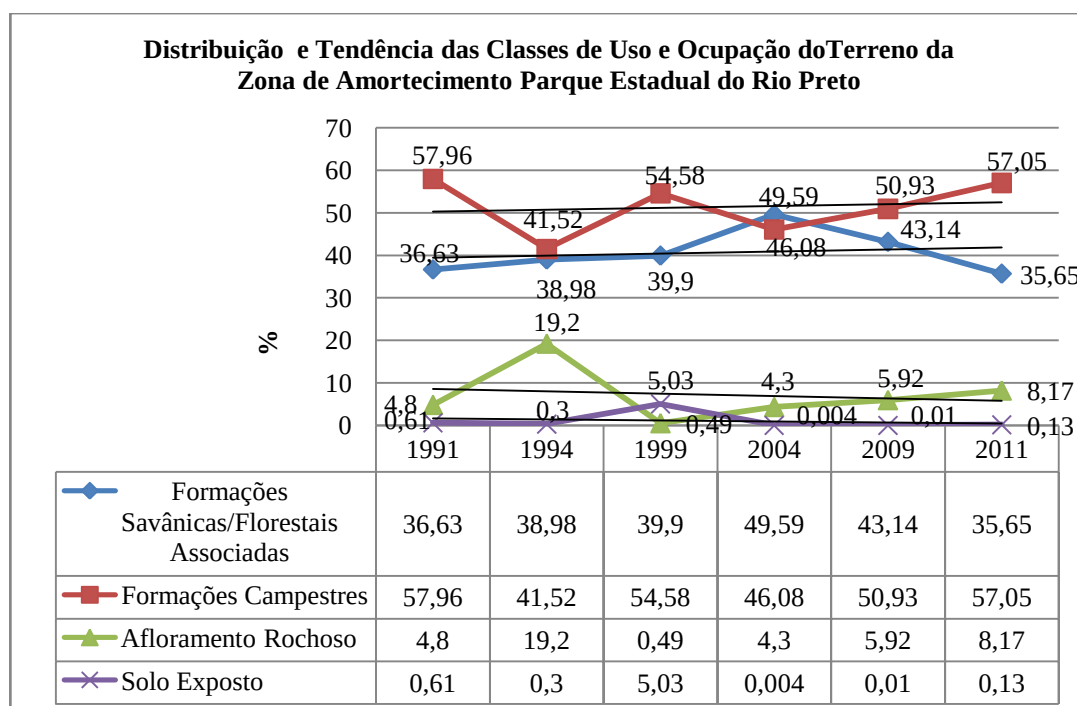


Figura 6.10: Distribuição e tendência das classes de Uso e Ocupação do terreno no PERP entre 1991 e 2011.

6.2.1 - Análise temporal da classe Solo Exposto

A classe Solo Exposto, pouco expressiva tanto no parque quanto na ZA, está associada a presença do homem no espaço rural. Em 1991 apresentava 288 ha (0,7%) englobando o parque e sua ZA. Em 2011 a área pertinente aos Solos Expostos diminuiu para 45 ha (0,11%). Na área do parque, esta classe ocorre na porção centro-Norte, local onde foi implantada a estrutura de receptivo do PERP, como área de camping, churrasqueiras dentre outros aproveitando a estrutura da antiga Fazenda das Boleiras. Outras áreas fragmentadas de solo exposto ocorriam, nos primeiros anos de análise, na porção Sul (Chapada do Couto) seja como garimpo artesanal e mecanizado seja como áreas marcadas pelo pisoteio de gado nas “terras de bolo”. Na evolução das imagens, principalmente pós 1994, estas áreas de Solos Expostos praticamente desapareceram (Figuras 6.13 a 6.16 e 6.17).

Na ZA do PERP a classe ocorre em locais próximos às comunidades de entorno, principalmente na borda Oeste, pelo uso do terreno para agricultura e pecuária (Figura 6.17). Nas comunidades de Abóboras, Água Espalhada e Amendoim as manchas são bem marcadas mas diminuíram ao longo dos anos, até 2011 (Figuras 6.11 a 6.16). Ribeiro (2013) associa esta diminuição a presença da APA do Rio Manso (UC municipal) responsável pela regeneração da vegetação nesta região.

6.2.2 - Classe Afloramento Rochoso

Em 1991 a classe Afloramento Rochoso se distribuía em 2.346 ha (5,6% da área total, parque + ZA, conforme Figura 6.11). Em 2011 sua extensão areal passou a 4.250 ha que representam 10,2% do total da área (Figura 6.16). Importante informação para este aumento provável que esteja relacionado à data de obtenção dos dados orbitais, sempre em meses de déficit hídrico.

A Classe predomina na porção central do parque que, em 1991, apresentava-se como manchas bem delineadas. Com o passar dos anos, além da área central surgiram fragmentos em direção Sudoeste e a Leste do parque (Figuras 6.11 a 6.16). Existe uma tendência nesta região de ocorrência de incêndios decorrentes da pequena, mas existente, pressão do uso do terreno na sua ZA pelas comunidades, principalmente as de Felício dos Santos.

Na ZA esta classe predomina na borda Oeste do Parque, que topograficamente é conhecida por Serra do Caba-Saco ou Serra do Areão (num contexto local) localizada no Complexo da Serra dos Poções, limite Nordeste das rochas quartzíticas do Supergrupo Espinhaço.

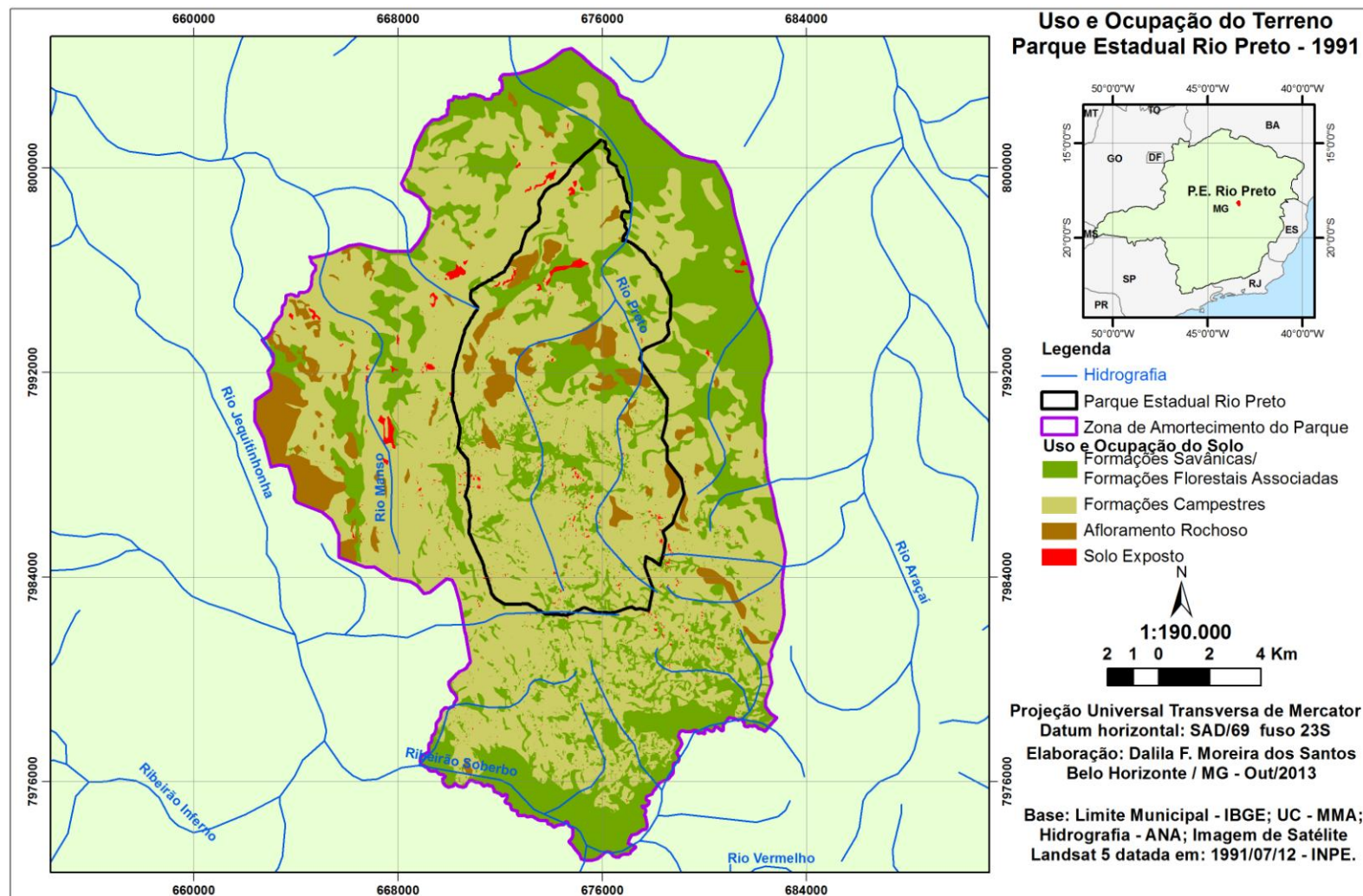


Figura 6.11: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1991

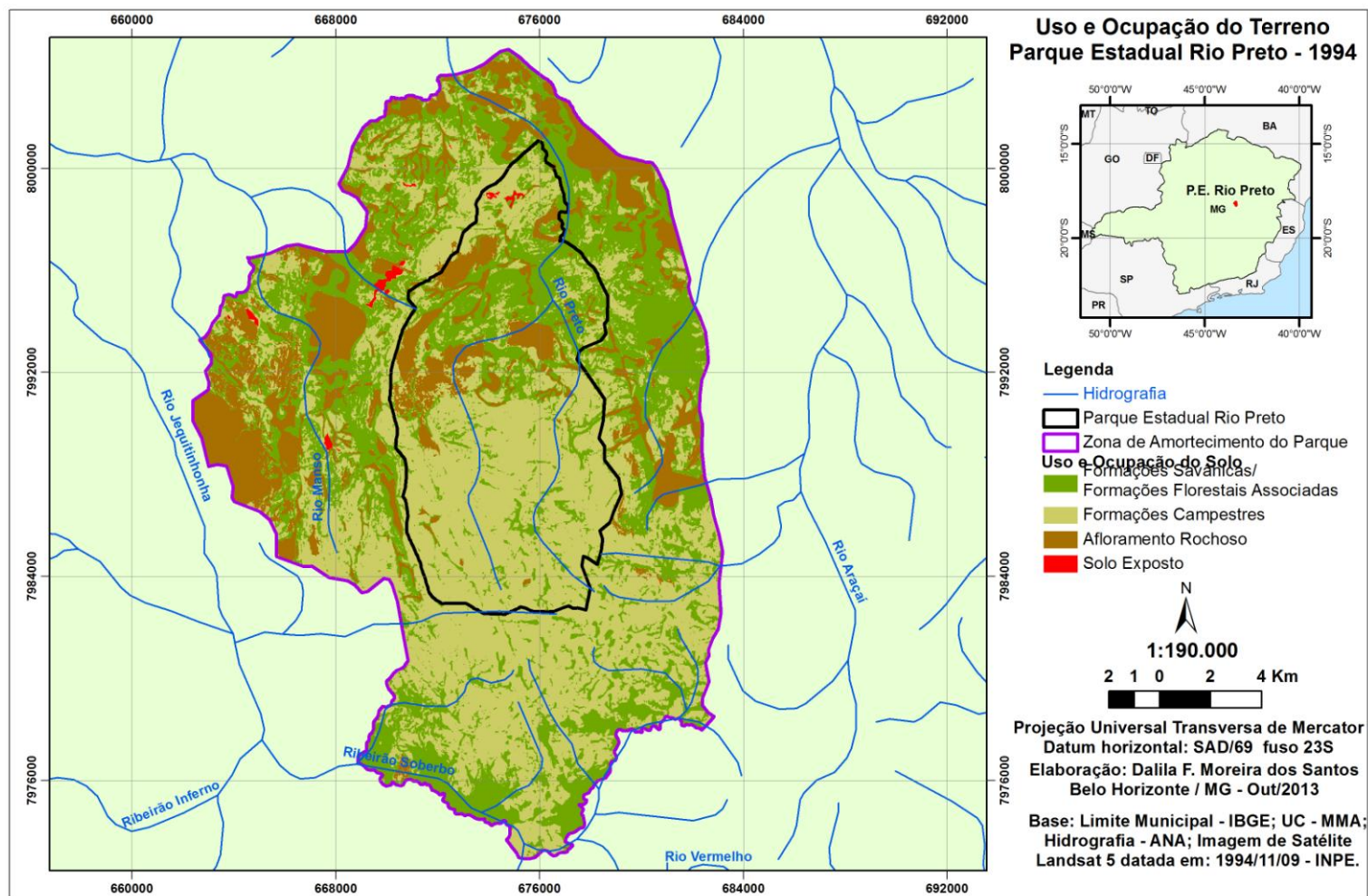


Figura 6.12: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1994

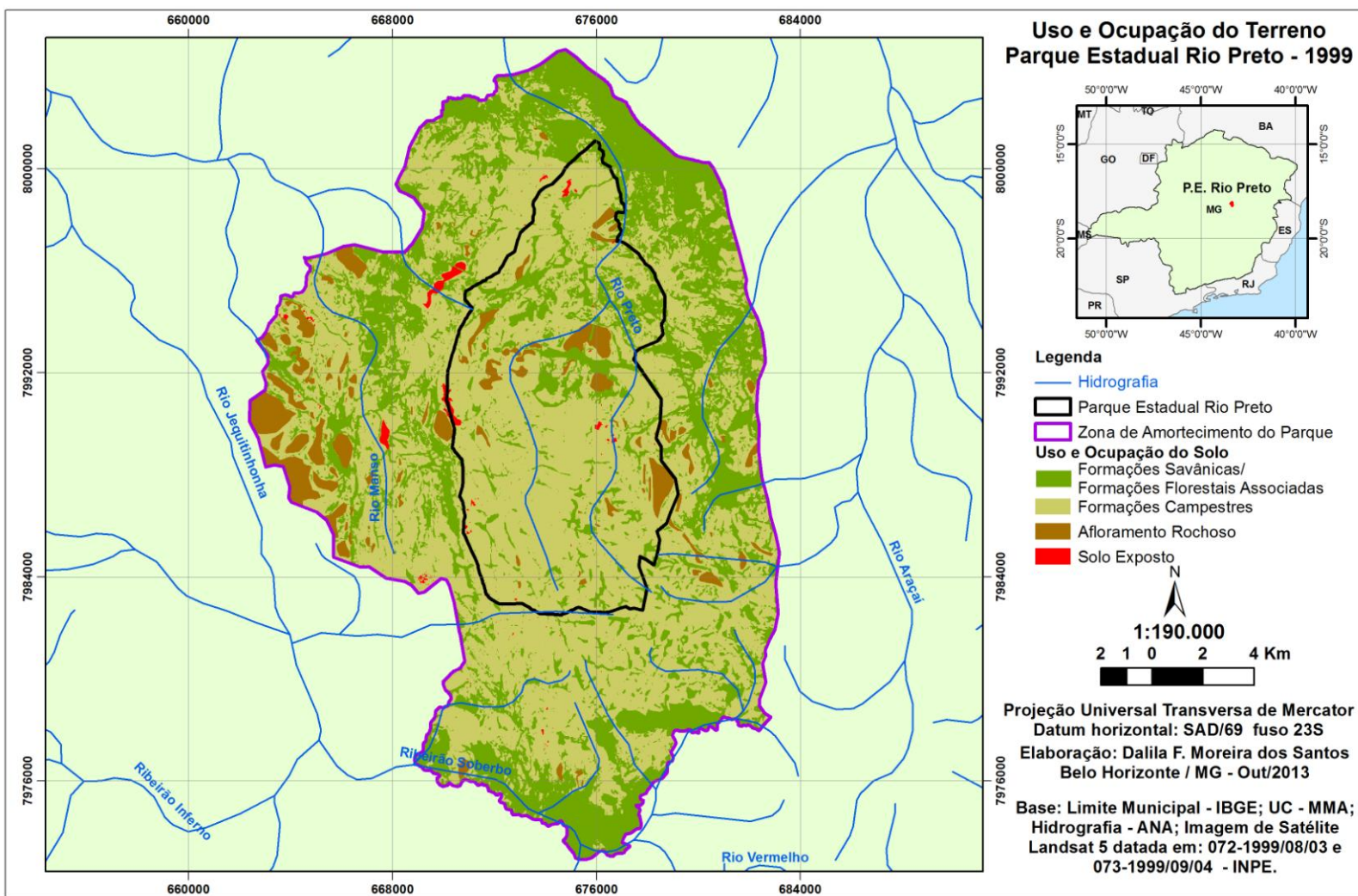


Figura 6.13: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 1999.

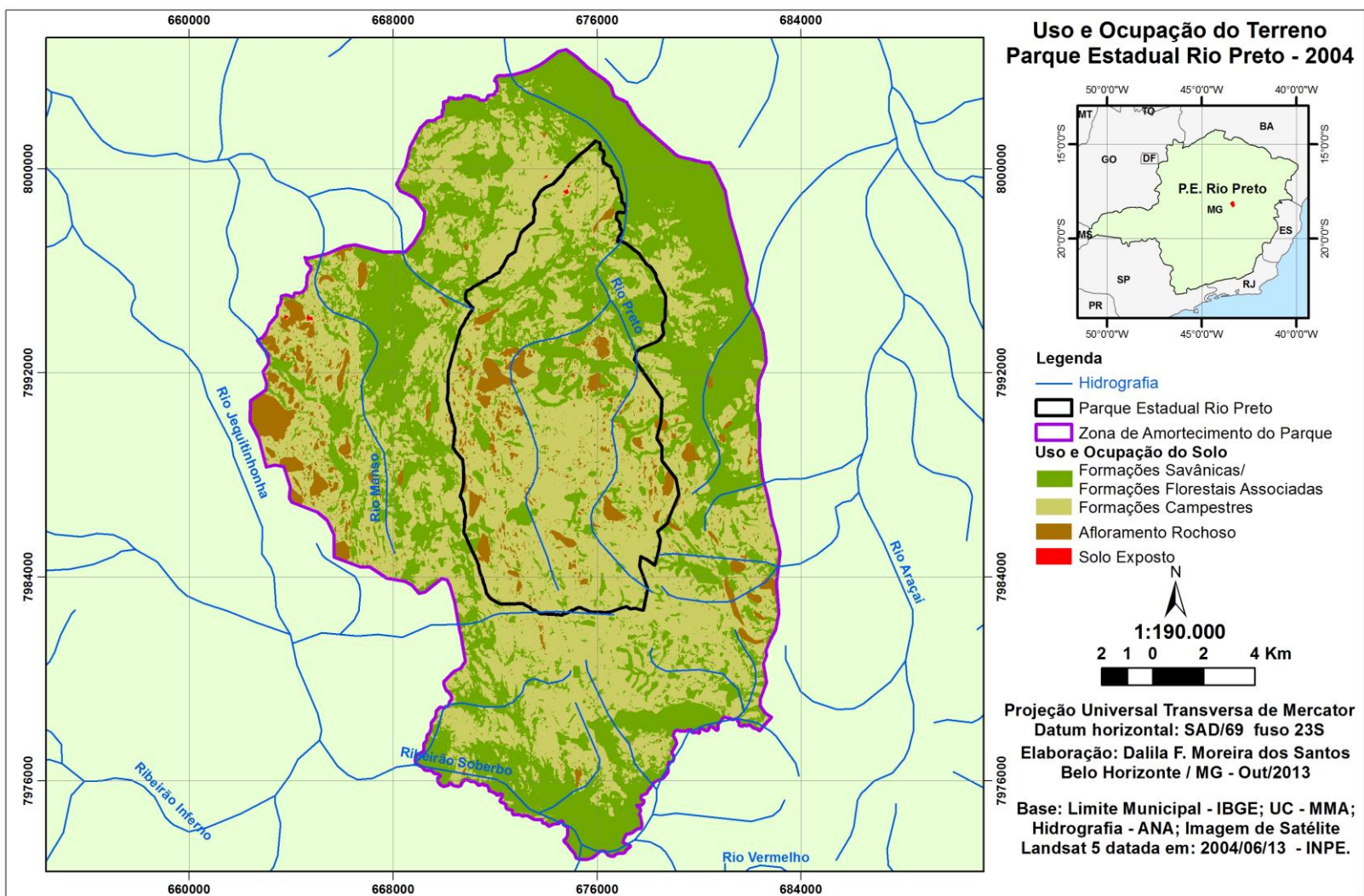


Figura 6.14: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2004.

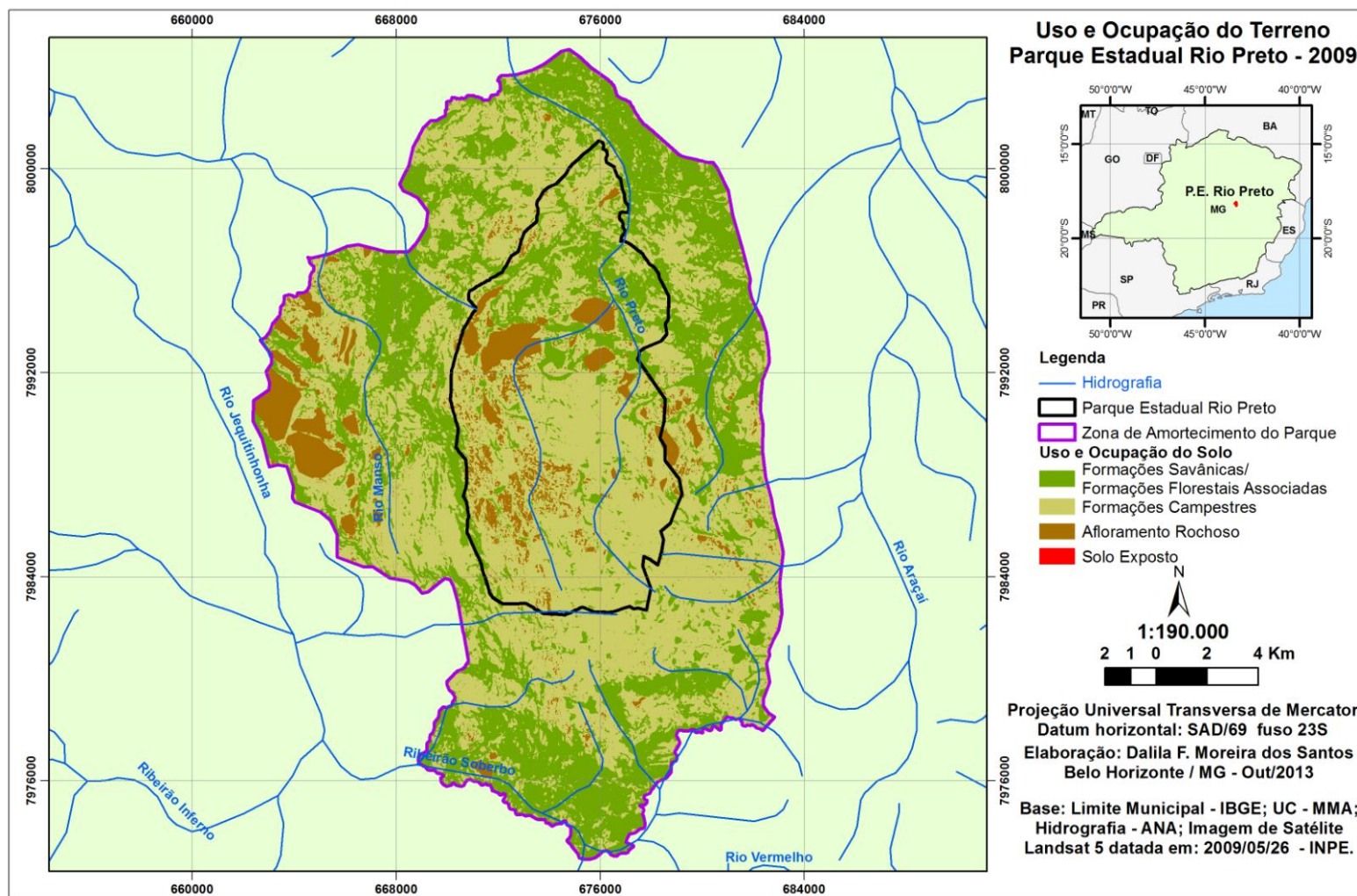


Figura 6.15: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2009.

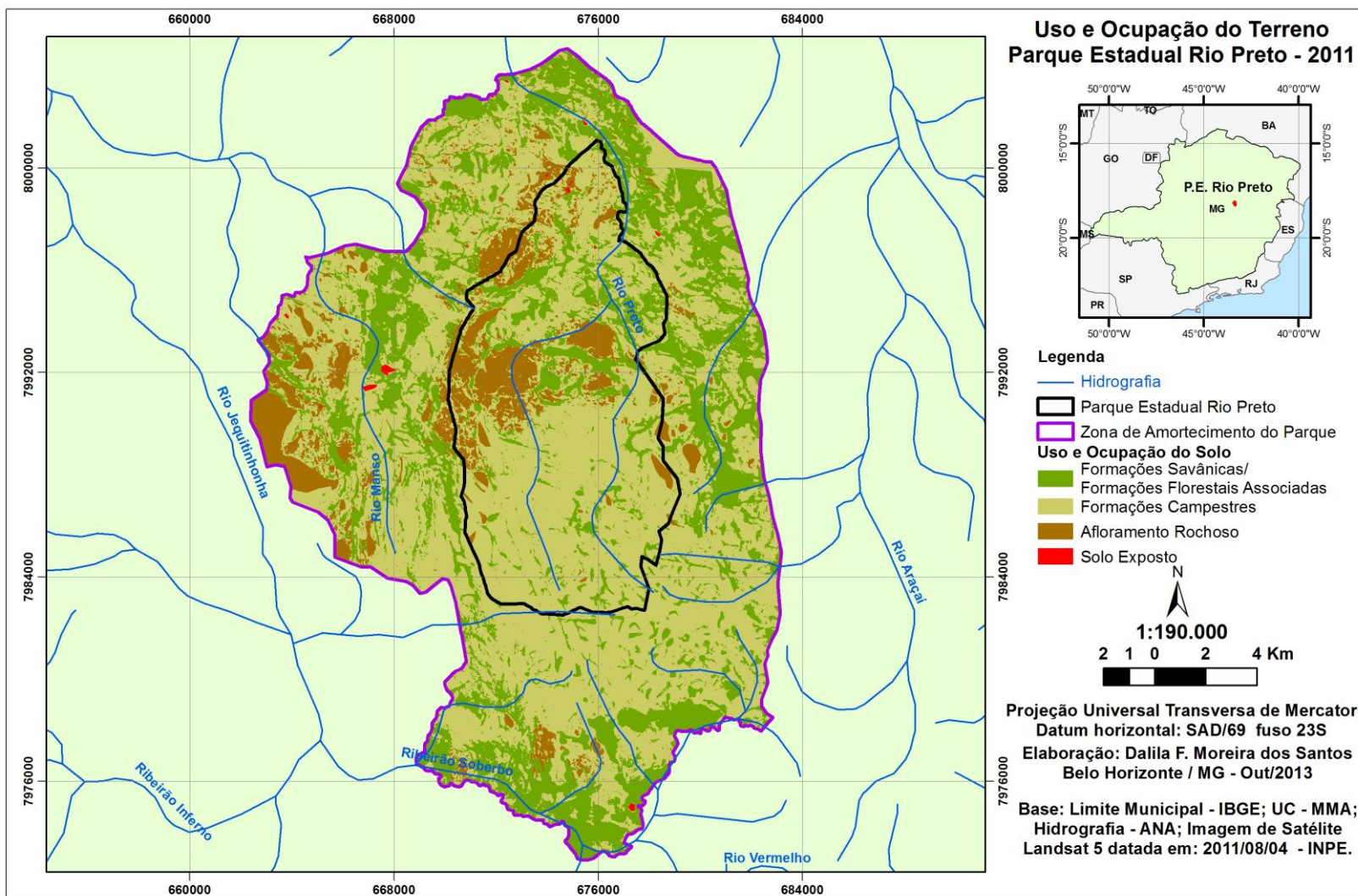


Figura 6.16: Mapa de Uso e Ocupação do terreno para o PERP e entorno para 2011.

6.2.3. - Classe Formação Campestre

Classe predominante da área de parque e ZA, que, em 1991, apresentava cerca de 25.560 ha e em 2011 esta classe teve ligeira diminuição para 24.827 ha (Figuras 6.11 e 6.16). Distribuída na porção centro Sul do parque condicionada pela questão topográfica, nas cotas altimétricas mais altas. De ampla ocorrência também na porção extremo Norte. Na ZA esta classe bordeja todo o limite do parque transicionando, a Norte e a Sul, para classe de Formação Savânica/ Florestal associada (Figura 6.10 a 6.15). Nesta classe também estão representadas vegetações não nativas, como no caso NE e NW, onde há ocorrência de silvicultura em seu processo inicial em áreas de chapada (Figura 6.17). Nos mapas das imagens de 2009 a 2011 (Figuras 6.15 e 6.16) é nítida a interrelação desta formação com a classe Afloramento Rochoso na parte SW do parque, que pode ser interpretado como sucessão ecológica..

6.2.4 - Análise temporal da classe Formação Savânica/ Florestal associada

A Classe savânica concentra-se na porção centro-Norte do PERP. Ocorre na porção Sul do parque condicionadas aos cursos d'água. Nas bordas Norte e Sul da ZA ocorrem como manchas e de forma fragmentada nas bordas Leste e Oeste. Esta formação teve uma pequena retração, em torno de 3%, na interpretação das imagens entre 1991 a 2011 (Figuras 6.11 a 6.16). Apresentava uma distribuição compreendida em 13.290 ha e, em 2011, ocupava 12.361 ha.

A Sul da ZA do PER, suas manchas desta formação estão condicionadas aos canais fluviais do Ribeirão Soberbo e seus afluentes. A Leste condicionam-se a microbacia do Ribeirão Santana. A porção Norte e Nordeste da ZA apresentaram cicatrizes de queimada nas imagens de satélite em 1986 e 1992 o que, segundo Ribeiro (2013) justifica o aumento de manchas de rochas expostas em 1994 (Figura 6.12).

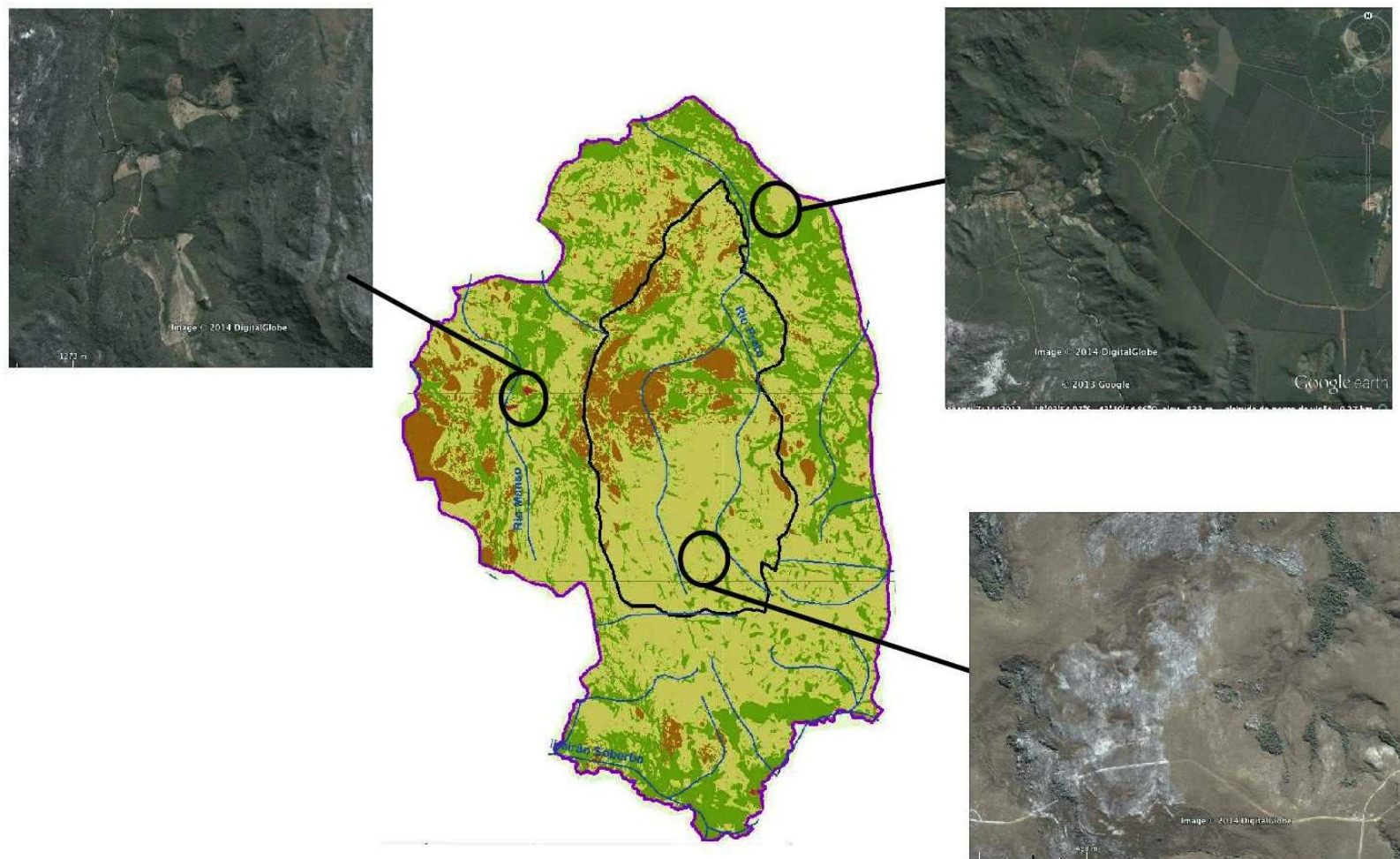


Figura 6.17: Localização de categorias de análise no Mapa de Uso e Ocupação do PERP de 2011, exemplificadas com imagens do Google Earth. Canto esquerdo superior - áreas de uso para agricultura e de pastagem próximas às comunidades de Água Espalhada, Amendoim e Abóboras. Canto superior direito: Silvicultura em chapada na ZA do PERP. Canto Inferior direito: Antigos solos expostos, reconstituídos, na Chapada do Couto.

Capítulo 7

Conclusões

Dois caminhos metodológicos foram utilizados no presente trabalho visando o entendimento de uma nova realidade social e ambiental trazida pela criação e implementação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto à suas comunidades de entorno. O primeiro teve como base uma análise qualitativa, a qual apresentou os diferentes olhares, principalmente de membros das comunidades sobre a inserção dos parques na área em análise. Já o segundo, norteado por uma interpretação temporal do terreno, apresentou a dinâmica da evolução do uso e ocupação das áreas dos parques e de suas respectivas Zonas de Amortecimento do início da década de 1990 a 2011.

O primeiro caminho consistiu em análises de conteúdo de entrevistas, aliada a observação participante, que evidenciaram conflitos socioambientais em ambas UC's, diferenciando-as somente pelo grau de intensidade dos mesmos. Atualmente a relação entre comunidades de entorno e as UC's é pacífica, o que não significa uma convivência harmoniosa.

É nítido o esvaziamento demográfico em quase todas as nove comunidades analisadas, fato este deflagrado não apenas no momento de criação das UC's, mas evidenciada regionalmente a partir da década de 1970. Nessa realidade, o conflito direto gerado pela perda territorial imposta pelo surgimento dos parques, atinge de forma heterogênea as comunidades, sendo mais incisiva para os moradores que permanecem na região, aqueles que residem mais próximos aos limites dos parques e que utilizaram ou ainda utilizam de conhecimentos tradicionais para sua subsistência.

O afastamento das práticas tradicionais evidenciado neste trabalho não deve ser entendido como perda da cultura local e nem como justificativa para a perpetuação do distanciamento entre UC e comunidade e nem como uma relação não conflituosa. A criação e implementação de uma UC deve incluir, em suas ações, a melhoria da qualidade de vida para os membros das comunidades, oportunizando a criação de novas fontes de renda e alternativa de usos dos recursos, respeitando acima de tudo sua cultura e seus valores sociais. Trata-se de

viabilizar atividades que busquem construir e fortalecer a família, o trabalho, a renda e os elos construtores da cidadania.

As práticas tradicionais reconhecidas nesta pesquisa não são prioridades de trabalho como principal fonte de renda por grande parte dos entrevistados. Tal constatação indica que ao menos parte da população poderia se adaptar a novas atividades econômicas, as quais poderiam contribuir para a diminuição do processo êxodo.

Quanto ao processo de criação das UC's percebeu-se realidades distintas. As comunidades de entorno do PEBI não participaram no processo de criação do Parque, enquanto, no PERP, tentativas de aproximação com as comunidades para discussão e esclarecimento sobre processo de criação ocorreram, porém, o não pertencimento ao tema levou a não participação comunitária.

A falta de aproximação das UC's com as comunidades de entorno criaram um cenário de incertezas as quais se materializaram, por exemplo, nos processos de fiscalização ambiental questão entendidos, pelas comunidades, como um ambiente de “estrangulamento” quanto ao uso dos recursos naturais das Zonas de Amortecimento. No olhar da comunidade, o cerceamento ao uso dos mesmos se deve única e exclusivamente às UC's e não às leis que limitam os usos desses recursos criadas anteriormente ao PEBI e ao PERP.

A institucionalização fundiária e territorial é de fundamental importância para a gestão das UC's. A pendência institucional não elimina o caráter de proteção pretendido pelo Estado, porém cerceia o cumprimento de seus objetivos tornando-a assim mais um “projeto” de Lesa-sociedade. As realidades fundiárias do PEBI e PERP são distintas o que, por consequência, gera realidades de infraestrutura física e humana completamente diferentes. O PERP, resolvido em termos fundiários, praticamente não possui o sentimento de incerteza entre comunidade e UC e permitiu a elaboração e condução de projetos visando a implementação de infraestrutura e aproximação com a sociedade. Possibilitou, ainda, o incentivo de permanência do gestor em seu cargo, uma vez que o problema fundiário é quase sempre entendido como responsabilidade única do gestor. Sua permanência é fundamental o desenvolvimento de ações de aproximação da UC com o município e no desenvolvimento de projetos modificadores de realidades locais e regionais.

A não participação das comunidades nos conselhos gestores deve ser repensada. Há uma premente necessidade de formulação de projetos que visem sua capacitação para que se tornem protagonistas e auxiliem na execução dos objetivos do PEBI e PERP.

Essa não participação é nos dias atuais, amenizada, pela presença de funcionários provenientes das comunidades de entorno, os quais minimamente influenciam na tomada de

decisão dos gestores. Porém, diante da legislação vigente que determina a execução de concurso públicos para provimento de cargos, hoje ocupados por membros das comunidades via empresas terceirizadas, acarretará na impossibilidade de aproveitamento destas pessoas uma vez que o conhecimento tradicional não é levado em consideração, ou seja, o conhecimento formal sobrepõe ao conhecimento tradicional. Esta situação foi vivenciada que ao longo deste trabalho (ano de 2011) nestes parques.

O segundo caminho metodológico avaliou o uso e ocupação do terreno no PEBI e PERP e suas ZA's ao longo de um período, inclusive anterior à criação das UC's objetivando compreender se, com a criação dos parques, houve uma melhora significativa na qualidade ambiental destes espaços.

A metodologia utilizada pôde ser considerada satisfatória, uma vez que todas as classes mapeadas (Formação Savânica/Formação Florestal Associada; Formação Campestre; Afloramento Rochoso e Solo Exposto) obtiveram o índice Kappa superior a 80%, considerado excelente pela literatura.

Comparando resultados para o período de 1991 a 2011 (PERP) e 1994-2011 (PEBI), nos mapas de uso e ocupação foi possível traçar tendências para dinâmica das classes analisadas. Nas áreas dos Parques há uma tendência de estabilização da Formação Campestre e um decréscimo da classe Formação Savânica/Florestal Associada. Esta diminuição está condicionada ao tempo necessário a sua regeneração uma vez que as imagens analisadas foram obtidas nas estações mais secas aliadas a recorrência de incêndios florestais. No PEBI a tendência de diminuição mais acentuada da Classe Savânica/Florestal Associada pode estar condicionada também a atual realidade fundiária do parque. A falta desta regularização acentua o conflito gerado quanto ao uso do espaço levando, conseqüentemente, a incêndios propositais. Deve ainda ser levado em consideração a realidade de seu limite Leste, o qual é delimitado por uma rodovia federal, o que expõe o PEBI a uma condição de alerta ao uso irregular de seus limites.

Os mapas temporais evidenciaram uma tendência de estabilização para a classe Solo Exposto. Mesmo em período anterior a criação dos parques essa classe apresentou menos de 1% de área nos limites dos dois parques. Na ZA do PERP chegou a apresentar um pico de 5% decorrente da expansão da Silvicultura.

As áreas abrangidas pelos parques e suas respectivas ZA's tiveram uma pequena influência de atividades antrópicas, com destaque para áreas de pastagens abandonadas, garimpo, urbanização, áreas de empréstimo (construção da BR 367 e pavimentação do Campus da UFVJM) e silvicultura.

A realidade exposta pela análise temporal do uso e ocupação do terreno discorda das informações desta natureza contida nos Planos de Manejo de ambas UC's,. Os documentos afirmam que atividades de cunho tradicional são fatores determinantes para a perda de qualidade ambiental nas áreas dos parques. Todas as atividades realizadas nas áreas dos parques que apresentavam um caráter de tradicionalidade na sua grande maioria, com exceção de pequenas áreas de garimpo, foram totalmente regeneradas. Essa realidade evidencia que a coleta de flores e pecuária de solta, por exemplo, não podem ser classificadas de forma generalista como atividades degradadoras, como explicitado nos planos de manejo.

O PEBI e o PERP, desde sua criação, apresentam uma área ambientalmente idônea, o que justificou, em parte, suas criações. Porém a proibição de atividades consideradas aqui tradicionais e a falta de possibilidades/alternativas implicaram no surgimento de conflitos socioambientais que aparentemente encontram-se resolvidos ou adormecidos. Abstendo a uma discussão sobre a real necessidade de reconhecimento de comunidades tradicionais e de entendimento de seus direitos e deveres, após a realização desse trabalho fica claro que as unidades de conservação de uso integral devem ter subsídios legais para aliar as necessidades socioculturais, econômicas e materiais das populações de seu entorno ao conjunto de demandas externas que envolvem as políticas de preservação de UC'S. Dessa forma, a economia e a cultura local estarão diretamente associadas às políticas de preservação, o que permitiria a sobrevivência da cultura material e imaterial dessas populações, assim como a permanência das mesmas em áreas de preservação ambiental, inclusive naquelas consideradas áreas de máxima proteção e as de preservação ambiental, inclusive naquelas consideradas áreas de proteção máxima.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A.A. **Análise Geomorfológica: reflexão e aplicação** (Uma contribuição ao conhecimento das formas de relevo do Planalto de Diamantina- MG). 1982, 296 p. Tese de Livre Docência. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. p. 155- 202. São Paulo: Contexto, 2005. 304p.
- ALMEIDA ABREU, P.A. O Supergrupo Espinhaço da Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais: o rifte, a bacia e o orógeno. **Geonomos**, Belo Horizonte, 3(1) : 1-18, 1995.
- ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, S.M. ; RIBEIRO, J.F. **Cerrado: espécies vegetais úteis**. Planaltina: EMBRAPA, 1998.
- AMARAL, W. G. et al. Relação das espécies colonizadoras com as características do substrato em áreas degradadas na serra do espinhaço meridional. **Bioscience Journal**, v. 29, n. 5, 2013.
- ANTUNES, R.C.; TÔRRES, A.J.F.; SCALCO, R.F. Análise da proposta do Plano de Manejo para estruturação do Parque Estadual do Biribiri. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, 2012, pp.245-262.
- ARAÚJO, H.R.; ÁVILA, G.C.; PAULA, V.C.; SOUZA, D.E. Monitoramento da visitação do Parque Estadual do Biribiri e suas contribuições para o planejamento e gestão do uso público da Unidade de Conservação. **Anais ... VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 553.
- ARRUDA M.L.M.**Plantas medicinais: conhecimento popular X conhecimento científico**. 1997, 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação Pública). Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.
- ÁVILA, G. C. ; SOUZA, D. E. . Incêndios Florestais no Parque Estadual do Biribiri e entorno imediato, entre 2007 e 2011 e suas relações com a presença humana. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2012, Natal. **Anais... VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2012.
- AZEVEDO, A. A.; GOULART, M. F.; SILVA, J. A. S. VILHENA, C. F. **Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral**. (Relatório Técnico). Diamantina: Instituto Biotrópicos, 2009.

- BAILEY, K.D. **Methods of social research**. 2nd. ed. New York: The Free Press, 1982.
- BARBANTI Jr., O. **Conflitos socioambientais: teoria e prática**. Indaiatuba, São Paulo: ANPPAS, 2001.
- BARBOSA, A. S. **Andarilhos da Claridade**. Os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: UCG. 2002
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.
- BATISTA, A. V. **A formação da rede urbana no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, UFMG, 1999.
- BEDÊ, L. C. **Alternativas para o uso sustentado de sempre-vivas**: efeitos do manejo extrativista sobre *Syngonanthus elegantulus* Ruhland (Eriocaulaceae). 184 f. Tese. (Doutorado em Ecologia, Conservação, Manejo de Vida Silvestre). Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. (Orgs.). **Espaços de recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.
- BENATTI, J. H. A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposseamento de Populações Tradicionais Um Problema Agrário ou Ambiental? **Novos Cadernos NAEA**, v.1, n 2 1998, p. 1-14.
- BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176 p.
- BRANDON, K. E; WELLS, M. Planning for people and parks: design dilemmas. **World development**, v. 20, n. 4, p. 557-570, 1992.
- BRASIL. **Decreto Nº 84.017, de 21 de Setembro de 1979**. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). 1979.
- BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de Agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de Abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 6.040, de 08 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei 9.985, de Julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF. 2000.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº. 13, de 06 de Dezembro de 1990.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental no entorno de Unidades de Conservação. Brasília, DF, 28 dezembro 1990

BRITTO, M. C. W. **Unidades de Conservação:** interações e resultados. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000. 230p.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho:** análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF), 57(5), 611-4, 2004.

CARDOSO, D. **Recursos Naturais, Unidades de Conservação e conflitos Socioambientais:** Estudo de Caso da Reserva Biológica da Mata Escura no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação. In: Seminário de Consulta "Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira", 1999, Macapá. **Anais...** Macapá, Pronabio/ Ministério do Meio Ambiente, 1999.

CARVALHO, A. **Mapa da Região da Serra do Espinhaço.** Disponível em: <<http://www.serradoespinhaco.com.br/mapa>>. Acesso em 02 Fev. 2012.

CENTENO, J. A. S. **Sensoriamento Remoto e Processamento de Imagens Digitais.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2 ed., 2004, 168p.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica:** para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIFUCO, N. C. O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção. In: CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS, 2., 2001, Maputo. **Anais...** Maputo: FAO/IUCN/Unidades de Apoio ao Maneio Comunitário, 2001. 6 p.

CONGALTON, R. G.; MEAD, R. A. A quantitative method to test for consistency and correctness. **Photointerpretation. Photogrammetric Engineering and Remote Sensing**, v.49, n.1, p.69-74, 1983.

COSTA, N. M. C. DA; COSTA, V. C. DA ; SANTOS, J. P. C.. Definição e Caracterização de Áreas de Fragilidade Ambiental, com Base em Análise Multicritério, em Zona de

Amortecimento de Unidades de Conservação, 2009. In: 12º Encontro de Geógrafos de América Latina - EGAL 2009, 2009, Montevideo - Uruguai. **Anais...** 12 Encontro de Geógrafos de América Latina - Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M.. Avaliação de gestão participativa em unidades de conservação: uma análise a partir da ótica da governança. **Anais ...Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 1ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub. 1999.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.. (Biodiversidade, 4).

DINIZ, A. D.; OLIVEIRA, C. V.; AUGUSTIN, C. H. R. R. Relações solos–superfícies geomórficas na Porção Norte da Bacia do Ribeirão Chiqueiro – Gouveia, MG. **Geonomos**, v. 13, n. 1,2, p. 19-27, 2005.

DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S. O uso da biodiversidade local e da agroecologia na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. **Ateliê Geográfico**, 5(2), 2011.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C.; BRITO, D. M.C.. **Atlas Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

DUSSIN, I.A.; DUSSIN, T.M. Supergrupo Espinhaço: Modelo de evolução geodinâmica. **Geonomos**, Belo Horizonte, 3(1): 19-26, 1995.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n.1, p. 47-66, 2004.

FERREIRA, L. M. **Uma interpretação jurídica sobre as zonas de amortecimento das UC's no Brasil**. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. 2007. Disponível em Disponível em: <<http://www.redeprouc.org.br/artigos.asp?codigo=266>> Acesso em: 15 Jan. 2012.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.1, n.5, p. 35-54. 2000.

FERREIRA, L.C., CAMPOS, S.V. Conflitos Sociais Contemporâneos. In: XX Congresso Internacional de Sociologia Rural, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, L.C. et al. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Ideias** – Revista do IFCH, Campinas, v. 1, n. 8, p. 115-149, 2001.

FERREIRA, V. O.; SILVA, M. M. O Clima da Bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais: Subsídios para a Gestão de Recursos Hídricos. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 5, n. 2, p. 302-319, 2012.

FIGUEIREDO, D. **Conceitos Básicos de Sensoriamento Remoto**. Brasília (DF): Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. 2005. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/SIGABRASIL/manuais/conceitos_sm.pdf>. Acesso em: 15 Ago 2010.

FOGAÇA, A.C.C. **Geologia da Folha Diamantina**. Belo Horizonte: COMIG- Companhia Mineradora de Minas Gerais, Vol. 16, p.1575-1665. 1997.

FURLAN S. A. **Lugar e Cidadania:Implicações Sócio-Ambientais das Práticas deConservação Ambiental** (Situação do Parque Estadual de Ilha Bela na Ilha de SãoSebastião – SP). 2000, 469 f. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALIZONI, F. M. Migrações e redes familiares no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 11., 2000, Caxambu. **Anais...**Campinas: Unicamp, 2000b. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

GALIZONI, F. M. A Terra em movimento In: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2007.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIULIETTI, A.M., PIRANI, J.R.; HARLEY, R.M.. Espinhaço range region. Eastern Brazil. In: DAVIS, S.D. et al. (eds). **Centres of plant diversity**. A guide and strategies for the conservation, Vol. 3. The Americas. pp. 397-404. WWF/IUCN, Cambridge. 1997.

GOMES, L. J. **Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa**. 2002. 162f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 4, p. 7-15, 2008.

GUIMARÃES, R. M. **Seleção de geoindicadores para determinação de áreas de fragilidade face às pressões antrópicas: contribuição da análise geossistêmica e da ecologia**

da paisagem no Espinhaço Meridional. 2004, 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. Belo Horizonte 2004.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science** 162:1244-8, 1968

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS- IEF. **Parques estaduais**. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/parque-estadual>>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

IRVING, M.A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Aquarius, 2006.

IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C.F.B. Natureza e Sociedade: desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. In: IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão**. São Carlos: RiMa, 2008.

ISNARDIS, A. **Entre as pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais**. 2009. Tese Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-24072009-111435/>>. Acesso em: 09/02/2012

ITACARAMBY, K. G. **Desterritorialização forçada de comunidades tradicionais: casos de injustiça socioambiental**. 2006. Dissertação (Mestrado) .Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

JENKINS, C. N.; JOPPA L. Expansion of the global terrestrial protected area system **Biological Conservation** Vol. 142, Issue 10, pp.2166–2174, 2009.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 224 p. 2005.

KINOUCI M.R. Uma aproximação sobre a representatividade territorial das categorias geoespaciais “zona de amortecimento” e “entorno” nas unidades de conservação brasileiras. In: **Anais... 6º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**; 2008; Curitiba. Curitiba: Fundação o Boticário para a Proteção da Natureza. 2009.

KNAUER, L.G. O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais: Considerações Sobre sua Estratigrafia e seu Arranjo Estrutural. **Geonomos**, Belo Horizonte: 15 (1) 2007.

LANDIS, J.R.; KOCH, G.G. The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics**, v. 33, n. 1, p. 159-174, 1977.

LIMA, G. S. A prevenção de incêndios florestais no estado de Minas Gerais. **Floresta**, v. 30, n. 1 2, 2000.

LIMA, C.; LAGE, D.; VALENTE, P.; LINKE, V. Diamantina Rupestre - percepções e construções da paisagem em uma abordagem histórica, geográfica e arqueológica da região do antigo distrito diamantino. **Revistade iniciação científica da Newton Paiva**, Belo Horizonte, v. 2005, p. 69-89, 2005.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107- 22.

LOHMANN, L. G.; PIRANI, J. R. Tecomeae (Bignoniaceae) da cadeia do Espinhaço, Minas Gerais e Bahia, Brasil. **ActaBotânica Brasilica**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 103-138, 1996.

LOPES, F.A.; MILAGRES, A.R.; PIUZANA, D. ; MORAIS, M. S. . Viajantes e naturalistas do Século XIX: A Reconstrução do Antigo Distrito Diamantino na Literatura de Viagem. **Caderno de Geografia** (PUC MG. Impresso), v. 21, p. 66-87, 2011.

MACHLIS, G. E.; TICHNELL, D. L. **The state of the world's parks: an international assessment of resources management**. Westview. Boulder, 1985. 129 p.

MARINHO, M. A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas**: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). 2006. 98p. Dissertação (Mestrado em geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2006.

MARTINO, D. Buffer zones around protected areas: a brief literature review. **Electronic Green Journal**,1(15). 2001. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/uclalib/egj/vol1/iss15/art2>>. Acesso em: 18 Fev. 2011.

MARTINS, M.L. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007. 144p.

MAURO, M.F. **Os reflexos da criação Parque Estadual do Biribiri sobre os múltiplos usos da terra no alto do Jequitinhonha**: estudo de caso sobre a região de Pinheiros Diamantina/MG. Relatório de Iniciação Científica, Belo Horizonte: FAPEMIG. 21 p. 2010.

MAZZETTO, C. E. Modo de Apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e resignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, UFMG. Belo Horizonte 03(1) 46-63, 2007.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.

MELGAÇO, J. **Geomorfologia, educação ambiental e produção agrícola em municípios do Alto Jequitinhonha - Serra do Espinhaço Meridional - MG**. 79 p. 1999. Dissertação

(Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

MENESES, M. P., Medicina Tradicional, biodiversidade e conhecimentos rivais em Moçambique ,**Oficina do CES**,150, 2000.

MENESES, P. R. ; ALMEIDA, T. (Org.) **Introdução ao Processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Brasília: Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/56b578c4-0fd5-4b9f-b82a-e9693e4f69d8>> Acesso em: 31 Jul. 2013.

MERCADANTE, M. Democratizando a criação e a gestão de Unidades de conservação da natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. In: IBAP. **Revista de Direitos Difusos. Florestas e Unidades de Conservação**. São Paulo: ADCOAS, 2001. p.557-586.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 35611, de 01 de Junho de 1994**. Cria o Parque Estadual do Rio Preto e dá outras providências. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1994.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 39.909, de 22 de Setembro de 1998**. Cria o Parque Estadual do Biribiri e dá outras providências. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.175 de 20 de Dezembro de 2005**. Define novo perímetro e amplia a área do Parque Estadual do Rio Preto, no município de São Gonçalo do Rio Preto. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1998.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995**. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Minas Gerais, 1995.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG) : travessias e contradições ambientais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MORAIS, M.S. **Comunidades e Unidades de Conservação: Conflitos e possibilidades de interação entre as comunidades do entorno dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 2012. 104 f. Exame de Qualificação (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MORAIS, M., GONTIJO, B., PIUZANA, D., DUPIN, P.. Comunidades e unidades de conservação: a realidade dos conflitos em comunidades do entorno dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri, Minas Gerais. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Brasil, 13, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/8048/5806>> Acesso em: 05 Mar. 2014.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. Viçosa: UFV, 2003.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 65-82, jul./dez. 2010. Editora UFPR

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

OLIVEIRA, I. A. O. **Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC**. 2005. 169 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) -. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 39, n.1, 1996.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp. 1999.

PÁDUA, M. T. J. Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade. In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2000, Campo Grande. **Anais...** .Campo Grande, 2000,V.I, p. 3.

PEREIRA, D. B.. Paradoxos do papel do Estado na Unidade de Conservação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Org.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288p.

PEREIRA, M. C. A. **Estrutura das comunidades vegetais de afloramentos rochosos dos campos rupestres do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG**. 1994. 156p. Dissertação (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre). Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

PFLUG, R. **A geologia da parte meridional da Serra do Espinhaço e zonas adjacentes, Minas Gerais**. Boletim 226, Rio de Janeiro, DNPM/DGM. 51p. 1965.

PFLUG, R. **Observações sobre a estratigrafia da Série Minas na região de Diamantina, Minas Gerais**. Rio de Janeiro: DNPM/DGM, Not. Prel. Est. 142: 1-20, 1968.

PIASENTIN, F.B.**Conflitos socioambientais em torno do manejo do sistema agroflorestal tradicional cabruca no Sudeste da Bahia**. Trabalho apresentado como

requisito parcial para aprovação na Disciplina Análise de Conflitos socioambientais, curso de doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PIMBERT, P. M.; PRETTY, J. N. Parks, people and professional: putting 'participation' into protected area management. In GHIMIRE/PIMBERT: **Social Change And Conservation: Environmental Politics and Impacts of national Parks and Protected Areas**, Earthcan Publications Limited, 1997. Trad. Antônio Carlos Diegues e Daniela Andrade. 2000.

PIUZANA, D. JERÔNIMO, K; MORAIS, M.S.; GRANDI, T. S.M.,; INÁCIO, J.H. **Parque Estadual do Rio Preto, MG: Um herbário vivo**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2006. 297 p. Relatório de Pesquisa.

POHL, J. E.. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976 [1832]. 419 p.

QUEIROZ, F. A.; SILVA, L. J. M. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e a Participação Popular. A Lei n.º 9985/2000. In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO ERÁRIO, 2004, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, Paraná, 2004.

QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato Brasileiro**: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis/ São Paulo: Vozes/ Edusp. (Coleção Estudos Brasileiros), 1973.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. & CORRÊA, G.F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 2.ed. Viçosa, NEPUT, 1997. 367p.

RIBEIRO, A. P. **A caligrafia da sociedade na paisagem**: transformações no entorno de unidades de conservação da Serra do Espinhaço-MG. 2013. 92f. Dissertação. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

RIBEIRO, E. M. Para Repensar a História e o Desenvolvimento Rural do Jequitinhonha in: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.. Sistemas agrários e reprodução familiar. O caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: **Anais...** Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 11, 1998.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas Agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. S. M. **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, 351p.

RIBEIRO, E. M., et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 7(2), 77-99. 2011.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha. **Ambiente e Sociedade**, vol. 6, n. 1, 2003.

RIBEIRO, J. F. R.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. SANO, S. M; ALMEIDA, S. P (Org.) **Cerrado, ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa, 1998.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema nacional de unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

RODRIGUES, R.R.. **Levantamento florístico e fitossociológico das matas da Serra do Japi, Jundiá, SP**. 1986. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

ROLIM, V.K. Uma interpretação das estruturas tectônicas do Supergrupo Espinhaço, baseada na geometria dos falhamentos de empurrão. **Rev. Esc. de Minas**, Ouro Preto, 45(1 e 2) p 75-77, 1992.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, p. 119-133, 1998.

SAADI, A. A Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas Margens. **Geonomos**, Belo Horizonte, 3(1): 41-63, 1995.

SAADI, A.; VALADÃO, R. C. . Evolução morfodinâmica quaternária da região de Gouveia, Serra do Espinhaço-MG. In: IV Simpósio de Geologia de Minas Gerais, 1987, Belo Horizonte. Sociedade Brasileira de Geologia / Núcleo Minas Gerais - **Boletim** 07. Belo Horizonte. SBG, 1987. p. 434-448.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004 [1830]. 235 p.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 556p.

SANTOS, J. F. et al. Perfil dos incêndios florestais no Brasil em áreas protegidas no período de 1998 a 2002. **Revista Floresta**, v.36, n.1, Jan/Abr.2006, Curitiba, PR.

SATHLER, E.B. **Conselhos de Unidades de Conservação: entre o consultivismo e o deliberalismo na gestão participativa de áreas naturais protegidas.** 2005, 228 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito - ICHF, UFF, Niterói, 2005.

SATHLER, E. B. **Os espaços de incerteza, a desterritorialização subjetiva e o pacto da conservação: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas.** 2010. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2010.

SCHOLL,W.U.; FOGAÇA, A.C.C. Estratigrafia da Serra do Espinhaço na região de Diamantina. In: I Simp. Geol. Minas Gerais, 1979, Diamantina, MG. **Anais...** pp. 55-73, Diamantina. 1979.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: E.P.U., Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, jul/dez de 2005.

SILVA, M. O.Saindo da invisibilidade –a política nacional de povos e comunidades tradicionais.**Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SILVA, A.C. **Diagnóstico e avaliação pedológica para o plano de manejo do Parque Estadual do Biribiri.** Diamantina, SEMAD/IEF, 2004a. 37p.

SILVA, A.C. **Diagnóstico e avaliação pedológica para o plano de manejo do Parque Estadual do Rio Preto.** Diamantina, SEMAD/IEF, 2004b. 34p.

SILVA, A. C. F. PEDREIRA, L. C. V. S. ABREU, P. A. A. (Eds.). **Serra do Espinhaço Meridional.** Paisagens e Ambientes. Belo Horizonte: O Lutador, 2005. 271 p.

SILVA, M. L. **Mapeamento, Estoque de Matéria Orgânica e Valor Ambiental das Turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional – SdEM.** Dissertação de Mestrado em Ciência Florestal. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais, Diamantina 2012.

SILVA, M. N. S. **Entre brejos, grotas e chapadas: O campesinato sertanejo e o extrativismo de pequi nos cerrados de Minas Gerais.** 2011. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

SILVEIRA, C.E; MEDAGLIA, J. **Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região.** Relatório Final de Pesquisa : Curso de Turismo /UFVJM. Diamantina, 2011.

SIMON, A. V. S. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2003, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2004. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/alba_simon.pdf> Acesso em: 19 ago. 2011.

SOUZA, A. P. D. **Produção de madeira de eucalipto em propriedades rurais no Alto Jequitinhonha–MG**. 2012. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, 2012.

SOUZA, D. E.; XAVIER, K. F.; SCALCO, R. F. As Implicações da Criação do Parque Estadual do Biribiri para a Comunidade e para o Desenvolvimento do Turismo. **Caderno de Geografia**, v. 22, n. 38, p. 116-132, 2012.

SOUZA, F. A. Z. **Desafios e perspectivas da participação social nos conselhos gestores de duas Unidades de Conservação na baixada santista do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) 118 f. 2012. Pós Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, USP, 2012.

SOUZA, H. A. A., SCALCO, R. F.; SOUZA, D. E. Oficinas de legislação ambiental e turismo para as comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri. **Revista Espinhaço (UFVJM)**, 2(1), 16-23, 2013.

SPIX, J.B. von; MARTIUS, K.F.P. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, vol. 2, 1981 [1823], 231p.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano De Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento Da Unidade De Conservação**. Volume I e II –Encarte 1. SDS-02/02 - Revisão Final. Curitiba – PR: Setembro, 2004a.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano De Manejo Do Parque Estadual Do Biribiri. Planejamento Da Unidade De Conservação**. Volume I e II – encarte 2. SDS-02/02 - Revisão Final. Curitiba – PR: Setembro, 2004b.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano De Manejo Do Parque Estadual Do Rio Preto. Planejamento Da Unidade De Conservação**. Volume I e II – Encarte 1. SDS-02/02 - Revisão Final. Curitiba – PR: Setembro, 2004c

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano De Manejo Do Parque Estadual Do Rio Preto. Planejamento Da Unidade De Conservação**. Volume I e II - Encarte 2. SDS-02/02 - Revisão Final. Curitiba – PR: Setembro, 2004d.

TAMBOSI, L. R. **Análise da paisagem no entorno de três unidades de conservação: subsídios para a criação da zona de amortecimento**. 86 f. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo.

TECHNUM CONSULTORIA. **Plano Diretor Participativo do Município de Diamantina**. Volume 1 - Revisão 2008. Brasília, DF. 2009.

TERBORCH J.; SCHAIK V. C. Por que o mundo necessita de parques. In: **Tornando os parques eficientes estratégias para a conservação nos trópicos**. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação Boticário, pp. 25-35, 2002.

THEODORO, S. M. C. H. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2002.

THOMPSON, P. R. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385p.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em enfermagem: uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

UHLEIN A. **Transição cráton-faixa dobrada: um exemplo do Cráton do São Francisco e da Faixa Araçuai (ciclo Brasileiro) no Estado de Minas Gerais**. 1991. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 295 pp. 1991.

VALADÃO, R. C. **Evolução de longo-termo do relevo do Brasil Oriental: desnudação, superfície de aplanamento e movimentos crustais**. 1998. 243 f. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

VALLADARES; L.. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22. n. 63. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>>. Acesso em: 17 Set 2011.

VASQUES, P. H. R. **A Aplicação do Plano de Manejo, Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos na proteção da Biodiversidade**. Relatório do NIMA – Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente, Rio de Janeiro. . 2008. Disponível em: <<http://www.nima.puc-rio.br/index.php>>. Acesso em: 21 Fev. 2010.

VIEIRA, J.P.G et al. Estudo da precipitação mensal durante a estação chuvosa em Diamantina, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 14, n. 7, p. 762-767, 2010.

VILLAREAL, C. **Introducción al manejo de los conflictos sócio-ambientales: conceptos básicos**. Costa Rica: UPAZ, 1997. 5 p.

VIO, A. P. A. Zona de amortecimento e corredores ecológicos. BENJAMIN, A. H. (Org) **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 348-360.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.H.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, v.4 n.7. Florianópolis: UFSC / Cidade Futura, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambú, MG. Outubro 1996.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. OLIVEIRA, M. L. de. (Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.

WOOD, C.; SCHMINK, M. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 484p. 2004

ZUGNO, R.. **Espaços públicos compartilhados entre a administração pública e a sociedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 25 p.

YANG, X. Satellite Monitoring of Urban Spatial Growth In the Atlanta Metropolitan Area. In: **PE&RS Photogrammetric Engineering & Remote Sensing**, v.68, n. 7. p. 725-734, 2002.

Apêndice 1: Tabelas de unidades de classe de conteúdo a partir de entrevistas com comunidade vinculada ao PEBI

Parque Estadual do Biribiri - PEBI				
Categorias de Análise	Comunidades			Moradores dentro da área do Parque
	Maria Nunes	Mendanha	Pinheiro	
Informações sobre o processo de instalação do Parque	<i>“Ah! Se teve reunião aqui eu não fiquei sabendo não”.</i> <i>“Vou falar com você a verdade eu não lembro”.</i>	<i>“Não, não teve. Realmente teve algumas reuniões com a comunidade com o Gestor, para falar as questões do parque, mas eu não sei muito detalhe não”!</i> <i>“Já morava aqui. Eles só falaram que ia criar um parque, que o parque... vai ser muito bom, mas ninguém ficou sabendo ao certo assim é... mas não foi divulgado não”.</i> <i>“Ah, eu lembro que o Gestor, vinha fazer muitas palestras aqui, sabe”?</i> <i>“Não. Não. Não lembro não. É só porque depois que o Gestor veio foi que a gente pegou a ter mais contato com ele. Assim, dele assim, conversar, estar fazendo alguma atividade na escola com as crianças, é tanto, que a gente o seguinte, nós aqui principalmente, nós somos vizinhos, nós não estamos no entorno do Parque. Nós somos vizinhos do Parque. Com o pessoal</i>	<i>“Atrapalhou até muita coisa aí, né? Muita coisa”!</i> <i>“Não tenho lembrança não”.</i> <i>“Não, nunca vi”.</i> <i>“Ha eu não sei desse trem aí não, esse parque entrou aí agora depois de pouco, né”?! Eu não tenho lembrança disso aí não. Eu num to falando com você que eu lembro que ele entrou agora foi de pouco aí”.</i> <i>“Vieram umas meninas aqui numa época”.</i> <i>“Porque eu acho que se eles tivesse conversado. Se eles tivesse chamado e falado oh, nós vamos ocupar a área aqui mas só pra nós poder pôr criação, nós vamo manter uma cerca, vamo manter um aceiro. Então, eu acho que tudo a gente podia ter combinado”.</i>	<i>“Ah!!! Eu até esqueci, não tenho a cabeça muito boa tem hora. Eu não crio criação néh”.</i> <i>“Não ninguém... porque teve o decreto e eu fiquei sabendo pelo jornal”.</i> <i>“Eu vou pra justiça, que como aqui é do Parque, eles tinha que primeiro procurar a gente. Não é assim não. Cade o social? Então o estado chegou decretou vem o pessoal do estado e fala isso aqui é Parque”.</i> <i>“Eles podia limitar a área do parque toda. E divulgar pra gente o que é o parque mesmo, ou então combinar nós vamos pagar dia tal a gente sabe que é mentira que não vai pagar nada, porque o estado não tem. Mais tinha que pelo menos combinar, só proibir, proibir não dá”.</i>

		de antes nós não tivemos contato não”.		
Restrição no uso do espaço x Restrição na utilização dos recursos naturais	“Ah, pra nós aqui sei lá. Porque se for atrapalhar é igual não poder buscar lenha, isso aí atrapalha né. Porque como eu to no mato e não vou panhar lenha”. “Eu não acho que atrapalhou nada não. Sei lá. Eu digo assim, porque igual, caçar, tá fazendo bem é pra coisa mesmo, pra proteger a coisa. Igual quiném, por fogo, pra que por fogo”? “Porque que o pessoal não gosta? Justamente porque eles falam que acaba com a liberdade. Igual pra lá mesmo eles pescavam. Hoje em dia eles não pescam só se tiver a carteirinha talvez pra tirar uma lenha seca, pra gente que já morou na roça muito tempo ter dificuldade de tirar um carrinho de lenha seca. Igual	“Usava para tirar lenha, mães de família buscava lenha, o pessoal buscava lenha até para vender, usava a lenha para trocar com óleo, depois do almoço buscava mais feixe para trocar com um pouquinho de fubá, para poder fazer comida eu mesmo passei por isso muitas vezes. Às vezes eu chegava da escola e eu levava pro meu pai comida no garimpo e depois do almoço eu ia buscar lenha com minha mãe para poder trocar o feixe de lenha com óleo ou fubá para fazer janta mais tarde, a vida era assim muito sofrida mesmo”. “Na verdade a conservação em um ponto foi bom até por causa das queimadas né?! O pessoal tocava muito fogo, a caça também, a caça de mocós dos animais, o pessoal caçava muito, a caça de veados dia de domingo, o pessoal vinha muito para caçar. É então realmente foi muito bom nessa questão. Foi bom nesse ponto para a preservação da natureza, o negocio das cabeceiras né?! Das nascentes de água, todo ano era fogo, fogo que	“Porque antes tinha o pasto, podia soltar as criação na lapa, agora não pode soltar mais”. “Esse parque fica é “imprimindo”(impedindo) as pessoas ai mexendo com os negócio ai né? Isso que a gente fica”... “A gente deixava as criação solta ai agora tá tudo ai...assim que a gente acha estranho isso né”? “É prejuízo porque muita gente que tinha criação ai precisou até de vender porque eles não aceitaram as criações no pasto”. “Até lenha seca. Não pode tirar lenha. Agora você vai no mato ai e corta um feixezinho de lenha e eles tá desmembrando o trem todo que diz que não pode tirar lenha seca não”. “Hoje a gente sabe que tem muito.... que não pode sujar a água essas coisas a gente sabe. Foi proibiu pôr máquina. Agora não arruma uma peneirada, se tiver alguma pessoas na beira do rio e chegar os meninos eles ficam falando que não pode ai é difícil”. “Eu até que não sou contra	“Há!!! Eu aqui... o que prejudicou pra nós aqui foi tiração de lenha, foi é garimpar”. “Nós tinha uma roça muito grande. Agora só planta dentro do quintal mesmo”. “Hamm. Para aqueles que tivesse pasto prender não deixar na área do Parque. O pessoal aqui pra baixo tem um campo grande um morro mais eles mandou tirar tudo”. “Antes de ser Parque a gente tinha liberdade néh. Tirava muita lenha pra vender ai, agora lenha fica ai e o fogo fica queimando, quando sai fogo ai”. “O povo tirava lenha, mexia com... panhava flor no campo vendia era tranquilo. Depois do parque houve o decreto eles fala que é parque mais não é só teve o decreto o estado não investiu nada aqui.Só tá explorando as cachoeira que tinha, por enquanto só isso. O estado não investiu nada ainda, então o que acontece antes o pessoal aqui tinha mais liberdade depois cortou cessou a liberdade.”

	muitas vezes lá até pra poder tirar uma areia, uma pedra dentro do rio é a maior dificuldade. Eu tô falando da região lá néh. O que eles questiona pra gente lá é isso”. “Tá todo mundo indo embora daqui, os alunos da escola caiu pela metade. Não tem trabalho mais”.	queimava o guará, as nascentes, com o negocio do parque até maneirou mais, nesse ponto foi bom”... “Mas a questão é essa, tinha disponível uma água de guará, era da comunidade da prefeitura, quando veio a copasa, então ficou a barragem lá. Então hoje... quem tira dessa água hoje tem que pagar para o Hidran, tem que pagar, é uma coisa... Tem a comunidade, tem muitas pessoas que não tem condições... pega uma mangueira dessa água tem que pagar quase R\$60,00 não sei”... “Oh eu vou te falar, no ponto foi bom, realmente foi ruim não, tirando essa questão da água que eu te falei, é realmente é bom ter alguém para poder tá olhando, as nascentes a questão das queimadas que eram muitas queimadas que acontecia na comunidade. E com isso a questão do parque, diminuiu bastante, diminuiu. Então realmente, não tem essas caçadas igual eu te falei, não tem essas caçadas igual tinha. E a comunidade realmente agora que não vive mais do garimpo cada um tem que	igual fogo no mato que destrói, é tão triste tão feio, mais não trouxe benefício pra ninguém”. “Porque hoje ninguém mais quer roçar de qualquer jeito, ninguém quer pôr fogo de qualquer jeito. Então eu acho assim, que isso, trouxe assim, pro lugar, trouxe um benefício. Porque eu hoje não to vendo. Aqui olha, eu tenho aqui uma água que ta vindo lá da serra, eu já to vendo ela já aumentou um pouco, depois que parou de desmatar a área. Foi falando com o povo. Tirou criação. Então a água eu acho que ela subiu mais né, e tem mais qualidade também”. “Olha, eu não sei porque na realidade, é o seguinte, porque eu vejo que principalmente o problema é pouco, mas eu vejo hoje, muito mais possibilidades de ter um fogo muito mais assim, um fogo mais graduado, muito mais forte agora, do que no tempo das criação. Porque as criação comia o capim, batia o capim, então sai fogo? Sai. Mas as vezes o fogo saia menos. As vezes o fogo podia sair menos. Tem lugar que a própria criação consegue fazer uma trilha que de conforme for o fogo ele não salta. Mas eu não sei como é que aconteceu, que foi de uma hora pra outra. Que o povo não chamou pra	
--	--	---	--	--

		dar seu jeito, então a questão não ta fazendo falta. Na época do garimpo, tudo bem, mas agora não a comunidade já tem seu emprego se não tem vai caçar seu emprego, então já não depende de ir lá buscar lenhar mais para sobreviver, como eu te falei. Então realmente o trem do parque foi muito bom. Pra mim vai ajudar atrapalhar não vai não”. “No limite da conservação do meio ambiente acho que não mudou nada , não teve nenhuma melhoria, porque quando era... lá era uma área extrativista, era área de sobrevivência .. e grandes moradores lá viviam entorno ... até mesmo moravam que viviam em bairros vizinhos ele sobreviviam .. eram grande sobrevivência deles, e como essa área era de grande sobrevivência principalmente da sempre viva ela já era conservada por si. As vezes muitas vezes eles punham fogo, mas aquele fogo era controlado, que todo ano vinha a ter. Hoje ele corre muito mais risco com a degradação com o fogo por causa do volume da vegetação, chove ai elas podem acabar com as últimos restos de reservas	conversar, nem nada”. “Então a criação que eles punha lá. Toda vida eles “pois” criação ali, e depois que fizeram o parque eles não “puseram” mais. Isso ta errado, porque assim não tem onde pôr criação”. “Uai, um monte de gente foi embora. Pra Diamantina mesmo foi um tanto”.	
--	--	--	--	--

		<i>que tem. Neste século não, eu acho que daqui um tempo vai ser pior”.</i>		
Geração de Emprego		<i>“Por exemplo, quem trabalha do parque são tudo daqui, tem uma pessoa que eu conheço. Então tem pessoas que o pessoal conhece e eu acho que isso ajuda muito”.</i>	<i>“Pra gente não teve “melhoramento” nenhum não! Emprego nunca teve, e até hoje não tem emprego pra nada pra gente, até as coisas que gente mexia agora não pode mexer, que a gente “panhava” flor, “panhava” capa de fogo, e hoje cadê”?! “As coisas que nós mexia com elas eles cortaram, era pra arruma um emprego então pro povo”.</i> <i>“Fazer um movimento qualquer dentro da área, mesmo dentro da área..emprego essas coisas”...</i> <i>“Foi. Falando que ia gerar emprego coisa que até hoje não gerou nada pra ninguém aqui”.</i> <i>“Eles chegaram a convidar aí. Mas agora que ta tendo mais, o povo compreendendo melhor, porque é tanto que a gente até pediu aí no Parque aí também, através da amizade com o Gestor a gente também conseguiu estar indicando alguém da comunidade que pudesse trabalhar com eles né. Já tem aqui, daqui eu acho que umas 3 pessoas que trabalha né. Tem um que é até filho dele ali,</i>	<i>“Porque que não deu retorno, porque se estado me proibir de tirar lenha ele tem que me dá o gás.Se ele me proibir de panhar minha flor ele tem que me dar meu emprego. É assim que funciona a coisa no meu ambiente. O pescador lá não pode pescar agora mais ele tem o salário dele pra fiscalizar o rio na piracema. Porque que aqui no mato o povo pobre eles chegam e não pode não pode não pode e acabou”.</i>

			que trabalha no Parque né. E tem outro que é daqui de perto”.	
Distanciamento com o Parque	“Não. O que eu conheci de biribiri, era que eu trabalhava lá”. “Eu não sei direito não. Eu sei que é pro lado dessas beirada aí”... “Embora muita gente ache ruim eu acho bom”. “Quem que é responsável? Não. Não sei não”. “Não. Não ouço que teve uma palestra falando desse Parque. Porque aí de Biribiri... eu vou falar com você eu não sei responder nada”.	“A comunidade aqui não gosta de participar da reunião. Muito pouco. Muito pouco”... “Não estou muito por dentro não”.	“Sei também não, porque eu nem conheço”. “Haa não trouxe benefício não”. “Como que pode falar que é coisa boa? Não pode”. “Igual costuma vim.... da última vez mesmo que veio foi essas duas moças. A primeira e última vez”. “Ah, não, isso aí não. A documentação já tava andando né. A documentação assim, porque até hoje a gente não sabe se a documentação já saiu mesmo ou não. Só sabemos que é Parque”. “Igual euto te falando pra mim tanto faz, quanto tanto fez. Agora um negócio que eles fizeram errado foi mexer com essa criação aí, porque tinha aqui, e não tinha problema não uai. Mas houve uns negócio, igual o negócio dos conselho que eles dão aí, é bom uai. Pra não ficar desmatando atoa, não desmatar muitas águas. Nem colocar fogo em mato, isso aí é uma coisa boa uai”. “Porque se gerasse emprego, porque eu acho que o Parque	“Já. Eu mesmo ainda não fui não, porque no dia que eu ia quando chegou lá em cima que Gestor veio pegar nós chegou lá o carro não cabia eu voltei. Nunca mais fui também não”. “A única coisa que eles já vieram falar aqui é que de tal tempo assim... assim “vai indenizar ocês”. E esse tempo lavai que só... desde de quando começou” “Não só piorou. Piorou porque eles não faz nada, vê coisa errada de mais e não faz nada. “Não eles não conhece bem o que Parque. Até hoje a gente não sabe quem que tá no entorno ou quem que não tá”.

			<i>depois dele criado primeiro eles devia pensar nas pessoas que tão na habilitação do Parque, porque aquelas pessoas não tem jeito de sobreviver”.</i>	
--	--	--	---	--

Apêndice 2: Tabelas de unidades de classe de conteúdo a partir de entrevistas com comunidades vinculada ao PERP

Parque Estadual do Rio Preto – Comunidades Camponesas de São Gonçalo do Rio Preto		
Categorias de Análise	Comunidades	
	Santo Antônio	Alecrim Fevereiro 2011
Informações sobre o processo de instalação do Parque	<i>“Ah, eu não lembro quem criou aquilo não”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Veio, mas a gente não guarda esses trem não?!” (Fevereiro 2011)</i> <i>“O parque num vai prejudicar quase ninguém, por que não desapropriou ninguém, removeu ninguém, não tirou ninguém do parque, por que não morava ninguém na área do parque, então esse parque nessa parte foi muito tranqüilo.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Não da parte daqui teve conflito não, agora teve muito conflito foi a parte de Felício com a da Chapada” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Tinha a PROTERIO uma associação que era pra proteger o rio. Então e aí, ela protegia o Rio Preto cá em embaixo, neh na parte de baixo, e então na parte de cima, aonde fica as nascentes do rio, então era um lugar muito garimpado, lá tem uma área grande toda detonada que garimpou muito. Daí através disso, dessa associação PROTERIO eles falam uai gente ta protegendo a parte de baixo, mas não ta protegendo a parti de cima que tem muitas nascentes.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“A terra do parque tinha parte da “buleira” pra cá, porque a entrada do parque até lá na pertencia a nós, a nós não é meu, do pessoal de Sto Antônio.”(Fevereiro 2011)</i> <i>“Não da parte daqui teve conflito não, agora teve muito conflito foi a parte de Felício com a da Chapada.” (Setembro 2012)</i> <i>“nós mexia dentro do que era nosso, aí passou a mão e vendeu, dividiu o dinheiro entre as famílias neh, era tudo família, dividiu pra todo mundo aí ficou uma coisa assim. Agora a parte lá de</i>	<i>Ah, isso eu não posso te informar... Não acompanhei! As vezes tinha uma pessoa que vinha dar uma palestra, na escola quando funcionava, convocava a comunidade para dar as palestras... Mas tem muito tempo que eles não fazem essas coisas... a gente vê eles passando para lá e para cá”...! (Fevereiro 2011)</i> <i>“Só se veio em ocasião que eu não tava aqui”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Aqui da comunidade? Sei não? Se a Associação ta participando, ela não fala nada prá gente” (Fevereiro 2011)</i>

	<i>cima que teve muito problema.” (Setembro 2012)</i> <i>“Conto uai, o parque foi criado em 94, mas foi mais ou menos em 88 por uma associação que protegia o rio preto que começou a falar na criação do parque.”(Setembro 2012)</i> <i>“Não, na época não tinha ninguém daqui não na PROTERIO”.(Setembro 2012)</i> <i>“Pra criar mesmo, foram poucos assim, mais o Gestor mesmo né!”. (Setembro 2012)</i> <i>“Daqui mesmo, envolvido que você fala assim, para criar o parque né, não.” (Setembro 2012)</i>	
Restrição no uso do espaço x Restrição na utilização dos recursos naturais	<i>“o pessoal de hoje agente nem pode falar que tem alguma coisa contra o parque, o mais velho tinha atividade aqui neh, o mais velho que tinham mais contato com as coisas de dentro do parque, tiravam flores, madeira e tal neh, mas os jovens de hoje nem tem muito contato, porque eles nem tem habilidade de fazer as coisas que agente fazia neh, então pra eles tanto faz tanto fez, agora o mais velhos neh, é que agente fazia de tudo um pouquinho esses daí tem, sentimento que não consigo entender, raiva do parque, até hoje, outros criavam vaca, apanhava sempre viva, tirava madeira, fazia de tudo.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“(Coletores de flores) Daqui, mas era de todo canto, gente do Cotó descí de lá pra cá. (Fevereiro 2011)</i> <i>“(Compradores de flores) Diamantina, mas tinha os compradores também neh, que trazia as pessoas que compravam também. Era muita gente.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Ultimamente parece que o já se acostumou, agente não vê ninguém falando nada, se tá atrapalhando, se tá ajudando.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“E vou te dar um exemplo, lenha nê, hoje é muito difícil, pegar lenha, tirar lenha nê, por que igual no parque antes tirava, hoje não pode mesmo, quem tem mato tira, que não tem não tira mais,</i>	<i>“... Porque um dia mesmo ele tava precisando pegar uma areia para rebocar a casa, aí não tem condição de comprar, a vida tá muito difícil, a gente trabalha mais para comer né?” fica muito difícil você precisar tirar uma areia no rio, o cascalho no corgo... hoje eles não deixa tirar isso mais... Certas coisa mudou certas coisas atrapalhou”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Não... Está do mesmo jeito que tava, mesmo jeito. Melhorou nada está do mesmo jeito que tava”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“E aí as vezes tinha mais coisa, o povo não tinha nada de lei né?! Proibiram muitas coisa, uma areia um cascalho, de roçar, plantar roça... hoje você tem terra mas não pode plantar roça”... (Fevereiro 2011)</i> <i>“Não pode roçar prá plantar uma roça boa, né?! Porque hoje e você roçar você passa apertado, pode ir presso e não agüentar a pagar. E fica preso né?! Então eu acho que o parque complicou mais né?! O parque eu acho que atrapalhou mais”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Soltava uns gados lá na boleira mas aqui em volta tinha terra que não era do parque.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Coletava flor lá em cima, depois do parque ninguém faz isso mais. Flor era só lá.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Garimpo tinha lá em cima, mas não era gente do Alecrim. Tinha mais</i>

quem mora no parque mesmo não pode nê. Tem gente que mora no mato e tem de ter fogo a gás.” (Fevereiro 2011) “Eu acho ruim né?! Não pode pescar mais, não pode tirar nenhum pau de lenha... Se tirar passa apertado ainda, minha filha.” (Fevereiro 2011) “Areia? Areia não! Quando a pessoa pega aí alguém denuncia, fica aquele trem danado aí, areia não pode pegar não.” (Setembro 2012) “Com esse negocio de rio aí, tem pessoa que tema em tirar areia, teve multa aí foi.” (Setembro 2012) “Sempre viva hoje, vou te falar a verdade nem se tivesse e pudesse, ninguém quer trabalhar mais.” (Setembro 2012) “ Com a preservação Sempre Viva acabou. Do jeito que tinha não tem mais. Sempre Viva gosta de “bosta” de boi e de gente apanhando. De verdade, de primeiro tinha no campo você olhava tinha mais de 40, 50 pessoas no campo, tava branquinho olhava assim só via ela. Agora com a preservação o capim vai criando, crescendo, ele é mais forte que ela, ele vai fechando, vai cabando o espaço da Sempre Viva, aí ela acaba toda” (Setembro 2012) “A Sempre Viva gosta mesmo é de queimada é de boi comendo”. (Setembro 2012) “A liberdade de passear aí, já mudou tudo. Já é diferente”. (Setembro 2012) “Tudo que faz hoje e o povo tá de cima. Punha umas vaquinha e hoje não deixa. Eu queimava chifre e hoje parece que tá queimando o mundo todo. Tem que plantar”. (Setembro 2012) “Pra mim...eu...não, alias, não mudou porque eu não perco tempo de mexer com eles e nem quero que eles mexe comigo. Porque eles é atoa mesmo. Alias eu tenho um tio ali, que eu nem gosto de falar o nome dele. Ele é o pior da turma que tem. Se for com um facão na mão ali pra tirar um cipó, eles já acham que a gente vai tirar uma lenha, já vai entrar dentro do parque. A gente não pode	gente de fora do que da qui” (Fevereiro 2011)
---	---

	<i>nem beirar o rio. Se berar o rio já tá entrando dentro do parque pra eles. Eles é duro mesmo, qualquer coisa eles já tão chamando a polícia”. (Setembro 2012)</i> <i>“Então as pessoas se sentem muito prejudicadas com isso. E algo, tipo assim, eu falei mesmo que quando eu tiver morando aqui mesmo, alguma coisa vai mudar, comigo não vai ser assim não, é tanto que a gente ta construindo, eu vou ali tiro areia, cascalho, lógico que a gente tem que saber como que faz pra não ta prejudicando também, o rio e a natureza, mais os outros aqui não, eles proíbe. Só que vem caminhão... caminhão deles, pra ta fazendo isso. Entendeu? Então é onde as pessoas se sentem muito prejudicada”. (Setembro 2012)</i> <i>“Não, mais só que, tipo assim, você tira e não faz diferença nenhuma é tanto que tem uma área ali, que chama porto do inferno, quando o pessoal tirava areia lá era lindo maravilhoso, depois que prejudicou, agora virou uma porcaria”. (Setembro 2012)</i> <i>“Eh uai. Hoje você sai, sai passeando. Num instantinho a polícia já tá vindo eperguntando o que que você tá fazendo”. (Setembro 2012)</i> <i>“Mudou o lugar, assim, pra você construir aqui tá ficando muito difícil, não pode tirar nada no rio. Se você precisar de buscar tem que ir lá em Diamantina, aí a construção fica cara. Se for pra você trabalhar, não pode desmatar. Hoje você tem que correr atrás de um emprego, ou tem que cuidar do que já tem né”. (Setembro 2012)</i> <i>“Hoje pra quem tem um emprego não precisa melhor né? Não tá precisando desmatar ne nada, mas agora pra quem ta precisando desmatar pra plantar alguma coisa aí ficou ruim demais... O cara está precisando plantar 1hac de milho, vai lá vai roçar lá e vem uma multa que a colheita pra 3, 4 anos não vai dar pra pagar a multa, e o que ele vai colher por exemplo não dá pagar a multa, essa parte ficou ruim”. (Setembro 2012)</i> <i>“então na parte de cima, aonde fica as nascentes do rio, então era um lugar muito garimpado, lá tem uma área grande toda detonada que garimpou muito” (Setembro 2012)</i>	
--	---	--

Emprego	<i>“Tem hora assim que todo mundo não pode falar com a mesma boca, num é todo mundo não pode falar o mesmo, agente que já tem o conhecimento, agente que foi beneficiado, que trabalhou muito tempo no parque, que é uma coisa muito boa.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Gente de algum lugar fala que o parque é mais pro povo do Santo Antônio, mas quando precisa de gente pra trabalhar mesmo, você pode andar e você não acha um. Eu acho isso tudo... E agora mesmo, passou apertado teve de sair por ai catando gente, e ai não veio ninguém, pode rodear o parque que não vem ninguém, aqui do santo Antônio é mais fácil arranjar.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Agora hoje que tem gente que já trabalhando, que veio do Cotó, a partir de cima lá fazendo aterro, quando tá nessa época agora, pra combater incêndio, é pra fazer cerca, então o pessoal do Cotó veio, mas o resto aqui não adianta procurar não que o pessoal vem não.”(Fevereiro 2011)</i> <i>Não querem trabalhar. Aqui nos foi bem beneficiado, igual to falando, as pessoas aqui quase todo mundo trabalha dentro do parque, tem uns oito funcionário que é fixo lá, talvez vai mexer com estrada ai pega a turma daqui, vai fazer um aterro pega a turma daqui, vai fazer picada, ai quem quiser ir agente leva.”.(Setembro 2011)</i> <i>“Nós não somos guias, lá no parque não tem guia, nós somos condutores. Por causa de ser guia tem que ser uma pessoa preparada neh.”.(Setembro 2011)</i> <i>“(Quem escolhe o tabalhador) è o Gestor.”.(Setembro 2011)</i> <i>“Agora já ta tendo o concurso, agora mesmo nós vamos ser dispensados, mês que vem agente não vai mais trabalhar lá.”.(Setembro 2011)</i> <i>“É o concurso uai, nós aceita tudo neh, já teve neh, acho que não vai ter mais jeito de ficar não, vamos ser dispensados em outubro.</i>	<i>“É, em certo ponto vê, mas pro outro lado a gente... daqui da comunidade não tem uma pessoa que trabalha naquele parque”... (Fevereiro 2011)</i> <i>“Eles traz pessoal de Dimantina, Itamarandiba de outras cidades para trabalhar lá, e a comunidade daqui, não tem nenhuma pessoa que trabalha lá”... (Fevereiro 2011)</i>
---------	---	---

	<i>Ai vai chegar as pessoas concursadas.”.”(Setembro 2011)</i> <i>“Oh uma coisa que vai ser ruim é pro dois lados, agente conhece agente trabalha com amor, nem é só profissão por que as coisas mudam, mas aqueles modos que agente tinha de trabalhar, os conhecimentos que agente tinha disso daquilo, ...pra facilitar. Você vai apagar uma fogo por exemplo, quantos atalhos nê, eu saio ali saio aqui, e tal, então eu acho que é muito serviço pro parque, e também uma coisa que é , é um prejuízo pro parque e pro entorno do parque também, que nem as vezes não to falando do parque, to falando do nosso lado, talvez agente nê, agente não pode tirar uma lenha, tirar uma areia, .. você ta tirando aquela renda da pessoa pra pegar lá e não ter dinheiro pra comprar. Ai já uma safadeza nê.” (Setembro 2011)</i> <i>“É uma coisa estranha, uma coisa chata nê, por que ta aqui do seu lado, e é uma coisa que podia ta te ajudando, ai vai trazer uma cara lá de Belo Horizonte de São Paulo, do outro mundo que quiser fazer o concurso e passou pode vim nê, uma coisa chata, por que quando é na hora de resolver os problemas do parque em algumas partes vai ser difícil pra eles nê, por que o conhecimento também ajuda.” (Setembro 2011)</i> <i>“Ah foi ué, porque gerou muito serviço pro povo da roça aí né!?. Aqui tem umas sei ou mais pessoas que tão trabalhando no parque aí”. (Setembro 2012)</i> <i>“É porque antes, no.....no..... tipo assim, que eles prometeram muito, qual que foi a intenção deles, eles prometeram demais pra eles. Então os funcionários eles pegavam todo mundo aqui. Só que trabalhou um tempo 5, 6 meses aí depois foi aonde que eles foi dispensando todo mundo e pegando pessoas que tem mais condições”. (Setembro 2012)</i> <i>“A não, aqui pra nós até que não, aqui nos foi bem beneficiado, igual to falando, as pessoas aqui quase todo mundo trabalha dentro do parque, tem uns oito funcionário que é fixo lá, talvez vai mexer com estrada ai pega a turma daqui, vai fazer um aterro pega a turma daqui, vai fazer picada, ai quem quiser ir agente ela sem escolher neh, precisa ser maio de 18 anos neh, ai leva todo mundo, paga o preço mais ou menos quase dois dias do que eles ganham por aqui. Aqui em Sto Antonio tem problema não”.</i>	
--	--	--

	(Setembro 2012) <i>“Ah...pra mim mudou nada não. Mudou porque deu serviço minha fia, fio meu. Não é fio meu não neh... fio meu de criação”</i> (Setembro 2012). <i>“Ah, aí é...ah, de bom pode... pode, igual mesmo, as pessoas que trabalham lá pode dá mais trabalho pras pessoas daqui que não trabalha”. (Setembro 2012)</i>	
Especulação	<i>“Uma coisa que vou falar que talvez não seja vantagem, que valorizo muito foi terreno do pessoal aqui, o pessoal que tem terreno beira de água aqui melhorou, tem vida de luxo, cara vendia um pedacinho aqui e comprava casa na cidade, se vc for olhar todo mundo já ta tendo carro, moto, é casa na cidade, então ai vende um pedacinho ai, dessa parte ai, que isso ai, que antes não valia nada, que era isso, aquilo e as pessoas não dava valor, e através do parque que começou a chegar as pessoas dando valor a terra, ai as coisas melhoram muito nessa parte, agora agente que é mais simples que mora aqui agente não pode contar se é vantagem se num é por que agente não sabe quem ta chegando nê.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Ah, aumentou porque muito comprador desses povo aí de fora, chegou aí, comprou, fez casa. Como dizer, quase dentro d’água”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Só que por exempo, uma coisa que vou falar que talvez não seja vantagem, que valorizo muito foi terreno do pessoal aqui, o pessoal que tem terreno beira de água aqui melhorou, tem vida de luxo, cara vendia um pedacinho aqui e comprava casa na cidade, se vc for olhar todo mundo já ta tendo carro, moto, é casa na cidade, então ai vende um pedacinho ai, dessa parte ai, que isso ai, que antes não valia nada, que era isso, aquilo e as pessoas não davavaler, e através do parque que começou a chegar as pessoas dando valor a terra, ai as coisas melhoram muito nessa parte”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Agora, pra nós aqui, não tá dando pra nós entra lá não. Não</i>	<i>“É. Por causa da natureza. A beleza que temos aqui, então. Aí eles interessa. E vem um que comprou. E vem mais gente, mais gente, inclusive o Santo Antônio já é mais um monte de casa.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Eu acho que tem duas construções novas ali embaixo. Mas já tinha essa construção aí já. E eu sei que alguém de lá comprou. E aqui, pra turma aqui, já teve venda, mas não pessoal de Montes Claros, aqui não”... (Fevereiro 2011)</i>

	<i>tenho aparecido por lá. porque nós vendemo os terrenopra lá”. (Setembro 2012)</i> <i>“Eu ia vender um lote que não valia nada, um pedacinho de terra aí hoje, 1hec de terra eles estão pedindo R\$60.000,00, R\$70.000,00”. (Setembro 2012)</i>	
Distanciamento com o Parque	<i>“Já fui lá muito tempo... duas vezes só. é assim eu estudava na escola, escola dos adultos, ne?! Só que o professor pegou e levou nós lá um dia...” (Fevereiro 2011)</i> <i>“Ah, assim o parque não... quando eu vou é na casa de uma moradora lá.” (Fevereiro 2011)</i> <i>“É tipo assim, criou muito, é... inimizade, entendeu?Tipo assim, atende, mas há diferença, dependendo da situação já não atende, já vira as costas. Então porque na verdade aquele terreno todo ali era da nossa família. Então, foi comprado na época na mão dos meus avôs. Com essa condição que fosse permitir, foi conversado, que ia ser assim e assado, e por eles não ter assim, experiência, não ter conhecimento. Todo mundo achou que ia melhorar muito. Pela proposta que eles fizeram na época. Só que hoje é, tudo diferente”. (Fevereiro 2011)</i> <i>”Eles sempre vem, entendeu, trabalham tentam mostrar alguma coisa. O Gestor, eu... porque eu não vivo muito aqui não. Porque o Gestor ele que é o responsável, mais ele não debate muito comigo não porque eu sou curta e grossa e se precisar ir até o fim eu vou mesmo”.(Setembro 2011)</i> <i>“Nunca mais fui lá e nem pretendo passar da placa pra lá”. ”.(Setembro 2011)</i> <i>“Conheço. Sempre eu trabalho lá”. ”.(Setembro 2011)</i> <i>“Ah... Eu acho meio difícil viu. Porque o bom já foi! Agora tá vindo é os pior”! ”.(Setembro 2011)</i> <i>“Se não tivesse o parque era melhor... Porque hoje em dia não pode fazer nada... Não pode roça, como nós vão fazer”?”</i>	<i>“Para mim tanto faz como tanto fez né?! Não tenho nada a reclamar né?! É parque para lá e eu pra cá”... (Fevereiro 2011)</i> <i>“Ah tem que gostar porque já tá lá mesmo né”?! (Fevereiro 2011)</i> <i>“Não, nunca fui no parque”. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Não nunca fui lá naquele lugar... É longe... me falaram que é longe”.. (Fevereiro 2011)</i> <i>“Aí eu não sei falar, porque eu não participo das reuniões, eu não sei, não vô lá neh... A gente vê comentário daqueles que vão neh...Daqueles que participa, eles fala: o IEF impediu neh”... (Fevereiro 2011)</i>

	”(Setembro 2011)	
--	------------------	--

Apêndice 3: Tabelas de unidades de classe de conteúdo a partir de entrevistas com Entrevistas Gestores do PERP e PEBI e Representantes Urbanos

Entrevistas Gestores do PERP e PEBI e Representantes Urbanos		
Agentes envolvidos	PERP	PEBI
Gestor	<i>“Mas ninguém reclamou nada de vender, não teve briga, tudo tranquilo, não teve esse problema não, né. Agora os boiadeiros que tinham na chapada não eram do município do Rio Preto. “...eram de Felício dos Santos a maioria, nem de Couto era, a maioria era de Felício então o pessoal brigava, mas o povo daqui mesmo, o povo da comunidade, do município não soltava gado aqui não, o pessoal de Felício é que subia a serra e soltava o gado lá”.</i> <i>“A gente veio cortando as coisas por etapas e depois que viu que era hora de para de coletar sempre viva La dentro nós notificamos eles, chamamos todo mundo pra conversar. De agora em diante nós vamos ter que parar com isso e tal”.</i> <i>“A visão do Parque é assim, do povo e o seguinte muitos, alguns acham às vezes aqueles com conclusões que eu acho errado, tem a visão de um elefante branco, mas, o Parque é uma realidade, se for perguntar pra maioria é uma realidade. O Parque está cumprindo a função ambiental dele que é preservar lá, o Parque faz a função social dele, pois muita gente já vive em prol dele, né, ate essa questão de especulação imobiliária em torno do Parque, o povo veio, mas querendo ou não deu certos empregos pra todo mundo, a maioria do pessoal que trabalha dentro do Parque tem alguma coisa a ver com o Parque ou nasceu e criou aqui”.</i> <i>“A própria comunidade aqui hoje já vive um pouco também disso, o Parque traz ICMS ecológica aqui pra o município que é uma cota parte importantíssima porque o ano passado o Parque trouxe 4 por cento do ICMS ambiental, cinquenta e tanto mil por mês, é dinheiro pra caramba, se juntar esses municípioinhos todos aqui do alto do Jequitinhonha o nosso cota parte ganha deles todos uai” (...)</i> <i>“A qualidade ambiental da unidade de conservação tem melhorado, a gente tem cumprido todos os</i>	<i>“Na época não existia essa questão de se fazer consultas públicas, a criação do Parque era uma coisa mais arbitrária, do ponto de vista do governo criar sem consultar a comunidade”.</i> <i>(...) “Se tivesse havido essa consulta pública nas comunidades. Com certeza, a gente poderia ter feito limites um pouco mais harmônicos com o uso dessas pessoas. Talvez, a própria categoria da Unidade poderia ter sido mudada. Então, eu sou pela consulta pública”.</i> <i>“(...) O parque foi criado em 98, e até 2005 não tinha nenhum funcionário. Então muito foi falado, muito se comentou erroneamente. Muitas informações tortas foram expostas. O pessoal tinha muita dúvida e falta de informação. Então inicialmente, informar o que que é o parque né. Quem tá dentro, o que implica tá dentro. Quem tá fora, o que implica tá fora. Quais são as limitações e restrições e as possibilidades. Isso é uma forma de envolver eles”.</i> <i>(...) “Então, muito é divulgar mesmo o que que é que a gente tá fazendo. E muita coisa se leva ao crivo deles pra gente tentar discutir. É muito importante realmente, mas trazer a comunidade hoje, na condição do parque, que não tem estrutura, tem várias dificuldades de gestão pra trabalhar a comunidade pra ser realmente tomadora de decisão dentro do parque é uma coisa que a gente não tem conseguido não”...</i> <i>(...) “Os conflitos são diversos. A gente enfrenta conflitos de zona rural e conflitos de zona urbana. Então isso aí implica em várias coisas, inclusive a questão da especulação imobiliária. Então o parque está localizado em áreas que poderiam ser expansão urbana. E áreas que são de expansão urbana tão localizadas em áreas que são vizinhas a ele. Se virem a ser realmente loteamento, vão trazer algum impacto pro parque né. Então, realmente essa localização é um</i>

	requisitos, tem entrado todo mundo, esse ano agora ta em quase 400 mil ate julho agora, então é dinheiro pra danar. Pagou dinheiro pra cidade né, o Parque bem fechado,... Estrada todo hora morria um, tem dia que volta, como é que é, a gente cumpri esse papel parceria também com a universidade que eu acho importante, alem de preservar hoje a gente tem ai com a universidade então a gente é parceiro nisso, estão trazendo os estudantes pra conhecer, pra fazer uma pratica, é a pesquisa, é o turismo ligado a Diamantina, então eu acho que os três pilares da unidade de conservação que é a conservação, os três não os quatros a preservação, o turismo, a pesquisa cientifica e a educação ambiental a gente tenta fazer né”. “Tem contra tem né, é claro que tem meia dúzia porque as vezes não é por falar contra, as vezes é porque é que queria estar lá no meu lugar como gerente, queria que o filho dele estivesse lá empregado, que não tem todo essas coisas também”. “Eu tenho ate muita amizade no Alecrim e tudo mais não consigo, eles são pessoas assim tão afetivas igual do Alecrim. No Alecrim você chegou cê tá mais em casa, o pessoal é um pessoal mais falado, mais de confiança, no Alecrim você não consegui entrar numa comunidade, no Alecrim é o que eu vejo, né, minha visão é essa. E no Santo Antônio não, no Santo Antônio o pessoal é diferente, ate em termos de mão de obra de tudo, o que você precisa lá você acha mais, no Santo Antônio o pessoal, as vezes tem condições físicas pra trabalhar e ou...É difícil. No passado era isso o pessoal do Santo Antônio é que tinha mais ligação com o Parque, que ia ficava lá dentro, quer dizer tinha as atividades todas lá de coleta, de usufruir do Parque era essa comunidade” “Alecrim você acredita assim que a gente, eu não consegui, isso que você esta falando eu não sei ao certo, se pode falar assim o Deco eu não consegui pegar ninguém de Pau de Fruta pra trabalhar no Parque. Não trabalhou na época o vice prefeito hoje	up grade no conflito do parque”. “Nossos funcionários fixos todos são do entorno do parque. E esses funcionários contratados também. Já moram na comunidade, a gente dá preferência pra estar contratando eles, até porque já conhecem a região. Tem mais facilidade em estar desenvolvendo o trabalho”. “Isso aí tem pontos negativos com certeza. Eu acho que o maior foi essa falta de dialogo no quando da criação. Eu acho que a criação era necessário sim. Mas da forma que ela ocorreu foi um ponto negativo, porque a comunidade dormiu sem parque e acordou com o parque.” (...) “Então eu acho que, pensando nisso, criação de gado, garimpo e extração de sempre-vivas, que seria talvez os três maiores aí, empecilhos criados pela comunidade, se agente pensar em um parque implantado como a gente tem os exemplos na região aí. Com a geração de muito mais empregos, recursos para o município, incremento para a questão turística. Eu acredito que no pesar da balança quando o parque tiver implantado vai ser muito maior do que o prejuízo da criação”. (...) “Olha, a gente consegue já observar um processo de regeneração na vegetação do Parque, e a poucos anos, a gente tem alguns registros fotográficos e vê que a tendência de campo que existia nas paisagens era muito mais pela exploração de madeira do que pela condição natural do ambiente”. “E no caso do Biribiri uma falha que a gente vê é que o Plano de Manejo foi feito quando não existia nenhum funcionário do Parque. E o funcionário, alguém que já tá mais calejado com a questão pode contextualizar os pesquisadores, o grupo de trabalho, de forma a fazer com que o documento seja mais bem direcionado. A gente pega uma turma de fora ou que nem conhece a
--	--	---

	XXXX que era vereador e tal e tal que na época trabalhou comigo no Parque e o yyyyy substituiu nas férias uma vez, mas a maioria do pessoal é tudo de Santo Antônio” .. “Fui eu inicio de 97 pra 98 então com abrindo e tudo, então o pessoal do Santo Antônio, tanto do Santo Antônio quanto do Alecrim foram trabalhar no Parque, mais eu conhecia alguém muitas de vista não tinha aquele contato e era construção, né, e naquele vai e vem dentro do Parque, e começa criar um vínculo maior e eu fui selecionando aqueles que eu falei esse serve pra mim e o Parque, esse não serve, e fui conhecendo melhor, e deu mais certo com o pessoal de lá por incrível que pareça, né, e deu na hora, eu pedi pro Célio Vale, eu preciso dos funcionários pro Parque, fiz uma relação, consegui contratar esse pessoal e foi. O pessoal do Santo Antônio, eu acho um pessoal mais, não sei se eu posso falar essas coisas ai, eu não sei, mas eu tenho essa mesma visão, convivi com todo mundo, todo mundo que precisa ai, se for pra ajudar mais assim”. “Tem não neh, e falta também um trabalhinho ai por parte da gente, de divulgar isso mais, de mídia, de que o parque é, o benefício que o parque é, as vezes uma rádio comunitária, faz um trabalho sempre e depois para, é isso ai, mas eu acho que precisa melhorar muito essa divulgação, pra divulgar o parque, pra mostrar o benefício que o parque tem”...(gestor do PERP).	problemática do Parque e a gente coloca pra fazer um trabalho que a gente sabe que nem é muito longo. E que de certa forma tem que ser ágil, eles pecam muito por não conhecer realmente essas peculiaridades da região da Unidade, então isso aí eu acho que tem que ser colocado né”.
Pessoas de “Fora” das Comunidades	“Trabalhei dois anos cobrindo férias, no período de férias. Cinco meses acho que em cada ano, e depois acho que gostaram de mim e acabaram me chamando pra trabalhar direto”.(Fala de trabalhador do PERP). “Eu acho que a maioria dos funcionários é do Santo Antônio”.(Fala de trabalhador do PERP). “Foi meu primeiro emprego”.(Fala de trabalhador do	“Olha nós temos impactos tanto positivos quanto negativos. Por exemplo se agente observa pelo lado do meio ambiente a área hoje tem uma conservação maior. Anteriormente o pessoal ia lá cortava a lenha, cortava candeia e outras arvores nativas de dentro da área do Parque . Hoje em dia isso é proibido. As pessoas iam lá garimpavam manualmente, outros retiravam areia de dentro daquela área do Parque. Hoje em dia com a criação do Parque, isso não existe mais, né”.(Fala de representante da Asguitur no

	PERP). <i>“Quando eu vim pra cá eu tinha.. 22 menos 4, 18. Então, foi bom demais, eu trabalhava na cidade não era de carteira assinada. Não tinha uma estabilidade assim”... (Fala de trabalhador do PERP).</i> <i>”A questão assim de achar que o parque atrapalha de fazer alguma coisa certo?! Vamos supor assim, essa área aqui é preservada, já não estar pescando aqui dentro, não se pode retirar lenha aqui dentro, já não pode garimpar. Então isso gera uma grande polemica aqui”.</i> (Fala de trabalhador do PERP). <i>“Bom. Bom demais. Eu só tenho que agradecer, melhorou bastante, e falo que não é só na questão de trabalho nem nada, é questão de convívio, certo?! Questão de saber as coisas, ter maturidade com as coisas, eu acho assim, a gente aprende muito, cada momento que a gente vive só tem a somar na vida da gente”.</i> (Fala de trabalhador do PERP). <i>“Não, não... tem muita gente que assim se você perguntar onde que fica o parque aqui, não sabe te informar, acho que é por desinteresse”.</i>(Fala de trabalhador do PERP). <i>“É o Gestor, é mais de vez em quando, só que o parque aqui pra nós aqui ele tem uma coisa muito importante neh, tem hora assim que todo mundo não pode falar com a mesma boca, num é todo mundo não pode falar o mesmo, agente que já tem o conhecimento, agente que foi beneficiado, que trabalhou muito tempo no parque, que é uma coisa muito boa, preservamos o lugar aqui que no parque nosso num vai prejudicar quase ninguém, por que é uma que não desapropriou ninguém, removeu ninguém, não tirou ninguém do parque, por que não morava ninguém na área do parque, então esse parque aqui nessa parte foi muito tranquilo, na época (fala muito rápida)...gente de algum lugar fala que o parque é mais pro povo de SantoAntonio por que da ... pro povo de StoAntonio,</i>	Conselho). <i>“Olha, a gente vai observar o seguinte algumas famílias que mora na área do entorno do Parque, elas acabam reclamando disso. Porque elas utilizavam aquela área ali, e sobrevivia através daquela área”.</i> (Fala de representante da Asguitur no Conselho). <i>“Éh. A comunidade não teve participação, é como você falou veio de cima para baixo. Sabe”?</i> (Fala de representante da Emater no Conselho). <i>“Porque hoje aquele pessoal que está lá dentro primeiro eles ficam naquela dúvida se vai ou não continuar eles não sabem se vão ficar, porque pelas normas do Parque eles vão ter que sair”.</i> (Fala de representante da Emater no Conselho). <i>“Éh que eles não podem expandir suas lavouras. Outro é que aquelas terras dali são bem ruins então eles viviam mais do garimpo de panha de flores secas. Sempre viva. Então hoje eles não podem mais”...</i> (Fala de representante da Emater no Conselho). <i>“Uma alternativa para o pessoal que está dentro do Parque, igual já falei anteriormente, eles resolveram a situação deles. O pessoal do Parque resolver se vai tirar eles de lá, se vai indenizar, ou se vai continuar lá se eles forem continuar lá o que que eles realmente podem fazer e não ficar parado como eles estão lá, porque eles não podem fazer nada.Dá uma solução pro pessoal lá do Parque. Agora do entorno aí... esse entorno aí que é difícil. É... eles tinham que..... se não pode fazer isso, aquilo..... eles tinham que dar uma solução do que que pode então”.</i>(Fala doxxxxx Bueno, representante da Emater no Conselho). <i>“Éh, um recurso financeiro para hotéis, pousadas, restaurantes, guias. Então eu acho que a cidade de Diamantina hoje com o Parque tem a crescer. Porque a cidade está se tornando hoje turística e não mais</i>
--	---	--

	<i>agente chegou até escutar é isso, mas só que quando agente precisa também ir lá no parque, você pode andar no parque você não acha um". (Fala de trabalhador do PERP).</i> <i>"Ahh, o pessoal de hoje agente nem pode falar que tem alguma coisa contra o parque, o mais velho tinha atividade aqui neh, o mais velho que tinham mais contato com as coisas de dentro do parque, tiravam flores, madeira e tal neh, mas os jovens de hoje nem tem muito contato, porque eles nem tem habilidade de fazer as coisas que agente fazia neh, então pra eles tanto faz tanto fez, agora o mais velhos neh, é que agente fazia de tudo um pouquinho esses daí tem (sentimento que não consigo entender, raiva do parque) até hoje, outros criavam vaca, apanhava sempre viva, tirava madeira, fazia de tudo, contra esses aí neh eu num, inclusive tem um que não entra dentro do parque e outro que até mudou daqui".(Fala de trabalhador do PERP).</i> <i>"Ultimamente parece que o já se acostumou, agente não vê ninguém falando nada, se ta atrapalhando, se tá ajudando. Só que por exemplo, uma coisa que vou falar que talvez não seja vantagem, que valorizo muito foi terreno do pessoal aqui, o pessoal que tem terreno beira de água aqui melhorou, tem vida de luxo, cara vendia um pedacinho aqui e comprava casa na cidade, se vc for olhar todo mundo já ta tendo carro, moto, é casa na cidade, então aí vende um pedacinho aí, dessa parte aí, que isso aí, que antes não valia nada, que era isso, aquilo e as pessoas não dava valor, e através do parque que começou a chegar as pessoas dando valor a terra, aí as coisas melhoram muito nessa parte, agora agente que é mais simples que mora aqui agente não pode contar se é vantagem se num é por que agente não sabe quem ta chegando neh". (Fala de trabalhador do PERP).</i> <i>"A não, aqui pra nós até que não, aqui nos foi bem beneficiado, igual to falando, as pessoas aqui quase</i>	<i>extrativista".(Fala do Cabo Lima, representante da Polícia Ambiental no Conselho).</i> <i>"Oh, é igual eu te falei antes aqui a legislação é muito complicada complexa ainda não conseguiu atingir os objetivo não. Porque? Porque ainda tem pessoas lá que ainda não foram indenizadas lá dentro do Parque. Tem a questão de indenização lá dos posseiros que tem direito de indenização dentro da área então enquanto não tiver essa indenização e retirada do pessoal de lá eles não pode nem implementar uma grande estrutura lá dentro".</i> (Fala do Cabo Lima, representante da Polícia Ambiental no Conselho). <i>"Mas eu não me lembro de ter havido uma ampla consulta nos moradores do município com divulgação da maneira que a gente acha que deve ser através dos vários meios de comunicação pra que os representantes de várias classes, entidades e movimentos sociais pudessem estar participando e debatendo sobre a implantação desse parque aqui no município de Diamantina".(Fala de representante da Emater no Conselho).</i> <i>"... deve haver conflito sim principalmente nas comunidades que estão localizadas no meio rural pela impossibilidade de estar atuando em algumas atividades que anteriormente lhes dava o sustento".</i> (Fala de representante da Emater no Conselho). <i>"A gente acha que deveria ser melhor discutido com a comunidade, não só com alguns grupos de liderança a questão das áreas de expansão do parque",</i> (Fala de representante da Emater no Conselho). <i>"Eventualmente marca uma audiência pública, porque tem alguns aspectos legais que obrigam isso. Mas marca uma audiência pública sem grande divulgação, sem a maior mobilização em reagir com aquilo ali. Aí vai poucas pessoas que ficam sabendo e tal. Então pra</i>
--	---	--

	<i>todo mundo trabalha dentro do parque, tem uns oito funcionário que é fixo lá, talvez vai mexer com estrada aí pega a turma daqui, vai fazer um aterro pega a turma daqui, vai fazer picada, aí quem quiser ir agente ela sem escolher neh, precisa ser maio de 18 anos neh, aí leva todo mundo, paga o preço mais ou menos quase dois dias do que eles ganham por aqui. Aqui em StoAntonio tem problema não”.(Fala de trabalhador do PERP).</i>	<i>efeito da lei foi-se feita uma audiência pública. Mas a população do entorno não participa, não tá sabendo, não está sendo sensibilizada, não está sendo motivada. Não existe uma conversa com essa comunidade no sentido de que isso vai se implantar, isso vai ficar, em mudanças e tudo”. (Fala de trabalhador da Emater).</i> <i>“Porque é perfeitamente possível, você ter extrativismo sustentado, e aí é um extrativismo sustentado, e aí é um extrativismo organizado. Vão passar por uma capacitação, e vão ser acompanhados né, podem ser acompanhados por guias até do próprio Parque. Não tem problema nenhum, desde que sejam capacitados e organizados para isso”. (Fala de trabalhador da Emater).</i> <i>“Voltado pra área de entorno do Parque não tem nada. Em determinados eventos, quando se somam essas instituições há sempre essa preocupação por parte dessas instituições, mas igual você vai lá no Parque do Biribiri, eles não tem, eles não tem nem... Eles não conseguem nem cercar o Parque. Se criou o Parque, o Parque tem que ser cercado”... (Fala de trabalhadora Emater).</i> <i>“Se você for em qualquer comunidade rural hoje e pergunta de quem que eles mais tem medo? Eles vão te falar que é da área ambiental. Que é o pessoal do IEF. Porque eles chegam multando, eles não tem nenhum viés pedagógico. Que é o caso por exemplo nosso, a EMATER não vai pra fiscalizar nada. A EMATER vai lá pra organizar tudo e buscar alternativas pra elas, então a gente sabe conversar com essas pessoas e sabe mostrar pra elas quais são as limitações legais que elas tem”. (Fala de trabalhador da Emater).</i> <i>“Então... a preservação dos passarinhos que tá aumentando né. Aí tudo bem... agora as outras coisas.... Igual o rio mesmo, lugar que a gente ia tomar banho não pode mais. Eu acho assim, podia estar preservando mas podia deixar um lugar pro pessoal</i>
--	---	---

		<i>aproveitar”.</i>(Fala de Presidente da Associação de Moradores de Mendanha). <i>“Não. O bairro aqui não foi comunicado. Simplesmente criou e pronto. Só veio as proibições né. Em 2004 veio as proibições. Que não podia isso. Que não podia aquilo. Então como é que a gente... a gente tomou aquele choque assim que não podia...Então a gente não sabia de nada”.</i>(Fala de Presidente da Associação de Moradores de Mendanha). <i>“Olha o Gestor que é o gerente do Parque ele procura muito assim a comunidade né. Dá palestras na escola. A gente já chamou ele na Associação e ele respondeu algumas perguntas de pessoas que queriam saber alguma coisa. E ele faz caminhada com os alunos todo ano”.</i>(Fala de Presidente da Associação de Moradores de Mendanha). <i>“Só tem um problema aqui no bairro. Aqui o povo gosta é de cobrar. Mas não gosta de participar. Isso aí vocês podem... deixa a hora que vocês tiverem mais inteirada aqui no bairro aí vocês vão ver. Pessoal gosta é de cobrar ou de ganhar né”. (Fala de Presidente da Associação de Moradores de Mendanha).</i> <i>“Isso aí prejudicou muito porque antigamente o pessoal... tinha mais gente que ficava lá trabalhando, então tinha onde ganhar tinha o garimpo. Quando não tinha o garimpo ia lá no campo apanhar sempre viva e vendia. Tinha um gadinho ali que tá no aperto você vai ali e vende e socorre um precisão”.</i>(Fala de, Presidente da Associação de Moradores de Pinheiros). <i>“E outra coisa que o Gestor briga demais é com a faculdade, por causa do campus II. Por causa que diz que tá atrapalhando a cachoeira dos Cristais. Você já viu lá né Nilda? O Soberbo não tem mais nada. Não tem uma gota d’água no Soberbo”.</i> (Fala de Professora, Escola de Mendanha). <i>“Eu acho assim, nessa conscientização tá decidindo o</i>
--	--	--

		destino do planeta né, lógico. Então assim, a gente as vezes pensa que tem que fazer coisas só distantes, mas tem que fazer as coisas por perto mesmo. Então as vezes conscientizar que eles precisam. No dia que o Gestor veio e passou aquele filminho pra falar do Parque, que eles foram muito mal recebidos né. O pessoal achou ruim por essas razões todas. Aí ele veio e passou um filme mostrando o que vai ser a vida daqui a muitos anos, meu Deus, é horrível”. (Fala da Diretora, Escola de Mendanha). “E a escola aqui tem sido parceira desde que implantou o Parque. E assim a gente, mesmo que a princípio foi novo pra gente, nós sempre apoiamos e trabalhamos também junto com o IEF”. (Fala da Diretora, Escola de Mendanha). “E ninguém participava de nada. Era difícil até da gente conseguir fazer alguma coisa. Eu lembro que eu trabalhando aqui, em 2004, parece. A gente pegava Parque Estadual do Biribiri era meio que... a gente não tinha referencia sabe... Você ia no IEF não tinha ninguém responsável direito”. (Fala de representante da Associação Montanhas do Espinhaço no Conselho). “É o conselho, pelo que eu vejo dos conselhos aqui, é um dos melhores conselhos. Sabe? que nem... Gestor, ele consegue colocar os assuntos sérios mesmo. E tal, as anuências. Ele consegue colocar a pauta muito boa pra votação. Tá ali representante de... né... quase todo mundo que quis entrar pro conselho entrou. Então assim, é bem representativo o conselho. Os assuntos né, colocados em pauta são assunto sérios”. (Fala de representante da Associação Montanhas do Espinhaço no Conselho). “É fundamental a melhoria aí né. De regularização. O parque enquanto não regularizar ele não vai ser um bom Parque né. Ele vem melhorando. Vem progredindo aí, o manejo e tal. A área vem sendo cada dia mais preservada, mas o Parque não é Parque mesmo né.
--	--	---

		<i>Enquanto não for regularizada, as terras enquanto não for comprada pelo estado, indenizada, tudo direitinho. E ter uma estrutura de uso público. Enquanto isso não acontecer, eu acho que não é, ainda não cumpre com a... né, com os objetivos dele”. (Fala de representante da Associação Montanhas do Espinhaço no Conselho).</i> <i>...”mais o conflito que a gente vê ai todos os anos é com relação aos incêndios a maioria dos incêndios que acontecem no Biribiri são criminais néh. O que acontece a comunidade do Biribiri.... o parque nunca pode ser fechado porque ele dá acesso a essa comunidade do Pinheiro então a hora que você for no Biribiri aquela guarita nunca vai estar fechada porque as pessoas tem o direito de ir e vir . E os focos de incêndio surgem em grande parte a noite que é quando os guarda parque não estão atuando né?, então são criminais mesmo são pessoas maldosas que não tem assim um bom zelo pelo Parque não vê com bons olhos e é a forma de se revoltarem mesmo contra o governo, contra quem quer que seja a estamparia enfim. Com essa criação ela fala então vou colocar fogo porque se eu não posso ninguém pode”.(Fala de representante do Veredas do Espinhaço no Conselho).</i> <i>“Oh. A gente vê assim uma grande iniciativa na tentativa de inserir essas comunidades dentro do Parque néh. De tentar trabalhar, recentemente, agora a gente viu a criação de viveiros de espécies de mudas em Pinheiros”.(Fala de representante do Veredas do Espinhaço no Conselho).</i> <i>“Uma forma de diminuir os conflitos que existem nas comunidades seria pensar em alternativas que substituíssem as atividades que eram desenvolvidas por essas comunidades na área que hoje é o Parque, isso em conjunto com a comunidade para que ela pudesse opinar a respeito do assunto”. (Anotações em campo entrevista com o Jean, representante da Associação de Mendanha).</i>
--	--	--

		...”então eu percebo que a comunidade não estava (e eu sou contra ainda) preparada pra receber o Parque Estadual, comunidade que se habitam tanto o entorno, como propriamente dentro do Parque, então eles não estão preparados, não foram preparados para essa convivência, a exigência dessa convivência harmoniosa com eles, e nem um projeto de desenvolvimento social que possa de fato dar pra essas pessoas o que é de direito deles, eles é que vivem e preservaram até o momento, então em alguns momentos eu sinto até que é uma invasão a comunidade e a população”. (Fala de Assistente Social participante do Conselho). “Existe o equilíbrio por que nós precisamos sim, estar voltado pra essa reeducação da população para a preservação ambiental, mas também é... Existe o ponto negativo que é a falta de respeito para a população que habitam o parque pra que eles possam ter essa convivência harmoniosa, porque no Parque as pessoas que deveriam cuidar do Parque são as pessoas que moram na comunidade, eles deveriam fazer parte de todo esse processo de todo esse cenário, com o proprietário, com a preparação adequada, essas pessoas precisavam ser preparadas, formadas pra isso. E de repente eu percebo que tem um descaso muito grande com a vida humana”. (Fala de Assistente Social participante do Conselho). A 12 anos atrás o pessoal ia lá buscar lenha, porque muita gente tinha fogão de lenha, e hoje a pessoal não podem mais tá buscando a lenha, buscar uma folha para fazer chazinho, porque muitas pessoas não têm jeito para comprar remédio aí ia no campo para buscar raiz, porque faz os remédios medicinais e hoje não podem mais tá panhando.(Fala de diretora da Associação do bairro Cidade Nova). “Não teve mudança nenhuma. As pessoas não tem informação. As pessoas... Eles deixaram lá e as pessoas não tem conhecimento do que que é o Parque. Tinha que fazer...tinha que ter consultado a comunidade pra
--	--	--

		saber, a gente foi cercado entre o Parque e esse pessoal da Universidade. Porque eles estão fazendo a moradia estudantil lá assim”.(Fala de diretora da Associação do bairro Cidade Nova). “Olha, diretamente para as pessoas que estão ali na adjacência do parque ou dentro do parque, eu acredito que ainda tenha algo de positivo não, mas pra Diamantina como um todo, sim, porque eu acho que o parque mesmo não estando implementado né? É um atrativo turístico né? Então assim ele é mais um ponto de visitação, então tem essa vantagem mas eu não creio, que essas pessoas que estão ali no parque ou ao lado do parque elas já estejam se beneficiando desse turismo não”.(Fala de professora). “Nós temos uma jóia aqui dentro, só falta lapidar, que é o Biribiri mesmo. Porque ali é uma maravilha. As pinturas, as águas? Nos estamos com uma jóia colada em Diamantina”. (Fala de ex-representante do Conselho). “Consciente, consciente. Eu te falo que 90% que vai a BiriBiri, não digo os que vão até a Sentinela porque é muito próximo são só 6 Km então vai um turista mais predador inclusive o turista que é da própria cidade, chamado de visitante né?! La nos temos um probleminha mas já ta sendo controlado, agora o que chega até cristais e BiriBiri vou te falar que mais que 90% e consciente, turista bom”.(Fala de ex-participante do Conselho). “Negativa, o impacto do parque foi negativa justamente por tirar a sobrevivência de lá e inibiu eles a trabalhar, a tirar seu sustento, que era de onde tirava o sustento, até hoje não teve nenhuma negociação, eles falam que vem uma verba de 200 milhões pro parque, o que eles fizeram foi alterar área, simplesmente o que eles estão fazendo, piorando o impacto esta negativo para a população”.(Fala de participante das reuniões do Conselho).
--	--	--

		<i>“Isso é importante que seja registrado, não tenho nada contra as Unidades de Conservação, mas eu tenho tudo contra o tipo de Unidade que foi instituída, eu não considero, legítimo, apesar de ser legal, eu não considero legítimo nenhuma unidade de uso integral da região de Diamantina né? E aí eu estendo, principalmente Biribiri, Rio Preto, o Sempre-Vivas, porque era áreas de usos, a comunidade sempre utilizaram essas áreas, ali não era terra isolada, ali nunca foi vazio demográfico, sempre teve gente vivendo, e trabalhando com aquela área né?”(Fala de professor pesquisador da temática Unidade de Conservação).</i> <i>“Então o conflito visível, toda a lista de conflito visível que a gente tem na bibliografia que trabalham muito com essas relações elas são presentes aqui. Você tem o conflito do fogo, você tem o conflito de perda de espaço. Tem o conflito “ali eu não possa entrar mais”. Mais tem algo que muito mais sério do que isso que não é trabalhado que é o conflito invisível aquilo que a comunidade tá sentindo mas não está entendendo o que está acontecendo e isso é extremamente difícil de mensurar”. (Fala de professor pesquisador da temática Unidade de Conservação).</i> <i>O turista do Biribiri é turista ou é morador local. Então assim, fazer esse churrasco é um conflito? Não poder fazer churrasco é um conflito? Isso pro turista que vem de fora, isso não é conflito, mas para aquele morador que sempre utilizou o espaço de recreação, aqui eu entro naquela fala mais do Turismo: o morador local é considerado turista? Então eu acho que tem que sair desse ambiente. Esse morador de Diamantina que não pode ser considerado turista, ele sofre com esse conflito de uso que a vida toda ele foi pra cachoeira dos cristais, pra cachoeira da sentinela e foi fazer churrasco, tomar cerveja, jogar lata no rio quebrar vidro.(Fala de professor pesquisador da temática Unidade de Conservação).</i>
--	--	--

		<i>“Mas eu quero ressaltar porque tá sendo gravado né, isso não é a culpa da gestão. Nem lembra a culpa da gestão. Isso é culpa de algo maior. Então quando eu falo gestor, não tô pondo nome, nome físico. Eu ponho nome jurídico que é IEF, no caso aqui”.</i> (Fala de professor pesquisador da temática Unidade de Conservação). <i>“E o que a gente percebe que é a maior reclamação do povo foi a falta de consulta a comunidade quanto a implementação do Parque. Não só quanto a importância dele, mas quanto a implementação, falta de consultar principalmente o bairro da cidade nova. Então o que a gente tem de entendimento é isso”.</i>(Fala de Secretário do Meio Ambiente de Diamantina) <i>“Oh. Principalmente na conscientização ambiental com certeza tem esse benefício. Mais eu acho que o Parque ainda pode gerar muito mais. Agora mesmo nós criamos o Fundo Municipal de Meio Ambiente dentro da secretaria pra as ações é...é... que podem ser promovidas via ICMS ecológico sejam realmente implementadas. Então agora os recursos do ICMS ecológico vão vir para o fundo pra gente poder atuar nessas áreas de entorno do Parque. Já começamos algumas conversa com o Gestor néh. Também com o da parque sempre-viva . Então é mais nesse sentido tem muita coisa que a gente pode fazer, mais tá começando”.</i>(Fala de Secretário do Meio Ambiente de Diamantina). <i>“Alguns se sentem prejudicados. Alguns se sentem porque vem da cultura mesmo porque você trabalhou a vida toda com essa parte do extrativismo, então você vai sentir repúdio porque vai cortar seu ganha pão. Mais hoje eu percebo muito, principalmente do IEF que é o que eu acompanho um pouquinho que eu ouço falar que é eles tão fazendo um trabalho muito bacana nas comunidades com conscientização, principalmente nas escolas que é.... pra tentar mesmo diminuir essa resistência. Conscientizando sobre a importância do</i>
--	--	---

		<i>Parque , criação de cartilhas, isso muito pra crianças das escolas do entorno do Parque”.(Fala de representante da Secretaria de Turismo de Diamantina).</i> <i>“Tão considerada acho que o processo não aconteceu. Até porque quando a gente escuta as comunidades a gente vai lá pro meio a gente vai lá pro parque a gente vê que as comunidades tanto do centro do parque quanto do entorno estão insatisfeitas”.(Fala de prefeito de Diamantina na época da entrevista).</i> <i>“Então a gente vê que são órgãos muito... fazem o papel de fiscalizar mais assim deixam muito a desejar na hora de apresentar alternativas de construir junto alternativas para as comunidades”.(Fala de prefeito de Diamantina na época da entrevista).</i>
--	--	---